



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

ATA DA 113ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE JULHO E 1º DE AGOSTO DE 2024

Em 26 de julho e 1º de agosto de 2024, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Elisa Borges Moreira, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Barbara Queiroz Abras Franco, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro e Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Alessandro de Oliveira Palhares, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Cícero Antônio Miranda Barbosa e Rubens Gilberto da Silva, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Francisco de Assis Lafeté Couto e Denise Bernardes Couto, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); José Antônio de Sousa Neto, da Escola Superior Dom Helder Câmara; João Augusto Hilário, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 113ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Eu queria primeiro saudar todos os nobres conselheiros desta Câmara, desejar a todos os ouvintes pelos canais de comunicação também um ótimo dia, uma ótima reunião. Eu gostaria, senhor presidente, de ressaltar que a Zeladoria do Planeta, enquanto sociedade civil neste Conselho, representando o cidadão, nós defendemos aqui os processos, analisamos os processos nesta casa e de maneira nenhuma CNPJ, pessoas físicas. Isso quem tem que julgar é o juiz, são as leis. Nós estamos aqui como conselheiros para analisar os processos dos empreendedores que apresentam os processos, unicamente, exclusivamente, para verificar os impactos que esses processos têm no meio ambiente. Então defender que esses impactos sejam plausíveis, devidamente compensados, dentro de uma realidade. E jamais, nunca, estamos aqui para defender os interesses de determinados grupos, pessoas ou entidades. Nós estamos aqui para defender o meio ambiente e todo o impacto em toda a nossa sociedade como um todo, e não especificadamente A ou B. Então dentro dessa lógica nós desejamos a todos uma ótima reunião. E gostaria, senhor presidente, antecipadamente, de solicitar a inversão de pauta, já que nós temos um processo de interesse público muito notório e para que a gente dê prosseguimento aos demais processos sem prejuízo. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do conselheiro Fernando. João Hilário, Assemg, gostaria de se manifestar? Acho que não, acho que o senhor levantou a mão, mas só parabenizando o Fernando pela manifestação. Mais nenhum conselheiro...” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Senhor presidente, só espero que esteja me ouvindo. É só para confirmar a minha presença, oralmente, porque o som não saiu; ver se está funcionando. E bom dia. Confirmada a presença.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia, João... Obrigado, João.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agora, sim item 4, Comunicado da Secretaria Executiva, nós temos um comunicado do IGAM. Pois não, Lívia.” Lívia Costa/IGAM: “Bom dia, senhor presidente, bom dia, conselheiros e conselheiras. Primeiro vou pedir licença para compartilhar a minha tela. Meu nome é Lívia Costa, eu sou analista do IGAM e também estou como coordenadora do Plano Mineiro de Segurança Hídrica, o PMSH. Acredito que a maioria sabe, estamos sempre por aqui para convidá-los a participar das diversas etapas do plano. E hoje, mais uma vez,

venho convidá-los para as oficinas que ocorrerão do dia 19 ao 23 de agosto, de 8h30 ao meio-dia. Estamos na quarta etapa do PMSH, que é essa fase de banco de projetos, a nossa principal fase do plano. O objetivo dessas oficinas é discutir com a sociedade esse banco de projetos. Ele trará ações voltadas para a segurança hídrica e revitalização de bacias hidrográficas. Essas oficinas vão ser virtuais e serão divididas em cinco dias, de acordo com as Regiões Hidrográficas aí de Minas Gerais. A programação detalhada, e as inscrições também podem ser feitas nesse link que eu compartilho na tela ou então por meio do QRCode que está também na tela. Eu gostaria então de reforçar o nosso convite e a importância da participação de todos na construção desse plano. E contamos com a participação de todos. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço Lívia. Se você puder compartilhar no chat o link... Considerando a reunião e a quantidade de inscritos, nós preparamos também e vamos ter um comunicado da Secretaria Executiva. Eu vou passar a palavra à Dra. Jeiza. Dra. Jeiza, pois não.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Bom dia, senhor presidente. Bom dia senhores conselheiros e a todos que estão nos assistindo pelo YouTube. Algumas orientações para os senhores, já constam também no Regimento Interno e no manual que fica disponibilizado para todos acessarem as reuniões. Só para reforçar para os senhores. Nós solicitamos aos inscritos – tivemos um grande número de inscritos – que se atentem ao Art. 67, § 2º, do Regimento. Só para registro, Art. 67, ‘o tempo de duração para manifestação de conselheiros e interessados nas reuniões remotas ou híbridas é o disposto nos artigos 36 e 43’, que é o tempo que os senhores têm para se manifestar: 5 minutos, prorrogáveis a mais um. Havendo necessidade, o presidente poderá colocar em votação os outros 5 minutos pelo Conselho. ‘§2º - O inscrito que estiver participando remotamente deverá sair voluntariamente da plataforma digital após concluída sua manifestação no item desejado, sob pena de ser retirado, sem possibilidade de retorno.’ Então, senhores, o que nós solicitamos? Àqueles que se manifestarem no item de pauta, solicitamos por gentileza que retirem-se da sala, aguardem até o próximo item para que sejam chamados para se manifestar, para que possamos ter o controle e aceitar os demais a entrar na sala para se manifestar, garantindo assim a manifestação de todos os inscritos, conforme Regimento Interno. Outro ponto importante também que gostaríamos de salientar aos senhores é a questão em relação à manifestação. Se você se inscreveu duas vezes no mesmo item de pauta, o Regimento Interno, Art. 45, é bem específico: somente poderá se manifestar uma única vez no item específico de pauta, quando o presidente chamá-los para se manifestar. Então se houver inscrição de pessoa jurídica e pessoa física, como que faz? Você deve escolher por qual você vai se manifestar, se por pessoa física ou se por pessoa jurídica. Então nós solicitamos que todos se atentem, por gentileza. E como que eu faço até que seja chamado para manifestação na sala? Acompanhe no YouTube, conforme estão todas as orientações. Então acompanhe pelo YouTube. No momento em que os senhores forem se manifestarem no item de pauta, nós vamos chamá-los, aceitá-los; os senhores vão estar na sala de espera, e nós vamos aceitá-los para que possam se manifestar. Mas, enquanto, isso é necessário que acompanhe pelo YouTube. Nós contamos com a compreensão e colaboração de todos para que a reunião flua corretamente. Muito obrigado, senhor presidente. Bom dia, boa reunião a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço os esclarecimentos da Dra. Jeiza, são esclarecimentos fundamentais em virtude da quantidade de inscritos nesta reunião. Creio que nem todos os inscritos têm familiaridade com os nossos procedimentos. São procedimentos previstos no Regimento Interno, na Deliberação Normativa 247, onde nós iremos obedecer. Então os inscritos, após a manifestação... Lembrando que cada inscrito se manifesta apenas uma vez. Eu abro exceção para o inscrito falar mais de uma vez quando há uma dúvida por parte do Conselho. Afinal, as manifestações, em sua maioria, são para subsidiar o voto do conselheiro. Então quando há uma dúvida por parte do conselheiro ele solicita que seja ouvido o inscrito novamente em algum ponto que precisa de esclarecimento, eu passo a palavra novamente, eu chamo o inscrito novamente para se manifestar. Mas o direito é apenas uma vez, pelo prazo de 5 minutos; 1 minuto é por questão minha, eu posso conceder mais 1 minuto; e 5 minutos adicionais são pelo Conselho, eu coloco em votação. Lembrando que após a manifestação o inscrito deverá deixar a sala. Nós temos um grande número de inscritos, então, para poder fluir bem a reunião, para que a condução seja adequada, por favor, aqueles que se manifestarem, por favor deem licença da sala. Se não derem licença da sala, iremos retirar. Simples assim. Então eu peço compreensão àquelas pessoas que se inscreveram.” **5) EXAME DA ATA DA 112ª REUNIÃO.** Por motivo de inversão de pauta pela Presidência, este item foi analisado na parte final da reunião em continuidade, conforme transcrição registrada no item que antecede o item ‘12) Assuntos Gerais’. Manifestação da Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação à inversão da pauta, eu vou atender a solicitação do conselheiro. Aqui nós temos o processo da Fleurs, o 6.1, ele será o primeiro a ser discutido. Eu passo então o exame da ata da 112ª reunião ordinária, de 28/6/2024, para o último ponto da pauta. Então nós deixaremos a ata para o final. Conforme previsão do Regimento Interno, eu questiono se algum dos conselheiros se dá por suspeito ou impedido de que trata o Regimento Interno, Deliberação Normativa COPAM 247 ou a Lei 14.184. Nenhum conselheiro se dá por suspeito ou impedido. Conforme previsão regimental, eu vou ler a pauta como um todo, e os senhores, caso tenham algum destaque, o faça após a leitura do referido item.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 6.1) Fleurs Global Mineração Ltda. Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Raposos, Nova Lima e Sabará/MG. PA/SLA/Nº 284/2022. SEI/Nº 1370.01.0061024/2021-70. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR/PLS).**

Retorno de vistas pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Francisco de Assis Lafetá Couto, representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); e Thiago Rodrigues Cavalcanti, Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg). Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “OK. Então nós não temos votação em bloco para nenhum processo. Retornamos então, senhores conselheiros, ao item 6.1, Fleurs Global Mineração Ltda. Lembrando aos inscritos para aqueles dois processos, 8.1 e 9.1, que tínhamos inscritos de forma independente, como o processo foi objeto de vista, não entramos em debate nos referidos processos. Caso tenham interesse, deverão se inscrever na próxima reunião. Então item 6.1, Fleurs Global Mineração Ltda. Eu vou seguir a lista dos conselheiros conforme disposto na nossa pauta. Vamos começar pelo conselheiro Heleno Maia. Pois não, conselheiro. O senhor tem 10 minutos, podendo ser prorrogados. Com a palavra.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, até por questão de agilidade do processo, eu não vou nem me alongar, até mesmo porque o relato de vistas é bem claro. Só aquelas informações que eu precisaria mesmo de ter, aquelas perguntas que foram feitas no relato de vistas. Ter um esclarecimento maior, haja vista que no relatório técnico não abordou esses assuntos. Somente isso, senhor presidente. Não vou alongar até porque o número de inscritos, para que não atrase ainda mais esta reunião. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, conselheiro. Eu passo para o Fernando Benício. Pois não, Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, no cumprimento de nossas obrigações estatutárias na defesa do meio ambiente, estivemos presentes ao empreendimento realizando visita técnica para verificar, principalmente, se o empreendimento afetaria o mosaico natural da serra do Curral, que é o que se entende do pico Belo Horizonte e serra do Curral, patrimônio do povo de Minas Gerais. Observadas todas essas instâncias, da distância, dos impactos, nós consideramos também tecnicamente que o empreendimento está apto para operar. E acompanhamos o Parecer Único do Estado, senhor presidente. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Fernando. Francisco, pois não.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Senhor presidente, meu relato de vista foi em conjunto, juntamente com o conselheiro Thiago e com o conselheiro Fernando, está bem explícito, e nós estamos de acordo com o Parecer Único da SEMAD.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Obrigado. Dr. Thiago, pois não.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Como o Francisco já disse, o parecer foi conjunto, Ciemg, Zeladoria do Planeta e Sindiextra, e o nosso parecer acompanha o Parecer Único da FEAM. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Dr. Thiago. Eu vou explicar para os senhores, para os inscritos, antes de voltar ao Conselho. Nós temos um grande número de inscritos para este item de pauta. Qual vai ser a nossa dinâmica? Eu vou chamar de dez em dez, porque senão nós vamos lotar a sala. Após a manifestação, conforme lido pela nossa assessora regimental, os inscritos deverão deixar a sala, dar espaço para os novos inscritos, para um bom andamento da nossa reunião. Peço encarecidamente que após a manifestação deixem a sala. Se a sala ficar carregada, nós vamos ter que retirar. Então, por favor, após as manifestações, deixem a sala, conforme previsão do Regimento; está previsto no Regimento. Lembrando que o inscrito fala apenas uma vez. O prazo de 5 minutos será respeitado aos inscritos para sua manifestação; 1 minuto pela Presidência, e os outros 5 minutos eu tenho que colocar em votação. Ok? Eu vou pedir à assessoria para ir colocando, para os senhores terem ideia da colocação em relação às inscrições, os primeiros dez que serão chamados. Pode projetar tudo e deixa um tempo para quem estiver no computador, tirar uma foto, tirar um print. Só para dar um tempinho para a pessoa tirar um print. Então acho que dá para dar um print. Ok. Então agora vamos apresentar... Projeta os dez primeiros. E por favor aceitem os dez primeiros. Lembrando aos inscritos, todos os inscritos terão oportunidade de fala. Eu retornarei, como em todas as reuniões eu faço: àqueles que não se manifestaram eu retorno, sem problema algum, para manifestar posteriormente. Então todos os inscritos terão chance de se manifestar. Os primeiros dez já estão entrando? Eu retorno a palavra ao Conselho, se tem algum destaque em relação às vistas apresentadas, algum destaque adicional, antes de passar a palavra para os inscritos. Lembrando que na nossa dinâmica os inscritos se manifestam, e após a manifestação dos inscritos eu passo a palavra à equipe responsável pela análise do processo. Jeiza, faz a chamada para mim em relação aos inscritos. Lembrando aos inscritos, 5 minutos para se manifestar.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, conselheiro.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “No meu relato de vista, eu peço para baixar em diligência. Qual foi a decisão do senhor nesse sentido?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conselheiro, então antes de chamar os inscritos... Eu ia até falar isso posteriormente. Já entrando nessa questão, conselheiro, eu ia falar após a manifestação dos inscritos, mas eu falo aqui neste momento e já solicito a manifestação da DGR. O meu papel aqui como presidente de um Conselho é manifestar em função do Estado. Não é Yuri, a pessoa física do Yuri, CPF tal, que está manifestando em relação à sua vontade, e sim aquilo que o Estado representa, ou seja, em outras palavras, como agente público, eu falo em nome do Estado. Então só relembro aos conselheiros e aos inscritos que não têm muita familiaridade com o processo de licenciamento ambiental como que é feito um processo de licenciamento ambiental, como é pautado. Os processos são analisados pelas URAs ou pela DGR, e os processos são pautados. Eles são indicados, encaminhados à assessoria de comunicação dos Órgãos Colegiados pelo menos 20 dias antes de cada reunião. Até então eu não tenho ciência de quais os processos serão pautados. A análise de cada processo cabe à DGR ou à respectiva URA. Vinte dias antes, é encaminhada uma pré-pauta para a Assoc. A Assoc, de posse dessa pré-pauta, faz

uma pauta que é disponibilizada para os senhores. Somente então eu tenho ciência daqueles processos que irão ser pautados. Lembrando que a análise de cada processo é realizada pela respectiva URA ou pela DGR. Não cabe a mim como presidente estar analisando processos de uma determinada URA, a não ser a do Norte, da qual eu sou diretor de controle processual. Presume-se até então que quando um processo é pautado ele está apto a ser deliberado, seja pelo deferimento, seja pelo indeferimento. As minhas decisões aqui no Conselho, senhores conselheiros, aos inscritos, aqueles que nos acompanham, são pautadas pela análise do órgão ambiental, não é a minha opinião pessoal; são pautadas pela opinião do órgão do Estado. E quem representa o Estado em um dado parecer? Aquela respectiva URA ou a DGR. O senhor solicitou a baixa em diligência em relação ao processo da Fleurs Global. Isso também já tinha sido solicitado, a retirada do ponto de pauta, anteriormente, e eu até manifestei naquela oportunidade que naqueles pedidos de retirada do ponto de pauta não era possível em virtude de que aquele pedido em si traria a própria discussão do processo. Mas o senhor agora, em uma nova solicitação, faz a solicitação da baixa em diligência em virtude da comunidade quilombola que ali está. Então para minha decisão – como eu disse, a decisão é minha, mas o embasamento é dado pela equipe técnica que analisou o processo – eu solicito então que a DGR se manifeste quanto à baixa em diligência, se ela é pertinente ou não. O que significa baixa em diligência? Isso está no Regimento Interno, Deliberação Normativa COPAM 247. É todo questionamento feito pelo conselheiro no momento da reunião que não pode ser sanado durante a sessão de julgamento. Esse é o conceito que está lá em ‘baixa em diligência’, que foi o que o senhor me solicitou. Então eu passo o questionamento, a dúvida – sem prejuízo de uma tomada de decisão posterior – à DGR, à equipe da DGR que fez a análise. É pertinente a baixa em diligência, é possível que os esclarecimentos, as solicitações, feitos pelo conselheiro Heleno Maia sejam sanados durante esta reunião? Ou seja, nós temos respostas para os questionamentos? Em caso afirmativo, o processo será mantido em pauta. Em caso negativo, iremos baixar o processo em diligência neste momento, conselheiro; neste momento baixaremos o processo de pauta. Sem prejuízo, conselheiro Heleno, de posteriormente, após as discussões, o senhor entender, ‘presidente, dadas as falas, as manifestações, eu entendi que os meus questionamentos não foram sanados’. Eu vou retornar esses mesmos questionamentos à DGR para serem sanados. E caso não sejam sanados nós podemos até verificar, posteriormente, a nova baixa em diligência ou retirada do ponto de pauta. Então neste momento eu solicito à DGR para me subsidiar sobre a necessidade ou não de baixa em diligência.” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Bom dia, senhor presidente. O conselheiro Heleno Maia trouxe alguns questionamentos sobre a existência de comunidades tradicionais no raio inferior a 8 km do empreendimento, questionando especificamente sobre algumas questões relacionadas ao RTID, que é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dessas comunidades, dessa comunidade, especificamente, comunidade do Manzo, e questionando alguns pontos específicos sobre os procedimentos adotados em relação à avaliação do órgão ambiental dentro do procedimento de licenciamento ambiental. Então eu vou trazer as respostas aos questionamentos do conselheiro, que entendo que são pertinentes e podem ser devidamente abordadas no âmbito desta reunião. A primeira pergunta que ele traz é se o Manzo está registrado no Incra e possui Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Nós fizemos a análise em relação a esse ponto posto pelo conselheiro. Essa comunidade possui certificação na Fundação Palmares, mas não consta em nenhum sistema oficial de qualquer órgão que tutela essas avaliações a existência de RTID para delimitação da influência das comunidades para o processo de licenciamento ambiental. Então objetivamente respondendo a sua pergunta, conselheiro, ainda não existe Relatório Técnico de Identificação e Delimitação aprovado nos portais de Transparência Ativa de qualquer uma das entidades que tutelam essa avaliação. Quanto à segunda pergunta que você trouxe: a consulta livre, prévia e informada é feita por qual órgão do poder público, qual o procedimento para realização dessa consulta, existe alguma norma para a definição dos protocolos, consultas e procedimentos? Nós trazemos a resposta em âmbito estadual, conselheiro Heleno Maia, porque é uma informação que é tutelada não só em âmbito estadual, mas como também em âmbito federal. Em âmbito estadual, a secretaria competente para tutelar comunidades quilombolas é Sedese, dentro de uma articulação institucional com outros órgãos de participação em procedimentos públicos. Posto isso, não existe qualquer regulamentação vigente atualmente que tutele a forma de regularização da CLPI. Então não temos em âmbito estadual qualquer forma de delimitação dessa avaliação. Sua terceira pergunta: a Portaria Interministerial Conjunta 60 é de observância compulsória em licenciamento de competência estadual? Essa resposta é uma resposta bastante objetiva: não são de observância obrigatória em âmbito estadual normas de entes diversos para regulamentar procedimentos seja em âmbito federal, seja em âmbito municipal, no caso; não vincula a atuação do Estado dentro do seu procedimento de licenciamento ambiental. Não obstante, o próprio Estado, dentro de uma lógica de funcionamento da Deliberação Normativa 217, editada por este próprio Conselho, estabelece alguns dos conceitos da Portaria Interministerial 60 como fatores de restrição dentro do processo de licenciamento ambiental. Então não por conta da aplicação da Portaria Interministerial 60 por si, mas por uma opção normativa de trazer alguns conceitos para a Deliberação Normativa 217. Não obstante, dentro da lógica de um procedimento de licenciamento ambiental, o Estado possui competência para delimitar seus procedimentos e avaliações e definir a forma de condução do processo de licenciamento, com autonomia em relação a instruções normativas e atos normativos expedidos por entes diversos. É importante deixar claro que isso não se confunde com lei em sentido estrito. Portaria interministerial não é uma lei em sentido estrito, por isso ela não é de observância obrigatória. Diferente de leis federais, estaduais, municipais, que aí sim são leis em sentido estrito, e haveria uma necessidade de observância em qualquer âmbito, porque ninguém pode

se obstar de cumprir qualquer determinação legal. Então esse é um ponto de relevância para essa avaliação. A portaria interministerial regulamenta procedimentos em âmbito federal. Por fim, seu quarto questionamento: audiência pública, uma vez amplamente divulgada a toda a sociedade, é aberta ao povo, oportuniza a participação e manifestação de todos, inclusive de membros da comunidade quilombola? A resposta a esse seu questionamento é sim, a audiência pública é aberta a qualquer cidadão, seja ele quem for, logicamente que respeitados os procedimentos previstos na deliberação normativa que rege o procedimento da audiência pública. Mas qualquer cidadão tem possibilidade de participação nessas audiências públicas; ela é aberta a qualquer interessado. Então também existe a possibilidade de comunidades quilombolas fazerem o uso da audiência pública como um instrumento de participação social. Inclusive, temos exemplos práticos aqui em que a audiência pública foi palco de discussões e participações de comunidade quilombola de forma muito recente. Então, sim, é possível, e que não se faça qualquer tipo de limitação de participação em audiência pública por qualquer cidadão, a legitimidade é ampla, e qualquer pessoa pode participar dessas reuniões. Então entendo que os questionamentos postos aqui estão devidamente esclarecidos, conselheiros, e entendo que, dentro dessa lógica das perguntas expostas aqui pelo senhor, nós temos condição de trazer esses esclarecimentos ao Conselho.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Vitor. Conselheiro Heleno.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, só para reafirmar, para deixar bem clara essa informação. A comunidade quilombola do Manzo não possui o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. É exatamente isso?” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Conselheiro Heleno Maia, como eu disse, isso não é um ato expedido pela SEMAD. O que nós fizemos de levantamento em todos os canais de Transparência Ativa de todos os órgãos que tutela essas comunidades: Fundação Palmares, Incra, e inclusive o município de Belo Horizonte, considerando que se trata de uma comunidade que está em área urbana. Em nenhum desses canais de Transparência, em qualquer tipo de consulta especificada, existe qualquer tipo de informação relativa à existência do RTID em relação a essa comunidade. Existe um processo de certificação, e aí é importante que façamos algumas diferenciações para deixar claro para os conselheiros esse procedimento. O procedimento de comunidades tradicionais possui algumas fases. Uma primeira fase é a autodeclaração dessas comunidades. Um segundo momento é a certificação. E por último existe a necessidade de delimitar o território dessas comunidades, o que é realizado por meio do RTID. No caso específico da comunidade do Manzo, ela possui certificação, mas não possui, dentro dos canais de Transparência Ativa de qualquer um desses órgãos, qualquer informação relativa à existência de RTID. Diferente, por exemplo, de outras comunidades inseridas dentro do município de Belo Horizonte, que os canais de Transparência Ativa dessas entidades possuem informações sobre a existência do RTID. Então não identificamos qualquer informação sobre essa existência dentro dessa lógica de atualização dentro das competências de cada ente. Então a resposta para essa informação é: em todas as buscas, consultas, não se identificou por parte do órgão ambiental a existência do RTID para essa comunidade. Perfeito?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Perfeito. Senhor presidente, a preocupação nessas perguntas é exatamente não termos uma decisão aqui, nossa na CMI, e ela ser amanhã paralisada pela Justiça, trazendo um descrédito ao Conselho, um descrédito aos conselheiros, abordando exatamente essa situação. Porque isso já ocorreu no passado. Eu não participava desta Câmara Técnica, na verdade, no passado, mas já ocorreram decisões desta Câmara que foram paralisadas pela Justiça, baseadas especificamente e unicamente na situação quilombola, essa comunidade do Manzo. Então por esse motivo eu solicitei todas essas perguntas para que fossem esclarecidas e sanadas, para que pudéssemos tomar uma decisão de voto bem mais tranquilos.” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Conselheiro Heleno Maia, perfeito. Suas colocações são sempre muito pertinentes. É importante que a gente tome uma decisão informada. Não obstante, eu acho sempre importante trazer alguns esclarecimentos relativos ao procedimento de licenciamento ambiental. O procedimento de licenciamento ambiental é destinado, especificamente, a avaliar questões relacionadas a impactos ambientais, definindo viabilidade ambiental do empreendimento no que tange medida de controle e mitigação. Então esse é o objeto de discussão acerca dessa deliberação de processo, estabelecer os impactos ambientais decorrentes do exercício da atividade produtiva, levantar as compensações, mitigações, ações de impactos ambientais para que avaliemos dentro do licenciamento ambiental impactos referentes a meio físico, meio biótico e outros caracteres que são expostos dentro da nossa avaliação de impacto ambiental. Isso é muito importante que a gente traga, que não afasta competência e delimitação de outros órgãos para tutelar sua competência em relação a características específicas que estão a cargo de política pública de outros entes. Então o que eu quero dizer com isso, conselheiro? Não podemos entender que o licenciamento ambiental vai resolver todas as autorizações necessárias para desempenho de uma atividade produtiva. Então se houver outra tutela em relação ao exercício dessa atividade, seja dessa ou de qualquer outra, o empreendimento tem que se diligenciar a esses órgãos que detém competência legal para tutela da política pública específica para que possa obter qualquer tipo de autorização. Então o licenciamento ambiental não substitui qualquer tipo de autorização e não exclui qualquer tipo de exercício de poder de polícia de outros órgãos que tutelam outras importantes avaliações referentes a essas nesse sentido. Então o que temos aqui é: se houver algum tipo de impacto direto em relação à atividade, em relação a outra tutela de outro ente, no que tange ao bem jurídico protegido por esses entes, a existência do licenciamento ambiental não afasta a competência desses entes de exercer seu poder de polícia, de exercer sua política pública. O licenciamento ambiental é o procedimento destinado à avaliação de impactos ambientais, e dentro dessa lógica de impactos ambientais nós trazemos todos os elementos que entendemos pertinentes para que este Conselho possa deliberar em relação à licença, dentro da

lógica de funcionamento. E qualquer dúvida que surge aqui no entorno dessa discussão nós estamos também dispostos a fazer qualquer esclarecimento necessário. Estamos aqui para isso, dentro da lógica de subsidiar a decisão dos senhores conselheiros.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Obrigado, Vitor. Senhor presidente, eu gostaria que constassem, na íntegra, na ata, por gentileza, todos esses esclarecimentos, por gentileza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Solicito a transcrição, na íntegra, da reunião inteira, que fica até mais barato para o órgão fazer a transcrição da ata como um todo. Senhores conselheiros e aqueles que nos acompanham, somente para ler para os senhores, Art. 38 do Regimento Interno, da diligência: entende-se por diligência solicitação, por conselheiro, de informações e esclarecimentos sobre item de pauta que não for possível serem sanados no ato da reunião. Entendo que os esclarecimentos, os pedidos, os questionamentos foram sanados aqui pelo Vitor e, com essas considerações, eu mantenho o processo em pauta. Caso o conselheiro, como dito no Regimento Interno, a solicitação é do conselheiro, se o conselheiro entender que não ficou cabalmente demonstrado ou satisfeito com os seus questionamentos, por favor, faça posteriormente. Algum outro conselheiro que um destaque antes eu passar para os inscritos? Não? Então Jeiza, por favor, chame os inscritos. Lembrando aos inscritos que, após a manifestação, deverão deixar a sala, conforme previsão do Regimento. E se os senhores, caso não saiam, para o bom andamento da nossa reunião, eu vou solicitar que sejam retirados. Primeiro, o Sr. Felipe Gomes. Senhor Felipe, o senhor tem 5 minutos. Pois não.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Presidente, só para entender: o exame da ata não foi votado ainda, da ata da 112. Correto?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não foi votada.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Tudo bem. Beleza. Presidente, eu queria entender aonde no Regimento Interno fala sobre essa obrigatoriedade de sair ao fim da manifestação? Eu gostaria de também perguntar, já aproveito e faço algumas perguntas específicas: quantos inscritos tivemos neste ponto de pauta e nos demais pontos de pauta, se foi a mesma quantidade ou se esse foi muito mais para justificar a inversão de pauta – só para entender. Então quantos inscritos, aonde no Regimento fala que temos que sair, quantas pessoas cabem no Zoom, nessa plataforma que vocês estão utilizando; e se o Estado, o governo de Minas Gerais dispõe de uma ferramenta que cabe mais gente. Porque considerando o grande número de inscritos e que é extremamente complicada essa ida e vinda, diversas pessoas vieram e falam ‘Felipe, como é que eu acesso? Não estou conseguindo’... Aí chama a pessoa, a pessoa não está aqui, é uma confusão que já vimos em várias reuniões. Não existe uma outra plataforma, o Estado não detém uma outra plataforma que caiba mais de cem pessoas? Poderia ter essas respostas antes de continuar a minha fala? Se pudesse só parar o tempo para ter essas respostas. É possível ou não? Ou eu tenho que falar tudo?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Fala tudo, por favor.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Eu fiz uma série de questionamentos ao senhor na última reunião que continuam sem respostas. Vários questionamentos meus feitos na audiência pública não constam no processo de licenciamento ambiental as respostas. Não estão lá. Não está no site da empresa, não está em nenhum lugar – pelo menos eu não tive acesso, não consegui – nenhum documento do estudo ambiental, ou do SEI. Eu queria saber onde está a íntegra de todas as perguntas que foram feitas no âmbito da audiência pública. Porque não tivemos acesso, e aí fica um negócio meio estranho porque está se definindo o empreendimento sem ter a transparência na resposta aos questionamentos da audiência pública. Então eu queria saber. Eu sei que tem a resposta padrão no documento, no Parecer Único, mas cadê, não existe a íntegra dessas respostas? Não tem lá? ‘Pergunta 1 do Felipe Gomes, pergunta 1 anônima... Isso não vai ser respondido? Eu mandei mais de 50 perguntas, inclusive perguntas que tratam sobre Belo Horizonte e a relevância desse empreendimento para Belo Horizonte, e elas não foram respondidas, elas foram ignoradas, inclusive, não constam no Parecer Único, inclusive consta no documento que eu enviei a vossa senhoria. Outra coisa, quando fala a questão do quilombo Manzo, nós temos aqui um problema muito sério. Devido à incompetência do órgão ambiental em definir a obrigatoriedade da consulta livre, prévia e informada ao quilombo Manzo, a Justiça Federal foi obrigada a agir e suspendeu uma licença concedida por esta mesma instância no caso da Tamisa. Vamos incorrer no mesmo erro, mesmo com o alerta muito bem-fundamentado de um dos conselheiros? Lembrando que já teve, inclusive, ajuizamento de ação por entidade questionando isso. Será que este Conselho vai cair nessa armadilha novamente de ter que esperar a Justiça obrigar a suspender uma licença concedida e aí gerar toda aquela insegurança jurídica que está ocorrendo no caso da Tamisa? Inclusive, com risco de a Tamisa processar o Estado porque concedeu a licença, mas não deixa operar, e pedir lucro cessante e tudo mais. Isso vai gerar um transtorno gigantesco, que o Estado pode gerar, inclusive para o Estado ter que pagar multa para a Tamisa de lucro cessante porque concedeu... Imagina que loucura. Então vai realmente continuar essa análise do processo de licenciamento ambiental não tendo a consulta livre, prévia e informada do quilombo Manzo? Aí eu pergunto: foi citada no estudo ambiental, no parecer, a questão do quilombo Manzo, existe essa informação, ela está lá? Sim ou não? Pergunto aqui também: em relação aos autos de infração que essa empresa dispõe, são inúmeras infrações, inclusive... Presidente, se pudesse me conceder um minuto adicional, eu agradeceria, para complementar a fala... Muito obrigado, presidente. Essa empresa tomou uma multa por prestar informações falsas ao órgão ambiental. Depois eu queria que você pudesse falar a íntegra desse auto de infração, quais informações falsas ela apresentou. E aí eu pergunto: e se isso tiver ocorrido aqui de novo? Foi feita uma análise criteriosa disso? Porque tem no final do parecer falando, que a gente acredita em tudo. E também pergunto o seguinte: quem fez essa análise do documento ambiental? Por acaso, foi um servidor técnico, de carreira, concursado, com estabilidade funcional? Ou foi feita por uma empresa que presta serviço para outras mineradoras, que ganha dinheiro vendendo serviço para empresas de mineração? Se pudesse colocar em votação a

complementação dos 5 minutos, presidente, porque ainda tem alguns outros pontos que eu gostaria muito de levantar, questionamentos, se fosse possível.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, eu coloco em votação o pedido, solicitação de tempo adicional de 5 minutos pelo Sr. Felipe. Pode levantar a mão fisicamente... Cinco minutos adicionais. Pois não. Sr. Felipe.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Primeiro agradeço muito a todos os conselheiros que concederam, garantiram esse nosso direito de fala que é muito importante. Nós estamos aqui exercendo o nosso dever, segundo a Constituição Federal, Art. 225, que é dever de todos lutar por um ambiente ecologicamente equilibrado. Então eu faço este questionamento: quem elaborou esse parecer? Quem elaborou esse parecer ganha dinheiro prestando serviço para outras mineradoras? Eu queria que isso fosse deixado muito claro. E também, presidente, eu gostaria de pedir que toda a minha fala constasse em ata. Porque eu vi que na fala da reunião passada a minha fala não constou em ata praticamente nada. Eu falei em todos os processos do licenciamento ambiental – igual hoje estou inscrito em todos os processos do licenciamento ambiental –, fiz questionamentos em todos os processos ambientais, que o empreendedor teve que responder e o Estado, e não consta nada na última ata. Então eu queria já deixar claro e também alertar para todo mundo: se você quer que a sua fala seja registrada em ata, exija ‘que a minha fala seja transcrita, na íntegra, na ata desta reunião. Presidente, eu também queria perguntar uma coisa: nós vivemos momento de fenômenos climáticos extremos. Nós estamos falando do empreendimento que está colocando a gigante de uma pilha de rejeito praticamente dentro do rio das Velhas, que não respeitou regra nenhuma. Eles operaram sem licença. Aí vocês foram lá, mandaram eles pararem de operar, eles desrespeitaram acho que umas três ou quatro vezes e continuaram operando; eles desmataram, eles sumiram com rendimento lenhoso. Aconteceu um monte de coisa. Aí o seguinte, eles estão fazendo uma pilha de rejeito praticamente dentro do rio das Velhas, e nós estamos vivendo num cenário de mudanças climáticas que estamos vendo o que aconteceu com o Rio Grande do Sul. E aqui em Minas Gerais, se tiver uma chuva parecida com aquela, nós vamos ter um colapso nas barragens e nas pilhas. Podemos ter. Principalmente, se elas tiverem sido dimensionadas considerando os critérios convencionais, porque as chuvas se intensificam, cai muito mais água num tempo muito menor. Inclusive, a Vale, barragem B3 e B4, fizeram lá, e em dois anos o sistema de drenagem não suportou, e lotou tudo lá e tal. Foi considerado esse novo regime pluviométrico aqui nesse empreendimento? Porque se não foi é extremamente preocupante pensar que uma chuva que está acima da média pode cair naquela pilha de rejeito, que está praticamente dentro do rio das Velhas, e descer. E aí eu gostaria de perguntar ao empreendedor se ele pudesse relatar todas as operações da Polícia Federal que ocorreram, se ele teve caminhão apreendido alguma vez, se tem algum caminhão apreendido hoje. Eu não sei, vai que tem um caminhão cheio de minério preso lá dentro da Polícia Federal. Há já um bom tempo, isso aconteceu. Eu queria também saber o seguinte... É muita informação... Eu queria aproveitar para orientar, pessoal, todo mundo: tem muita gente inscrita, então, pessoal, façam perguntas, assim como eu estou fazendo. Porque é direito nosso fazer as perguntas, e eu espero que elas sejam respondidas. E queria perguntar também: eu vejo aqui uma das minhas várias perguntas, eu fiz várias perguntas, uma não foi respondida. Como que eu devo proceder? Eu devo abrir o áudio: ‘presidente, faltou a resposta da pergunta tal’. Como que eu devo agir? E também esse negócio de sair e depois ter que voltar, como que vai garantir que eu vou entrar de novo, que eu não vou, no momento certo? Quantos inscritos? Aí eu volto à pergunta: quantos inscritos tivemos? Temos muitos inscritos, tem previsão de duração dessa reunião? Tem risco de ela durar mais que 8 horas? Se ela durar mais que 8 horas? Porque eu queria, inclusive, saber quantos inscritos tem nos outros processos, porque eu acho que também tem muitos inscritos no outro, salvo melhor juízo. Se durar mais que 8 horas, o que vai acontecer? Podia explicar o procedimento, se vai parar a reunião, chamar uma nova? Quem é que pode falar nessa nova reunião, quanto tempo deve demorar para ter uma nova reunião? Ou não, isso não vai acontecer, o senhor vai fazer igual na reunião da Tamisa? Que falou: ‘nós vamos aqui o tempo que for necessário’. Só para a gente se preparar, para comprar um lanche, para eu preparar água. Para eu ver se vai durar 50 horas isso aqui, quantas horas. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “As questões de ordem técnica serão respondidas pela equipe da DGR ao final. Em relação aos questionamentos feitos pelo inscrito em relação ao procedimento e ao Regimento, eu até sugiro ao Sr. Felipe que leia o Regimento. A maioria dos questionamentos que o senhor fez estão no Regimento. Então vamos lá, o primeiro questionamento que o senhor fez é onde está escrito que as falas do senhor, da ata, onde todas as falas do senhor não foram transcritas. Leia o Regimento Interno: ‘as reuniões das Unidades Colegiadas serão gravadas e registradas em atas sucintas’. O que significa sucinta, Sr. Felipe? Que não são transcritas todas as falas, são aquelas mais importantes. E o senhor tem à sua disposição a gravação. Em relação ao outro questionamento em relação aonde está escrito que a pessoa deve deixar a sala, o senhor eu acho que não se ateu ao momento da manifestação da assessoria regimental. Ela falou o artigo. Mas, se o senhor não prestou atenção daquela vez, leio novamente o Art. 67: ‘O tempo de duração para manifestação dos conselheiros interessados em reuniões remotas ou híbridas é o disposto nos arts. 36 e 43.’ ‘O Presidente da reunião poderá solicitar à equipe técnica responsável que desative o áudio daquele que ultrapassar o tempo regimental de manifestação. O inscrito que estiver participando remotamente deverá – não é poderá; verifique o verbo, é ‘deverá’ – sair voluntariamente da plataforma digital após concluída sua manifestação no item desejado, sob pena de ser retirado, sem possibilidade de retorno.’ Esse artigo foi lido na manifestação da Dra. Jeiza. Então eu peço, encarecidamente, que o senhor, que agora já se manifestou, por favor, deixe a sala para darmos seguimento à nossa reunião. Em relação aos inscritos, neste ponto de pauta são 83 inscritos. Os demais inscritos em relação aos outros pontos de pauta serão tratados no

referido ponto de pauta. Passo para o próximo inscrito... Desculpa, em relação aos questionamentos que foram feitos, que o senhor falou do e-mail, todos os questionamentos, volte à reunião passada, ouça lá a gravação, pega a gravação. Todos os questionamentos que diziam respeito a mim foram respondidos para o senhor no momento da reunião. Se o senhor não entendeu que não foi, verifique de novo a gravação, talvez o senhor tenha esquecido, como esqueceu o Regimento Interno, que foi falado neste momento. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é o Sr. Roberto Andrés. Ele já está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Roberto, pois não. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Roberto Andrés/sociedade civil: “Bom dia a todas as pessoas aqui presentes, bom dia, senhor presidente, conselheiros. Eu sou urbanista, professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Nós vemos com muita preocupação a apreciação desse ponto de pauta nesta reunião de hoje. A Fleurs não é uma mineradora qualquer, é uma mineradora que iniciou suas atividades de forma irregular, camuflando seu serviço de mineração e realizando uma série de infrações ambientais e que hoje é alvo de um processo, é ré na justiça por uma série de irregularidades realizadas, como desmatamento irregular às margens do rio das Velhas, ao pé da serra do Curral; como sonegação de informações, sonegação de impostos. E esse processo judicial corre. Como é possível que esta Câmara então aprecie uma nova licença de mineração para uma mineradora cujo processo judicial pode justamente puni-la e impedir que essas atividades continuem acontecendo? Há um evidente atropelo judicial em curso ao se apreciar uma licença de mineração de uma mineradora que está em processo de investigação pela Polícia Federal, com uma série de crimes já evidenciados, com uma série de apreensões e com situações escandalosas, de crime ambiental, que nós todos somos impactados por ela. Esta Câmara vai, mais uma vez, conceder uma licença que depois vai ser derrubada na Justiça, colocando, inclusive, o nome de todos esses conselheiros expostos por um tipo de procedimento que não tem validade legal? Eu queria salientar que a argumentação que foi colocada aqui hoje pelo conselheiro Heleno e na consulta feita de que eventualmente a ausência de um registro no Inbra tiraria a validade do quilombo Manzo para o licenciamento ambiental não tem procedência e não tem jurisprudência. Essa argumentação foi feita pela Tamisa quando recorreu da derrubada da licença e não foi aceita pela Justiça. O TRF 6 considerou que a consulta ao quilombo Manzo deveria ter sido feita. A consulta ao quilombo Manzo, senhoras e senhores, é estabelecida pelo Art. 169 da Convenção da OIT, da qual o Brasil é signatário. E na convenção da OIT não há nenhuma menção à necessidade de registro no Inbra. Ao contrário, o entendimento amplo no campo judicial é que somente a autodeclaração já tem validade para que aquela comunidade seja consultada. Nós estamos falando de uma comunidade que já tem certificação. Portanto, senhoras e senhores, qualquer votação que autorize a licença da Fleurs sem a devida consulta livre, prévia e consentida ao quilombo Manzo coloca em risco legal, mais uma vez, esse empreendimento, ela fere a Convenção da OIT e ela exhibe esta Câmara como um órgão que está tendo pouco cuidado com a legislação vigente da qual o Brasil faz parte. Eu acredito que nenhum das senhoras e senhores gostariam de se prestar a esse tipo de papel, ainda mais num momento de crise climática, de risco hídrico e da gravidade que uma licença como essa pode trazer para toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Não é possível que votemos aqui hoje uma licença de uma mineradora com tantas irregularidades, ré na Justiça por desmatamento ilegal, que tem uma audiência marcada para agosto. Por que então a pressa de votar isso aqui hoje? E que não cumpriu um elemento essencial do processo de licenciamento estabelecido na nossa legislação, já que é signatário da Convenção da OIT, que é a consulta livre, prévia, informada e consentida ao quilombo Manzo. Como é possível uma coisa dessa? Portanto, senhoras e senhores, eu acho que a única coisa que pode haver aqui hoje é que esse processo seja retirado de pauta. Essa é a única medida legal e correta para lidar com um processo como esse. Portanto, solicito, Sr. Yuri Trovão, presidente desta Câmara, que faça cumprir a lei e que retire essa pauta do Conselho até que seja feita – enfim, o fim do processo judicial – a consulta livre, prévia, informada e consentida ao quilombo Manzo, como prevê nossa legislação. Ou vamos ver mais uma vez a Justiça derrubando uma licença concedida, gerando instabilidade e risco ambiental para toda a população de Minas Gerais. Eu acredito que isso não é o interesse de nenhum dos senhores. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Roberto. Sr. Roberto, como eu disse, a minha manifestação, o meu subsídio é dado pela equipe que analisou o processo. Em relação à retirada do ponto de pauta, do processo de pauta, em relação à baixa em diligência, a primeira coisa que eu faço, não só neste processo, como em todos os processos aos quais eu tive a oportunidade de presidir, é pedir embasamento técnico e legal àquela equipe que analisou o processo. Como o senhor verificou aqui no início da reunião, a equipe da DGR entendeu que não seria o caso de baixa em diligência ou retirada do processo de pauta. Então são eles que me dão subsídio. Então é o que eu falei, às vezes a pessoa confunde o meu entendimento. Desculpa estar citando o senhor, mas o senhor falou que eu deveria tirar de pauta. Eu não posso retirar um processo de pauta sendo que a equipe que analisou o processo, que é responsável pela análise do processo, está me falando o contrário. E até então a equipe que analisa o processo fala não em nome dela, fala em nome do Estado. Então a minha manifestação não pode ser diversa da manifestação do Estado, já que eu ocupo neste cargo de Presidência uma função de Estado. Então não cabe a mim decidir de forma diferente daquele embasamento dado pela equipe que fez a análise do processo. Então por esses motivos o processo se mantém em pauta até caso não haja mudança de entendimento pela DGR. Próximo inscrito...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Isabella Miranda, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Isabella Miranda...” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Oi, gente, bom dia. Isabella Gonçalves, deputada estadual.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Desculpa, excelência. Só alertando, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois

não, com a palavra.” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Obrigada. Bom dia a todos os presentes, deputada estadual Bella Gonçalves, também integrante da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, e acompanho desde 2018 o processo envolvendo a empresa Fleurs, que iniciou um processo de mineração na serra do Curral de forma ilegal, imoral e absolutamente prejudicial, gerando uma operação policial, Operação Poeira Vermelha, da Polícia Federal, que levou a Fleurs e os seus donos, os seus sócios, a estarem hoje respondendo por ação criminal. Então eu queria fazer um destaque de que nós estamos discutindo um caso de polícia dentro deste Conselho, que, para além de todas as questões administrativas que dizem respeito aos impactos ambientais e sociais da empresa, o avanço do processo de licenciamento é corroborar com um grande esquema de corrupção, de roubo de minério de ferro, um grande esquema de burlar, inclusive, as questões ambientais, prestar informações falsas. Essas pessoas deveriam estar hoje respondendo a processos judiciais, não terem o benefício de terem os seus empreendimentos pautados em um Conselho que deve ser um Conselho para analisar empresas e empreendimentos sérios do Estado, não empreendimentos que estão organizados na base do crime da extração ilegal de minério de ferro. A Fleurs, desde 2018, quando iniciou os processos de mineração ilegal na serra do Curral, em provável conluio com a empresa Gute – que inclusive hoje está respondendo também judicialmente –, ao invés de ter sido paralisada pelo órgão ambiental, foi beneficiada com Termos de Ajustamento de Conduta. Nós temos feito na Assembleia Legislativa uma discussão muito séria sobre como os Termos de Ajustamento de Conduta estão sendo deturpados para, na verdade, premiar e possibilitar a regularização de mineração pirata, mineração ilegal. Eu tenho, inclusive, um projeto de lei sobre isso, que já passou pela Comissão de Legislação e Justiça: proíbe a regularização de processos de mineração que começam com base na pirataria. A Secretaria de Meio Ambiente, além de ter ofertado o Termo de Ajuste de Conduta para a Fleurs, existe uma outra situação bastante confusa, que aconteceu em 2019, quando o IGAM, o Instituto das Águas, transferiu uma outorga de água da Tamisa, Taquari Mineração, para a Fleurs, o que era um precedente para o avanço do processo de licenciamento ambiental. Acontece que não houve pedido formal protocolado para essa transferência, foi um ato do administrativo que pode indicar uma associação entre o órgão ambiental e a empresa, que está completamente fora do que deveria ser a responsabilidade do poder público e pode configurar uma participação em um conluio com uma empresa que, repito, é criminoso. Os sócios dessa empresa têm sido investigados, inclusive, por outros crimes, entre os quais, crimes de ameaça, ameaça à vida de agentes públicos. Todos aqui sabem do que eu estou falando. Em relação ao quilombo Manzo, é muito evidente que uma portaria interministerial e uma convenção internacional condicionam sim a decisão deste Conselho. O quilombo Manzo é um quilombo reconhecido pela Fundação Palmares, é um quilombo que reivindica a serra do Curral e tem hoje o seu processo de construção do relatório técnico de identificação territorial em processo avançado, em processo de elaboração avançada. A ausência do processo de conclusão do RTID não significa que essa comunidade não será impactada e não deve ser consultada. Nenhuma portaria fala isso. E este órgão aqui, ambiental, este Conselho Ambiental, não pode atropelar o quilombo Manzo, com o risco de cair mais uma vez em descrédito. Está mais do que evidente que a Justiça Federal irá mais uma vez suspender um processo de licenciamento, caso ele seja conferido por este órgão, pela ausência da consulta ao quilombo Manzo. O pedido de diligência feito aqui pelos conselheiros é absolutamente justo e necessário para que não vejamos este órgão aqui mais uma vez passando uma vergonha de avançar num processo de licenciamento ambiental sem analisar todas as questões jurídicas e, em especial, no que diz respeito à consulta livre, prévia e informada do quilombo Manzo. Por último, eu termino aqui perguntando de onde virá o minério que a Fleurs Global pretende processar. Uma vez que as empresas Empabra, Tamisa e Gute, que operam hoje na serra do Curral, estão com impedimentos legais para agir, o minério que a Gute pretende hoje processar, caso avance, será mais uma vez um minério provindo de mineração ilegal, de mineração pirata, de processos de grilagem, de processos de garimpo. Nós estamos vivendo, em uma das maiores capitais do Brasil, um processo de garimpo ilegal.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Excelência, me desculpa interrompê-la...” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Meu tempo correu?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim. Se a senhora precisar, se vossa excelência precisar do tempo adicional, eu tenho que colocar em votação mais 5 minutos. Vossa excelência falou 5...” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Eu não devo gastar mais 5 minutos, mas se puderem conferir mais...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu preciso colocar, excelência...” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Pode colocar em votação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Tempo adicional à deputada de 5 minutos. Por favor, se manifestem... Cinco minutos adicionais. Pois não, excelência, a Sra. tem mais 5 minutos.” Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: “Muito obrigada. É bom porque eu queria tratar que, para além da questão do quilombo Manzo, nós temos uma demora, uma lentidão, que está mais do que evidente que é produzida ativamente pelo governo do Estado, do processo de tombamento da serra do Curral. Em todo o estudo que foi feito para o tombamento da serra do Curral, estudo esse pago pelo Ministério Público em anos anteriores, foram identificadas uma série de estruturas patrimoniais naquela região onde a Fleurs pretende operar. Estruturas importantes, como o muro das pessoas escravizadas que existia ali na região do Taquaril e que dividia, inclusive, as fazendas que deram origem aos municípios, Belo Horizonte, Nova Lima, Sabará. Ele provavelmente não existe mais, foi destruído em função de uma mineração que aconteceu de forma pirata e de forma ilegal. Então é um arrepio muito grande de toda a legislação, de todo bom senso, de todo o cuidado com o nosso patrimônio ambiental e natural, histórico, paisagístico. Estamos mais uma vez avançando para análise de outro empreendimento na serra do Curral, sem que o tombamento estadual tenha sido devidamente analisado. É algo que colocará mais uma vez o governo e este Conselho em uma

posição antagônica à sociedade: à sociedade mineira, à sociedade belo-horizontina. A sociedade já tem se mobilizado e demonstrado que a opinião pública não concorda com a mineração na serra do Curral, é direito do povo ter soberania de dizer não à mineração quando ela está acontecendo em um local que afeta a identidade de um povo, a identidade de uma comunidade. A serra do Curral faz parte da identidade, da história do povo mineiro e do povo belo-horizontino. O avanço da mineração na serra do Curral, ainda mais em processos cheios de ilegalidade, que viraram caso de Polícia Federal, é algo que me assusta muito e me faz pensar como o desmonte e o esvaziamento da Secretaria de Meio Ambiente ou mesmo deste Conselho podem fazer com que a participação popular, a participação social esteja esvaziada. A mineração na serra do Curral não deve avançar por inúmeras razões. Outra razão que eu queria destacar são as questões de segurança hídrica. Eu fui autora de uma CPI de águas e barragens enquanto era vereadora na Câmara Municipal. E na Câmara Municipal nós observamos que Belo Horizonte e a região metropolitana são absolutamente frágeis e vulneráveis, em função de processos minerários e também de especulação imobiliária, a ficarem com restrição hídrica. Justamente uma alternativa que nós teremos para gerações futuras são os aquíferos, aquíferos que hoje estão, fundamentalmente, na região metropolitana, na serra do Gandarela, que hoje também está ameaçada, mas também o aquífero da serra do Curral, que inclusive é manancial para o Arrudas, para vários cursos de água que estão aqui na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Felipe Gomes comentou sobre o risco também que nós temos de estruturas de mineração sofrerem impactos de eventos climáticos extremos. Nós realizamos uma audiência pública sobre isso recentemente na Assembleia legislativo, e está mais do que claro que o Estado de Minas Gerais ainda não preparou uma legislação ambiental para considerar os níveis de segurança de estruturas de mineração, sejam elas barragens, pilhas de minério, beneficiamento a seco. Não importa, essas estruturas não estão dimensionadas para chuvas intensas, que já aconteceram aqui na região metropolitana em 2020 e 2021, mas que podem vir ainda de forma mais intensa, como nos mostram os fenômenos que aconteceram no Rio Grande do Sul. Por todas essas razões, eu peço aos conselheiros e às conselheiras que suspendam esse processo de análise dessa mineração até que as questões judiciais, criminais, as questões de consulta livre, prévia e informada do quilombo Manzo, a questão de atualização da legislação para os eventos climáticos extremos, a construção também da caução ambiental, que está prevista no Projeto Mar de Lama Nunca Mais e que até hoje não foi regulamentado; até que essas questões, inclusive o tombamento estadual, possam avançar. É possível que o tombamento... Terminou?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Excelência, desculpa interrompê-la novamente, mas o tempo da senhora terminou." Isabella Gonçalves Miranda/sociedade civil: "Eu agradeço a todos os presentes, peço consciência para que a gente defenda a nossa serra do Curral. Muito obrigada." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próxima inscrita, Sra. Fernanda Perdigão, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Fernanda, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra." Fernanda Perdigão/sociedade civil: "Obrigada, senhor presidente. Bom dia a todos e todas as pessoas que acompanham e estão aqui na sala. Endossar, obviamente, o que os colegas disseram anteriormente e frisar: nós temos aí uma empresa, que, como a deputada Bella citou, atua de forma irregular. E um levantamento básico em relação às multas aplicadas a essa empresa, desde 2018, somam-se mais de R\$ 2 milhões de multas. E é importante considerar que no direito ambiental brasileiro o licenciamento ambiental precisa analisar essas questões também. Isso porque nós temos a Resolução do Conama 237/97, que seu Art. 4º define as questões de tipos de licença ambiental e os critérios para sua concessão. Da mesma forma, o Art. 14 da Lei 6.938//81, que trata da responsabilidade do poluidor e da aplicação de sanções administrativas. Adicionalmente a tudo isso, o Art. 19 da Resolução do Conama 237 também coloca a questão que o órgão ambiental competente poderá suspender ou cancelar a licença ambiental concedida quando ocorrer: 1 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais. Estamos vendo, pelas falas anteriores, a questão do quilombo Manzo, mas também nós temos as questões das multas não pagas e já aplicadas a esse empreendimento, e que é de competência, sim, do COPAM considerar esses pontos em relação à verificação de conformidade legal. Isto é, a empresa está em conformidade com as exigências legais e regulamentares? Isso inclui o cumprimento das condicionantes das licenças anteriores e a regularização das multas ambientais pendentes. E aí trazendo uma perspectiva, antes de o meu tempo findar, é que existem outros exemplos que podemos trazer em relação a impedimentos de diversos tipos, na verdade, de impedimentos de pessoas físicas e jurídicas em diferentes contextos em relação às multas existentes. Então desde licitações públicas até certidões negativas de débito e outros exemplos, como regularização de imóveis, renovação de licenças e alvarás, autos de infração pendentes colocam, sim, a questão de impedimento de atividade. Um exemplo, um restaurante que não pague as multas sanitárias pode ter a sua licença de funcionamento suspensa ou não renovada. Por que na legislação ambiental a existência de pouco mais de R\$ 2 milhões de multas deste mesmo empreendedor não é justificativa suficiente de impedimento de renovação ou de obtenção de licenças ambientais por este órgão, por este espaço que deveria analisar de forma ampla? Porque aqui se destaca, inclusive, que o licenciamento ambiental avalia também e deve considerar a localização. E se na localização existe um quilombo, e que está em processo de estruturação um tombamento, como da serra do Curral, é de competência desta casa, do COPAM, da CMI, analisar essas questões para embasar tecnicamente, juridicamente, legalmente, moralmente a decisão sobre o deferimento ou indeferimento em relação a esse pedido. É importante colocar que a responsabilidade pelas infrações e danos ambientais é muito clara, e a empresa deve ser responsabilizada conforme a legislação vigente. E isso tem inúmeros princípios norteadores no direito ambiental que precisam

ser analisados aqui por este espaço. Agradeço e desejo uma ótima reunião para todos. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Fernanda. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, senhor presidente, é a Sra. Luiza Cunha.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Luiza... Não está na sala. Retorna a ela posteriormente.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próxima inscrita é a Sra. Jeanine.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Jeanine, a senhora tem 5 minutos, que podem ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Jeanine Renate Souza Oliveira/sociedade civil: “Eu vou tentar não repetir o que as pessoas que participaram aqui antes disseram. Nós acompanhamos esse processo desde 2018, desde o primeiro pedido de licenciamento que essa empresa fez, alegando que ela queria desassorear o rio das Velhas. Esse foi o primeiro pedido, e hoje se revela aqui um grande processo de licenciamento, que tem a ver, sim, com a mineração. Então primeiro dizer que a má-fé, a conduta dessa empresa vem, desde o princípio, de forma ilegal. Nós protocolamos um documento – o Instituto Guaicuy, Projeto Manuel – na FEAM com 74 questões. Esse documento sequer foi apreciado pela FEAM. Na reunião passada, eu tentei fazer uma palavra de ordem aqui, porque esse documento foi entregue a vocês no dia 19 de fevereiro e devidamente respondido, dizendo pela própria FEAM, que havia sido recebido, acusado o recebimento, que teria então 90 dias para responder, no dia 21 de fevereiro. Essas 74 questões, além de não respondidas para nós, instituição que fez o questionamento de forma oficial, não foram anexadas em nenhum documento oficial, inclusive no relatório final que a FEAM protocola nesse processo de licenciamento, que deveria constar. Então graças a isso nós temos um pedido, um mandado de urgência que protocolamos para que esta reunião aqui fosse suspensa. Todo mundo aqui recebeu esse pedido, que copiamos todas as instituições, exatamente apontando para essa irregularidade do processo administrativo. Então não tem a ver com a oitiva da comunidade do Manzo. Apesar de isso tudo constar como irregularidade, a nossa questão aqui tem a ver com o processo administrativo, com o que vocês fizeram na hora que estava o processo correndo dentro do Estado. Então, dada clareza a isso, eu queria esclarecer aqui para as pessoas algumas dessas 74 questões. Por exemplo, por que não temos anuência dos municípios que são já diretamente afetados pelo empreendimento, e as anuências que temos não têm incorrência de validade, já não foram expedidas há algum tempo atrás, elas continuam valendo, o órgão ambiental vai continuar considerando essas licenças. O EIA e o Rima estão disponíveis? Eles estão disponíveis aonde? Eles estão na localidade? Nós na nossa ação, nesse questionamento de 74 páginas, questionamos isso à FEAM, porque nós tentamos acessar, e o link estava quebrado. Então se a gente na instituição competente, que tem mais de vinte e tantos anos de atuação, que sabe como procurar esse documento, não conseguiu achar, será que a comunidade conseguiu achar? Sem resposta também. A equipe técnica do EIA, do Estudo de Impacto Ambiental, estava presente na audiência pública? Se estava, identifique, por favor, quem são os técnicos, para nós, porque isso faz parte das normas legais, e vocês do Executivo deveriam ter observado. A posse do terreno não é comprovada. E dentro do processo de licenciamento isso precisa ocorrer. Cadê o documento da empresa dizendo que o terreno é deles para que esse processo de licenciamento não tenha vício? A certidão de conformidade eu já disse. A avocação do processo de licenciamento que vocês concederam ao empreendedor foi baseada em quê? Qual o documento dá a vocês base para fazer essa avocação desse licenciamento? O tombamento da serra do Curral incorre agora, neste exato momento... A área que vai ser atingida está dentro do polígono? Se está, qual foi o estudo que o empreendedor apresentou para dizer que vai impactar ou não? Lembrando, se o bem está passando por um estudo de tombamento, esse é um processo de licenciamento que é de conhecimento de todo mundo envolvido nesse processo. A mineração na serra do Curral e o tombamento da serra do Curral são de notório saber de qualquer cidadão. Qualquer, não, mas de todos os envolvidos nesse processo certamente. Se não estão sabendo, incorre de novo em incompetência, um processo de licenciamento com vício. Então onde está, o Iepha, que é o órgão responsável pelo tombamento, deu a anuência? Ele está sabendo, ele está ciente? Isso passou pelo Conep, que é o Conselho do Iepha? O Estado de Minas Gerais, a FEAM, a Secretaria de Meio Ambiente teve capacidade de interlocução com a Secretaria de Patrimônio? Cadê os documentos, cadê a autorização do Iepha? Os autos de infração da empresa... O tempo acabou, Yuri, e eu estou um pouco confusa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O tempo acabou. Sra. Jeanine, mas eu já coloquei 1 minuto adicional para a senhora. E se a senhora precisar de mais de cinco nós colocamos em votação.” Jeanine Renate Souza Oliveira/sociedade civil: “Se quiser já votar – porque aí eu vou direto – é melhor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então tempo adicional de 5 minutos à Sra. Jeanine... Então coloca 6 minutos. Pois não, Sra. Jeanine.” Jeanine Renate Souza Oliveira/sociedade civil: “Os autos de infração que foram gerados, nós tivemos acesso, inclusive, aos autos de infração porque fizemos um pedido oficial de acesso à informação, que foi demorado para ser respondido... Isso tudo é documento, não tem nada de boca aqui. Essas infrações foram pagas, isso foi devidamente observado pelo Estado? Se não foram pagas, por que o processo de licenciamento continua correndo? Tem alguma investigação que essa empresa está correndo pela polícia, o Estado se precaveu para achar essa investigação? Como é que é? Mesmo investigado, mesmo com auto de infração, mesmo com crime, o licenciamento vai correr, vai passar aqui no COPAM, ninguém observa nada errado por parte do Estado? Por favor. Se vocês estão observando, os crimes na hora de incorrer esse licenciamento, que eles já foram nos autos de infração descritos. Nós temos acesso a todos os autos de infração. Daqui a pouco eu vou falar um pouco sobre eles. A empresa diz que não está em APP, que ela não está em nada, mas ela está dentro de área de extrema relevância de preservação; e ela fica, a pilha de estéril, a 30 m, 50 m do rio das Velhas. Isso é mata ciliar, não é APP, na consideração de vocês? Como que isso funciona? Eles vão dizer ‘não estamos dentro de APP’, e o Estado vai aceitar? Sendo que

qualquer pessoa que você levar, de qualquer área dentro do meio ambiente, vai dizer claramente que eles estão dentro de uma APP. Como é que funcionou no licenciamento, vocês observaram essas questões? A área verde que eles retiraram ilegal, eles já compensaram? Cadê o Prad? Ele tem que ser anexado junto com o licenciamento. Mesmo que vocês 'ah, ok, não tem problema' os climas que vocês cometeram, mas cadê o Prad, ele está anexado junto com o licenciamento? Nós não tivemos acesso. Nós queremos saber qual é a compensação que vocês previram nesse processo. Ausência de estudo espeleológico. Aqui nós temos o Kiko, antigo técnico da Gerdau, e agora está numa instituição deles também. Foi incriminado civilmente, porque estourou umas cavernas. Então para além disso tem um conselheiro aqui especialista nesse tema, que já sofreu sanção criminal por isso. Cadê os estudos espeleológicos? Não tem não, viu, Kiko, nesse licenciamento inteiro não estudaram cavernas, não tem esse documento no licenciamento. Cadê o PCA da gestão, o Plano de Controle Ambiental das pilhas de estéril? Cadê o prazo para a retirada das pilhas de estéril? Quando que elas vão ser retiradas? Não tem nada disso no processo de licenciamento. A origem ilegal do minério: cadê as vias que comprovam que não é ilegal, que é ilegal? Não tem nada dizendo sobre isso. O trânsito de caminhão, também isso é ausente no processo de licenciamento. Eles vão usar a 262? Como, em que condição, quanto que aumenta o número de trânsito ali, o tráfego vai dar conta? Ausência das coordenadas de impacto não permite que a gente avalie os biomas que serão impactados. O Estado está recebendo um processo de licenciamento que não tem coordenada da área que vai ser impactada. Isso é grave, não tem como a gente conferir qual é a área, qual o bioma que vai ser degradado. Cadê essas coordenadas? Levantamento da fauna totalmente inconsistente, os dados são inconsistentes, incorretos. Enfim, tudo sobre fauna nesse licenciamento está errado ou faltoso ou omitindo. Muito complicado. Das infrações, a primeira que teve foi em 2018, supressão de 20.000 hectares, impediu a fiscalização dia 23/10/2019: 'impediu a fiscalização. Na autuação seguinte, dia 10/5/2019, constatou-se intervenção na APP, desmate de 34 hectares de área comum e quase um hectare em APP; total de seis infrações. Por isso que eles impediram a anterior. Dia 9/11/2018, se instalaram com atividade de alto potencial poluidor e degradador sem devida licença. Em 10/5/2109, desrespeitaram a penalidade de suspensão. Eles estavam atuando ainda, apesar de proibidos. Em 2/5/2019, atuaram sem estarem devidamente autorizados; eles estavam impedidos. Dia 23/3/2019 e dia 5/4/2019, a mesma coisa novamente: dificulta a fiscalização e desrespeita a suspensão. Dia 2/5/2019, capta água no córrego Fedegoso sem autorização de outorga. Uma empresa que retirou a água de um córrego sem a devida outorga. Dia 2/5/2019 é a data desse auto de infração. Dia 28/6/2019, desrespeita a suspensão. Está lá suspenso e está atuando, está trabalhando. Dia 6/4/2021, 500 hectares. Esse é o maior auto de infração. Conseguir ali intervir em cima de mais de cinco biomas. Está descrito: Campo Ferruginoso, 16 hectares; Cerrado, 30 hectares; Cerradão, 63. É tudo metro quadrado, 1.000 m². Floresta Estacional Semidecidual, 46.000 ha/m²; Floresta Estacional semidecidual, 83. Soma, gente, disso aqui, 500 hectares de dano. E aí tem uma última infração, que é a mais recente, que foi a única coisa que ficou fora da minha fala. Eu agradeço, Yuri. Agora a fala que eu queria fazer na reunião passada, que era uma fala de ordem, era exatamente para observar que vocês não responderam no documento e de forma legal desde fevereiro. Foi intempestivamente que o senhor me removeu da sala, era uma palavra de ordem oportuna." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Desculpa interrompê-la, mas eu não posso deixar a senhora falar acima do prazo. Em relação a essa questão de ordem, isso não é questão de ordem, Sra. Jeanine. Questão de ordem é dúvida sobre o Regimento. Está escrito no Regimento. Questionamentos que foram feitos pela senhora e não foram respondidas pela DGR devem ser tratados junto à FEAM, isso não é questão de ordem. Eu vou dar seguimento aos inscritos. O Francisco levantou a mão. Eu não sei se o senhor levantou a mão foi no momento que eu dei prazo adicional. O senhor quer manifestar algum ponto, Sr. Francisco?" Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: "Não, senhor presidente, porque é parte dessa pessoa que falou aí agora, eu gostaria de saber quando é que eu teria oportunidade de responder isso, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, Sr. Francisco. O negócio é o seguinte. Qual é o nosso encaminhamento? Como sempre, nós vamos ouvir todos os inscritos, e eu não interrompo os inscritos, solicito que eles não sejam interrompidos, assim como eu não interrompo os senhores conselheiros e não deixo ninguém também interrompê-los. Após a manifestação dos inscritos, eu vou passar a palavra aos senhores, ao Conselho, e aí os senhores poderão fazer as ponderações caso queiram, e posteriormente à equipe. Ok? O próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, o Sr. Sebastião Fortunato." Sebastião Fortunato de Faria Filho/sociedade civil: "Bom dia a todos." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só alertá-lo que o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não." Sebastião Fortunato de Faria Filho/sociedade civil: "Sim, eu prometo ser breve. Sebastião Fortunato, cidadão, formado em farmácia, eu fui professor e também conselheiro de saúde durante um bom tempo da minha vida. E me estranha muito o que o Regimento desta casa coloca. É muito estranho para mim, porque as coisas têm que se tornar públicas, publicizadas, a fala não pode ser abreviada ou oculta. Isso tem que ser transcrito de forma para que todas as pessoas tenham acesso. Mas o que eu quero falar, que eu fui observando nas falas das pessoas, é que há duas perspectivas: uma perspectiva jurídica e uma perspectiva política. E parece que a perspectiva política vai tomando corpo, vai tomando frente, assim como ocorreu com a questão da Stock Car, uma situação que vai trazer prejuízos imensos para a Universidade Federal de Minas Gerais, e todo mundo de braço cruzado. É terrível. E eu falo isso emocionado, porque eu perdi dez amigos em Brumadinho e dois amigos em Mariana em função desses crimes que essas mineradoras cometeram contra as pessoas. Não perdi só amigos, mas perdemos rios, perdemos árvores, perdemos animais e sonhos. E aí todas essas falas a gente vê que há irregularidade, e a coisa ainda está sendo colocada em pauta é uma

vergonha para nós mineiros. É uma vergonha, me sinto envergonhado. E ainda falo, vou propor para a Assembleia Legislativa mudança do nome do nosso Estado, vou pedir para mudar de 'Minas Gerais' para 'Minas Cratera'. É o que Minas Gerais está se tornando, uma cratera em função dessas mineradoras que só pensam na ganância e na usura. Obrigado. É isso que eu tinha que falar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. Sebastião. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é a Sra. Roseli Correia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Roseli, a senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Roseli Correia da Silva/sociedade civil: “Bom dia a todos e todas. Primeiro agradecer pela oportunidade, é a primeira vez que eu posso participar de uma audiência como esta, uma reunião como esta. Eu sou professora da educação básica e tenho acompanhado de longe esse movimento Salve a Serra do Curral. Então estou aqui em defesa da serra do Curral, não só sobre a defesa da serra do Curral, mas também em defesa das águas. Porque é uma área de preservação permanente, sim, é uma área de recarga do rio das Velhas. A serra do Curral, em parte, está sendo em tombamento, foi tombada e é um patrimônio de Belo Horizonte, sim. E aí eu fui fazer umas pesquisas, saber mais um pouco sobre esse caso da Fleurs, e vemos, como foi bem falado pelos antecessores, a quantidade de irregularidades, já tem um histórico já de irregularidades, principalmente por todas as mineradoras que estão atuando na serra do Curral... A questão da Polícia Federal, Operação Poeira Vermelha. E aí eu fui pesquisar um pouco mais sobre esse assunto, e aí surgiram algumas perguntas. Igual eu falei, é a primeira oportunidade que estou tendo hoje de participar e fiquei preocupada com algumas coisas. Então qual que é a situação de todos os autos de infração lavrados contra esse empreendimento, se as multas já foram pagas, se essa empresa está em inadimplente ou não, o detalhamento desses autos de infração que foram lavrados contra a Fleurs, especificando qual as infrações e qual o estado de processo que elas estão; quantas fiscalizações já foram realizadas no empreendimento e se a Fleurs recebeu minério de origem ilícita e o que ela fez com esse minério; quantas empresas compõem esse grupo – parece que é um conglomerado que vai se revezando em relação à questão ambiental, parece que é uma estratégia que eles têm de ir se revezando; quando uma não consegue operar, a outra atua, mas vemos que é um grupo grande. Quais os clientes comercializam, quais ações estão sendo realizadas para mitigar o que está sendo feito dos impactos de transporte de minério no bairro Paciência, em Sabará. Tem várias perguntas. E outra coisa, que ficou muito flagrante sobre a comunidade do Manzo, uma comunidade tradicional, de povos tradicionais. A Bella colocou bem que está em processo da área urbana, aí tem um território tradicional, um território tradicional em área urbana, e isso não impede, de jeito nenhum, essa delimitação, já que tem Autodeclaração, instituição idônea. A Fundação Palmares é uma instituição idônea, reconhecida. Esse processo, apesar de que a Bella bem colocou, que está em processo, em andamento, eu fico pensando por que demorou tanto para chegar, por que já não tem esse plano de ação, essa área não tem essa delimitação. Então eu gostaria de deixar essa minha manifestação, que é em defesa das serras e águas também. E agradecer pela oportunidade. Bom dia a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da professora Roseli. Lembrando, Roseli, que as respostas serão dadas ao final, quando eu passar para a equipe técnica para manifestações. Próximo inscrito. Sr. Artur Freixedas. Desculpa se eu pronunciei errado. Pois não, Sr. Artur.” Artur Freixedas Colito/sociedade civil: “Olá, bom dia. Conseguem me ouvir?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia. Estamos ouvindo o senhor. O senhor tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Artur Freixedas Colito/sociedade civil: “Muito obrigado. Eu queria dar bom dia a todos os presentes, em especial, saudar a sociedade civil que está se mobilizando neste momento para expressar sua rejeição à mineração na serra do Curral, à mineração abusiva, todos esses modelos de sistema de exploração que não têm resultado no desenvolvimento, pelo contrário, têm resultado numa série de violação de direitos humanos, direitos socioambientais em nosso Estado, e têm prejudicado em muito a vida dos mineiros. E que estamos nos mobilizando então para que consigamos ter uma vida digna mesmo, respeitando os povos das comunidades tradicionais, como o quilombo Manzo, que está na beira da serra do Curral. É uma comunidade tradicional quilombola que não teve seu direito a consulta respeitado. Isso é um vexame internacional que passamos ao não respeitar a Convenção 169 da OIT. Sem contar todos os regulamentos, decretos e leis que tratam desse tema também sobre direito à consulta aqui no Brasil. Eu queria falar também um pouco hoje em relação a esse tema sobre o princípio da precaução do direito ambiental, que eu acho que deveria ser observado com um pouquinho mais de cuidado pelos conselheiros nesses casos, principalmente porque estamos tratando, quando falamos da serra do Curral, num principal local de recarga hídrica de Belo Horizonte, que está pertinho da transmissão de serviço de captação de água de Belo Horizonte, que é a Bela Fama, da Copasa. Temos até representante da Copasa aqui. Um principal local que fortalece a questão das nascentes, tem uma biodiversidade incrível. É um ponto também que significa muito a proteção da paisagem tanto de Belo Horizonte, mas da região metropolitana também, de Nova Lima. E que a exploração ali está deturpando o próprio nome e a identidade de Belo Horizonte. Então não bastou até a própria bandeira que estão querendo mudar, agora, tirar a serra do Curral, porque não vai ter mais serra do Curral do jeito que está indo. Se este Conselho não reagir a isso, simplesmente se tornar uma máquina de aprovação dos empreendimentos, sem olhar para os impactos, sem olhar para a opinião da população, que vai ser prejudicada, vai ser atingida por isso, não vamos conseguir dessa forma ter uma atuação deste Conselho que respeite direitos humanos e consiga cumprir sua função institucional de Estado, que olhe para a população quando vai cumprir com seus atos funcionais. Reforçando também um pouco as questões que a Jeanine trouxe, tem por exemplo, em outros EIAs e Rimas, apesar de esse aí não ter sido tão bem divulgado, o que é também uma questão séria; mas uma questão séria de poeira, de ruído, não só nas proximidades dos

primeiros quilômetros ao redor, mas geralmente isso está se expandindo, inclusive, para toda Belo Horizonte, principalmente com a questão dos ventos da região. Ou seja, pode ter danos que sabemos que depois, para serem reparados, é um inferno. Essa é a verdade. Eu acabei nem me apresentando, mas sou advogado popular, integro a Rede Nacional de Advogados Populares, integro também a Comissão de Direitos Humanos da OAB, e sabemos a dificuldade que é alcançar reparação integral com o Judiciário que nós temos. Então estamos falando assim: ‘Vamos deixar acontecer os danos primeiro’, o que é um desrespeito completo ao princípio da precaução ambiental, depois a gente joga essa população para quem tiver acesso à Justiça, quem tiver condições econômicas e de tempo para lutar num processo de reparação jurídico, que muitas vezes, às vezes, não vai ser observado com tanto carinho também pelo Judiciário mineiro. Até conseguir a reparação, talvez tendo que chegar aos tribunais superiores, vai ter passado anos e anos, a saúde da população pode ser muito prejudicada. Eu por exemplo sou asmático, a questão da poeira me afeta terrivelmente. Tem uma série de situações e de doenças que as pessoas estão sendo prejudicadas pelos extremos climáticos. Eu até queria comentar um pouquinho sobre isso que a deputada Bella Gonçalves até trouxe muito bem sobre a questão dos eventos climáticos extremos que estamos sofrendo agora no nosso Estado, mas em todo o Brasil. Então BH no ano passado teve um calor recorde dos últimos cem anos. Vejam, não é uma coisa simples, é o maior calor que estamos sofrendo, tendo um desconforto climático extremo para população, e estamos pensando em minerar mais, emitir mais gás carbônico. Então toda a logística dessa operação vai envolver os caminhões que vão entrar lá, os caminhões que vão retirar o minério, os caminhões que vão levar, os ônibus que vão levar os funcionários. Enfim, toda uma questão que vai prejudicando assim também essa questão dos extremos climáticos. Ou seja, não estamos olhando para o que pode ser definitivamente o fim da humanidade na Terra. E não é uma conversa assim de distopia, é o que está acontecendo hoje. Então os extremos climáticos são uma realidade. Ao menos desde a Rio 92, desde o Protocolo de Kyoto, é um consenso global que temos que frear as mudanças climáticas, só que não estamos observando isso na nossa capital mineira. Então nós temos que frear essas mudanças climáticas que são causadas por esse sistema econômico capitalista de exploração do lucro acima da vida, do lucro acima dos danos ambientais, do lucro acima da exploração dos prejuízos causados à flora, à fauna, que tem uma diversidade incrível, como eu já falei antes. Então nós temos que pensar. Essa empresa não colocou ali de forma muito clara quais são as compensações ali, algumas formas ali de frear essas mudanças com base no empreendimento dela, no que ela tem feito, também com o plano do empreendimento de exploração do minério que ela está alcançando. Desculpa, presidente...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Desculpa interrompê-lo, mas o tempo do senhor de 5 minutos e mais 1 minuto da minha parte já foi finalizado. Se o senhor precisar de tempo adicional, tenho que colocar em votação. ” Artur Freixedas Colito/sociedade civil: “Não, no momento era só isso. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do doutor. Próximo inscrito... Lembrando aos inscritos que a primeira rodada de dez já foi. Tem uma senhora com quem estávamos tentando entrar em contato. Qual o nome, Vânia?” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “A Sra. Luiza. Nós entramos em contato com ela pelo telefone que ela nos encaminhou no formulário. Eu já liguei para ela sete vezes, o telefone chama até desligar. Mas ela não atendeu, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, obrigado, Vânia. Então passamos para os próximos dez.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, só para registrar, a Sra. Ingrid Rodrigues de Araújo era a última dos dez da primeira rodada, ela abriu mão da palavra. Nós vamos projetar a próxima. Só um minuto, por favor. Próximo inscrito, senhor presidente, é a Sra. Amanda Couto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Amanda está apta a se manifestar? Pois não, a senhora tem 5 minutos.” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Primeiramente bom dia, cumprimento a todos e a todas que nos ouvem. Meu nome é Amanda, faço parte das brigadas populares e também faço parte da assessoria do mandato da deputada estadual Bella Gonçalves. Venho aqui de forma breve reforçar alguns pontos que já foram trazidos, mas também – desde já peço que isso conste em ata, fique registrado – reforçar o pedido de que esse processo necessita, além de ser revisto o próprio pedido da LOC, do Licenciamento de Operação Corretiva, precisa ser repensado e, no caso, anulado. Porém, aqui, para vias dessa discussão, minimamente, ser baixado em diligência, uma vez que não foram respondidas ou sanadas – reforço aqui – nenhuma das questões atinentes à ausência de consulta livre e prévia ao quilombo de Manzo. O quilombo já possui adiantado o processo de elaboração do seu RTID, já existe número de processo protocolado junto ao Inbra, já existe o andamento disso. E reforço aqui, novamente, esta Câmara de assuntos minerários corre o risco de ter judicialmente, pela Justiça Federal, um processo de licença – caso isso venha a ser concedido – barrado em função da violação ao direito de consulta livre, prévia e informada de boa-fé do quilombo Manzo. Esse ponto é central porque, a partir de então, todo o processo já é elemento suficiente para suspensão dessa tramitação. Isso aqui não diz direito a uma decisão, a resposta que vinha sendo dada pelo Vitor Salum de que ‘ah procuramos informações, mas não é esse órgão aqui o responsável’. Existe constitucionalmente um direito assegurado às comunidades remanescentes de quilombo. A serra do Curral como um todo vem impactar e vem trazer e pode ser, assim que se conclui desse processo, considerada território do quilombo Manzo, e isso precisa ser respeitado e considerado ao longo desse processo, partindo daí. Um segundo ponto fundamental, já trazido aqui tanto pela deputada Bella quanto por Jeanine e outros, é a questão de ser uma empresa criminosa. Uma empresa que frequentemente, desde a sua primeira operação, foi alvo de investigação de Polícia Federal, alvo da Operação Poeira Vermelha, que apreendeu uma série de equipamentos, escavadeiras, carretas. Desde então é uma empresa inapta, que deveria ser, portanto, impedida de licenciar ou de ter qualquer processo tramitando junto à

administração pública, dado o grau de improbidade que configura emitir qualquer licenciamento ou que o Estado conceda e premie uma atuação criminosa, como já foi amplamente denunciado aqui. Um terceiro ponto, dizer também que a serra do Curral, enquanto patrimônio reconhecido pela Unesco, enquanto reserva de biosfera, enquanto APA, enquanto inúmera relevância de interesse ambiental, cultural, paisagístico, está também como área na sua integralidade em processo de tombamento estadual. Considera-se, portanto, que tombado está. Não faz sentido a descaracterização, não faz sentido legitimar. Já que é um empreendimento já instalado ilegalmente e agora que se pretende regularizado, não faz sentido perpetuar a descaracterização de um bem que consideramos e reforçamos tombada está. A serra do Curral é patrimônio do povo mineiro, a serra do Curral em sua integralidade é patrimônio do povo de Belo Horizonte, do povo de Minas Gerais. Reforço esse ponto aqui. Consideramos tombada está. Legalmente, está em processo de tombamento, tombada está, até que todo esse processo seja concluído. Portanto, não faz nenhum sentido liberar a continuidade de uma atividade ali, sendo que tudo isso vai descaracterizar o patrimônio cultural, paisagístico, ambiental do nosso Estado. E por fim, já vou para uma fase de conclusão, denunciar também aqui a permanente atuação deste Conselho no sentido de ignorar e violar todos esses elementos de opinião pública, conforme já colocado aqui pela deputada. A sociedade já tem manifestado o seu interesse, a sociedade já tem manifestado a relevância dessa discussão, a relevância para assegurar tanto a segurança hídrica quanto da perspectiva do cenário em que nos encontramos de emergência climática. Nosso mandato apresentou dois projetos de lei, somente nos últimos meses: uma proposta de emenda à Constituição referente aos atingidos e refugiados climáticos, aos municípios poderem desenvolver os seus planos de ação climática, autorizações orçamentárias para que desenvolvam as medidas; uma proposta, inclusive, para medidas referentes ao processo da segurança das barragens frente a eventual existência de eventos climáticos extremos, que são agora, daqui para frente, cada vez mais prováveis. E nesse cenário é imprescindível uma análise sistêmica para a concessão dos licenciamentos, concessão de outorgas de uso de água. Tudo isso precisa passar a considerar não só as dimensões pregressas. O cenário que estamos enfrentando não tem precedentes em termos de emergência climática, em termos de eventuais...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Amanda, desculpe interrompê-la, só que os 5 minutos da senhora mais 1 minuto que eu poderia conceder já finalizaram. Para um tempo adicional, eu preciso colocar em votação. A senhora tem interesse que eu coloque em votação?” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Só para concluir o último ponto. Talvez não faça uso dos próximos 5 minutos, mas só para concluir um elemento final.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Eu preciso colocar em votação. Então em votação prazo adicional à Sra. Amanda, 5 minutos adicionais... Cinco minutos adicionais. Pois não. Sra. Amanda.” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “O último ponto a ser reforçado é justamente a pergunta que já foi colocada aqui: esse processo que diz respeito a unidade de tratamento a seco precisa responder também de onde virá esse minério, esse volume que chega a mais de 2 milhões. De onde virá esse minério que a empresa pretende beneficiar. De onde virá, pois nós temos já diversas atividades de mineração que se encontram impedidas judicialmente. Nós temos a Gute Sicht, nós temos a Empabra, que foi alvo, inclusive, de recente visita técnica por parte da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde foi constatado: deveria estar desenvolvendo ações emergenciais e já ter, de anos, desde 2018, desde muito mais antigamente, executado um plano de recuperação de área degradada, e permanentemente vem à burla de qualquer legislação. É o mesmo dos TACs firmados. Vem descumprindo condicionantes, não recuperou nada, não executa o plano de drenagem pluvial ali, para justificar uma continuidade permanente de operações de correção, de ações emergenciais ali. Mas a Empabra, ilegalmente, segue extraíndo. Nós temos diversos vídeos, denúncias de carretas que inviabilizam, impactam completamente a vida das comunidades ali no entorno, na região do Taquaril, dos bairros em Sabará próximos ali, que se veem afetados não só pela poeira, pelo trânsito de carretas pesadas. Mas ali a atividade já se encontra suspensa judicialmente no atual momento. Também certamente possuem seu corpo de acionistas pessoas que, juntamente com a Gute, também se encontram nesse conjunto amplo de atores, mas que ilegalmente extraem minério da serra do Curral e que certamente daí proveria essa parte do minério a ser beneficiado pela Fleurs. Então eu pergunto: esse minério que será beneficiado pela empresa, essa análise de moralidade, de legalidade, de ética nessa atividade precisa ser avaliada, porque isso também é outro elemento que vai inviabilizar, caso emitida por este Conselho. Isso também já está sendo alvo de investigação de Polícia Federal, de Ministério Público Federal, inclusive, isso é alvo sério de ações criminais. E este Conselho certamente terá parcela de responsabilidade caso aquiesça nessa Licença de Operação Corretiva de algo que, em sua origem, o seu cerne, é criminoso. Isso é muito grave, isso é algo muito sério. É preciso que haja toda cautela em relação à análise desse processo. Encerro aqui a minha fala, agradeço a participação e concluo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Amanda. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Camila Carvalhal. Ela não está na sala, presidente. Identificamos aqui. Próximo: Kátia Benati. Também não está na sala. Sra. Katia Lopes. Também não está na sala. Sra. Solange Rodrigues está na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Solange... Enquanto a Assoc tenta contato com as pessoas que não estavam na sala, Sra. Solange, pois não, pode se manifestar. A senhora tem 5 minutos.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Bom dia a todos. Eu fui muito contemplada nas falas anteriores, mas ainda ficaram algumas questões que eu gostaria de tocar nelas. Eu queria só que vocês me fizessem entender como que a Fleurs começa de forma ilegal a fazer uma mineração na serra do Curral e o motivo da assinatura do termo dela, do TAC dela. E eu queria saber por que ela assinou, o que foi o crime que ela cometeu, a ilegalidade que ela cometeu. E queria entender uma coisa

neste governo do Estado de Minas Gerais, eu queria entender quem que manda no Estado. Se o governo governa para o povo, pelo povo ou se quem manda aqui é a mineração. Porque vamos falar, gente, eu fico às vezes muito desconfiada quando vejo a Justiça agindo de forma legal, mas muitas decisões que ela toma são imorais, quando eu vejo deputados estaduais que apoiam, de maneira tão enfática, a mineração predatória no nosso Estado. E falo para vocês, a coisa é tão séria que vem um mandato para o presidente João Alberto da Paixão Lages, ele deixa uma toalha molhada em cima da cama e sai correndo. E aí, para não acabar, esse mesmo João Alberto da Paixão Lages ameaça a secretária de Estado Maria Melo para que ela acelerasse a licença ambiental dele. E a forma como ele tratou a secretária de Estado deixou bem claro que ela era funcionária dele, que ele que mandava nela e que ela era uma funcionária... O que é o termo que ele deixa lá para ela? Eu acho que ele chama ela de meia-boca, alguma coisa assim. E aí eu falo para vocês, eu espero que o Conselho Estadual de Política Ambiental não seja um conselho estadual de poder ambiental da mineração, que vocês, na resposta de vocês, final, não estejam operando a favor da mineração. Porque nós subimos no alto da serra do Curral e vemos a destruição que está sendo causada ali. O pico da serra do Curral corre o risco de desmoronar. E aí nós vemos já na nossa Câmara Municipal a intenção de mudar a bandeira e tirar o pico da bandeira da nossa bandeira. Nós vemos na nossa cidade a Stock Car passando por cima de licenças ambientais da forma que tem. E vemos também que não foi acidente, a Vale mata rio, mata peixe, mata gente. A mineração mata rio, mata peixe e mata gente. E hidrominério, hidronegócio no curral do vale tudo, um bom negócio, onde o crime compensa. Ainda vai receber de presente o Rodoanel, o rodominério, que vai servir só para escoar a mineração, passando por cima de nascentes, passando por cima de quilombo, por cima de cemitério dos escravos. Não respeita nada, não respeita ninguém e recebe todas as licenças necessárias. Aí eu pergunto, os órgãos do Estado trabalham a favor da população ou contra a população? O PDUI, que é o Plano Diretor Unificado Integrado da região metropolitana, está sendo feito de maneira muito estranha para legitimar a construção do Rodoanel. E aí nós vemos a serra do Curral caminhando para a forma que está. A Fleurs Global mandando e desmandando, comete crime, não é punida. As punições, as multas não são pagas. E eu pergunto para vocês que estão aí: o que vocês vão fazer sobre isso? É uma questão muito séria, é uma questão muito problemática quando vemos um desgoverno do Estado, com todos os seus órgãos, atuando contra a população e a favor dos grandes empreendimentos destruidores, num risco muito grande de insegurança hídrica, onde Belo Horizonte só produz 5% da água utilizada. E Vargem das Flores é a única barragem que não está no risco de destruição em caso de colapso das nossas barragens para serem destruídas, caso aconteça uma chuva aqui em Minas Gerais como aconteceu no Rio Grande do Sul. Se acontecer aqui, nós temos muitos canhões apontados, e o governo do Estado simplesmente libera tudo. Eu gostaria que vocês respondessem esses questionamentos, como é que ficam essas aprovações, essas licenças, como se legitima de forma imoral o que nós estamos assistindo aqui hoje. Eu gostaria que fossem constadas em ata as minhas perguntas. E qual é o critério que vocês usam para decidir o que vai ser colocado em ata ou não, porque colocam só o que é pertinente, e o critério de julgamento dessa..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Solange, o tempo da senhora finalizou. A senhora precisa de tempo adicional, eu preciso colocar em votação. Em votação o prazo adicional de 5 minutos para a Sra. Solange... Cinco minutos adicionais para a Sra. Solange. Pois não." Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: "Muito obrigada a todos por concederem os 5 minutos. E como eu estava falando, gente, são questões muito sérias. Porque quando vemos o crime de Mariana, o crime de Brumadinho, e a gente sobe no alto da serra do Curral e vê o tamanho da cratera que está lá causado pela Fleurs Global, e vê também a outra cratera que tem daquela lagoa azul contaminada, e tem gente que acredita que aquilo ali pode ser utilizado, mas não pode, porque aquilo é uma água envenenada; a gente vê em cada abraço da serra do Curral a piora, porque eu vou lá todos os anos, eu faço questão de subir até o pico e falo para vocês: subam, subam vocês que estão aí legitimando essa bandalheira, porque, se vocês subirem e presenciarem o que a gente vê, piorando a cada ano... Porque o que foi feito lá este ano foi uma coisa absurda. E eu fico assim pensando, o que acontece, porque parece que eu sou muito crítica ao governador, que gosta muito de mim, especialmente mandar prender, covardemente, como ele já fez. Mas eu falo para ele, não tenho medo. A única arma que eu tenho é a voz e, enquanto eu tiver voz, eu vou gritar. Vou entrar nos eventos e vou continuar fazendo os meus atos. Porque saúde, educação, segurança Pública neste Estado não tem, mas todas as liberações para os grandes empreendimentos acontecem no nosso Estado. Minas Gerais lidera feminicídio pelo quinto ano consecutivo. Quando a gente olha que o Estado de São Paulo tem um pouco a mais, mas a população deles é muito maior, Belo Horizonte está aí, olha, e não foi aberta nenhuma delegacia da Mulher, nenhuma casa abrigo, nenhum centro de referência. A saúde é uma vergonha, o governo pega para ele 300% de aumento no salário dele e deixa para o funcionalismo 4,62? Isso é uma vergonha. Os impostos que a gente paga neste Estado. E aí quando você vê que tudo que é arrecadado não é convertido para o nosso bem, e sim a gente vê o dinheiro sendo convertido para entregar o nosso metrô de graça e o tanto de privatização que ele pretende. Isso está errado, gente. E eu falo para vocês, a mineração não paga imposto, o imposto deles é insignificante, eles não pagam água, eles não pagam luz e vão destruindo a nossa serra do Curral, destruindo as nossas cidades, vão comendo. E depois essa minériodependência vai terminar em quê? Vai terminar num Estado inabitável. Eu acho que não é por aí que a gente devia pensar. Então eu peço para vocês, de novo, não legitimem isso daí. Eu conto com vocês e falo, os conselheiros deviam estar aqui mostrando o rosto deles. Assim como o senhor que está aí presente com a câmera aberta, com as nossas bandeiras aí atrás de vocês, eles também deviam estar, para a gente saber quem são esses que vão liberar, se vão liberar. Porque eu chamo o povo para ir para a rua. Eu chamo o povo para ir para a

rua e ir para a porta desses órgãos, porque isso não pode continuar da forma que está. E quando ganha destaque a imprensa mostra. E o que ganha destaque, a imprensa mostra, alguma coisa muda. Então eu chamo vocês para isso. Peço, de novo, respostas. Eu quero que conste em ata e gostaria que vocês explicassem quais são os critérios para colocar em ata ou não o que a gente está falando. Porque a Fleurs conseguir continuar minerando, destruindo a nossa serra do Curral, desrespeitando o quilombo numa serra tombada é ridículo. A forma como o governo finge que está tombando a serra do Curral. Então não é por aí. Eu tenho quanto tempo, presidente? Por gentileza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vinte segundos.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Então muito obrigada, gente. É isso. Conto com vocês. Por favor, respondam as minhas questões, porque o que estou percebendo aqui é que elas não são respondidas. A gente faz a pergunta e fica no vácuo. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Solange. Só para esclarecer à Sra. Solange e aos demais inscritos, as respostas em relação às questões técnicas serão feitas no momento que a equipe técnica for se manifestar. Estamos em um momento de manifestação dos inscritos. Então no momento dos inscritos a equipe técnica não vai se manifestar. Em relação aos procedimentos, aí, sim, eu posso manifestar, considerando que estou presidindo a reunião. A ata é escrita sucinta. Sendo sucinta, são colocadas nela as decisões. Em relação a esta reunião, eu já solicitei desde o início que fosse feita a transcrição integral. Então é desnecessário aqueles que se manifestam solicitar que seja transcrita a fala, pois desde o início eu já solicitei que esta reunião fosse escrita de forma integral. Sem prejuízo daqueles que não tiveram abarcada a sua fala em reuniões anteriores, que peguem o vídeo, que está disponível no YouTube, e faça a transcrição também da sua fala. Isso não há prejuízo algum, porque todas as reuniões são gravadas e estão disponibilizadas. Próximo inscrito... Sr. Heleno, o senhor levantou a mão?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Sim, senhor presidente. Senhor presidente, só fazer uma breve manifestação. O seguinte: eu não sou contra a fala de qualquer pessoa, é muito importante, porém, senhor presidente, todos nós aqui temos outros afazeres também, porque todos nós sabemos que nosso trabalho aqui é de grande relevância e que não temos salário para estar aqui presente nesta reunião. Agora, porque estão avançando em falas que não têm nada a ver com a gente. Por exemplo, está falando de saúde, de educação, de segurança pública... Pedir para o senhor orientar as pessoas que vão falar para se aterem apenas ao item de pauta, à matéria que estamos discutindo. Porque, veja bem, são outras matérias que estão discutindo, que podem ser discutidas em outra área. Nós estamos, inclusive, concedendo mais 5 minutos para eles, dando o tempo total para que eles possam se manifestar. Mas aí... Vamos falar só simplesmente ao ponto de pauta. Porque senão, para ganhar tempo, fica entrando em outras pautas, a gente fica aqui o tempo inteiro parado, ouvindo eles, atentamente, a gente quer dar ouvidos, atentamente, ouvir as pessoas que estão falando para também embasar a nossa votação aqui neste Conselho, mas também não podemos ficar aqui ouvindo coisa de educação, de saúde, de obras, enfim. A gente tem que ouvir aqui o ponto de pauta, o ponto de pauta que é a Fleurs Global. Então isso que queremos ouvir. Nós como conselheiros queremos ouvir a sociedade é nesse ponto de pauta. Esse ponto seria muito importante, que embasa, inclusive, a votação de nós conselheiros nesta Câmara Técnica. Obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a colocação do Sr. Heleno Maia. Realmente é pertinente essa observação. O Regimento trata que as manifestações devem ser referentes ao ponto de pauta. Eu creio que, às vezes, igual aconteceu em reuniões anteriores, falam que da demora das reuniões, mas às vezes a demora das reuniões se dá pela quantidade de inscritos e a forma como que são tratadas as falas dos próprios inscritos. Então por favor se atenham ao ponto de pauta. Realmente, a colocação do Sr. Heleno Maia é pertinente. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é o Sr. Rogério Bueno, que não identificamos na sala também. Posteriormente, o Sr. Rodolpho Mares, que também não identificamos na sala de espera. E posteriormente a Sra. Juliana Matos, que já está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Juliana.” Juliana Minardi Mitre Matos/sociedade civil: “Boa tarde.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Boa tarde, Sra. Juliana. A senhora tem 5 minutos. Pois não.” Juliana Minardi Mitre Matos/sociedade civil: “Ok. Boa tarde a todos os presentes, conselheiros, representantes da sociedade civil organizada. Aqui é Juliana Minardi, sou fundadora do Instituto Árvore, jornalista, ambientalista. E me preocupa muito sobre esse processo de licenciamento em curso neste momento, que é a pauta que estamos olhando e falando sobre ela agora. Estamos falando de uma mineradora que se transformou num caso de polícia, estamos falando de um licenciamento e de leis que deveriam garantir o mínimo de segurança jurídica, ambiental e social que estão sendo deturpadas. Então tivemos a preocupação de estudar bastante sobre esse processo, e ficaram muitas perguntas. Eu queria colocar aqui neste momento algumas perguntas e também dizer que a fala dos representantes inscritos aqui hoje são um alerta urgente, e que deveriam, sim, ser reconhecidos e ouvidos, mais do que ouvidos, levados em consideração para a decisão final, que vai ser tomada aqui no dia de hoje. No sentido de garantir o mínimo de respeito à necessidade de segurança da demanda da população, do respeito à opinião pública, do respeito ao quilombo Manzo, do respeito ao andamento criminal e judicial em curso. Eu tenho aqui algumas perguntas que eu gostaria que fossem respondidas antes da votação, que são elas: onde está o EIRA/Rima? Nós tentamos acessar o EIA/Rima, não conseguimos. Não conseguimos estudar. Como que a população vai conseguir fazer uma interpretação, inclusive, lutar sobre o que ela demanda da preservação ou não, se ela não tem acesso ao mínimo que nos garante que é? Que está previsto, inclusive, nas Resoluções do Conama, o Conselho Nacional de Meio Ambiente. E nós da sociedade civil até hoje não tivemos acesso. Então algumas perguntas aqui também. Quais são os principais ecossistemas e fitofisionomias presentes nessa área de influência? Quais são as espécies de flora ameaçadas de extinção ou endêmicas identificadas? Qual é o

estado de conservação da vegetação nativa na área do empreendimento? Quais são as áreas de preservação permanente (APPs) existentes afetadas por este empreendimento? Quais são as unidades de conservação e zonas de amortecimento existentes na região? Quais são as espécies de fauna ameaçadas de extinção ou endêmicas identificadas? Quais são os principais habitats e corredores ecológicos existentes na área de influência? Quais são os principais impactos do empreendimento sobre a fauna e flora nativas? Onde está o estudo de fauna silvestres, de impacto de fauna? Quais são as áreas de compensação florestal propostas e em que estágio se encontram hoje? Quais são os principais riscos de contaminação dos solos e águas por esse empreendimento? Quais são as principais fontes de ruído e vibrações geradas por esse empreendimento? Quais são os principais impactos do empreendimento sobre a qualidade do ar? Quais são as principais ações de reparação e danos ambientais implementados já por essa empresa e previstos também para isso? Como essa empresa está garantindo a transparência e o controle social no processo de licenciamento ambiental? Quais são as áreas de preservação permanentes que serão recuperadas? Quais são os critérios e metodologias adotados para o cálculo das compensações ambientais? Quais são os valores estimados para as compensações ambientais e como serão aplicados? Quais são as fontes de financiamento desse empreendimento que se pretende? Qual foi o motivo que levou à assinatura do TAC por essa empresa, esse Termo de Ajustamento de Conduta? A empresa assinou o TAC por ter cometido alguma ilegalidade? Se sim, qual foi a ilegalidade cometida? Caso a empresa tenha firmado o TAC em função da ilegalidade cometida, como a empresa pode afirmar que começou a operar de forma legal? Caso a empresa tenha firmado TAC com o órgão ambiental em função de alguma ilegalidade, ela teria prestado uma informação falsa no âmbito de audiência pública ao informar que a implementação e o início ocorreram de forma legal? Qual a situação de todos os autos de infração lavrados contra o empreendimento? As multas já foram pagas? Qual foi o valor total de cada multa? Como se encontra o pagamento dessas multas? A empresa está inadimplente com o pagamento de alguma das multas que já recebeu? Eu gostaria muito que vocês detalhem aqui cada um dos autos de infração lavrados contra a Fleurs Global Mineração, especificando também..."

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Juliana, desculpa interrompê-la. O tempo de 5 minutos da senhora finalizou, eu já passei 1 minuto. Caso a senhora necessite, eu tenho que colocar mais tempo em votação." Juliana Minardi Mitre Matos/sociedade civil: "Sim, eu tenho mais algumas perguntas." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então eu coloco em votação prazo adicional à Sra. Juliana de 5 minutos... Então 5 minutos adicionais à Sra. Juliana. Pois não." Juliana Minardi Mitre Matos/sociedade civil: "Obrigada aos conselheiros. Voltando aqui às perguntas. Quantas fiscalizações já foram realizadas no empreendimento hoje, em quantas foram identificadas ilegalidades ou lavrados auto de infração? Segundo o relatório da Polícia Federal, no pátio da Fleurs, foram localizados 11 caminhões apreendidos. Essa informação é verdadeira? Se sim, por que isso aconteceu e qual foi o desfecho? O alto risco potencial de escoamento e sujeito a fenômeno de erosividade, que muito nos preocupa e deveria preocupar também a vocês conselheiros, o que a Fleurs tem a dizer a respeito dessas graves acusações da Polícia Federal? A Fleurs já garimpou ouro no rio das Velhas? Qual a largura da área de preservação permanente do rio das Velhas na frente da Fleurs? Apesar do mapa atualizado com imagem de satélite demonstrando as distâncias entre pilha de rejeito e o rio das Velhas, bem como a delimitação de toda a área de preservação existente na área, em algum dos pontos a pilha de rejeito está dentro da área de preservação permanente? Quais os clientes que comercializam minério para a Fleurs? Quando começará o prazo de contagem das condicionantes e Automonitoramento? Quais são as implicações legais de não cumprimento das condicionantes da licença? Considerando o cenário de emergência climática e intensificações dos fenômenos climáticos extremos, em especial com o aumento dos índices pluviométricos, o que foi considerado nos estudos ambientais em relação à intensificação desses fenômenos? Isso foi considerado nos cálculos de drenagem realizados? Considerando que esse licenciamento caminha em processo de violação de direitos, como já citado por várias pessoas que participam aqui, e que coloca em risco a nossa segurança hídrica, coloca em risco a nossa segurança jurídica ambiental, coloca em risco o direito do quilombo Manzo a consulta livre e informada, aumentando ainda mais a emergência climática na qual nós estamos vivendo; e que parece que muitos ainda, algumas pessoas que, inclusive, estão aqui ainda não viram o que ocorreu no Rio Grande do Sul, e que essas tragédias só estão começando, infelizmente, e ainda não vão parar por aí; então considerando tudo isso, as pilhas de rejeito e essa destruição definitivamente não são uma solução para a emergência climática e só vão aumentar o cenário vergonhoso da indigestão ambiental em Minas Gerais. Portanto, eu peço a todos vocês conselheiros, em nome do Instituto Árvore, em nome de todos os ambientalistas que têm o mínimo de apreço pelo nosso meio ambiente, de vocês que estão aí responsáveis por zelar pelo nosso cuidado ambiental, jurídico, social em Minas Gerais e no planeta, eu peço que vocês revejam esse processo, que retirem de pauta esse licenciamento, que nós precisamos muito usar o princípio da precaução: em dúvida, pró-natura, em dúvida, pela natureza. Então por favor, conselheiros, retirem de pauta esse licenciamento, façam um pedido de diligência, porque realmente, por favor, não passem por essa vergonha internacional. Nós precisamos muito de coerência, de fazer com que de fato a lei seja aplicada, não só do ponto de vista legal, mas também de moral. Porque tem muitos processos ainda para acontecer, inclusive, criminal e judicial, então não há porquê a pressa para dar essa licença. É preciso primeiro ouvir toda a população, ouvir o interesse da opinião pública, entendendo que esse é um caso que está muito em alta e não podemos deixar com que essa licença seja votada no dia de hoje. Por favor, recobrem a consciência em nome da família de vocês, em nome das futuras gerações, em nome da justiça social. Por favor, retirem esse licenciamento de pauta. É isso." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a manifestação da Sra. Juliana.

Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sr. Paulo Baptista.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Paulo... Sr. Paulo abriu mão da palavra. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sr. Renato Matereli. Não está na sala. Sr. Presidente, neste item vou retornar aos anteriores, porque teve pessoas que entraram posterior. Sra. Camila Carvalhal.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Camila, pois não.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Bom dia. Me ouvem bem?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia. Estamos escutando a senhora. A senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Venho aqui em nome de todos os seres vivos que dependem da água para sobreviver para fazer uma explanação sobre a importância hidrológica da serra do Espinhaço, da região aonde estamos, que tem uma relevância hídrica de extrema importância. Então o contexto que temos da inserção da serra do Curral, não podemos deixar de falar que não é um projeto pontual, precisamos lembrar do contexto hidroambiental onde ele está inserido, que é a única cordilheira que temos no Brasil, que é a serra do Espinhaço. E por esse motivo da imensa relevância de biodiversidade, de sociobiodiversidade que essa região tem, ela é considerada como uma reserva da biosfera pela Unesco. E dentro desse programa ‘Homem e a Biosfera’, da Unesco, há inúmeros motivos para se zelar por esse patrimônio vivo, em movimento, dinâmico, que foi consolidado com as forças da natureza por milhões de anos. E que portanto, nós, essa geração de seres humanos chegar e em poucas décadas destruir o que foi de maneira muito sutil, delicada e com muitos intemperismos, constituindo o que hoje tem os topos de serra, que dão condição para a gente ter uma água potável, de qualidade, para todo esse território que está dentro das bacias hidrográficas aqui do rio das Velhas, mas falando da bacia do Velho Chico como um todo. Então tudo que fazemos nesses topos de serra, na serra do Curral, mas em todo esse entorno dos topos de serra do Quadrilátero Ferrífero, tem um efeito dominó por toda a bacia do rio São Francisco. Então não podemos mais olhar e julgar os processos minerários nas Câmaras de maneira isolada, como se fosse ‘ah é só mais um, é só mais um empreendimento’. Não, não é só mais um. Nós precisamos fazer uma análise sinérgica dos impactos da mineração no território de água. Nós estamos no quadrilátero aquífero. Se existe uma rigidez locacional de ter que extrair o minério de onde ele está, não podemos mais ignorar que existe uma rigidez locacional por a água estar aonde que tem a formação ferrífera que dá qualidade para a água. Não tem ninguém que vai fabricar água, a natureza faz isso por nós. E não podemos destruir todo esse ecossistema tão rico, tão precioso, porque minério não se bebe, não tem como a gente sobreviver, a gente pensar sobrevida nas regiões que estão na bacia do São Francisco se nós não salvuardarmos esse território de água que nós temos aqui. Então eu endosso o coro dos colegas que já falaram anteriormente, com o pedido de retirada da pauta desse projeto nefasto, para que se afastem da serra do Curral, se afastem do enorme patrimônio ambiental que temos. Porque não é só um patrimônio cênico, é a sobrevivência do povo de Minas Gerais, sobrevivência de povos por toda a bacia do rio São Francisco. Então é um apelo que eu faço como ambientalista, como professora, como mãe, como ser vivo que depende dessa água para sobreviver. Não à mineração na serra do Curral. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Camila.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é a Sra. Kátia Rabelo. Ainda não entrou na sala. Apenas para registrar. Sra. Katia Lopes também não identificamos na sala.” Katia Lopes/sociedade civil: “Eu já estou na sala.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada, Sra. Kátia. Desculpa.” Katia Lopes/sociedade civil: “Tudo bem. É porque eu caí duas vezes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não. Sra. Kátia. A senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Katia Lopes/sociedade civil: “Bom dia, Sr. Yuri. Bom dia a todos. Desculpa que eu andei caindo, mas eu consegui pegar a fala do nosso conselheiro Heleno. Heleno, eu entendo que realmente tenha que ter uma prioridade do tema, até pelo tempo hábil de todos. Todos nós aqui, em prol de um bem comum, somos voluntários, a maioria, mas não tem como nós não nos indignarmos e não colocarmos algumas pautas. Eu sou Katia Lopes, do Instituto Sammy Aram e uma das fundadoras do coletivo Stock Car no Mineirão Não. Nós não queremos que aconteça com essa mineradora o mesmo que está acontecendo com os empreendedores da Stock Car, vir passando, atropelando com ou sem licenciamento, com ou sem documentos e planejamentos adequados, conforme leis municipais, estaduais e federais, invadindo o nosso território. Eu consegui ouvir a fala da nossa amiga Juliana, ela fez muitas das minhas perguntas, apesar de que eu tenho outras. Eu não tenho como não questionar e firmar e salientar sobre os animais, porque os animais hoje, tanto na esfera municipal, como na esfera federal, ao entorno do Mineirão, como dentro da UFMG, já estão morrendo, já morreram, que eu peguei corpos lá e fiz necropsia; mandei para necropsia veterinária. Estão condenados à morte, se não forem protegidos. E é uma proteção que eu não sei como fazer, porque até para transportá-los do local eles morrem. Fechando a porta de um hospital veterinário. Então isso não tem como não ser ligado a uma mineradora, a um empreendimento muito parecido, aonde se propaga muitos lucros bilionários e que a gente não consegue nem localizar esses lucros ou a quem são esses lucros. Como no exemplo da corrida Stock Car. A corrida Stock Car, para ter o lucro que eles estão divulgando em nas televisões, nos rádios, nas redes sociais, tem que cada pessoa que for ali gastar R\$ 2.000 de impostos. Eu não gasto isso por mês, quem dirá no final de semana de uma corrida. Então são muitas falácias na hora de uma divulgação e de uma venda de um empreendimento, e aonde se põe riscos. E nós, Sr. Yuri, não podemos barganhar vidas. Vidas não têm valores, mesmo que não tenha ligação afetiva, mesmo para quem não respeite os animais, mesmo para quem não entenda a importância das árvores, o sentido das águas; mesmo para quem não liga para nada disso, para quem acha que isso não tem sentido ‘que eu vivo acima de tudo isso, que o meu dinheiro, que o meu empreendimento, que a minha diversão, que o meus contatos e cafezinhos políticos’ estão acima das vidas’. Nós não aceitamos esses acordos, não aceitamos calados. Nós estamos indo para a rua, nós

estamos nos manifestando. Estamos aqui, eu tive que cancelar compromisso para estar aqui, para estar defendendo os animais. E para pôr também outras perguntas que eu tenho aqui ligadas ao meio ambiente. Então nós não podemos nos calar, nós não podemos ficar sempre sendo inibidos. Na outra reunião nós tivemos mal, mal 3 minutos, e mesmo assim não fomos ouvidos. Até quando vamos ter isso aqui para falar e mesmo assim a gente não é ouvido. Nós fazemos audiências públicas, nós fazemos visitas técnicas que nem sequer se dão o trabalho de ir e conversar conosco. Pelo contrário, nos atacam em mídia. Nós fomos chamados até de meia dúzia de desacreditados espalhando fake news. Todos que estão aqui nesta sala defendendo a nossa natureza, defendendo o nosso ambiente, não somos espalhadores de fake news, porque nós somos voluntários, ativistas em prol de um bem maior, em salvar vidas, sejam elas humanas ou não. Mas que as humanas, elas precisam das outras vidas. E eu garanto que as outras vidas talvez não precisem tanto dos humanos. Porque nós temos a natureza solta nas estradas, e elas vão, elas vivem, os animais sobrevivem. Até o humano chegar. E leva pragas e leva doenças e leva a tal da civilização e leva as máquinas, e com isso vão se propagando a ambição, a doença e a falta de respeito. Então nós precisamos ser ouvidos. Então quando a população tem uma chance de falar e que ela põe os seus anseios e até que às vezes, infelizmente, algumas vezes, sai um pouco da pauta, é pelo desespero da causa, é pela necessidade de ser ouvido, é pela necessidade de a população ser respeitada. Não só a população, como os outros seres. Eu em especial falo dos animais, que estão gritando. É só olhar. Para e olha, para e observe, que vocês vão conseguir entender um pedido de socorro dos animais, da forma deles, ansiosos, grunhindo...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Katia. Desculpe interrompê-la. A senhora já falou 5 minutos, eu já dei 1 minuto adicional. Se a senhora tiver intenção de se manifestar mais, eu preciso solicitar autorização ao Conselho.” Katia Lopes/sociedade civil: “Se puder, por favor, que eu gostaria só agora de ler as minhas perguntas, especificamente, a esse tema, por favor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cinco minutos adicionais à Sra. Katia... Cinco minutos adicionais, por favor.” Katia Lopes/sociedade civil: “Eu vou ler as perguntas agora direcionadas ao empreendimento e gostaria até de me desculpar, caso alguém tenha repetido, porque, como eu caí, possa ter alguma coisa que já foi questionada. Então vamos lá, pessoal. Qual que é o impacto socioeconômico esperado para as comunidades locais em termos de emprego e infraestrutura? Porque muito se fala nisso, que vão beneficiar os locais, os moradores locais, os próximos, a população, e pouco a gente vê isso, sempre são os de cima que são mais beneficiados. Como a mineradora planeja envolver a comunidade local nas decisões relacionadas ao projeto? Isso a gente nunca vê, a gente nunca vê a nossa participação. Quando participamos, é assim, é pedindo socorro ou é depois da tragédia. Aí depois da tragédia somos nós que estamos lá. Que medidas estão sendo adotadas para garantir que os benefícios econômicos da mineração sejam distribuídos de forma justa? Como a mineradora está abordando as preocupações sobre a saúde pública relacionada à poluição. Isso é uma coisa muito grave, aquilo que eu falo, nós não barganhamos vidas. Que programas de responsabilidade social foram implementados para apoiar a comunidade afetada? Como a mineradora pretende mitigar os impactos sociais negativos, como deslocamento de comunidades? Aí eu pergunto, tem algum planejamento, tem um plano de manejo dos animais? Quais são planos de compensação para os proprietários de terras afetados pela operação? Como a mineradora está se preparando para responder os possíveis conflitos sociais decorrentes da operação? Que mecanismos de feedback estão disponíveis para a comunidade expressar suas preocupações? Nós gostaríamos de acompanhar tudo próximo, toda a transparência possível é necessária. Como a mineradora planeja garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores durante as operações? Saúde, gente, sempre temos problemas em decorrência. Como garantir, eu acho isso uma coisa quase que impossível. Como a mineradora planeja avaliar e mitigar os impactos sociais negativos sobre a comunidade? Como a mineradora planeja garantir a transparência nas suas relações com a comunidade? Como a mineradora está abordando as preocupações sobre o aumento do custo à vida das comunidades vizinhas? Porque isso ocorre. Como a mineradora planeja abordar as preocupações da comunidade local em relação à saúde única? Zoonose... Tudo isso é muito importante. Quais são os planos para garantir que os benefícios econômicos da mineração sejam distribuídos de forma justa? Que programa de responsabilidade social foi implantado para apoiar a comunidade afetada ou as comunidades afetadas? Como a mineradora está se preparando para lidar com o deslocamento de comunidades devido às operações? Quais são os mecanismos de compensação para os proprietários das terras afetadas pela mineração? Qual a estratégia da mineradora para gestão sustentável da água utilizada nas operações? Como a mineradora está abordando a questão da escassez da água na região? Que estudos foram realizados para avaliar a disponibilidade de recursos hídricos na área de influência do empreendimento? Como a mineradora planeja minimizar o consumo de água em suas operações? Quais são os protocolos para tratamento e disposição de afluentes gerados durante a mineração? Como que a mineradora garantirá a proteção das nascentes e cursos d’água próximos ao empreendimento? Isso é uma coisa séria também e difícil.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Katia, o prazo da senhora finalizou. Agradeço a participação. Passo para o próximo inscrito.” Katia Lopes/sociedade civil: “Obrigada.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Retornando, senhor presidente. Rogério Bueno.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Rogério Bueno. Vamos passar para o próximo. O Sr. Rogério Bueno parece que não se identificou. Tem um Bueno na sala de espera, mas não se identificou, não tem microfone conectado, e a câmera também não está...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo, Sr. Rodolpho Mares.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Rodolpho. Sr. Rodolpho não está na sala.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Não está na sala. Senhor presidente, vou projetar então os próximos dez inscritos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira

Trovão: “Então os próximos dez são começando pela Cristina até o Sr. João Carlos. A Sra. Cristina não está na sala. Sr. Allan Gontijo. Pois não, o senhor está com a palavra, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não.” Allan Gontijo Veloso/sociedade civil: “Boa tarde a todos. Como belo-horizontino, eu tenho uma ligação com a serra do Curral muito forte desde o meu nascimento até convívio, visitação, apreciação. E ela   de uma importância ambiental, cultural, natural, paisagística para Belo Horizonte, para Nova Lima, para Sabará, para todo mundo e para todas as cidades e a população que estão ao seu redor. E   com muita tristeza desde que a gente v  ou ouve falar dessa exploração desse projeto, desse empreendimento minerário que tende a, de fato, destruir o que tem, o que resta ali ainda. E venho aqui presente para poder fazer alguns questionamentos a este Conselho, às pessoas aqui presentes. Eu vou fazer algumas perguntas e gostaria que elas fossem respondidas na medida do possível. O que a Fleurs fez com o rendimento lenhoso resultante dos desmates sem licena que geraram autos de infraa o por parte do órgão ambiental? Por qual motivo a Fleurs dificultou a entrada da fiscalizaa o ambiental na empresa, resultando na lavratura do auto de infraa o por parte do órgão ambiental? A Fleurs hoje deposita rejeito drenado em área de preservaa o permanente? Qual   a largura da área de preservaa o permanente do rio das Velhas em frente   Fleurs? Vocês poderiam apresentar o mapa atualizado com a imagem de satélite demonstrando as distâncias entre a pilha do rejeito e o rio das Velhas, de todas as áreas de preservaa o permanente, as APPs existentes na  rea? Em algum dos pontos a pilha de rejeito está dentro da área de preservaa o permanente? Considerando o cenário de emergência climática que vivemos hoje, a intensificaa o dos fen menos climáticos extremos, em especial quanto ao aumento dos índices pluviométricos, o que foi considerado nos estudos ambientais em relaa o   intensificaa o desses fen menos, isso foi considerado nos cálculos de drenagem realizados? Quais são os fatores considerados nos cálculos das estruturas de drenagem de pilha de rejeito e como eles estão validados em relaa o   intensificaa o dos fen menos climáticos extremos e ao aumento de  ndice de precipitaa o? Já ocorreu algum carreamento do material da Fleurs para o rio das Velhas? Isso   muito importante, que ela está bem do lado ali, e, como por exemplo, graxas, óleos e outros materiais quaisquer. Existe alguma fiscalizaa o disso, existe algum relatório que mostra que há tratamento nesse rejeito, que não está caindo diretamente no rio das Velhas? Como funcionam os sistemas de contena o de sólidos para evitar o carreamento do material para o rio das Velhas? São comuns os relatos de caminhões saindo e escorrendo uma água barrenta de minério das caambas que, inclusive, suja toda a rodovia, aquela parte do bairro Pac ncia, em Sabará, especialmente na época de chuva. Existe alguma medida de contena o para evitar que isso acontea? São comuns os relatos de que caminhões carregados de minério fazem uma espécie de drenagem do líquido existente na carga, levando um pouco para a caamba para que a área contaminada por minério escoar. Sendo que, segundo relatos de quem está próximo, da populaa o local, isso geralmente ocorre   margem do rio das Velhas, com o material todo drenando, escorrendo para dentro do rio. E a gente queria saber se isso   de conhecimento de todos, se isso realmente ocorre. E o que se está fazendo, caso seja verdadeiro, para que isso não ocorra? Sobre os sócios da Fleurs, bem como os sócios das empresas, a gente quer saber se eles realizaram doa es para campanha nas últimas cinco elei es, seja na esfera estadual e municipal. E se sim quanto e para quem foi doado, para quais políticos foram doados esses valores? A Empabra liberou os funcionários para estarem presentes na audiência pública, foi concedida uma folga para que os mesmos participassem da audiência? E desde o início da nova retirada de minério autorizada pela Empabra quanto minério já foi enviado para a Fleurs? Quantos caminhões isso representa? Há quantos dias esses caminhões estão trafegando e quantos caminhões por dia foram o máximo recebido? Considerando a localizaa o da pilha a montante do rio das Velhas, pergunta-se: qual a altitude ao nível do mar da base da pilha considerando duas extremidades e pelo menos dois eixos ou linhas perpendiculares ao seu lineamento central equidistantes em relaa o ao seu centro de cada uma das extremidades? Na audiência pública realizada em Sabará, o representante da empresa disse que não haverá segunda pilha: qual a segunda pilha seria um bloco de rejeito para construa o civil? Disse isso mostrando um bloco de tijolo de rejeitos na audiência, o que   ridículo. Pede-se a confirmaa o dessa resposta e a localizaa o da fábrica ou usina de tijolos, bloquitos e a capacidade de produa o dela, e se a mesma já está licenciada pelo Estado ou por qual dos municípios se localiza o empreendimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Se. Allan. Desculpa interrompê-lo. O tempo de 5 minutos já finalizou, eu já passei 1 minuto para o senhor. Se o senhor precisa de tempo adicional, tenho que colocar em votaa o. O senhor tem interesse?” Allan Gontijo Veloso/sociedade civil: “Quero, sim, quero mais 1 minuto para fazer uma conclusão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então 5 minutos... Senhores conselheiros... Cinco 5 minutos adicionais ao Sr. Allan Gontijo. Pois não, Sr. Allan.” Allan Gontijo Veloso/sociedade civil: “Eu vou fazer mais algumas perguntas e uma conclusão. Na audiência pública, o representante da Fleurs Global Mineraa o informou que o teor de umidade do rejeito filtrado   zero. Essa   informaa o   verdadeira? Qual   o teor de umidade do rejeito filtrado? Gostaríamos que apresentassem laudos que comprovem essa informaa o. Na audiência pública, o representante da Fleurs informou que a mineraa o não gera rejeito. Entretanto, depois trouxe informaa es sobre a pilha de rejeitos que está localizada   margem do rio das Velhas. Sendo assim, questiono: qual   a origem do material depositado na pilha, de onde que veio? O material depositado na pilha   sobra de um processo de beneficiamento mineral de interesse? Será que tem alguma coisa ali perto que a gente já conhece? A pilha recebe rejeito de sobra da operaa o da unidade de tratamento de minério da Fleurs Global Mineraa o? Qual   o conceito da logo da Fleurs Global Mineraa o? Quem são sócios da Fleurs e qual o percentual de participaa o societária de cada um dos sócios? Qual a funa o de cada um dos sócios na sociedade? Os sócios da Fleurs possuem outras empresas? Se sim, apresente detalhadamente todas as empresas que eles possuem

sociedade e o percentual de participação de cada uma delas? Interessante a gente saber até onde cada um está envolvido, qual a influência. A Fleurs é sócia de alguma outra empresa? Se sim, apresente o detalhamento das empresas e o percentual de participação de cada uma delas e quais as atividades desenvolvidas por elas. Agora eu vou fazer algumas questões aqui sobre o licenciamento e regulamentação. Quais são os principais critérios locais que foram considerados para a concessão da Licença de Operação Corretiva? Como a localização do empreendimento na zona de amortecimento de reserva da biosfera de Mata Atlântica impacta a avaliação ambiental? Que medidas foram implementadas para mitigar a supressão vegetal nativa em áreas prioritárias para conservação? Qual é a justificativa técnica para a escolha do local do empreendimento em relação à proximidade de área de preservação permanente? Como a mineradora pretende garantir a conformidade com as condicionantes estabelecidas na Licença de Operação? Quais são os impactos esperados da operadora sobre o patrimônio cultural protegido pelo Iphan? E qual processo de monitoramento ambiental será adotado para garantir a eficácia das medidas de controle e mitigação? Como a mineradora está se preparando para a anuência do Iphan, considerando a importância cultural da área? Quais os mecanismos estão em vigor para garantir a transparência no processo de licenciamento ambiental? Como a mineradora irá abordar as preocupações da comunidade local expressas durante a audiência pública? Quais os protocolos de consulta foram seguidos para o licenciamento, especialmente em áreas de interesse cultural? Como a mineradora está garantido que as condicionantes da Licença de Operação Corretiva sejam cumpridas? Que mecanismos de fiscalização estão previstos para garantir conformidade com as normas ambientais durante a operação? Como a mineradora pretende abordar as exigências do Iphan para a obtenção da anuência necessária? Quais são os critérios utilizados para avaliação do impacto cumulativo das atividades das mineradoras na região? Eu não vou fazer mais perguntas. O que eu gostaria é que este Conselho se conscientizasse da importância que a serra do Curral tem para todos nós mineiros, não vou falar somente os belo-horizontinos, mas todo mundo que está em volta, e não permitam que essa atrocidade aconteça com o pouco que resta de serra ainda. Então muito obrigado pela participação. Boa tarde a todos.” Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação do Sr. Allan. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é a Sra. Isadora Muller.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Isadora. Pois não, a senhora tem 5 minutos.” Isadora Muller de Oliveira/sociedade civil: “Obrigada. Eu vou já partir para as perguntas mesmo em relação à área e gostaria que sejam respondidas, com detalhes, para a gente poder ter uma visão melhor da situação. Iniciando, quais são as espécies de flora ameaçadas de extinção ou endêmicas identificadas? Qual é o estado de conservação da vegetação nativa da área do empreendimento? Quais são as unidades de conservação e as zonas de amortecimento existentes na região e como a empresa vai lidar com isso? Quais são as espécies da fauna ameaçadas de extinção? Quais são os principais impactos do empreendimento sobre a flora e a fauna nativas e quais são as medidas mitigadoras em relação a isso? Como estão abordando a questão da conservação da biodiversidade nas áreas adjacentes? E se essas medidas serão divulgadas para a gente com mais detalhes. Como a mineradora está colaborando com organizações de conservação para proteger a biodiversidade local? Quais são os planos para a educação ambiental efetiva focada na biodiversidade para a comunidade local, sendo essa educação ambiental voltada para a atividade da mineradora? Quais são as principais espécies afetadas pela operação da mineradora? Como a mineradora está abordando a conservação da biodiversidade? Quais são os planos para a restauração de habitats após a mineração? Como a mineradora está se preparando para lidar com espécies invasoras? Que estudos foram realizados para avaliar a conectividade ecológica e os seus resultados na divulgação? Como a mineradora está colaborando com organizações de conservação? Quais são os planos para a educação ambiental focada na biodiversidade? Como a mineradora está lidando com a fragmentação de habitat? Quais são os principais conflitos e reivindicações da população local em relação ao empreendimento? Foi feita uma pesquisa com a população local, foi feita uma divulgação e quais foram esses resultados? Qual foi a percepção socioambiental da população do entorno? Quais são as áreas de vegetação nativa que serão suprimidas pelo empreendimento? Quais são as áreas de preservação permanente que serão afetadas e quais medidas mitigadoras estão sendo adotadas ou serão adotadas? Quais são as áreas de reserva legal existentes e como será feita a sua regularização? Quais são as áreas de compensação florestal propostas e em que estágio se encontram? Quais são as áreas de recuperação de áreas degradadas existentes e planejadas? Quais são os critérios e metodologias adotados para o cálculo das compensações ambientais? Quais são os valores estimados para as compensações ambientais e como serão aplicadas? Quais são os principais programas ambientais propostos para monitorar e controlar os impactos? Quais são os principais riscos ambientais identificados e quais medidas de contingência serão adotadas? Quais são os principais impactos ambientais identificados no Estudo de Impacto Ambiental e como eles serão gerenciados? Como a mineradora está lidando com a possibilidade de contaminação através da atividade? Como será garantida essa recuperação das áreas degradadas? Que estudos foram realizados para avaliar os impactos a longo prazo sobre a qualidade do ar na região? Que medidas estão sendo implementadas para prevenir a contaminação das águas subterrâneas? E se foi feita essa avaliação dos impactos em relação ao abastecimento para a região. Como a mineradora está planejando a restauração ecológica das áreas impactadas após o fechamento da mina. Que protocolos de monitoramento da fauna estão sendo adotados para avaliar a eficácia das medidas de mitigação? Que estratégias estão sendo implementadas para minimizar a erosão e sedimentação nas áreas adjacentes? Como a mineradora está abordando a questão do desmatamento e a supressão da vegetação nativa? Como a mineradora irá garantir a recuperação dessas áreas degradadas? Como a mineradora

planeja mitigar os impactos sobre a fauna local? Como será feito o monitoramento da qualidade da água nas áreas adjacentes? Como a mineradora planeja gerenciar a poluição sonora durante as operações? Quais são os planos para a revisão periódica das medidas de mitigação? Como a mineradora está abordando a responsabilidade compartilhada no monitoramento? A empresa está assegurando a sustentabilidade ambiental das operações a longo prazo? Como a empresa está garantindo a viabilidade ambiental das operações a curto, médio e longo prazo?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Isadora, o tempo da senhora de 5 minutos mais 1 minuto finalizou. Não sei se a senhora tem intenção de fazer mais questionamentos. Aí eu tenho que colocar em votação.” Isadora Muller de Oliveira/sociedade civil: “Tudo bem.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em votação 5 minutos adicionais da Sra. Isadora... Então 5 minutos adicionais à Sra. Isadora.” Isadora Muller de Oliveira/sociedade civil: “Então para finalizar. Com base nos questionamentos feitos até o momento, com a população que vai ser impactada diretamente ou indiretamente com o empreendimento, saber qual é o posicionamento da empresa em relação a isso, o que ela está fazendo para as medidas mitigadoras, estudos. Que seja feita uma divulgação melhor, que seja feita uma pesquisa mais aprimorada e seja levada em consideração a opinião da população. Porque se a gente vai ser diretamente e indiretamente afetado, nós temos que ser ouvidos. E os nossos questionamentos também vêm com essa questão ambiental, que tem que ser preservada, sim, porque já estamos vendo os impactos negativos que estão tendo. Então a gente não quer mais, a gente tem que preservar o que já existe. Eu gostaria de finalizar aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é a Sra. Adriane Rodrigues.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Adriane Rodrigues. Pois não, Sra. Adriane, a senhora tem 5 minutos.” Adriane Aparecida Rodrigues/sociedade civil: “Boa tarde. Tudo bem? Cumprimento os conselheiros, os colegas ambientalistas. Nós estamos defendendo a nossa serra do Curral. Primeira observação, o lamento, porque eu acho que, se as instituições governamentais nos representassem, não precisaria de estarmos aqui se prestando a esse papel de esta aqui desde às 9h da manhã. Eu estou de férias, viajando, inclusive, e tive que pausar as minhas atividades para poder acompanhar. Porque se a gente não colocar a “farda”, entre aspas, e o coração verde na mão e luta, a gente perde o pouco que tem. A serra do Curral para mim é bastante significativa porque, além de belo-horizontina, eu subo a serra do Curral, inclusive com meus alunos. Eu sou educadora ambiental. E eu gostaria de saber o que eu digo para eles, porque eu já os levei aí, inclusive, ano passado, e a gente já viu o estrago que está sendo a serra sendo roída, e a gente não sabe mais o que fazer. Porque já manifestamos que somos contra a mineração na serra do Curral, já protestamos, já fizemos de tudo. A Justiça por sua vez falha muito, o Ministério Público também parece que de público ele não tem muita coisa. E a mineradora tenta surrupiar e agir de todas as formas que a gente vê para tentar continuar minerando na serra. Esta reunião de hoje me preocupa pelo seguinte: a grande quantidade de perguntas. Eu gostaria de saber se tem alguém anotando e se elas serão respondidas. Eu sugiro que se faça uma pausa na fala das pessoas para que essas perguntas sejam respondidas. Porque se a gente está perguntando é porque tem dúvida. E enquanto representantes da sociedade civil, a gente tem o direito de ter acesso à informação. Tem alguém anotando essas perguntas, elas serão respondidas posteriormente, terá uma pausa na reunião para que essas perguntas sejam respondidas? Como que se dá isso? É uma dúvida que eu tenho, creio que meus colegas também. Eu ia me ater à minha área de educadora ambiental. Alguns colegas já fizeram sobre a educação ambiental por parte da mineradora, para começarmos a pensar sobre o meio ambiente...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Desculpa interromper a senhora. A senhora pode fechar o vídeo? Porque a conexão está falhando. Só para a conexão ficar mais leve na manifestação da senhora... Obrigada, ficou melhor...” Adriane Aparecida Rodrigues/sociedade civil: “Mas além da sugestão que eu fiz, de fazer a pausa para que as perguntas dos meus colegas sejam respondidas, nós gostaríamos de ser informados se tem alguém anotando essas perguntas, quantas perguntas foram realizadas até o momento e quais as perguntas que já foram feitas. Porque eu não consegui acompanhar devido à demanda. Eu entrei na sala atrasada, não foi me liberado o acesso anteriormente. Para eu saber onde eu me atendo e no que eu posso contribuir, por gentileza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Adriane, as perguntas estão sendo anotadas pela equipe técnica, que irá responder, apenas ao final da manifestação de todos os inscritos. Pois não, a senhora pode fazer o questionamento. E além de a senhora ter a oportunidade de estar aqui na sala a senhora pode acompanhar também pelo YouTube.” Adriane Aparecida Rodrigues/sociedade civil: “Sim, eu acompanhei pelo YouTube algumas partes. Mas como eu estou num lugar que o sinal é ruim eu não consegui acompanhar devidamente. Eu gostaria de saber da mineradora as práticas de educação ambiental, se ela atua na questão educacional frente às escolas que tem na região, nas comunidades, o que está sendo feito. E com relação aos funcionários, a perspectiva de futuro. E com relação ao TAC também. A gente sabe que o Termo de Ajustamento de Conduta é porque houve alguma coisa de algo ilegal. O que de fato foi? Não temos acesso a essas informações claras. E dizer que a gente fica triste porque não temos tido sossego em Minas Gerais. A mineração está aí nos quatro cantos destruindo tudo, colocando em risco a questão da segurança hídrica. E são muitas lutas, e não temos tido um minuto de paz. Nós gostaríamos que os governos, quem está nas posições de poder fossem mais coerentes com o trabalho e levassem em conta a preservação ambiental, porque sem ela não há futuro, não temos como sobreviver. E no caso especial da serra do Curral ela tem muito valor para os belo-horizontinos, tem a importância biológica, do ponto de vista da sustentabilidade, na questão hídrica também, na questão de ser um patrimônio nosso. E está sendo corrompida, corroída, e não vemos muita atitude para proteger a nossa serra. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de

Almeida/SEMAD: “Sra. Carolina Laboissiere.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Sra. Carolina, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não.” Carolina Laboissiere/sociedade civil: “Obrigada. Boa tarde a todos os presentes. Eu sou Carolina, sou cozinheira, poeta, advogada, mas muito antes disso eu já me reconhecia como ambientalista. E é a partir desse lugar que eu me posiciono aqui hoje. O primeiro questionamento que eu gostaria de fazer é direcionado ao senhor presidente. Qual é a função da oitiva da população se o senhor justificou, mais de uma vez, no início desta reunião, que a sua decisão é fundamentada no parecer técnico que foi fornecido pelo órgão competente? Esse espaço de participação pública, participação popular, é só um teatro? As preocupações que a comunidade está trazendo aqui não possuem nenhuma relevância na tomada de decisão deste Conselho? As pessoas que se manifestaram e irão se manifestar nesta reunião estão fazendo isso em vão? Porque se a decisão segue o parecer técnico do órgão ambiental, que foi fornecido ao senhor presidente, isso significa que a decisão já foi tomada no momento da elaboração desse parecer? Eu aproveito também para perguntar diretamente ao conselheiro Heleno, que fez uma colocação sobre a adequação das falas. Conselheiro, como que a sociedade civil pode participar de maneira mais qualificada nesse debate do que o que estamos fazendo agora, analisando especificamente a atuação da Fleurs, se sequer a gente teve acesso ao EIA/Rima? E aproveito para perguntar a todos os conselheiros, em especial ao presidente: a licença vai ser concedida sem que a população tenha tido a oportunidade de ler e estudar esse EIA/Rima? Além dessas perguntas, eu trago outras, de caráter técnico, que são: quais são os principais impactos ambientais positivos gerados pelo empreendimento? Impactos ambientais positivos, porque quando a gente fala impacto positivo a primeira coisa que as pessoas pensam é em economia. Mas eu gostaria de entender quais são os impactos ambientais positivos que esse empreendimento vai gerar. Como a mineradora está garantindo que todas as condicionantes da Licença de Operação Corretiva sejam cumpridas? Quais foram os critérios específicos utilizados para análise de viabilidade do projeto na zona de amortecimento da reserva da biosfera? Quais mecanismos de monitoramento serão implementados para garantir a conformidade com as condicionantes da licença? Em alguns dos pontos a pilha de rejeito está dentro da área de preservação permanente ou só próximo ali, 50 m, 80m? Como a mineradora planeja monitorar a eficácia das medidas de conservação propostas? Quais são os planos para restauração de habitats após a conclusão das atividades de mineração? Daqui a seis anos ou mais, se prorrogar. Como a mineradora está abordando a questão da fragmentação de habitats devido à mineração? Qual é o perfil socioeconômico das populações residentes nas áreas de influência? E por fim qual foi o critério para escolher a fazenda Urubu como área compensatória? Porque eu li brevemente no parecer técnico que essa fazenda foi escolhida como área compensatória tanto para intervenção em áreas de preservação permanente quanto na compensação por supressão de vegetação no bioma da Mata Atlântica. Quais foram os critérios para escolher esse local dentro do parque nacional, que é uma área privada? Pelo que eu entendi. Se eu tiver entendido errado, por favor, me corrijam. Eu ainda tenho tempo disponível?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora tem mais 2 minutos no prazo da senhora.” Carolina Laboissiere/sociedade civil: “Obrigada. E para finalizar eu gostaria então de recitar um poema. A autoria desse poema é meio controversa, tem gente que fala até Drummond, mas eu trago esse poema e talvez alguns achem que não é pertinente, mas eu acredito que em momentos de decisões importantes, como esta reunião, a arte pode ser capaz de nos fazer recobrar consciência. Então peço um pouquinho de atenção. ‘Olhai as montanhas. Olhai as montanhas, mineiros, como a serra do Curral, mutilada. Vós que não as defendeis, olhai-as enquanto vivem, pois a golpes de tratores vão sendo assassinadas. Pela culpa única de suas entranhas de ferro. Mineiros, por que não percebeis que essa ferrugem que vos empoeira os olhos, essa terra, vermelha, é o vosso sangue, injustamente derramado na luta que vos abate. Olhai as montanhas, mineiros, como o itabirito solitário. Vós que as desprezais, olhai-as enquanto vivem, pois a patadas de caminhões vão sendo massacradas. Pelo crime hediondo de te recortarem o céu. Mineiros, fechais os vossos olhos e tentai sentir pela última vez esse imenso abraço verde que vos envolve.’ Aqui eu faço uma pausa e rogo para que não seja pela última vez. ‘Abraço de amor, abraço feito de terra. Chorai a imponência que vos formou o caráter. Olhai as montanhas, mineiros, como o Itacolomi dos Inconfidentes. Vós que vos omitis, olhai-as enquanto vivem, pois, em centenas de vagões, como urnas funerárias, vão sendo levados seus pedaços, inermes.’ Dito isso, aproveito os últimos segundos para rogar que esse licenciamento seja retirado de pauta. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço sua participação. Só para esclarecer à Sra. Carolina. Tem uma vantagem de a senhora ter a formação jurídica, a senhora com formação jurídica, a senhora sabe que o agente público não fala por si, ele fala pelo Estado, conforme o direito administrativo. E as minhas decisões como servidor público e agente público têm que ser fundamentadas. Então a minha fundamentação está nos pareceres do órgão ambiental. Quando eu falei, Sra. Carolina, minha, eu não falei dos demais conselheiros. A retirada do ponto de pauta ou a baixa em diligência é uma decisão do presidente, embasada em um parecer, em uma manifestação técnica e jurídica do órgão ambiental. Então em relação à minha opinião, que está embasada em um parecer técnico e jurídico emitido pelo Estado, é aquele emitido pelo Estado. Eu não posso falar pelos demais conselheiros, eu posso falar sobre a minha ação e a minha atuação. Então a minha atuação está embasada em um parecer, em uma manifestação técnica e jurídica do Estado. A manifestação técnica e jurídica do Estado, conforme explanada logo no início, é favorável à continuidade do processo em pauta, tendo em vista que os esclarecimentos foram realizados. Então por isso mantive o processo em pauta. Então lembrando, lá no direito administrativo, a minha função aqui, como servidor público, como agente público, é ter uma atuação conforme a decisão, conforme a apreciação do Estado, que está descrita no parecer, está descrita nas manifestações técnicas e jurídicas que estão por vir. Em relação à manifestação, se a

manifestação dos inscritos tem valor ou não, claro, evidente que tem valor. A equipe técnica e jurídica que foi responsável pela análise do processo está presente, está anotando todos os questionamentos. E também as manifestações técnicas aqui, as manifestações dos inscritos, seja por apelo, seja por uma reclamação, seja por uma solicitação, seja por questionamento, por óbvio estão sendo ouvidas pelo Conselho e serão consideradas para a tomada de decisão. Quando eu falei em tomada de decisão no parecer e na manifestação técnica, eu estava falando da minha como presidente aqui do Conselho. Passo para o próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é a Sra. Vera Inez. Não está na sala, senhor presidente. Próxima, Sra. Marina de Oliveira. Também não está na sala, já verificamos novamente. Lucas Davis também não está na sala. Agnes Felipe também não está na sala. Elgen Leonardo. Não está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vamos projetar os próximos dez inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito então, senhor presidente, é a Sra. Helena Lopes. Helena também não está na sala. Posteriormente, Sr. Geraldo. Não está na sala. Robson Barbosa. Não está na sala. João Carlos Andrade. Também não está na sala. Sra. Malu Almeida. A Sra. Malu está na sala, senhor presidente. Só está conectando o áudio. Enquanto ela conecta, a gente chama o próximo. Sra. Poliana Gandra. Não está na sala. Sr. Antônio Oliveira. Também não está na sala. Sra. Taynara Ferreira. Não está na sala. Sra. Camila Cortielha. Não está. Sr. Yuri Correia. Também não está. A Sra. Malu Almeida já conseguiu conectar o áudio? Só um minuto, senhor presidente, que ela está reconectando.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Malu... Pois não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos.” Malu Almeida/sociedade civil: “Bom dia, bom dia a todos os presentes. Eu faço coro com os demais inscritos aqui nesta reunião quando a gente sublinha o caráter irregular dessa votação e o caráter criminoso dessa mineradora, que já é ré na Justiça Federal e já é alvo de operações da Polícia Federal. Esse empreendimento começou de forma ilegal, e essa mineradora recebeu mais de 15 atuações pela Secretaria do Meio Ambiente. Um de seus sócios já fez uma ameaça via áudio para a secretária do Meio Ambiente, e acho que é muito preocupante de fato que esse processo esteja ocorrendo há mais de dois anos e agora essa mineradora esteja tão próxima de conseguir explorar a serra do Curral, que é o nosso grande patrimônio ambiental, agora com o aval do Estado. Entendo as questões colocadas aqui de Regimento Interno, mas acredito que a responsabilidade deste Conselho vá além disso, inclusive porque alguns membros aqui já apontaram que o processo de licenciamento não conta com consulta ao quilombo Manzo. E mesmo o quilombo não tendo concluído o seu processo de reconhecimento a jurisprudência aponta que a consulta deveria ter sido feita, ele não precisaria de ter esse documento agora. O quilombo não foi consultado em nenhum momento e está a menos de 8 km do empreendimento e pode ser severamente impactado por essas atividades. Eu gostaria de apelar para todos os membros desta Comissão para que esta pauta caísse ou que o licenciamento fosse indeferido. Eu acho que a sociedade brasileira e o planeta como um todo está num momento muito crucial para repensarmos as formas que exploramos os bens naturais do planeta. E em Belo Horizonte, especificamente, a serra do Curral desempenha um papel muito importante para o equilíbrio ambiental. Como outros inscritos aqui já apontaram, não houve estudos de fauna, e essa fauna pode ser extremamente impactada. E eu gostaria de apelar, mais uma vez, para que os conselheiros olhassem para isso com mais cuidado, que a serra do Curral é um bem dos mineiros, é a serra dos mineiros e não das mineradoras. Vou encerrar minha fala agora. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Malu. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, encerramos o bloco dos dez inscritos, mas a gente gostaria de chamar o Sr. Lucas Davis. Ele não estava na sala e nos comunicou que vai se manifestar. Está entrando. Já está na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Lucas. Pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos.” Lucas Davis/sociedade civil: “Muito obrigado. Eu sou ambientalista, corredor, corro bastante ali na rota do ferro, na beira do rio das Velhas. E eu queria entender uma situação interessante sobre a Fleurs. A pilha de minério, de rejeito de minério, não está dentro da APP, da área de preservação permanente? Que é uma área muito próxima ao rio das Velhas, que é hoje um dos principais rios que temos aqui no Estado, onde há captação de água para a capital Belo Horizonte. Eu queria entender um pouco mais sobre isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Esse é o questionamento, Sr. Lucas, ou o senhor tem mais alguma manifestação? Os questionamentos serão respondidos ao final.” Lucas Davis/sociedade civil: “Não, não tem nenhuma ponderação além dessa. Eu queria entender mais sobre isso, porque é uma dúvida que eu tenho.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço a participação. Posteriormente, a equipe técnica e jurídica irá se manifestar.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Eu vou projetar os próximos dez inscritos. Então o primeiro inscrito a se manifestar é a Sra. Doralice de Oliveira e Silva. Não está na sala. Sra. Wânia Walquíria. A Sra. Wânia Walquíria já está na sala, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Wânia, pois não...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, eu vou chamar o próximo inscrito. Ela está na sala, e retornamos a ela. Pode ser? Diorela Kelles. Não está na sala. André Azevedo. Não está na sala. Sr. Roberto Carvalho. Não está na sala. Sra. Maria Teresa Corujo. A Sra. Maria Teresa está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Maria Teresa, a senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Boa tarde. Eu tenho algumas considerações sobre esse empreendimento neste momento, que é o da Fleurs. O primeiro é que no sistema de licenciamento está claro que envolve três municípios. No SLA consta Raposos, mas sabemos que são Sabará e Nova Lima também. Em consulta ao SLA, onde deveriam estar formalizados todos os documentos. Apesar de terem sido colocadas como documentos necessários as certidões municipais de uso e ocupação do solo, em consulta ao processo administrativo de licenciamento, não existem esses três documentos, no caso, as certidões de Raposos, Sabará e Nova Lima. Inclusive, mesmo no

Parecer Único tendo sido mencionado que foram apresentadas as declarações de conformidade. Então essas declarações de conformidade não estão no processo de licenciamento da Fleurs, Processo SLA 284/2022. Olhando aí e na resposta às minhas considerações será muito importante que se veja in loco, no site do SLA, que essas três certidões municipais não estão incluídas em todos os documentos apresentados pelo empreendedor. Não consegui localizá-los, e não constam do processo de licenciamento. Uma outra questão importante é que no Parecer Único, na página 101, menciona que esse empreendimento integra uma unidade de tratamento minerário a úmido, uma unidade de tratamento minerário a seco. E quando olhamos o mapa na página 14 do Parecer Único, onde estão localizadas todas as estruturas deste empreendimento que pretende a sua Licença Prévia, não se localiza, não estão assinaladas a localização da UTM a úmido e a localização da estrutura onde são dispostos os rejeitos resultado da UTM a úmido. No mapa das estruturas todas, só estão localizadas a UTM a seco, que é o número 29 desse mapa, e a pilha a seco, que é o número 36 desse mapa. Então não se tem a localização de duas estruturas fundamentais quando se trata dos rejeitos que estão previstos nesse empreendimento. Tanto é que, como eu disse, na página 13 do Parecer Único, constam uma unidade de tratamento minerário a úmido e uma unidade de tratamento minerário a seco. Então isso a meu ver significa que não foi devidamente apresentada, quase certo pelo empreendedor, a localização dessas duas estruturas. E quando olhamos na página 19 do Parecer Único informa, inclusive, que tem um rejeito que é transportado para uma pilha, coloca que ‘ressalvado, em caso de chuvas intensas, que esse material será transportado até um pátio de armazenamento temporário’, ou seja, tem um outro local onde é colocado o rejeito, que é colocado filtrado. E tem na mesma página 19 do Parecer Único, onde tem uma série de respostas que precisavam ser dadas in loco, numa visita da equipe técnica, a pergunta era: existe apenas uma área de pilha ou existem outras áreas? E a resposta é: na área do empreendimento foi informado pelos representantes da Fleurs que existem duas pilhas de rejeito, duas pilhas temporárias e outra definitiva. A pilha temporária de rejeito está estabelecida ao lado do filtro prensa e acumula mais material em período de muita chuva. Ou seja, na questão rejeito, num empreendimento que, além de estar na serra do Curral, está do lado do rio das Velhas, as questões de rejeito na pilha e na unidade de tratamento de minerais a úmido e nas estruturas associadas, como sumps, drenagens e essas pilhas temporárias, isso é de fundamental importância a ser tratado. E não foi tratado, tanto é que não é mencionado nem localizado. Um outro aspecto importante que tem a ver com isso, de certa forma, é que, como não estão localizadas na ADA, não teve como se ver se na área de Raposos tem alguma estrutura dessas relacionadas com rejeito. Por que eu falo que isso é importante? Porque na Lei Orgânica do Município de Raposos está vedada a instalação e operação de barragens, vala ou qualquer outra estrutura destinada à disposição final ou temporária de rejeitos de mineração ou acumulação de resíduos industriais de quaisquer tamanhos, espécie ou natureza. Ou seja, diante da falta de informação sobre o que se refere à questão da unidade de tratamento mineral a úmido e às pilhas, inclusive...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Corujo... Desculpa interrompê-la, mas a senhora já falou 5 minutos, eu já dei 1 minuto. Se a senhora precisar de tempo adicional, tenho que colocar em votação.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Eu gostaria de tempo adicional para completar as minhas considerações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então 5 minutos adicionais... Cinco minutos adicionais. Obrigado. Pois não, com a palavra.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Então eu estava colocando que, como não se apresentam na ADA, no mapa que mostra as estruturas, essas duas questões que envolvem o tratamento a úmido e o rejeito, e não se tem no processo de licenciamento as declarações das prefeituras, é fundamental a meu ver – já outros demandaram por outras razões – que esse processo não está devidamente instruído. E gostaria que fossem apresentadas, depois dos inscritos, essas declarações de conformidade na reunião. E em consulta online, em tempo real, vocês vão verificar que não foram apresentadas no processo de licenciamento que está aqui na pauta. Inclusive porque, essas estruturas estando no território de Raposos, elas não poderiam deixar de ter declaração do município de Raposos, e não se tem essa informação. Indo para o final, eu olhei o Parecer Único todo. Se constata que, apesar de ter pilhas, ter tratamento a úmido, ter rejeito e estar tão próximo do rio das Velhas, não consta nada, absolutamente nada, sobre chuva, tempo de retorno, que tem a ver com a questão das incidências de chuva, e questão sísmica, relacionadas com essas estruturas, em especial as pilhas e as unidades de tratamento e estruturas associadas, como os sumps, os sistemas de drenagem. Então a meu ver, e das pessoas que entendem muito dessas questões de engenharia, isso é uma falha gravíssima, porque está se falando do empreendimento que está se pretendendo receber uma Licença Prévia, um empreendimento classe 6, do lado do rio das Velhas. Inclusive, tem abastecimento de captação a fio d’água nele mesmo lá em Sete Lagoas, fora o próprio rio em si, até a foz do rio São Francisco. E não se trata, devidamente, de questões chaves como a questão do tempo de retorno e a questão sísmica, ainda mais em momentos em que está mais do que confirmado que os eventos extremos são o nosso cotidiano. E já se viu o que aconteceu no Rio Grande do Sul. E para finalizar o meu tempo dizer que existem várias bibliografias e estudos apontando que a questão sísmica precisa ser urgentemente considerada em qualquer planejamento de empreendimentos, principalmente de grande porte. Porque, inclusive, tem estudos que apontam que o Quadrilátero é uma das regiões de Minas Gerais onde está havendo cada vez mais sismos, geralmente de pequena magnitude, entre 1 e 4, e não os de maior amplitude, mas que precisam passar a ser considerados nessas questões de licenciamento. Ou seja, a meu ver, é completamente irresponsável se dar uma Licença Prévia, fora todas as questões que foram apontadas aqui, sem essas premissas diretamente relacionadas com riscos à população, às águas, ao rio das Velhas nesse território. Essa é a minha contribuição. E eu gostaria que, principalmente em relação às

declarações da prefeitura, fosse acessado o SLA, depois dos inscritos, e se constatasse o que eu constatei: as certidões das prefeituras não foram anexadas ao processo de licenciamento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a sua participação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, senhor presidente, Sra. Wânia Walquíria. Nós estamos retornando a ela.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Wânia, tem condições de se manifestar?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sr. Roberto Celso também vai se manifestar, ele já entrou na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Roberto...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Eu vou passar para o próximo. Sra. Diva Cunha. Não está na sala. Sr. Vinícius Papatella. Está na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Vinícius, pois não. O senhor tem 5 minutos.” Vinícius Papatella/sociedade civil: “Boa tarde. Eu me chamo Vinícius Papatella, sou morador de Belo Horizonte, acompanho este Conselho há 17 anos. Senhor presidente, é possível que os outros conselheiros apareçam na tela do Zoom? Eu não me sinto bem falando de algo tão sério sem poder ver. Só a Dra. Maria Eugênia que está aqui desde o início da reunião aparecendo, que está participando. É possível as pessoas aparecerem?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É possível, sim, Sr. Vinícius, mas isso cabe a cada conselheiro.” Vinícius Papatella/sociedade civil: “Eu estou aqui na qualidade de assessoria parlamentar da deputada federal Duda Salabert. Senhor presidente, de forma muito sincera e respeitosa, não gostaria de vê-lo escutando a todos e ao final respostas a uma ou outra pergunta de forma resumida e genérica, sugerindo que as demais estão no Parecer Único, no documento X ou Y e que muitas vezes nem disponíveis estão. Muitas perguntas já feitas aqui não estão respondidas no PU, não constam dos documentos que instruem esse procedimento administrativo. Sabe do meu trabalho sério, então não sei o que você vai fazer por aí. Temos conhecimento da ação civil pública do Ministério Público na Comarca de Nova Lima sobre esse empreendimento e sobre esse processo de licenciamento, que tem uma audiência judicial marcada para o mês de agosto. Nessa ação, se os conselheiros não sabem, está escrito, entre aspas: ‘O Ministério Público diz: o licenciamento é nulo e eivado de vícios e ilegalidades.’ É o mesmo Ministério Público que assina um tanto de TAC por aí que neste caso está falando, peremptoriamente, que esse licenciamento é nulo, eivado de ilegalidades. Por um lado, o Sisema colocar em votação e aprovar seria uma maneira de vocês se livrarem desse problema e colocar para o Judiciário resolver, para a AGE responder. E aí vai. A gente não quer hoje uma reunião de 15, 18, 20 horas. Se necessário, suspenda, remarque uma extraordinária, que tem muito tempo que não acontece. Que bom que isso parou. Aguarda a próxima ordinária, inclusive, que será após a audiência judicial. Enfim, senhor presidente, juridicamente, há espaço para o senhor tomar uma decisão como essa. Mas vamos lá. Eu tenho perguntas para o empreendedor, para os técnicos que atuaram nessa análise e também considerações e perguntas para os conselheiros. Eu já antecipo que precisarei dos minutos adicionais. Se o senhor quiser votar agora ou momento também o senhor pode me interromper. Para os técnicos: o SLA 284 conta com anuência do Iphan? Citar o número, data da emissão, se está disponível no SEI e quem assina. São perguntas simples, no início, e depois eu vou começar com as questões técnicas e gostaria que fossem todas respondidas. Uma pergunta para a empresa e para os técnicos: quando se deu o início das obras de instalação da Fleurs? Qual mês e qual ano? Esse início foi antecipado de uma avaliação por algum órgão ambiental? Se sim, qual? De onde? Quando teve início esse suposto procedimento administrativo? Outra pergunta para a empresa e para os técnicos: quando se deu o início das obras da pilha que se encontra às margens do rio das Velhos? Mês e ano. Quinta pergunta para a empresa e para os técnicos: essas duas obras, da UTM, edificação e tudo que já está lá, inclusive as pilhas, o que é uma grave ameaça, foram acompanhadas de projeto executivo previamente analisado e autorizado pelos órgãos públicos de meio ambiente? Se sim, por quem, onde, quando. Sexta pergunta, para os técnicos: na abordagem que a Polícia Federal fez na empresa tem um relatório que aponta que a empresa apresentou apenas planta baixa de terraplanagem e não o projeto original com ART. Sobre isso, o relatório da Polícia Federal é claro: ‘É o mais provável que nenhum projeto tenha sido encaminhado à SEMAD’. Está na página 10. ‘Ficando evidente o desalinhamento desse projeto ao perigos e possivelmente apresentado à SEMAD.’ Qual a resposta que os técnicos podem me apresentar para isso, uma vez que não está no Parecer Único? Aos conselheiros: sobre o laudo da Direcional que embasa o Parecer Único da FEAM, que vai pelo deferimento. Essa empresa presta serviço de consultoria para esse setor e para outros: empresa Vale, Petrobras, Kinross, Arcelor, Nexa. Eu particularmente vejo um evidente conflito de interesses. Aliás, uma empresa que atende o setor público e privado ao mesmo tempo nunca pode ser isenta ou imparcial. Senão ela estaria fora do mercado. O Parecer Único não trata dessas questões de conflito de interesse. Seria um motivo também para posicionamento da Presidência ou da assessoria jurídica do gabinete. Senhor presidente, meu tempo está chegando a 1 minuto, e eu tenho agora umas oito questões sobre pilhas. O senhor quer colocar em votação meus 5 minutos?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Coloco, sim, Sr. Vinícius. Tempo adicional de 5 minutos ao Sr. Vinícius. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão... Cinco minutos adicionais mais 1 minuto. Seis minutos...” Vinícius Papatella/sociedade civil: “Então eu vou fazer uma antes aqui da pilha, porque é importante, no sentido de reiterar o que a Teca colocou, coisas que precisamos de respostas, mas eu vou dizer sobre as informações complementares. A sociedade civil não tem acesso. Apesar de o Parecer Único dizer sobre algumas informações complementares, não tivemos acesso a essas perguntas, o status delas. Enfim, parece que tem uma ata que precisa ser divulgada da reunião do dia 22/5 entre empreendedor e a DGR. Eu não sei se essa ata está disponível. Esse processo tem um áudio estranho de ameaça à secretária, de um sócio da empresa. É um assédio até aos funcionários, aos servidores, aos técnicos. Mas, enfim, não temos como fazer o controle social de uma indesejada suposta ocorrência de advocacia administrativa neste caso. Então isso é caso

de polícia, está sendo investigado. Agora sobre as pilhas, senhor presidente, eu gostaria de respostas porque são perguntas simples para a área técnica. Os técnicos analisaram o histórico da pilha? Quero dizer sobre a sua construção e medida de segurança. Quantas sondagens por metro quadrado ou por hectare foram feitas antes da construção da pilha que se encontra às margens do rio das Velhas? Desde quando essa pilha tem ART? Foram avaliados o nível de umidade e a necessária forração dos taludos com vegetação capaz de manter estabilidade dessa pilha? Se sim, isso foi feito quando? Se o Parecer Único não analisa nenhum laudo terceirizado, em que momento que isso vai ser feito, resgatar o histórico dessa pilha? Porque nem o Parecer Único nem o procedimento de licenciamento está considerando as séries históricas de precipitação pluvial, com projeção de chuva para os próximos anos, a partir de modelos climáticos atuais. Enfim, isso não está acontecendo mais uma vez. Sobre essa pilha que foi construída de forma irregular, ela está a jusante ou a montante de captação de água destinada a alguma comunidade urbana, algum aglomerado, algum distrito? Atualmente, ou seja, considerando a instalação irregular da pilha da empresa no local, tem instrumentação de acordo com o projeto executivo básico ou, aliás, nunca existiu projeto executivo básico? Veja, são perguntas simples, exigem resposta 'sim, teve projeto executivo'; 'não, ela se instalou sem licença'. Essa pilha tem declaração de estabilidade? Sim ou não? Então finalizar aqui, sabemos, infelizmente, o placar desta reunião hoje, mas ainda assim, senhor presidente, eu acho que tem um espaço confortável para o senhor avaliar junto com o Conselho, com as pessoas aí, sobre a possibilidade de baixar isso em diligência para sanar todas as dúvidas e trazer isso numa próxima, extraordinária ou ordinária, após a audiência pública. Não precisa de ter pressa. E quero reiterar, as questões aqui precisam ser respondidas individualmente, não vai não adianta colocar cinco respostas e falar que o resto está lá. Não está. Então obrigado. Eu gostaria de ter a sua consideração sobre a possibilidade de reunião extraordinária em algum momento para continuar isso aqui.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Daniela Vidigal... Sr. Antônio Malta. Também não está na sala. Vou retornar aos três que estão na sala, senhor presidente. Sr. Roberto Celso, que a gente já havia chamado e não havia se manifestado.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, com a palavra.” Roberto Celso Dias de Carvalho/sociedade civil: “Senhor presidente, na audiência pública, o representante da empresa falou que a empresa começou de forma legal, pois tinha um Termo de Ajustamento de Conduta, o TAC, firmado com o órgão ambiental. Sendo assim, eu questiono qual o motivo que levou à assinatura do TAC pela empresa. A outra pergunta que eu faria seria se a empresa assinou o TAC por ter cometido alguma ilegalidade. Se assim foi, qual a ilegalidade cometida? Caso a empresa tenha firmado o TAC em função de alguma ilegalidade cometida, como a empresa pode afirmar que começou a operar de forma legal? E nesse tocante, caso a empresa, tenha firmado um TAC com o órgão ambiental em função de alguma ilegalidade cometida, ela teria prestado uma informação falsa no âmbito da audiência pública ao informar que a implantação e o início das operações da empresa ocorreram de forma legal? O outro questionamento seria: a Fleurs operou por um tempo por meio de TAC firmado com a SEMAD, tempo suficiente para receber grande quantidade de minério extraído da serra do Curral e a área de preservação permanente do rio das Velhas. E esse conjunto de coisas supostamente ensejou a atuação da Polícia Federal, um conjunto de coisas supostamente permanentes na serra. Deixa eu repetir, a Fleurs operou por um tempo por meio de TAC firmado com a SEMAD, tempo suficiente para receber grande quantidade de minério extraído da serra do Curral e a área de preservação permanente do rio das Velhas, e esse conjunto de coisas supostamente ensejou a atuação da Polícia Federal em 2020, no âmbito da Operação Poeira Vermelha Taquaril, que atestou que a atuação dessa empresa, em conjunto com outros atores, usou uma autorização destorcida para a terraplenagem, de forma a acobertar a exploração mineral sem autorização. O início das obras de instalação, no passado, foi acompanhado de projeto executivo previamente analisado e autorizado pelos órgãos públicos de meio ambiente? É o meu questionamento. Ainda nesse sentido, qual a situação de todos os autos de infração lavrados contra o empreendimento? As multas foram pagas, como se encontra o pagamento das mesmas? A empresa está inadimplente com o pagamento de alguma das multas que recebeu?”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O senhor precisa de prazo adicional para concluir?” Roberto Celso Dias de Carvalho/sociedade civil: “Sim, por favor.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cinco minutos então. Coloco em votação 5 minutos adicionais. Àqueles conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok. Cinco minutos adicionais.”

Roberto Celso Dias de Carvalho/sociedade civil: “Continuando aqui, senhor presidente, eu peço que detalhe cada um dos autos de infração lavrados contra a Fleurs Global Mineração, especificando quais foram as infrações realizadas e em qual status de processo se encontram os autos de infração. Em alguns dos autos de infração lavrados contra a empresa informa que a infração cometida foi apresentação de informação falsa ou equivocada ao órgão ambiental. Quais foram as informações apresentadas ao órgão ambiental que foram consideradas como falsa ou equivocadas, resultando na lavratura do auto de infração? Ainda continua, considerando que a empresa já foi autuada pelo órgão ambiental por apresentar informações falsas ou equivocadas, desrespeitar embargos para suspensão de atividades e impedir a entrada de fiscais na empresa, como podemos ter certeza de que as informações apresentadas nos estudos ambientais são verdadeiras e não estão distorcidas? É a minha pergunta. Quais as garantias de que a empresa respeitará o que for definido no âmbito do processo de licenciamento ambiental? O outro questionamento seria quantos quantas fiscalizações foram realizadas no empreendimento e em quantas foram identificadas ilegalidades e lavrados autos de infração. Segundo relatório da Polícia Federal, no pátio da Fleurs em Raposos, foram localizados 11 caminhões apreendidos. Por que isso aconteceu, qual o desfecho? Qual a última fiscalização realizada na empresa? Foram

identificadas infrações durante a mesma? Em seguida: quantas abordagens da Polícia Federal já foram realizadas na empresa Fleurs? A empresa está indiciada em algum inquérito da Polícia Federal, Civil ou Militar? A empresa já foi condenada por algumas das acusações realizadas pelas autoridades policiais? Qual a relação existente entre a empresa Fleurs, a mineradora Gute Sichit ou Dragagem Boa Vista e a Valefort? E outra pergunta seria: em algum momento a Fleurs recebeu minério de origem ilícita em sua planta de beneficiamento? Se sim, quanto foi recebido e o que a empresa fez ao identificar que se tratava de minério extraído de forma ilegal? Em algum momento, a Fleurs recebeu minério que foi extraído sem licença ambiental, tendo sua suposta legalidade atestada tão somente por Termo de Ajustamento de Conduta em sua planta de beneficiamento? Se sim, quanto foi recebido? Quem era o fornecedor?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Roberto, desculpe interrompê-lo. O tempo do senhor finalizou. Eu tenho que chamar o próximo inscrito. O Sr. Fernando levantou a mão. Eu só gostaria de atentar, as questões estão sendo repetidas. Nós temos ciência de que grupos de WhatsApp estão pedindo para os senhores repetirem as mesmas perguntas com a finalidade de tumultuar o andamento da reunião. Essa finalidade que os senhores irão conseguir é fazer com que a reunião apenas demore mais. Eu não estou especificando o senhor, me desculpe, eu estou falando de forma geral. Porque nós recebemos as mesmas mensagens. Então as perguntas estão sendo repetidas, às vezes com orientação equivocada. A equipe já poderia estar respondendo. Obviamente, igual eu falei com os senhores, o tempo – os 5 minutos que pertencem aos senhores, de manifestação – sempre será respeitado. Eu não intervi em momento algum nas manifestações dos senhores e nem deixarei que alguém faça a referida intervenção. Mas vamos dar andamento à nossa reunião. Não estou falando especificamente da manifestação do senhor, mas há uma tentativa, e aí está escrito nas mensagens de quem postou de tumultuar a reunião. E não vai conseguir. Vai conseguir alongar a reunião, como foi feito em uma reunião passada. Então é uma estratégia equivocada, que deve ser repensada. Eu só peço atenção para os senhores que vão fazer os questionamentos, verificar, ‘é necessário repetir esses questionamentos novamente?’ Já foram feitos. É necessário fazer essa tentativa, essa orientação que os senhores estão tendo de tentar tumultuar a reunião? Eu estou falando ‘tumultuar’ porque a pessoa escreveu ‘tumultuar’. Então repensem nas ações. É a minha obrigação conduzir a reunião, então eu tenho que fazer esse alerta aqui para os senhores. Eu vou abrir a palavra para o Fernando Benício. Eu só peço que seja breve, Sr. Fernando, porque estamos aqui em relação aos inscritos. Por favor.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Obrigado, senhor presidente. Na realidade, eu queria parabenizar pela sua condução. Eu ia falar exatamente o que o senhor acabou de dizer. Ficamos tristes, enquanto representantes da sociedade civil, por ver essa manipulação social equivocada, quando estamos aqui esperando ouvir as respostas técnicas, nos interessa ouvir, para até poder embasar nosso voto de forma séria, de forma competente, representando a própria sociedade civil. Então eu parabeno pelas suas falas e agradeço o espaço.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Fernando. Cícero. Brevemente, Cícero, só para a gente dar andamento aqui, que nós estamos no espaço dos inscritos. Por favor.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Fazer coro ao colega, também reforçar que a condução está sendo muito pertinente, presidente, porque foram feitas algumas perguntas que merecem atenção, mas à medida que algumas pessoas começam a repetir incessantemente algumas questões menos relevantes começa a denotar mesmo uma tentativa de obstruir. E as questões importantes, as perguntas relevantes que foram colocadas anteriormente ficam esquecidas devido a esse tumulto. Então reforçar aqui também, parabenizá-lo pela condução. Está mais de uma vez pedindo para as pessoas focarem na pauta e não repetirem os questionamentos que já foram feitos. Parabéns pela condução, presidente. Continuando assim, nós vamos ter um desfecho que sim ou que não para esta pauta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Cícero. Só falando aos inscritos, àqueles que já se manifestaram, em momento algum eu estou falando da pertinência dos questionamentos e do quanto são necessários para o deslinde aqui da nossa reunião e para a votação dos conselheiros. O que eu estou fazendo, uma crítica e uma sugestão, é que façam uma releitura dessa orientação, que eu falo ‘tumultuar’ porque a pessoa escreveu ‘tumultuar’, de repetir os questionamentos, pedindo prazos adicionais, repetindo os questionamentos para alongar a nossa reunião. Então é essa questão. Em momento algum eu falei da relevância dos questionamentos. Os questionamentos são, sim, relevantes. Afinal, ‘não há pergunta boa’, os questionamentos são sempre bem-vindos. A questão que eu critico é essa tentativa, equivocada, de tumultuar a reunião. Brevemente, Heleno, só para a gente voltar aos inscritos.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Sim, senhor presidente. É breve. É só para corrigir: o senhor falou em 5 minutos, mas não, estão garantidos aqui 11 minutos para cada inscrito. Nós demos o prazo, para todos eles, de 11 minutos. Só para corrigir. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Sr. Heleno. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, eu vou chamar novamente a Sr. Wânia Walquíria. Ela já conectou o áudio, ela era a inscrita anterior.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Sra. Wânia, a senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Wânia Walquíria Bragança/sociedade civil: “Boa tarde. Meu nome é Wânia, eu sou professora de geografia, formada pela UFMG, e da rede municipal de Belo Horizonte. Eu acompanho o trabalho deste valoroso Conselho desde que estava na universidade, quando era levada pelos professores para participar tanto do COPAM quanto das reuniões da FEAM, para a gente atuar pela questão ambiental... Seguindo neste trabalho, desde a universidade, então já são mais de 30 anos atuando na questão ambiental, na educação ambiental. Então nesse trabalho eu sempre levei meus alunos para a serra do Cipó, para a serra do Caraça e para a serra do Curral, e eles sempre ficaram impactados com a visão que tinham do resultado da mineração na serra. Eu estou relatando isso para chegar a uma única questão que eu quero

colocar. E eles então sempre alunos sexto ano, que são muito curiosos, muito ativos, sempre me retornaram com questões de como que poderia isso estar acontecendo. 'Quem que permite isso?' E eu tinha que responder que era o poder público. Quem permite, quem dá essa licença para fazer isso é o poder público. E eles sempre questionando em relação: 'Mas ter a serra não é mais importante que vender a serra?' É uma pergunta que, para mim, é óbvio de responder. E que se fosse perguntada a toda a população eu acho que a maioria responderia que manter a serra, com todo seu potencial natural, de nos fornecer, até mesmo de uma forma pragmática... E aí resolveram fazer um trabalho..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Wânia, parte do que a senhora falou nós não escutamos. Talvez a senhora tenha algum lugar que o sinal seja melhor, porque realmente, estamos verificando aqui, parece que é conexão." Wânia Walquíria Bragança/sociedade civil: "Sim. Agora melhorou?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agora está melhor." Wânia Walquíria Bragança/sociedade civil: "Muito obrigada. Eu vou tentar concluir. Você pode me dizer o que você ouviu?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "A parte que eu ouvi, que eu consegui verificar aqui, é que a senhora falou que levava os seus alunos aos parques, às áreas. Depois o som ficou inaudível." Wânia Walquíria Bragança/sociedade civil: "Então na serra do Cipó eles sempre questionavam, muito alarmados com o visual, com o resultado da mineração, eles sempre me perguntavam se não era mais importante manter a serra e aquele ambiente do que vender a serra. E aí com um trabalho longo que fizemos eles precificaram, colocando em cifras mesmo, quanto valeria – eu poderia relatar aqui detalhadamente – a serra, a vegetação, o manancial, a capacidade hídrica e toda aquela riqueza natural. Eles colocaram preço na serra e chegaram à conclusão de que era um preço impagável, não haveria como vender a serra. Esse foi o trabalho que eles fizeram. Então eu trago a pergunta deles para vocês, para o Conselho. Quanto vale, qual o preço justo que seria? Como em todos os empreendimentos existe preço, quanto valeria a serra? Essa é a pergunta que eu deixo para vocês. Qual é o preço que é vendido e qual é o preço real e qual é o valor que se entrega à mineração? Quanto, de fato, recebemos, enquanto Estado de Minas Gerais, pela venda dessa serra? Muito obrigada." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação da Sra. Wânia. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Senhor presidente, retornando ao inscrito André Silvério. Ele já entrou na sala, já está disponível." André Silvério Diniz Azevedo/sociedade civil: "Eu vou ser breve, porque até não tenho tanto tempo para entrar. Mas se questionou um pouco sobre essa questão de repetir as perguntas, mas é porque eu achei muito relevante a pergunta anterior, até no sentido de perguntar quanto que vale a saúde física das pessoas, quanto que valem as trilhas que as pessoas fazem, todo o turismo ambiental que faz por volta de uma serra em pé. E uma pergunta que eu faço é se não seria possível minerar o lixo, já que o lixo já está destruído. Eu acho que essas manifestações, essas perguntas, são um direito constitucional, estamos manifestando nosso descontentamento com a destruição da natureza, destruição das nossas serras. E até uma pergunta se não teria como organizar melhor blocos de perguntas para que os conselheiros consigam responder cada pergunta de forma adequada. Porque realmente deve ser muito tempo de pergunta, muitas questões. E eu queria perguntar também se o COPAM, o Conselho aqui, não teria como ter atenção a problemas que estão acontecendo, urgente. Além de não dar licenciamento para a destruição do nosso ecossistema, se não conseguiria dar atenção a absurdos que estão acontecendo, por exemplo, em BH, que tem parques abandonados. Teve um caso ali de estupro no Parque Guilherme Lage. Então onde que está a Polícia Militar, a Polícia Civil, quando está acontecendo isso, não só para ficar reprimindo manifestação popular, mas também para se fazer mais presente nesses parques. E a Stock Car, que a companheira falou, da UFMG. Eu sou estudante de engenharia elétrica na UFMG, e muito me aflige um empreendimento tão destruidor, tão avassalador como a Stock Car. Eu queria saber o que os conselheiros acham desse empreendimento, de como que é o impacto. Eu queria perguntar se foi feito um estudo sobre qual o impacto da destruição tanto da Stock Car quanto da mineração na população, no meio ambiente como um todo, o que vai acontecer caso destruírem a nossa serra para vender por um preço muito baixíssimo que se vende o nosso minério. É isso." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação do Sr. André. Próximos inscritos." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Já entramos, senhor presidente, na outra lista. Vou projetar para ciência. Os dez próximos estão listados de azul. O primeiro inscrito é o Sr. Lucas de Ávila." Lucas de Ávila Carvalho Fleury Mortimer/sociedade civil: "Boa tarde." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Boa tarde, Sr. Lucas. Pois não, com a palavra." Lucas de Ávila Carvalho Fleury Mortimer/sociedade civil: "Eu vou ser mais pragmático que os outros colegas. Um conselheiro já solicitou que o pedido da Fleurs seja retirado da pauta do COPAM. Então é mais para apoiar essa solicitação e solicitar ao presidente da Câmara de Atividades Minerárias que retire esse pedido da Fleurs, tendo em vista que existe uma ação civil pública contra a empresa. Então precisamos aguardar o retorno do Ministério Público em relação a essa ação civil, que tem audiência marcada para agosto. Então pelo menos até agosto não seria certo votar esse pedido da Fleurs. E além disso reiterar que não foi feita a consulta ao quilombo Manzo, conforme prevê Convenção da Organização Internacional do Trabalho. Mais uma vez, não queremos que as mineradoras atropem os processos legais do Estado de Minas Gerais, para que nenhum bem da nossa sociedade seja danificado. É isso, um apelo aos conselheiros. Obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação do Sr. Lucas." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próxima inscrita é a Sra. Cynthia Camargo." Cynthia Camargo/sociedade civil: "Boa tarde, vocês estão me ouvindo?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Boa tarde, Sra. Cynthia. Estamos, sim. Pois não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos." Cynthia Camargo/sociedade civil: "Eu acho que não vou repetir o que todos já questionaram aqui. Eu vou falar como uma cidadã que nasceu em Sabará. Então eu acho que se eu escolhi Sabará para nascer talvez eu possa defender um pouco

essa região, que agora está à mercê de uma mineração que, além de predatória, já sabemos que é criminosa. Então não vou ficar repetindo as mesmas colocações dos colegas e faço coro a todas as perguntas que foram colocadas aqui. Talvez nesse tempo de 9h até agora eu tive que me desconectar alguma vez e não recebi essa última fala de um participante de que alguém do Conselho aqui já pediu a retirada de pauta. E eu agradeço, porque eu acho que todos nós que estamos aqui hoje, a gente não está pensando só na gente. Eu já tenho uma vida quase inteira, aonde eu pude compartilhar e vivenciar o que são as nossas serras e águas de Minas. E eu acho que a gente poderia deixar isso para os nossos futuros, que estão chegando. Eu acho que cada um aqui, cada uma, tem seus descendentes e deve pensar acerca disso, sair desse olho por olho, dente por dente, aonde eu só estou pensando no meu umbigo. Teve um senhor aqui, bem antes de mim, que até chorou, emocionado com toda essa situação que estamos vivenciando. E ele colocou duas questões muito importantes e que eu gostaria que vocês conselheiros também prestassem atenção. Nós estamos aqui neste Conselho realmente avaliando as questões ambientais ou eu estou aqui simplesmente politicamente para defender o que o atual governo defende? Que é um governo pautado na economia simplesmente. Nós temos um governador que é um empresário. Então o que ele quer é moer, continuar moendo o nosso minério, as nossas montanhas e levando todo esse minério para fora do Brasil. Porque se este governo do Estado tivesse pelo menos uma alternativa de falar 'a gente vai estar agora beneficiando mesmo', são 10 ou 15 que estão aí simplesmente usufruindo muito. Chamar atenção ainda para essa questão da humanidade, sabe, nós somos humanos, nós ainda não viramos robô. Tudo bem que hoje a gente pode fazer essas reuniões online. Porque sabemos, quanticamente, o quanto poder a gente tem de quando eu penso em algo e essa coisa acontece para mim. Mas o que eu vejo é que nós estamos robotizados, está todo mundo aqui pensando no seu bolso, 'ah na minha casa melhor, no carro que eu vou comprar'. Ninguém está pensando no Colegiado no coletivo. Então eu venho aqui hoje muito mais nesse sentido de falar 'olha, gente, por favor, pensem não só apenas em você, porque nós não somos um não, nós somos um todo', e esse todo tem o meio ambiente, tem as árvores, tem as florestas, tem as montanhas tem a água, tem a nossa mãe Terra, que está aí mostrando para nós nessa crise climática que 'olha, vocês são muito pequenos perante o meu poder'. Eu não preciso falar, por exemplo, lembrar lá em 2019 ou antes um pouco, no final de 2018, quando esta Câmara Técnica aqui aprovou Brumadinho. E o que aconteceu? Todo mundo sabe. Mas talvez as pessoas mais jovens aqui, mesmo que tenha só cinco anos do crime de Brumadinho, não interessa, 'isso não foi para mim'. Então eu acho que nós temos que sair desse umbigo, prestar atenção no que é de direito, no que realmente o direito afirma. Que eu não estou vendo isso nem nos técnicos que estão avaliando essa licença e muito menos do Conselho. Eu gostaria muito de ter um Conselho representativo aonde eu sociedade civil possa ficar tranquila na minha casa sabendo que esse Conselho que está posto é um Conselho real, digno, esse Conselho vai avaliar realmente o que está sendo colocado e não simplesmente..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Desculpa interrompê-la. O tempo da senhora acabou. Se precisar, eu tenho que colocar em votação. A senhora precisa de prazo adicional?" Cynthia Camargo/sociedade civil: "Já acabou 1 minuto também?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Acabaram os 5 minutos e o 1 minuto que estou dando ao final." Cynthia Camargo/sociedade civil: "Entendi. Eu queria só finalizar a minha fala. Se os conselheiros pudessem..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Em votação 5 minutos adicionais. Os conselheiros que concordarem podem permanecer como estão. Ok. Cinco minutos adicionais para a Sra. Cynthia. Pois não. Sra. Cynthia." Cynthia Camargo/sociedade civil: "Eu agradeço aos conselheiros por esse tempo a mais. Mas é isso, eu acho que estou falando de um lugar que não é só meu, eu não estou querendo chegar aqui e colocar minha verdade, porque quem sou, eu acho que a verdade já está posta. Nós temos hoje um processo de uma licença que já vimos que é uma licença para dar para ladrão, que é para dar para criminosos. Então como compactuar com essas relações? Então eu gostaria muito de ser representada pelo Conselho, mas com dignidade. Que quando cada um aqui fosse para casa, depois da votação, fosse mesmo de consciência tranquila. Não dá mais para ficarmos achando que 'ah eu trabalho para fulano e eu vou representar fulano.' Não, quem está representando a sociedade civil aqui deveria muito bem lembrar que a sociedade civil é quase a população inteira, não é a empresa X ou Y ou o governo X ou Y. Então pensem nisso, coloquem a cabeça em cima do pescoço, mas não só para lembrar do que é necessário fazer, mas escuta o coração. É o momento também de falar 'olha, escute o coração', porque o coração faz parte do nosso contexto. Vamos voltar a nos apaixonar pelas nossas águas, pelas nossas serras, pelas nossas montanhas, pelos pássaros. Eu não sou um ser vivo apenas aqui não, além disso nós temos toda a biodiversidade. Eu não vou precisar de todo o resto do tempo e gostaria muito mesmo de que cada um fizesse em sã consciência, mas uma consciência cidadã, não aquela consciência 'ai, eu vou ficar mais rico agora, eu agora vou ganhar aquela conta'. Não, eu estou aqui porque eu realmente faço parte de uma Câmara Técnica de um Conselho aonde eu tenho representatividade, que minha representatividade seja posta aqui de boa-fé. Assim falei com muito amor e passo a palavra." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação da Sra. Cynthia. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Sr. Juvêncio Lima. Está na sala? Não está na sala. Próximo inscrito, Sr. Bruno Vieira Pereira." Bruno Vieira Pereira/Geoline Engenharia: "Boa tarde, pessoal." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Boa tarde, Sr. Bruno. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra." Bruno Vieira Pereira/Geoline Engenharia: "Hoje eu venho aqui com muita tranquilidade para falar da Fleurs Global, até porque atuamos no meio da consultoria ambiental seguindo todos os regimentos legais e a gente vem acompanhando a Global desde o início do processo de regularização ambiental. Então a gente vem acompanhando todo o modelo, toda a estratégia criada pelo empreendimento para chegar hoje aonde a Global está. É hoje dos

poucos empreendimentos na região metropolitana que podemos, com certeza, falar que é um empreendimento modelo de uma UTM, de empreendimento do ramo da mineração que é um empreendimento modelo, principalmente pelo cumprimento das obrigações ambientais. Eu acho que está tendo um vício repetitivo, até falado pelo senhor presidente, que isso até me causa um pouco de bastante estranheza com relação aos quesitos levantados por todos os inscritos. Até pelo nível dos inscritos, pela formação. Eu acho que o pessoal está aqui hoje, acho que eles não entendem, acho que eles não estão conseguindo entender o processo de licenciamento em pauta hoje, o objeto do licenciamento. Porque eu acho que eles não compreenderam nem a localidade do empreendimento. Eu acho que é uma falta de zelo os inscritos, as falas impositivas, as falas negativas, sem nenhum argumento legal. Diversas falas aqui que o empreendimento está localizado em cinco biomas, que são 500 ha de supressão de vegetação, a diferenciação do que é uma usina de tratamento de minério e uma extração na serra do Curral. O empreendimento nem está localizado na serra do Curral, então como que o empreendimento vai acabar com a serra do Curral, está causando impacto na serra do Curral? Sendo que os senhores inscritos vêm com uma fala totalmente imparcial. Vocês hoje não levaram em consideração nem o que foi demonstrado no processo de licenciamento. Como vocês vieram falar a questão dos pontos negativos, vocês estudaram para isso, vocês leram o processo para vir com essas falas impositivas, imparciais, negativas. E o que foi demonstrado no processo de licenciamento? Vêm falar 'ah não foi feito o processo de diagnóstico de fauna, não foi feito estudo de cavidade, não foi feito o processo de compensação'. Senhores, nós estamos falando de um processo que foi instruído pela FEAM, foi instruído pelo Estado. Então como que o mínimo de zelo e um mínimo de legalidade não estaria vinculado a um processo dessa magnitude, dessa grandeza, que nós estamos tratando aqui hoje? Então eu acho uma fala extremamente imparcial, impositiva. Eu acho que é um vício repetitivo de falas, de perguntas que a gente já está cansado de responder. Logicamente, foi dada uma publicidade para todo o processo dentro da audiência pública, onde que todos puderam ter acesso aos estudos, à documentação. A partir do momento que o processo é instruído, ele é um processo público, então todos têm acesso às informações. E aí os inscritos vêm falar, dentro das suas argumentações e dos seus minutos preciosos aqui hoje, que o processo não tem estudo de fauna, não foi feito estudo hidrológico. Me causa bastante estranheza da imparcialidade, desse cunho dessas pessoas que trabalham em favor de outras políticas..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Bruno, desculpe interrompê-lo. O prazo do senhor de 5 minutos acabou. Questiono se o senhor precisa de mais, que aí eu tenho que questionar o Conselho." Bruno Vieira Pereira/sociedade civil: "Eu gostaria, sim." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Em votação o prazo adicional de 5 minutos ao Sr. Bruno. Aqueles conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok. Então 5 minutos adicionais ao Sr. Bruno. Pois não, Sr. Bruno." Bruno Vieira Pereira/sociedade civil: "Levantando alguns pontos, já esclarecendo para os senhores inscritos, principalmente com relação aos estudos hidrológicos, principalmente com relação à pilha de rejeito, dentro do processo de licenciamento, como a gente acompanhou – eu sou o coordenador do processo de licenciamento pela Geoline Engenharia –, a gente entende que a gente teve até um excesso de zelo no processo de licenciamento, até pelo nível dos estudos que foram apresentados, que foram além de um termo de referência disponível para o EIA/Rima, pela SEMAD. Então foi feito o estudo hidrológico, sim, foi feita a batimetria do curso d'água. Eu acredito que os senhores saibam o que é uma batimetria. Não vou entrar nessa técnica aqui. Foi feita uma batimetria do curso d'água levantando seções, para determinar a cota máxima de inundação em relação à pilha. Então quando falamos que os impactos com relação ao rio das Velhas são mitigáveis é porque eles são. Eles foram estudados. Para a gente trazer essa planta aqui foi feito um estudo de 50, de 100, de 200, de 500, de mil anos de recorrência. Então todos esses estudos, todos esses resultados foram apresentados dentro do processo ambiental, até para dar confiabilidade para que os analistas do próprio órgão ambiental terem confiança para emitirem o seu posicionamento dentro do Parecer Único. Então a empresa Geoline, como consultoria, e a Global não mediram esforços para que todos os estudos, para que todas as discussões fossem alinhadas, respeitando uma organização dentro do processo de licenciamento ambiental. Além da questão do estudo hidrológico, que apontou esses resultados, também fizemos todo o levantamento topográfico da área, a topografia cadastral, a topografia altimétrica e a topografia cadastral em relação às APPs. Então todas as APPs dentro da propriedade da Fleurs Global foram levantadas e estão seguindo rigorosamente as obrigações legais que constam dentro do Código Florestal, que é a respeito das APPs, a obrigatoriedade dessa faixa de APP. Então, dentro do que foi levantado – tem ART de profissional, nossos profissionais incluíram as ARTs dentro desses levantamentos –, a área da pilha não está dentro de APP, ela não encontra-se dentro de área de APP; ela foi respeitada. Isso está dentro do CAR, isso está dentro do processo de licenciamento, isso está dentro do projeto executivo. Foi feito um projeto executivo da pilha. A pilha que está lá, não foi feito um croqui para ela estar lá do jeito que está hoje não, foi feito um projeto executivo. Porque se fosse feito um croqui vocês não estariam vendo a geometria que ela se encontra hoje. Eu acho que os conselheiros que pediram vistas e que tiveram o prazer de estar lá na vistoria, que foi organizada pela Global, e nós aqui da Geoline – eu e o Charles – estivemos presentes também, puderam ver que aquilo lá não é um croqui, aquilo lá não é um desenho: aquilo lá é um projeto executivo de uma pilha, de uma pilha que tem uma tecnologia por trás. Tem um filtro prensa que traz uma confiabilidade de uma disposição de um rejeito filtrado, que tem uma estabilidade geotécnica. Então tem ARTs de profissional, tem profissionais habilitados trabalhando diariamente dentro da Global para trazer os resultados in loco, os resultados in situ diários sobre estabilidade da pilha, umidade. Então nós temos muita tranquilidade de vir aqui e falar em nome da Global e sermos positivos. Trazemos situações reais e não fake news, como vários inscritos

tiveram suas posições e falas repetitivas. E assim eu fico até com vergonha desse pessoal. Eu acho que é isso que eu tinha para falar. Agradeço a oportunidade de estar aqui expondo esses pontos. E eu acredito que todo o processo da Global está instruído corretamente dentro da legalidade. Compensações ambientais foram feitas até além do quantitativo. Tivemos um zelo para fazer um inventário florestal, considerando um cenário mais restritivo, considerando que toda a supressão que foi feita seria uma Floresta Estacional de Estágio Médio. Mesmo assim, nós sabemos que historicamente as áreas já estavam degradadas, estariam já antropizadas. Mas mesmo assim tivemos o zelo de trazer..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Bruno, desculpa interrompê-lo, mas o prazo de 11 minutos já foi dado. Então eu tenho que passar para o próximo inscrito. Agradeço a sua manifestação." Bruno Vieira Pereira/sociedade civil: "Muito obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Senhor presidente, próximo inscrito, vou retornar, que ele já entrou na sala, Sr. Renato Mattarelli." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Renato, tem condições de se manifestar? Estamos ouvindo o senhor. Sr. Renato, pois não. Com a palavra." Renato Mattarelli/sociedade civil: "Inicialmente, eu queria cumprimentar a todos os participantes e exibir um vídeo para subsidiar a minha fala na sequência. Então eu vou abrir aqui, você me orienta." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Renato, o senhor vai apresentar o vídeo?" Renato Mattarelli/sociedade civil: "Está na tela o vídeo?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Não. Estamos vendo o senhor." Renato Mattarelli/sociedade civil: "Eu não estou sabendo compartilhar." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu acho que pelo celular não dá para compartilhar, Sr. Renato. Se o senhor puder manifestar..." Renato Mattarelli/sociedade civil: "Então eu vou falar e, na sequência, vou ver se consigo exibir esse vídeo, que é muito emblemático de algumas questões que eu vou falar." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Renato, desculpa interrompê-lo, mas acho que o senhor mandou o vídeo para a Secretaria Executiva, e a Secretaria Executiva acho que consegue compartilhar para o senhor. Só um momentinho. Pois não, começa a contar o prazo, por favor." *****Exibição de vídeo***** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Renato, o senhor vai precisar de prazo adicional. Eu vou colocar então em votação a sua manifestação. Senhores conselheiros, tempo adicional de 5 minutos para o Sr. Renato. Aqueles que concordarem permaneça como estão. Ok. Cinco minutos adicionais." Renato Mattarelli/sociedade civil: "A primeira coisa que eu gostaria de perguntar para os conselheiros é se eles conhecem essa realidade que foi mostrada no vídeo. A 'beleza' de projeto da Fleurs é isso aí. Estamos vivendo e estamos impactados por várias questões que aparecem nesse vídeo e que não foram respondidas. Eu gostaria de me ater, pelo tempo, a três questões, mas está tudo registrado. E quanto à fidedignidade das imagens não tem dúvida nenhuma. Eu acompanho a implantação totalmente equivocada dessa mineradora, dessa processadora de minério, desde o início. Como já foi dito, dizendo que era uma empresa que estava desassoreando o rio das Velhas. Como vocês viram ali, a imagem mostra a pilha de rejeitos, de estéreis, a 80 m do rio, e a montanha de estéril totalmente erodida com as chuvas do ano passado e do ano atrasado. Chuvas que trouxeram problemas graves para Sabará. Quem mora no bairro Paciência, quem mora na região mais baixa sofreu com a lama minerária que foi despejada no rio pela erosão dessas montanhas que não têm segurança nenhuma. Isso em chuvas que não se caracterizam ainda como episódios atípicos das mudanças climáticas como Rio Grande do Sul, como em São Paulo e também em outras partes do mundo. Essa questão da pilha de rejeito, o Sr. Bruno, de maneira, inclusive, deselegante, desqualificou as argumentações técnicas que nós já apresentamos para essa empresa. Não sei se ele conhece essa pilha com essas erosões. Eu acho que é importante que ele reveja os fundamentos da sua argumentação e da sua deselegância nesta reunião. Outra questão gravíssima que não foi tocada aqui diz respeito a nós aqui de Sabará, e é uma questão que a empresa simplesmente, na exposição que fizemos na audiência pública de Sabará, desconhece não estar contemplada no Rima, no EIA, a questão do transporte, do impacto do tráfico de carretas e caminhões em Sabará. E, especificamente, uma questão gravíssima que é a ponte Saldanha Marinho. Eu sou de Sabará, eu conheço. Inclusive, fui lá esse fim de semana que passou para fazer um vídeo, e isso vai chegar a vocês. Não está aqui na tela, mas essa ponte tem os pilares – é uma ponte secular – apoiados em estacamento de madeira. Então na audiência pública eu coloquei, em nome do Movimento Eu Rejeito Barragem, a gravidade que essa ponte representa para a população de Sabará e para os próprios usuários da ponte, os próprios funcionários que trafegam com caminhões cheios de minério. Essa ponte tem capacidade de apenas 20 toneladas, isso está na placa que estava fixada na sua entrada e no seu entorno. Quando a Fleurs começou a exploração, passado algum tempo, essa placa foi retirada. Veja bem, 20 toneladas. E nós tivemos situações de congestionamento na sua entrada, onde perfilam-se três carretas cheias de minério, totalizando, acredito, 180 toneladas em cima dessa ponte. Eu coloquei isso na reunião, mas a resposta que eu tive – não sei se foi o Bruno ou outro engenheiro da Fleurs –, ele disse o seguinte: 'Essa ponte não caiu, significa que ela é segura.' Eu falei para ele assim: 'Companheiro, isso é argumento de uma empresa que se pretende instalar aqui em nossa comunidade, em Raposo e Nova Lima? Isso é argumento? Porque ela não caiu, ela não representa perigo, tragédia, crime?' Eu queria deixar bem claro aqui também que o viaduto Venda Nova era seguro e caiu e matou. Brumadinho era seguro até matar 272 pessoas. Mariana, 19 mortes. Gameleira, quem lembra disso? Muitos conselheiros devem lembrar: morreram 69 pessoas quando caiu a laje que estava sendo construída. E assim eu posso relatar inúmeras outras tragédias e crimes também que aconteceram em nosso país, onde a gente alertava as autoridades, como estou fazendo aqui agora. E pergunto, senhores conselheiros, os senhores vão aprovar isso aí?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Renato, desculpa interrompê-lo, mas o prazo de 11 minutos que foi dado para o senhor já expirou. Eu tenho que chamar o próximo. Eu já passei 1 minuto, Sr. Renato. Me desculpa, mas pelo

Regimento eu não posso conceder.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Só uma questãozinha pequena, alguns segundos. Eu queria, Igor, isso é muito importante...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Por favor, só faça a pergunta então, Sr. Renato.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Nós gostaríamos de ter a posse dos documentos técnicos de quantas toneladas essa ponte suporta. Porque a Prefeitura de Sabará disse que fez um estudo, o DER esteve aqui e disse que tinha problema, mas que não era competência deles, e o Ministério Público deu uma resposta evasiva. Então eu queria, Igor, que vocês vissem a gravidade disso e nos fornecessem a capacidade dessa ponte. Porque a empresa falou assim: ‘a ponte não é uma questão da mineradora’...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Sr. Renato, eu não posso passar mais a palavra para o senhor. Eu peço desculpa.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “É uma questão que tem que ser aprofundada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Fica o registro do Sr. Renato solicitando uma documentação referente à capacidade de suporte da ponte. O Renato, que mostrou lá na placa, era 20 toneladas. Se isso foi alterado ou não.” Renato Mattarelli/sociedade civil: “Está ótimo. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Sr. Renato.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito é a Sra. Cristina Oliveira.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Cristina. Cristina Maria está na sala?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Cristina Maria de Oliveira. Sra. Cristina. Vou passar para os próximos inscritos. Quando ela retornar, ela nos comunica. Próximo inscrito, Sr. Cláudio Silveira. Não está na sala. Sra. Helena Duarte.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Helena, boa tarde. Estamos ouvindo e vendo a senhora. A senhora tem 5 minutos.” Helena Duarte do Páteo Machado Fernandes/sociedade civil: “Primeiro eu queria agradecer o espaço de voz para me manifestar, Sr. Yuri Trovão. Primeiramente, gostaria de me direcionar ao Dr. Bruno sobre essa desqualificação dos companheiros que já falaram até aqui e tiveram várias colocações muito fundamentadas, principalmente no quesito de licenciamento ambiental, e relacionadas aos autos de infração da empresa da pauta. Não vou me estender muito no meu tempo, porque me sinto contemplada por várias falas aqui, mas queria reiterar e me direcionar aos conselheiros nesta tarde de hoje, que pensem e ouçam um pouco com atenção os argumentos que estão sendo colocados aqui, principalmente relacionados à irregularidade da empresa. Nós sabemos que a Fleurs é uma das empresas mineradoras que têm mais autos de infração, então é uma empresa que inicia o seu processo, como já foi colocado anteriormente, com uma funcionalidade, mas já vai recebendo um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, durante todo o seu processo, até os dias de hoje. Então sem nenhuma licença e descumprindo esse Termo de Ajustamento de Conduta e todas essas condicionantes. Então me direcionar aos conselheiros para que pensem no caso dessa retirada, que eu peço que tirem essa pauta hoje da aprovação da licença da Global, porque, como já foi reiterado aqui, como grande parte da população de Belo Horizonte e das cidades da região metropolitana de Belo Horizonte sabem o quanto essa empresa tem uma fama realmente. Além da fama, nós sabemos de todos esses processos ilegais. Então realmente vai ficar muito feio para que esteja registrado em ata que os conselheiros aqui hoje desta reunião aprovem essa licença de mineração e tanto de tratamento. Então para finalizar um pouco aqui a minha fala eu acho que é só um pedido à atenção mesmo dos conselheiros e para que pensem como que vai ficar para vocês. Principalmente pensando, como já foi falado aqui, nesses descendentes dessas outras pessoas que vão arcar com o ônus dessa usina de tratamento de minério, dessa mineração. Nós sabemos o quanto tem diversas mineradoras que estão ali na serra do Curral e que encaminham o minério para a Fleurs. E que isso também não está sendo colocado, não está sendo regularizado. Então eu peço uma atenção dos conselheiros para os processos de irregularidade e o quanto isso vai ser pesado, peso disso enquanto um Conselho que deixe isso passar. No mais, quero agradecer a fala dos companheiros que falaram. E é isso. Muito obrigada. Boa tarde.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Helena. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, Sra. Cristina Oliveira.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Estamos vendo e ouvindo, Sra. Cristina. Pois não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos.” Cristina Maria de Oliveira/sociedade civil: “Meu nome é Cristina, eu faço parte do Movimento SOS Vargem das Flores. Então a nossa luta pela água é aqui em Contagem, mas nós entendemos que o que está debaixo da terra, que é a água, não tem limite, ela não obedece essa lógica que nós temos para dividir os territórios. Então esta reunião aqui, a princípio, é para dar mais uma licença para uma mineradora minerar no Quadrilátero Ferrífero, que é tão buscado, que é tão cobiçado por muitas empresas do mundo inteiro. Mas para mim ela é mais um round na luta que nós temos, na luta intransigente. E aí nós somos intransigentes mesmo para fazer a defesa da água. Vocês não podem continuar licenciando pedaços de território como se eles não tivessem nenhuma ligação. É tudo a mesma coisa. Nós precisamos pensar no conjunto das licenças para minerar na região metropolitana de Belo Horizonte. Essas licenças que foram dadas até hoje, todas elas, o que elas criaram? Elas criaram uma série de barragens de rejeito de minério, algumas no nível 3, que estão sitiando a região metropolitana. Nós estamos cercados de barragem de rejeito de minério. Então as licenças geraram esse tipo de situação. E elas, várias represas que estão no nível 3, que podem arrebentar a qualquer momento, estão a montante das captações de água do rio das Velhas, da represa do rio Manso e da represa de Serra Azul. Então só Vargem das Flores, falando novamente, é a única represa que não está no caminho da lama, caso haja outro rompimento. E agora as mineradoras estão falando que tem uma tecnologia segura que é essa de empilhar os rejeitos. E que essas pilhas não vão cair. E aí o próprio vídeo que o Renato apresentou antes já mostra que não precisou de uma chuva como a do Rio Grande do Sul para começar a lavar essas pilhas e levar esses resíduos, esses rejeitos, para dentro do rio. Então o mundo que não respeitava o caminho das águas, esse mundo acabou. E no novo mundo que começou quem não respeitar a água vai ser levado ou lavado por ela. E a mineração tira a casa das águas, gente, pois quando chove o

minério absorve essa água, e assim nós temos a água para todos os usos na sociedade. O uso doméstico é o menor deles. A água, na verdade, é a base da economia. Então nós não temos uma economia sem água, nós não temos produção de alimentos, nós não temos produção industrial, o comércio e o serviço dependem da água. Então o funcionamento da sociedade depende da água. Nós não podemos colocar a água em risco. E nós estamos, na região metropolitana de Belo Horizonte, à beira de um colapso hídrico, tanto que a Agência Metropolitana encomendou o plano de segurança hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte; e a Copasa precisou fazer um plano de contingenciamento, caso outra represa se rompa, outra represa de rejeito de minério se rompa. No plano de segurança hídrica, para vocês terem uma ideia, vai ser necessário um investimento de quase R\$ 7 bilhões em obras e projetos para que a gente continue tendo água na região metropolitana. Então nós estamos à beira de um colapso, e isso é muito sério. Outra coisa, a Copasa, que fez o plano de contingenciamento, não é para garantir a fatura de água que a gente tem, abre a torneira na hora que quiser, toma banho na hora que quiser. Não. Porque se uma captação é atingida, imediatamente, tem que interromper essa captação, e o plano da Copasa é para garantir um dia de água e dois dias sem água. Então nós não estamos brincando. Aquilo que a gente achava que ia acontecer em 2030 já está acontecendo. E é por isso que nós estamos aqui para sensibilizar esses conselheiros, porque tudo isso que eu falei até agora é sem levar em conta a emergência climática, com as chuvas extremas que estão cada vez mais frequentes. Eu posso concluir?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Isso que eu ia perguntar à senhora. Eu posso dar mais 1 minuto para a senhora concluir e posso dar mais 5 minutos.” Cristina Maria de Oliveira/sociedade civil: “Mas eu não vou usar o cinco não. Mas acho que com 1 minutos eu não termino. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cinco minutos adicionais à Sra. Cristina. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok. Cinco minutos adicionais.” Cristina Maria de Oliveira/sociedade civil: “Obrigada. Então sem considerar a emergência climática com as chuvas extremas que nós vamos ver cada vez mais frequente. E essas chuvas vão derrubar essas novas tecnologias de empilhamento de rejeito. Aliás, as nossas leis ambientais não estão adaptadas para emergência climática, é necessário fazer uma revisão geral dessas leis, porque o mundo é outro, e as leis são do mundo antigo, que já acabou. Por isso é que nós estamos tentando sensibilizar os conselheiros e as conselheiras para não aprovar mais uma mineração. Tem que pensar todo o conjunto de projetos minerários, não dá para pensar mais uma mineradora; são todas que já existem. Tem que buscar entender o impacto desse conjunto de licenças que já foram dadas. Aquela chuva que teve no Rio Grande do Sul e outras que estamos vendo ao redor do mundo podem, sim, arrebentar as represas de lama, as represas de água. Lá no Rio Grande do Sul arrebentou foi represa de água. E nós já podemos aguardar também o impacto sobre essas pilhas porque pelo vídeo do Renato nós já estamos vendo realmente que essas pilhas não aguentam, não vão aguentar essas chuvas extremas. Então o que estávamos prevendo para 2030, que era a nova agenda urbana, com os objetivos do desenvolvimento sustentável, aquilo tudo foi por terra. E 2030 já é agora, já chegou 2030, o relógio do tempo foi adiantado, nós já estamos vivendo a era dos extremos e não estamos falando mais de água para as próximas gerações, nós estamos falando de água para nós mesmos, para os nossos filhos que já nasceram, não são nem os netos que ainda estão para chegar. Então eu faço um apelo, para concluir, aos conselheiros e às conselheiras, que retirem esta licença da pauta de hoje e não deem mais licença para mineração na região metropolitana de Belo Horizonte. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sr. Euler Cruz. Sr. Euler não está na sala. Próximo inscrito, Sr. Aloísio Prince.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bem-vindo. Pois não, com a palavra, você tem 5 minutos.” Aloísio de Araújo Prince/sociedade civil: “Boa tarde para todos. Meu nome é Aloísio de Araújo Prince, eu sou engenheiro civil e sanitaria, professor universitário aposentado e trabalhei durante 55 anos nessa área ambiental. Inclusive, já fui conselheiro do COPAM, nos áureos tempos da década de 90, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, da qual fui presidente na Seção de Minas Gerais. E eu me lembro com muita saudade desses bons tempos, em que no COPAM a população realmente tinha a palavra, a população realmente estava representada em número suficiente para participar, efetivamente, das decisões. O que infelizmente não vem acontecendo, sobretudo neste governo. Nós temos que reconhecer, peço desculpas falar isso, mas foi aparelhado pelo governo para que vença todas as discussões. Olha a representação, a metade é de órgãos do governo. E eles vão votar contra o parecer do governo, como disse o Yuri? Não podem, não é, Yuri? Não podem. Depois quem que representa a população mesmo? Olha eu vejo aqui apenas Dom Hélder, IHMBio e a Zeladoria. A população, só temos três. Isso é muito triste. E aí o que podemos esperar. O pessoal estava reclamando de que a gente está tumultuando. Olha, analise por que isso está acontecendo. Porque a sociedade, a população não se sente representada, e a única forma de ela protestar é realmente vir em número para tentar convencer os representantes do Conselho para fazer alguma coisa justa, honesta, sincera, necessária. Nós vimos hoje aqui depoimentos eloquentes, tanto de técnicos como de cidadãos. E eu fico preocupado quando vejo um colega depreciar o depoimento de cidadãos como se eles não soubessem nada. Que isso? Sabem muito mais, eles têm vivência. Triste, triste, triste. E vimos também, além desses depoimentos eloquentes, sábios, dos populares, depoimentos importantes de técnicos também. No início, tivemos gente de peso, professores universitários, uma deputada ativa e atuante. Vimos a Corujo, Maria Teresa Corujo, que já fez parte do COPAM, que saiu porque viu que não adiantava participar. E vêm falar que a gente não entende nada? Então eu quero fazer aqui um apelo, sem muita esperança, mas, sei lá, quem sabe Deus ajuda e mova a cabeça dessas pessoas, dos nossos representantes e conselheiros, para que atenda esse pedido sensato de suspender, de retirar o projeto de pauta, porque há indícios seríssimos de irregularidades. Essa

questão de não ter sido ouvida a comunidade Manzo, isso é muito sério. E agora vem o pessoal da área técnica da FEAM querer dizer que, com argumentos burocráticos, que não tem ainda o tal do RTID. Mas ela já está inscrita no Incra. Isso não tem de ser levado em questão? O que isso? Que tecnicismo? Que autocracia é essa, que tecnocracia é essa? É uma vergonha. E depois também apontadas uma série de irregularidades cometidas por essa empresa, e ela ainda vai receber licença para continuar? Eu pediria mais 5 minutinhos para concluir a minha fala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cinco minutos adicionais ao Sr. Aloísio. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, 5 minutos adicionais.” Aloísio de Araújo Prince/sociedade civil: “Obrigado. Não tem nenhum conselheiro aí, estou vendo só a Maria Eugênia ali. Aliás, o senhor até mudou a maneira de votar porque já sabia que não tem ninguém aí: agora é ‘permaneçam como estão’. Triste, triste, triste, triste. Então, concluindo, será que não vão ser levadas em questão as irregularidades, o fato de essa empresa estar sendo objeto de uma ação civil, sendo investigada pela Polícia Federal? Isso não vai ser levado em conta? Uma pessoa que falou, uma senhora, com a sua sabedoria, disse que a gente precisa valorizar esse princípio da precaução, ela ainda falou uma frase muito bonita que não é respeitada que é ‘in dubio pro vitae’. Então se há dúvida, porque foram levantados muitos argumentos apontando dúvidas, e vai se aprovar? Vamos repetir a Agência Nacional de Mineração, me desculpa seu representante, acho que nem devia estar aí representando, porque não representa a sociedade. Eles que autorizaram a Empabra, com uma desculpa esfarrapada de que iam desobstruir drenos. E ficou lá oito meses. E o projeto que era o mais importante, o projeto de fechamento da mina, está lá engavetado. É essa Agência Nacional de Mineração que saiu uma notícia agora recente, esta semana, no Uol, de que ela autorizou 870 garimpos em unidades de conservação? Pelo amor de Deus? Esse senhor aí deveria se declarar impossível de votar, sem direito de votar. Então é isso, é uma vergonha, e eu estou pedindo pelo amor de Deus, para aqueles que ainda têm uma consciência, que não são dominados pelo governo, para que votem pela retirada desse projeto de pauta, como, inclusive, uma medida de precaução. Não podemos continuar sujeitos a ações dessa empresa irresponsável e criminosa, que age em conluio com outras minerações que atuam ou já atuaram e estão tentando continuar atuando, por isso precisam dar Fleurs lá, para continuar destruindo a nossa serra do Curral. Pelo amor de Deus, senhores, dê-nos essa esperança. Qual é o problema de se esperar um pouco mais para se avaliar com mais cuidado essa questão? Por que não? Que Deus nos ilumine e nos ajude, porque nós estamos cansados de ver a nossa serra do Curral sendo prejudicada por ações irresponsáveis, por órgãos de governo irresponsáveis que autorizam ações que não deveriam autorizar e prejudicam a nossa serra, a exemplo da Agência Nacional de Mineração e da SEMAD. Governo federal e estadual em conluio. Então a quem iremos recorrer? Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Estou vendo que o Cícero e o Fernando levantaram a mão, pelas citações do Sr. Aloísio, talvez querendo fazer uma réplica. Eu peço desculpa, Cícero, peço desculpa, Fernando, eu não vou abrir a palavra para os senhores neste momento. Eu vou seguir com os inscritos. Nós temos muitos inscritos. Se ficarmos nessa situação, a gente não caminha. Os senhores vão ter tempo. Eu entendo. Cícero, seu microfone está fechado, nós não estamos ouvindo o senhor. Seu microfone está aberto, mas não está saindo o som. Cícero, entendo que o senhor, a ANM foi citada, entendo o direito que o senhor tem de uma réplica, mas eu não vou abrir possibilidade de réplica neste momento, em virtude da quantidade de inscritos. Qual o próximo inscrito? Cícero, eu peço desculpa. O senhor vai ter oportunidade de manifestar. Vamos aguardar os inscritos. Aí eu passo a palavra para os senhores.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sr. Charles Castro, que já está na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Charles, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não, com a palavra.” Charles Castro/Geoline Engenharia: “Boa tarde a todos. O discurso aqui não é a mineração contra os ambientalistas, o que nós viemos falar aqui é exatamente a verdade. A Fleurs é uma UTM, ela não é uma mineração de extração. Aqui ninguém está contra a serra, aqui ninguém está querendo acabar com água, antes pelo contrário. É uma empresa que tem todo o viés, hoje, o viés ambiental dentro da sua estrutura. A UTM, para quem não sabe, não é extração. Muitos falaram do buraco da serra do Curral, da extração, da proteção da serra. Ok, mas não é esse o processo em pauta, o que estamos falando é de uma unidade de tratamento de minerais, que é uma das mais modernas do mundo. O que estamos falando aqui é de um caso concreto em que o minério pode chegar um minério pobre, justamente dessas barragens que estão sendo descomissionadas, e juntando com o minério de um teor melhor, sendo um produto final ambiental. Eu evito, inclusive, extração quando utilizo UTM nesse porte, com essa tecnologia. Então eu gostaria de passar um vídeo, aí o vídeo real, por que os senhores conselheiros estão licenciando. Não estão licenciando nada em tese, estão licenciando uma empresa concreta, são mais de 300 funcionários diretos e mais de 1.000 indiretos, são famílias que estão dependendo de cada um dos conselheiros para continuar vivendo. Sem nenhuma afetação direta à serra da Moeda, sem nenhuma afetação direta sobre o rio das Velhas, antes pelo contrário, tem todo um sistema de sumps, de monitoramento dessas águas para que justamente não possam contribuir com o já assoreado rio das Velhas. Antes pelo contrário. Hoje o programa de controle ambiental da empresa é um dos melhores de Minas Gerais. O que estamos licenciando é uma das melhores empresas dentro da esfera de unidade de tratamento mineral do Brasil. Por isso que eu queria colocar o vídeo aqui para desmistificar. Eu não estou falando sobre nenhum entendimento, sobre nenhum conselheiro, sobre nenhuma tese, sobre nenhum grau de formação de quem falou antes, todos têm propriedade, só que poucos falaram sobre o tema. Colocaram outros empreendimentos e misturaram o tema. O tema aqui não é extração minerária e, sim, unidade de tratamento de minério. E para isso, senhor presidente, eu gostaria de passar o vídeo institucional para que todos saibam o que estão licenciando aqui agora.” Presidente Yuri

Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Charles, o senhor provavelmente vai precisar de prazo adicional. Então coloco em votação prazo adicional ao Sr. Charles. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, aprovado.” Charles Castro/Geoline Engenharia: “Vamos começar.” ****Exibição de vídeo**** Charles Castro/Geoline Engenharia: “Eu queria a atenção de todos para o vídeo, todos, inclusive aqueles que são contra a atividade minerária, que a gente pôde perceber ali, inclusive, que até o ciclo de água é um ciclo fechado, é reaproveitada a água. Quando vocês perceberam, após as barragens, a gente tem um sump de contenção. O que isso faz? Faz com que todo o resíduo fique ao fundo e só a água mais pura vá até o rio das Velhas. Até nisso foi pensado. Aquelas APPs que se encontravam antropizadas lá atrás, todas foram recuperadas in situ, ou seja, na própria área da Fleurs Global. Quando falaram ‘500 hectares de supressão’, vocês viram, além de linhas de transmissão de alta tensão, a gente ainda incluiu toda essa área que nem era da Fleurs, que era das concessionárias de transmissão. A gente incluiu na compensação. Por que foi considerada área no Gandarela, entre Nova Lima e Rio Acima? Porque é a mesma bacia, o mesmo bioma e muito próxima e dentro de uma unidade de conservação de proteção integral, um dos imóveis mais caros da região metropolitana, que é Nova Lima. Então a empresa nem poupou esforços nem recursos para compensar a atividade de supressão que nem foi ela que fez. Então eu peço atenção de todos. Calma, aqui o que a gente está querendo é licenciar algo digno. Vamos acabar com as fake news em relação à Fleurs. Eu peço atenção de todos, inclusive aqueles que já falaram e aqueles que ainda vão falar. Tenham consciência do que os senhores estão fazendo. Não estamos aqui licenciando nenhuma atividade na serra do Curral e, sim, a UTM da Fleurs Global. Eu agradeço a todos pela atenção. Eu acho que o vídeo fala mais que mil palavras. Muito obrigado. E uma boa tarde a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Élide Murta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Élide está na sala?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Não. Nós vamos iniciar agora, senhor presidente, o outro bloco. Eu vou projetar para os senhores. Próximo bloco de dez pessoas.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Questão de ordem, presidente, Art. 32, inciso II, combinado com o III e IV.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Cícero.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “São atribuições do conselheiro das unidades colegiadas: debater a matéria em pauta; requerer informações, providências, esclarecimentos ao presidente. A providência que eu solicito, senhor presidente, é de apenas 2 minutos, uma fala para colocar no momento correto, antes que passe, um esclarecimento importante à população.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Pois não, com a palavra.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “O inscrito anterior, o penúltimo, colocou algumas informações que merecem esclarecimentos. Que a Agência outorgou oitocentos e poucos garimpos em unidade de conservação de uso integral. A informação é incorreta. Duas coisas: a Agência não outorga garimpos, a Agência outorga títulos de permissão de lavra garimpeira quando recebe a licença ambiental. E nenhum desses títulos de lavra, de pesquisa, são outorgados em unidade de conservação de uso integral. A legislação não permite. Os dados corretos são públicos e estão no site da Agência, no sistema Sigmine. Todos podem consultar. Não consulte site de Uol, como recomendou esse senhor que falou agora há pouco. Esclarecimentos feitos. E concluí. Obrigado, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço, Cícero. Agradeço também pela brevidade. Agora vamos...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Aparecida Ribeiro. Não está na sala. Sr. Sandoval Filho. Sr. Sandoval também não está na sala. Sr. Vander Pereira. Não está na sala. Sra. Taciana Souza. Não está na sala. Sra. Dineia Domingues. Sra. Dineia está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Dineia, tem condições de se manifestar?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Desculpa, senhor presidente, a Sra. Dineia não está na sala. Confundimos o nome. Sr. Lucas Monteiro. Não está na sala. Sr. Gabriel Castro Rocha...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Dineia...” Edneia Aparecida Souza/sociedade civil: “Essa Edneia sou eu? Souza?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Não. É Dineia Domingues. A senhora ainda não chegou, Sra. Edneia. É Edneia Aparecida de Souza, não é? É a próxima. Assim que chegar, chamamos novamente. Gabriel também não está na sala. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala. Sra. Ana Patrícia Barbosa de Souza. Não está na sala. Sr. Bruno Victor Moreira Ricce. Não está na sala. Senhor presidente, eu vou colocar agora os demais representantes, vou projetar para registra e vamos iniciar a chamada novamente. Então senhores, o próximo inscrito, considerando que já finalizamos o outro bloco de dez, é o senhor Elvis Eleno da Silva. Não está na sala. Sr. Gabriel Araújo. Também não está na sala. Sra. Karen Suzana. Não está na sala. Sra. Ludmila Alves. Não está na sala. Agora, sim, Sra. Edneia Aparecida de Souza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Edneia...” Edneia Aparecida de Souza/sociedade civil: “Boa tarde a todos e todas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Boa tarde. Estamos escutando a senhora. A senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Edneia Aparecida de Souza/sociedade civil: “Boa tarde. Eu estou aqui no hospital aguardando uma consulta e acompanhando a reunião. Eu queria iniciar fazendo uma pergunta para os conselheiros do COPAM: existe alguma coisa que a gente, enquanto sociedade, enquanto morador prejudicado, possa fazer para convencê-los do mal que está causando na saúde da gente essa mineração desenfreada que está ali no Taquaril? Eu sou moradora do Taquaril há 40 anos, está fazendo 40 anos, e quando mudamos para lá o Estado tinha paralisado as atividades da Empabra, lá em 1970. E desde então a gente estava construindo um local bacana de morar. E a partir das licenças que foram dadas para recuperação ambiental da região a vida da gente virou um inferno, gente. Eu queria muito falar com os conselheiros, para tocar o coração deles mesmo. Se for possível, para vocês fazerem uma visita lá na área de mineração aonde a gente tem as nossas moradias, aonde as moradias são em condição precária. Porque a gente não recebeu devido investimento que o Estado deveria fazer

para melhorar a qualidade de vida do povo trabalhador que vive naquele local ali, por autorização do Estado, inclusive. E assim o tanto que tem prejudicado a gente. Se isso não comove, porque a gente é uma população relativamente pequena para os impactos do que está acontecendo ali, imagina a gente sem água, Belo Horizonte inteira sem água, região metropolitana inteira sem água. Lá no Taquaril a gente costuma passar dias e mais dias sem água, num local em que as pessoas não conseguem passar o pano na casa. O pano do minério, qualquer coisa que a gente vai passar, está ali lotado de minério, na comida, nos brinquedos das crianças, nas roupas que a gente pendura, na vida da gente. Nós somos obrigados a conviver daquele jeito ali e com uma série de doenças causadas por essa mineração na vida daquele povo que está ali, principalmente dos mais vulneráveis, crianças, que já têm problema de saúde, idosos. A gente precisava fazer alguma coisa, a gente precisa ter noção do que comove. O que comove? Esta é a segunda reunião de que eu participo com o COPAM com relação a essa mineração lá no Taquaril. A primeira, inclusive, a gente passou um dia inteiro e quase uma noite inteira. Mesmo assim, a gente teve todos os conselheiros votando a favor das licenças lá para a Tamisa. E agora a gente está aí. Vocês me desculpem, eu estou, inclusive, emocionada de falar, porque a situação é muito, muito, muito caótica aonde a gente está. E as pessoas precisam entender. O Estado deu uma autorização para a Fleurs, para a Gute Sicht, aliás, fazer mineração praticamente dentro da casa da gente, sem consultar a gente. O companheiro Roberto – que eu não conheço, queria muito parabenizar pela fala, e da Cristina também, que falou das águas –, o Roberto falou lá dessa condição que a gente vive ali entre Taquaril, entre Belo Horizonte e Sabará, com relação a essa mineração que está sendo feita ali. E ele mostrou aquelas condições precárias ali. Vocês precisam ir lá para ver o minério escorrendo no nariz das crianças da gente. Vocês precisam ir lá. Quando a gente está três, quatro dias sem água, e mesmo assim nós não estamos tratando aqui das mudanças climáticas ainda, nós estamos tratando de uma mineração desenfreada que está acontecendo nesse local, que é histórico e que condiciona a água da cidade de Belo Horizonte, da metade, de 70% do povo da região metropolitana. Nós estamos tratando da vida das pessoas que estavam ali trabalhando todos os dias, e que o Estado colocou essa coisa lá para matar a gente devagar, como está acontecendo. A gente precisa de resposta, a gente precisa de apoio, a gente precisa de pessoas que nos enxerguem como cidadão de direito naquele local ali. E aí eu estou aqui pedindo, por favor, por favor, gente, não cometa mais essa atrocidade com a gente. Por favor, vamos pensar com responsabilidade. Nós não somos contra a mineração, nós somos contra mineração ali naquele local.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Edneia, se a senhora quiser se manifestar, eu tenho que colocar em votação prazo adicional. Provavelmente, a Sra. Edneia quer falar mais um pouco, então coloco em votação o prazo adicional... Eu vou colocar um prazo adicional para a senhora. Senhores conselheiros, prazo adicional de 5 minutos para a Sra. Edneia. Os que concordarem permaneçam como estão. Ok, coloca 5 minutos, deixa a Sra. Edneia se manifestar. Continua, Sra. Edneia.” Edneia Aparecida de Souza/sociedade civil: “Eu agradeço muito o prazo adicional. Eu já estou encerrando, não vou gastar os 5 minutos. Eu quero aproveitar esse prazo adicional para repetir o meu apelo em nome da vida, em nome das águas, em nome não é nem do futuro que estamos falando, estamos falando é do hoje, porque hoje é que nós estamos impactados. Por favor, repensem o voto de vocês, repensem com responsabilidade porque nós estamos falando é de muitas vidas, não é só a das pessoas que moram ali naquele lugar, no Taquari, que está impactado pelas ações que estão sendo tomadas e deliberadas, inclusive, ajudadas pelo Estado e que prejudicam a vida da gente. Muito obrigada. Boa tarde para todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da Sra. Edneia. Dando continuidade.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sr. Guilherme Braga. Não está na sala. Sra. Daniela Amaral. Também não identificamos. Adalci Righi. Não está na sala. Dayse Horta Diniz. Não está na sala. Marina Alves. Marina Alves está na sala, senhor presidente.” Marina Alves/sociedade civil: “Boa tarde. Posso iniciar a minha fala?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Boa tarde. Sra. Marina. Pode, sim, estamos ouvindo e vendo a senhora. A senhora tem 5 minutos, podendo ser prorrogados. Pois não.” Marina Alves/sociedade civil: “Boa tarde a todos os conselheiros e boa tarde a toda a população que está aqui presente hoje. Primeiramente eu gostaria de manifestar meu descontentamento com relação a haver um Conselho que restringe o acesso das pessoas à sala de expressão do que a gente veio aqui falar, como uma clara tática de desmobilização. Tanto que a gente vê muita gente que foi inscrita que não está aqui para falar o que veio dizer. É uma pena que isso aconteça, mas eu acredito que isso reforça a relevância do que a gente veio aqui discutir e a importância da manifestação popular quanto ao crime que está sendo investigado em relação à mineração da Global. Em segundo lugar, eu também gostaria de manifestar que esse licenciamento deve ser repensado quanto a sua votação hoje, diante da falta de um diálogo prévio com a comunidade do quilombo Manzo, que é um preceito básico, conforme colocado pela Convenção 169 da OIT. Não é possível seguir adiante com esse tipo de licenciamento sem cumprir esse rito. E eu gostaria de dizer também que, diante disso, não me surpreende o desrespeito que os representantes da Global vieram aqui demonstrar para com a população, indicando que a gente não sabe do que se trata o empreendimento ou que a gente não sabe das implicações. A população é quem vive o ônus da mineração, não é a gente que recebe os bônus via participação nos lucros no final do ano. Então a gente sabe muito bem do que se trata e a gente merece respeito. O Brasil é o país que mais mata ambientalistas, e isso não é porque a gente não sabe do que a gente está falando. Porque a gente sabe. E é porque a gente denuncia, enfrenta e luta contra esses crimes que são cometidos tanto contra o meio ambiente, contra todos nós, porque a gente é parte disso. Então eu gostaria de levantar uma questão para vocês que é sobre que tipo de mineração que vocês estão dispostos a incentivar em Minas Gerais. Porque a gente tem inúmeros casos de mineração ilegal aqui, esse não é o primeiro, certamente não vai

ser o último. E eu acho importante frisar que a mineração ilegal não gera retorno econômico para a sociedade. Muito pelo contrário. A gente tem os maiores crimes de rompimento de barragem aqui em Minas Gerais e a gente sabe muito bem qual que é a consequência do cometimento de ilegalidades na atividade minerária. Então eu acredito que uma empresa que está sob investigação por cometimento de ilegalidades não merece que essa discussão siga antes que essa investigação seja concluída. Como é que a gente vai dar um licenciamento para uma empresa que está sob investigação de desrespeito às leis ambientais? A gente está esperando o quê? Mais desastres, mais crimes, mais assassinato de pessoas sob o discurso de gerar emprego? Tem muita gente trabalhadora que não é trabalhadora de mineração e que precisa de ter acesso à água, precisa de ter acesso a mínimas condições de vida, e essas pessoas geralmente não estão em discussão quando a mineração está falando do licenciamento dela. Então eu gostaria de saber quanto vocês estão dispostos a aceitar esse tipo de comportamento ilegal e licenciar para essas mineradoras que não respeitam minimamente a legislação ambiental. E eu gostaria também de reforçar aqui, como já foi dito por outros participantes, eu não recebi nenhuma mensagem instruindo a tumultuar a reunião. Se por acaso essa mensagem realmente circulou, eu acho que a gente deveria questionar o quanto este Conselho está sendo representativo da sociedade. Porque se a gente precisa tumultuar, se a gente precisa reiterar a fala dos colegas é porque estamos precisando somar as nossas vozes para ser ouvido por um Conselho, que, como já foi dito, tem pouquíssimos representantes da sociedade civil. É um Conselho que está sendo cooptado pelo governo. Então eu acho que precisamos questionar o quanto que essas justificativas tecnocráticas estão servindo, de fato, aos interesses da sociedade ou elas estão apenas ocultando uma questão séria que a gente vem aqui discutir e que continua se repetindo de forma indiscriminada, que é crime ambiental num Conselho de Política Ambiental. Então nós precisamos rever o que está norteando um Conselho de Política Ambiental, se são a legislação ambiental e o interesse da sociedade ou se é só um lobby de governo. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Sra. Marina. Próximos inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Yula Fernanda. Não está na sala. Sra. Olímpia Leal. Não está na sala. Sr. Antônio Wilson Malta. Não está na sala. Sr. Sandoval está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Sandoval, tem condições de se manifestar? O senhor tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Boa tarde, senhor presidente, boa tarde, conselheiros, a quem estiver ouvindo, assistindo esta reunião. Sandoval, falo aqui de Congonhas, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas, Academia de Ciências, Letras e Artes de Congonhas e a União de Associações Comunitárias de Congonhas. Eu estou assistindo à reunião desde cedo, um licenciamento confuso, com tantas dúvidas, com tantas questões jurídicas apontadas, a exemplo do que aconteceu no licenciamento da Tamisa, que a gente participou também, falamos, tivemos a oportunidade de falar. Estou antevendo, senhor presidente, que caso esse processo não seja hoje baixado em diligência é mais um, com toda a certeza, que vai parar na Justiça. E deve se primar também pela segurança jurídica tanto do empreendedor quanto do Estado. Eu acho que é um caso a ser bem pensado, e que as perguntas que foram feitas até agora sejam respondidas objetivamente, para evitar esse tipo de coisa. Então eu acho que o melhor seria, devido ao volume de informações que estão sendo demandadas, devido ao número de questões técnicas, questões jurídicas indicadas nesse momento, o ideal seria de fato... A gente não tem prerrogativa nem de solicitar a vossa senhoria a baixa em diligência, mas queremos sensibilizar os demais conselheiros para que este Conselho vote por isso. Não sei se é possível, já foi pedido com muito fundamento por um dos conselheiros que seja baixado em diligência em razão da não realização da consulta livre, prévia e informada ao quilombo Manzo, que é uma exigência do licenciamento. É óbvio, isso vai ser discutido na Justiça com toda certeza. Daqui a pouco tem prefeitura, tem MPF, tem o Ministério Público Estadual. Inclusive, na ação civil pública, o próprio Ministério Público Estadual classificou esse empreendimento como ilegal, com um licenciamento eivado de vícios, portanto, nulo. Então uma estranheza tremenda do prosseguimento regular desse licenciamento. Que me perdoem os representantes da empresa que fizeram as suas falas, até de certa forma desqualificando quem está falando em nome da sociedade civil, quem está falando aqui tem o mesmo direito de falar da empresa. E óbvio, nós vamos ouvindo a empresa, ouvindo os representantes de governo. Está certo, aqui é um espaço que é feito para ser democrático, que é feito para ser preventivo, e sustentamos que este espaço não está sendo preventivo, porque nós já ouvimos várias vezes, em outros processos de licenciamento, dizer que aqui não se trata de risco. E risco tem que ser tratado. Uma pilha à margem do rio das Velhas. A pilha da Vallourec na margem da BR-040 dissolveu aqui e saiu carregando carros. Agora lá no rio das Velhas tem que se considerar os riscos, sim, tem que se considerar porque eles têm implicações também de cunho ambiental, de cunho de abastecimento de água, de segurança e tudo. Então o risco não poderia, de forma nenhuma, ser afastado da análise desse licenciamento. Então onde que está a avaliação de risco? O representante da empresa falou que estão chegando análises de 100 anos, de 500 anos, me parece. A análises de eventos críticos, o tempo de recorrência, o representante da empresa falou há pouco. O tempo de recorrência das chuvas que têm atingido ultimamente o mundo, os extremos de chuvas, está com tempo de recorrência, segundo Julio Grillo, que é um pesquisador muito dedicado nessa área, tem acompanhado tudo, está dando tempo de recorrência de 140.000 anos. O representante da empresa, eu o ouvi falar, o primeiro representante que falou há pouco, falou em 500 a 1.000 anos. São 140.000 anos que está acontecendo na realidade. Então alguém disse aí também que as nossas leis estão inadequadas, que as pilhas não estão devidamente normatizadas. O licenciamento não considera – isso vale para este quanto para os licenciamentos feitos em Congonhas, em Mariana, em Brumadinho, em qualquer lugar em Minas Gerais inteira –, o licenciamento não está considerando a

questão de impactos sinérgicos, cumulativos. Um território em que se licencia... Presidente, eu não estou vendo meu tempo...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Sandoval, acabaram os 5 minutos. O senhor precisa de tempo adicional de 5 minutos?” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Sim, preciso, por favor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Coloco em votação 5 minutos adicionais ao Sr. Sandoval. Os que concordarem permaneçam como estão. Ok, 5 minutos. Coloca mais 1 minuto por mim: 6 minutos para o Sr. Sandoval. Pois não, Sr. Sandoval.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Muito obrigado pela extensão. Então nós temos visto as consequências da aplicação da política ambiental em Minas Gerais refletidas na decisão deste Conselho aqui nas comunidades. Venham aqui a Congonhas para ver hoje à tarde, passa o dedo aqui na televisão de manhã, passa o dedo na televisão de tarde, limpa a televisão na hora do almoço, chega de tarde, está empoeirada. O que a Sra. Edneia falou a respeito do Taquaril, pode vir aqui em Congonhas que é tudo a mesma coisa. Ampliada, óbvio, que aqui tem um megapolo de mineração, um megaempreendimento. Agora o que acontece? Foi concedida a licença para um empreendimento igual esse da Fleurs agora, chega uma dessas grandes aí, das gigantes, e compra, vira um ativo minerário que vai acabar virando um complexo. Dado que as expansões não têm limites. O processo fica encostado, processo de revalidação de licença, fica encostado, igual está de tantas aí na SEMAD. E sobre isso eu gostaria de ouvir alguma coisa também da área jurídica, se for o caso. Fica encostado, e as empresas vão licenciando, vão licenciando fragmentado. A fragmentação acontece, o que era pequenininho, o que era um empreendimento pequeno, mínimo, igual está ‘bonitinho’ o da Fleurs, é uma UTM e tal, falou que não vai lavrar, mas vai tratar. Se vai tratar e vai gerar rejeito, vai empilhar e vai fazer tudo, que diferença que tem? A lavra está acontecendo em outro lugar. Ou até alguém aventou a possibilidade de receber minério ilegal. É óbvio que para falar isso tem que provar. Mas é complicado. Isso perto de comunidades que já estão sendo afetadas, se as externalidades não estão sendo devidamente controladas, do jeito que está hoje, como ampliar, como licenciar? Como licenciar o empreendimento que a polícia está lá todo dia, que a prefeitura para, que Polícia Federal, Ministério Público e tudo? Tem que baixar em diligência e passar a limpo. O termo é esse, passar a limpo essa situação antes de licenciar. Então fica o pedido, reitero, reforço, reitero as falas anteriores de todos os colegas. Peço aos representantes da empresa e da equipe técnica que expliquem direitinho essa questão de tempo de recorrência de eventos de chuva, que eles falaram em 500 a 1.000 anos, e o real está em 140.000 anos, o real no mundo. Se tiver algum erro nesse dado, que nos expliquem. Eu recebi essa informação agora. E também que as questões jurídicas, esse licenciamento não prossiga de forma alguma enquanto não estiverem dirimidas todas essas questões jurídicas que pendem sobre ele. Porque de ontem para hoje ficou tudo certinho, passou um vídeo com musiquinha, filtragem, tudo ótimo. Beleza, está legal. Agora, e o histórico dessa empresa? O que vem acontecendo? Como ela vem se portando perante a população, como ela vem se portando perante... O Fernando Benício, da Zeladoria do Planeta, colocou no chat ‘quem passou informação de 140.000 anos’. Quem passou foi o Julio Cesar Grillo, ex-superintendente do Ibama em Minas Gerais. Se precisar depois, senhor presidente, de algum reforço dessa informação, a pedido do conselheiro, que o senhor tem abertura para chamar de novo, eu posso passar, caso seja possível, durante a reunião. Eu vou pedir ao Julio a fonte e passarei o que me foi informado no decorrer da reunião. Portanto, ao Sr. Fernando Benício, que está representando a sociedade civil no Conselho e que, inclusive, assinou um relatório de vista em conjunto com a Fiemg e com a outra entidade – Ciemg, sei lá qual que é, não sei –, votando a favor de prosseguir o processo de licenciamento, acho que o senhor deveria também, sugestão, repensar esse posicionamento depois de ter ouvido aqui partes legítimas. Porque não tem ninguém aqui com molecagem. Eu não estou, tem um monte que não está, está cheio de gente que não está com molecagem. Embora o pessoal da empresa tenha chegado aí e tentado criar um antagonismo, dizer que nós estamos demonizando a mineração, não tem ninguém contra mineração, nós estamos contra poeira, nós estamos contra poluição de água, nós estamos contra risco de desabamento de pilha, de rompimento de barragem. É contra isso que nós somos, nós somos contra a mineração descontrolada, nós somos contra a mineração predatória. Aliás, não só mineração, senhores conselheiros, qualquer tipo de atividade que não tenha a sua função social preenchida. Inclusive, está no Art. 170 da Constituição, que a livre iniciativa é garantida pela Constituição. No entanto, ela tem que respeitar as questões ambientais, tem que respeitar o direito assegurado pelo Art. 225 da Constituição, que o meio ambiente sadio para todos, para as futuras gerações. Onde que nós estamos preocupados hoje, gente? Minas Gerais inteira, põe a mão na consciência. Onde que nós estamos preocupados com solidariedade intergeracional? Onde que nós estamos preocupados, onde que está se expressando solidariedade intergeracional, em lugares em que cavas de mineração estão tomando conta de nascentes e começando mineradora a bombear água para o sistema público, e poeira não tem controle, prefeitura está tendo dinheiro para poder contratar institutos de pesquisa...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Sandoval, me desculpa ter que interromper. Os 11 minutos que foram dados para o senhor estão expirados.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Perfeito. Muito obrigado pela oportunidade. Se o senhor entender que deve esclarecer essa questão que o Sr. Fernando Benício colocou no chat...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu chamo o senhor.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a presença do senhor e as manifestações. Encerramos assim com os inscritos. Todos os inscritos que quiseram se manifestar e que estavam presentes já se manifestaram. Agradeço imensamente os debates, as formas como que foram tratadas, algumas de forma mais exacerbada ou não, mas tivemos umas boas informações. Entendo que a equipe da DGR fez as anotações devidas e irá responder prontamente todos aqueles questionamentos. Antes de passar para a equipe da DGR, houve um ponto

que foi levantado por um inscrito em relação aos programas, ao Zoom, capacidade de pessoas no Zoom. Eu não tenho a capacidade de estar explicando, então vou passar para o Felipe, que é da TI, fazer as informações devidas. Pois não, Felipe.” Felipe Brait Carneiro Gonçalves/SEMAD: “Boa tarde, senhores conselheiros. Respondendo ao questionamento do Sr. Felipe Gomes, que indagou, abre aspas: ‘O Estado teria outra plataforma com maior capacidade para realizar as reuniões?’ Antes de responder, duas pequenas correções. O Zoom não é uma plataforma, é um aplicativo. E ele também mencionou o número de cem pessoas. Eu entendo ele mencionar esse número porque realmente, no passado, trabalhávamos com uma capacidade de cem pessoas, porque dimensionamos esse número como base no que tínhamos no momento de participação, que dificilmente superava esse número. Porém, com o passar do tempo, o crescimento da participação da sociedade civil através das reuniões remotas, nós redimensionamos a nossa capacidade para que pudéssemos receber um grupo maior de pessoas e hoje trabalhamos com um total de 300 pessoas. A capacidade do Zoom hoje é de 300 pessoas. Dito isso, indo direto à resposta da pergunta dele: sim, o Estado tem um aplicativo que poderia comportar um número maior de pessoas, que é o Microsoft Teams. Porém, nós não utilizamos ele, por vários motivos. O primeiro motivo pelo qual nós não usamos o Microsoft Teams é porque ele é um aplicativo que demanda muito mais capacidade de processamento e ocupa muito mais espaço na memória RAM. Falando numa linguagem menos técnica, é um aplicativo muito mais pesado. Ou seja, a pessoa para poder utilizar o aplicativo do Teams teria que ter um computador ou um notebook ou um smartphone mais poderoso, que tem maior capacidade. Ou seja, afastaríamos as pessoas de classes menos abastadas, as pessoas mais humildes. E nós nunca deixamos de medir esforços para sermos o mais democrático possível e atingir o maior número de pessoas possíveis. Por isso, nós não usamos o Teams. O segundo motivo é: o Teams, para ser usado através do celular, exige que a pessoa crie uma conta na Microsoft, o que é um problema para nós do Estado dizer ao cidadão: ‘Você tem que criar uma conta numa empresa privada, de terceiros, para poder participar de uma reunião pública. Nós não podemos fazer isso. Já o Zoom não exige que a pessoa crie uma conta em qualquer tipo para poder entrar, ingressar na reunião. E novamente, se você observar, a maioria das pessoas que participaram aqui hoje já participaram através de celular. Isso é fácil de perceber, é só ver que a câmera fica na posição vertical. Hoje a maior forma de inclusão digital é através dos smartphones. Se nós virarmos para as pessoas e falar ‘olha, pelo smartphone você não participa’, nós estaremos sendo totalmente antidemocráticos. Por fim, ele também questionou por que nós mandamos o ID e senha e não o link. O motivo é muito simples, muitas pessoas baixam o Zoom somente no momento em que elas vão participar da reunião do COPAM. Não faz sentido um cidadão comum, que não participa de videoconferências, querer ter o zoom com o celular dele. Se ele entrar pelo link, ou seja, ele nunca participou de uma reunião e entrar pelo link, não haverá um nome que o Zoom conheça para poder colocar. Então ele vai entrar com o nome do dispositivo dele. Aí acontece de aparecer aqui na nossa sala de espera ‘Galaxy’, ‘Samsung’, ‘iPhone’, e nós não fazemos a menor ideia de quem seja a pessoa, dificultando que a pessoa participe. Então nós colocamos o ID e senha porque, quando ele é obrigado a digitar o ID e senha, ele também é obrigado a digitar um nome, o que facilita que ele se identifique corretamente. Por fim, a aceitação parcial dos participantes também é uma questão técnica, pois imagina uma reunião com 300 pessoas aqui dentro. Para mim, não há problema nenhum, estou equipado com um bom computador para fazer isso. Mas uma pessoa com um celular simples ou um computador simples não vai conseguir, o celular dela vai travar, o computador dela vai travar, o aplicativo vai fechar, e a pessoa vai ficar caindo. Nós não queremos isso, queremos que as pessoas entrem e tenham uma participação estável, faça sua manifestação sem interrupção, como nós tivemos na maior parte do tempo aqui. E é por isso que nós fazemos a entrada das pessoas em grupos. Isso garante que todos, inclusive aqueles que possuem dispositivos simples, possam participar da reunião de forma democrática e inclusiva. Esses são os motivos pelo qual nós optamos por usar o Zoom, optamos por fazer a reunião dessa forma, com essa dinâmica. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço ao Felipe pela excelência na explicação e no conhecimento. Antes de passar a palavra à equipe da DGR para as explicações, eu vou passar a palavra ao Conselho e logo na sequência para a equipe da DGR. Alguma ponderação pelo Conselho neste momento, destaque, antes de passar para a equipe? Pois não, Heleno, Fernando. Eu vou começar com o Fernando, Heleno, e depois eu passo para o senhor. Pois não, Fernando. Depois para o Heleno.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Obrigado, senhor presidente. Fernando Benício, representando a sociedade civil através da Zeladoria do Planeta. Eu gostaria só de manifestar a todos os presentes que os conselheiros aqui estiveram presentes, mesmo com a câmara desligada ou não, desde as 9h da manhã, quando se iniciaram esses trabalhos. Até mesmo antes, pois estávamos já conectados no servidor. Antes mesmo disso, gostaria de salientar que todos os conselheiros receberam, antecipadamente, do Sisema, toda a documentação e debruçou, especialmente, sobre esse processo, fazendo a sua leitura na íntegra e analisando todos os aspectos técnicos, sociais, ambientais. E que também realizamos visita técnica e realizamos um parecer de vistas, com muita honra, feito em conjunto com o Ciemg e o Sindiextra. Isso representa a unidade de todos os setores na busca pelo meio ambiente equilibrado. Mais algumas informações, senhor presidente, colocadas no âmbito do calor muitas vezes tendem a ultrapassar os limites do bom senso e da razoabilidade. E eu reitero novamente que aqui nós ouvimos todos com muita atenção, com muito carinho. Algumas colaborações muito importantes que a equipe vai responder agora. E que nós também estaremos atentos para tomar a nossa decisão com relação ao voto, não baseado no sentimentalismo, não baseado no que se refere a achismos, mas simplesmente baseados no processo em si, que é o que eu estou aqui para ver. Eu não estou aqui para julgar atos de uma empresa ou de fulano ou de ciclano,

isso não me cabe. Me cabe analisar o processo que me foi colocado e no qual eu me debrucei, o qual eu visitei e verificar as questões ambientais como um todo e não simplesmente no que interessa a A, B. Eu escutei a sociedade, vou escutar agora a equipe técnica. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Fernando. Heleno, pois não.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, houve algumas perguntas direcionadas à minha pessoa, e colocar também algumas observações às pessoas que falaram aqui, que se cadastraram para falar. O meu primeiro posicionamento é para a Sra. Katia Lopes. Ela citou sobre animais, enfim, outras coisas. Vai ser bem amplo. Vou ser bem sucinto nas minhas falas. Só dizer que o Instituto Heleno Maia hoje abriga 241 animais vítimas de desastres ambientais, vítimas de crueldade humana e também vítimas de apreensão. E quero dizer que 40% desses animais que estão lá comigo hoje são vítimas da mineração. Rompimento da barragem de Brumadinho, rompimento da barragem de Mariana, enfim, estão lá com a gente hoje. Então que eu também sou a pessoa atenta à questão de animais. Quanto à Carolina Laboissiere, que me questionou como que a sociedade poderia contribuir já que não tiveram acesso ao EIA/Rima, primeiro que o EIA/Rima é um documento público, principalmente quanto ao licenciamento ambiental. Se ela requisitou ao Estado ou à própria empresa o EIA/Rima, e ele não foi concedido para ela, aí sim comete uma infração. Mas eu acredito que ela não deve ter solicitado isso para o Estado, que jamais deveria ter negado isso para ela, como também a própria empresa também não teria negado esse tipo de documento para ela. Agora, outro cidadão que veio aqui falar, Sr. Vinícius Papatella, o sujeito vem aqui, senhor presidente, e diz o seguinte, já fala, ataca os conselheiros, literalmente. Algo que precisamos mudar no Regimento Interno é isso, os ataques, que eu acho que o conselheiro não está aqui para ficar ouvindo ataque de nenhum inscrito independente, estamos aqui para ser respeitados, assim como para respeitá-los também, como nós os respeitamos aqui, demos a eles o tempo que foi preciso dar, os 11 minutos; foram 5 minutos, o senhor deu mais 1 minuto, o Conselho aprovou mais 5 minutos. Então por unanimidade em momento algum nós cercamos a fala deles aqui. Aí o sujeito vem cá e diz o seguinte, após nos atacar, ele vem e diz o seguinte: ‘Eu já sei o que vai acontecer, eu já sei’, como se fosse uma ‘Mãe Dináh’. Então já sabe o resultado da votação, enfim. Aí eu fico a imaginar, me pergunto para mim próprio e também para vocês, para os senhores o seguinte: ‘O que ele veio fazer aqui então? Por que ele perdeu o tempo dele de vir aqui à reunião da CMI e fazer qualquer questionamento, já que ele já sabe o resultado que vai ser, já sabe o que vai ser votado e como vai ser o voto de cada conselheiro? Eu acho que é desnecessário esse tipo de coisa. Outra senhora que veio aqui fazer uso da palavra, ela disse que era para nós votarmos com amor, com coração e com responsabilidade e não pensarmos que vamos sair daqui com o bolso cheio. Foi a Sra. Cynthia Camargo. Veja bem, quero esclarecer para essa senhora que eu, independentemente, do meu voto aqui, se for favorável, contrário ou abstenção, esse voto está sendo feito de acordo com a minha consciência. Eu não entro nesta reunião e nem saio desta reunião com sequer nenhuma tratativa financeira com qualquer outro, com qualquer outra empresa. E também não recebo nem um centavo de qualquer empresa em troca de votos aqui neste Conselho. Deixo isso claro para ela, que foi elegante dizer isso para a gente. E por último, senhor presidente, ao Sr. Aloísio Prince. Eu fico triste e fico assim intrigado, sabe, eu cursei três faculdades, senhor presidente, e passei por vários professores universitários. Quando eu vejo um senhor já com a sua idade considerável e um currículo de professor de universidade, com o conhecimento para ser um professor de universidade, principalmente da UFMG, ele tem que ter um currículo agradável, desejável, vir aqui atacar, de forma covarde, nós conselheiros e de forma baixa. Porque isso eu não acho que é uma atitude de um professor universitário. Ainda que não fosse um professor universitário, que fosse apenas um cidadão comum. Dar um exemplo disso. E viria aqui e tratar com todo respeito a nós conselheiros. Aí vem também dizendo aqui que já sabe o voto de cada um, sabe o que cada um vai votar e tudo. Então eu não sei ainda, a mesma pergunta, fico a imaginar por que um sujeito desse vem aqui no COPAM então participar desta reunião já que já sabia o resultado que vai ser, já sabe como vai ser o voto dos conselheiros. Se você já sabe que vai ser como ele disse aqui, entre aspas, ‘que vai ser aprovado’, então para que ele vem perder o tempo dele aqui? Agora, um sujeito na idade que já se encontra, um sujeito com o conhecimento que tem, não aprendeu a respeitar um cidadão até hoje, aí que não vai aprender mesmo. Então é perda de tempo a gente discutir referente a isso. Mas eu não poderia deixar de falar isso, sabe, senhor presidente aqui e deixar bem claro: eu voto de acordo com a minha consciência, eu faço relatório de acordo com a minha consciência. Aqui eu não sou induzido por qualquer outra pessoa nem que seja por questões de amizade e nem por questões financeiras. Então isso é bem claro, deixar bem claro aqui para responder a algumas pessoas que aqui vieram nos atacar. Muito obrigado. Só reiterando, senhor presidente, que a gente precisa realmente alterar ou acrescentar ao Regimento Interno a proibição de um cidadão chegar aqui e atacar o conselheiro. Acho que ele pode chegar aqui e expressar o seu posicionamento, o seu pensamento e dizer o que ele acha do empreendimento, enfim, dentro da parte técnica. E se não for técnico, se não conseguir expressar na parte técnica, que se expresse da forma sentimental, mas sem atacar os conselheiros que estão aqui, atentamente, que estão aqui tratando com maior respeito e maior carinho a sociedade. Aí um desavisado, talvez até por questões políticas, vem aqui atacar as pessoas ou para vir cá fazer política para atacar as pessoas. Então senhor presidente, isso já é e já se tornou inaceitável. Então nós precisamos pensar e repensar e propor. Isso eu vou propor, inclusive, no Plenário do COPAM, a alteração ou acrescentar esse artigo no nosso Regimento Interno. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Sr. Heleno. Ainda com o Conselho, antes de passar para a equipe. Cícero, pois não?” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Obrigado pela palavra, presidente Yuri. Eu faço

ao conselheiro Heleno, o colega colocou bem a finalidade deste Conselho, que é debater o assunto em pauta, e a importância do respeito que as pessoas têm que ter na hora de se manifestar. Nós vemos algumas pessoas com as explicações simples, mas de boa-fé, a gente respeita essas pessoas, mas vimos pessoas aqui autodenominadas professores universitários, pessoas de idade atacando diretamente o Conselho e, especificamente, alguns conselheiros. O Sr. Aloísio, por exemplo, se referiu aqui de forma desrespeitosa, e eu, enquanto representante aqui da Agência de Mineração, representando os diretores e tudo mais, não posso admitir aqui ilações de quem quer que seja quanto à atuação da Agência. Porque todos os dados, tudo que a Agência decide é público. Nos últimos cinco anos, o nível de publicidade e transparência só tem aumentado. Então esse senhor chegou ao absurdo de desinformar a população com base em matéria do Uol, que é site jornalístico que não sabe nada de mineração. Fez acusações aqui, inclusive, diretamente falando que a Agência deveria se declarar impedida. Ora, a Agência de Mineração só é favorável à mineração sustentável, à mineração com responsabilidade. Ela faz a regulação do setor mineral no interesse da sociedade brasileira. Assim, mesmo ocupando uma cadeira governamental, a Agência de certa forma é um representante também da sociedade civil, um representante qualificado, na medida que todas as suas decisões, resoluções, portarias têm participação popular ampla. Todo mundo. Se o Sr. Alísio tivesse estudado antes de desinformar as pessoas aqui, ele saberia que nós temos o procedimento de análise de impacto regulatório. Tudo que a Agência faz tem um estudo prévio, e todo mundo participa, a população participa, opina. O grupo técnico que analisa situações específicas para gerar uma resolução, por exemplo, ouve a população. São pessoas que estão no dia a dia, são pessoas que estão na rua, que vão às padarias, acessíveis a todo mundo. Então eu faço aqui esta fala repudiando essas desinformações e convido as pessoas que estão nos ouvindo a acessar o site da Agência, acessar os sistemas da Agência de áreas, o sistema de barragem, o sistema de recolhimento de Cefem dos royalties, os mapas. Que tudo isso é público, e cada cidadão que está nos ouvindo é um agente apto a estar acompanhando a mineração no seu município. E que a transparência é tamanha que não tem como esconder nada da população. Então eu faço aqui esse coro com o colega Heleno e também apoio a sugestão dele de que demos algum andamento para melhorar o Regimento Interno com vistas a impedir falas desrespeitosas e que também sirvam apenas para catimbar, para atrasar o nosso trabalho aqui. Muito obrigado. E fica aqui o convite para acessar esses slides. E o agradecimento pela explicação do colega Heleno.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Eu gostaria, presidente, que essas minhas observações constassem na ata.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A transcrição vai ser feita de forma integral, todas as discussões, todas as falas e questionamentos serão transcritos de forma integral. Mais algum conselheiro? Não? Eu passo para a equipe da DGR então, eu chamo o diretor, Dr. Vitor Salum. Pois não, Vitor.” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Obrigado, senhor presidente, pela oportunidade. Eu queria também agradecer a todos os participantes desta reunião. Acho que a gente ganha legitimidade, ganha transparência, ganha acesso à informação dentro de uma lógica em que os conselheiros possam votar cientes e diante dos maiores elementos técnicos possíveis para formar sua convicção. Então antes de mais nada ressaltamos a participação de toda a população, de todos os envolvidos, todos os inscritos, trazendo seus posicionamentos, suas visões em relação ao tema do projeto. Mas antes de qualquer coisa eu acho que é muito importante que a gente também estabeleça alguns pontos de desinformação em relação ao projeto de licenciamento que está sendo objeto de deliberação neste Conselho no item 6.1. Algumas informações muito distorcidas, repetidas de forma veemente por alguns representantes, e não tirando qualquer tipo de legitimidade dessas informações, mas é muito importante a gente trazer clareza técnica e clareza fática aos elementos que estão sendo deliberados por parte destes conselheiros. E podemos citar alguns exemplos em relação a essas discussões relacionadas à desinformação do processo e das informações que são legitimadas. Primeiro o empreendimento, a área diretamente afetada do empreendimento, seu local de funcionamento, não está em nenhum dos limites previstos para o projeto de tombamento da serra do Curral, sejam esses limites já fixados por meio de atos, com seu ciclo de atos administrativos, com seu ciclo de formação completo, sejam em propostas de discussões do tombamento da serra do Curral que são levadas a efeito em âmbito federal, em âmbito estadual, em qualquer âmbito de discussão. Então o empreendimento possui seus limites de funcionamento fora de qualquer proposta de discussão dos limites da serra do Curral. E também algumas desinformações sobre quais são as funções, finalidades e devidamente importância dos instrumentos de licenciamento ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta. O licenciamento ambiental trata de atividades que causam impacto ambiental, isso é claro, só licenciamos atividade que causa impacto ambiental. Para de fato definir quais são as medidas para eliminar impactos ambientais que podem ser eliminados, mitigar e compensar impactos que não podem ser eliminados e, por fim, dentro da lógica de funcionamento, reduzir ao máximo os riscos inerentes ao desenvolvimento dessas atividades que são potencialmente poluidoras ou efetivamente poluidoras, dentro de uma lógica de funcionamento da melhor ciência possível no momento em que estamos deliberando o processo. E o Termo de Ajustamento de Conduta tem uma função muito clara também dentro da nossa legislação que é para empreendimentos que praticaram irregularidades. Não ajustamos conduta de atividades que não passaram por uma irregularidade. Então é bom a gente ter isso em mente, porque não estamos tratando de um processo de licenciamento convencional, licenciamento ambiental prévio. Nós estamos tratando de um processo de licenciamento corretivo, e, naturalmente, dentro dessa lógica, existem situações que desrespeitaram a legislação ambiental e elas vão ser corrigidas para que esse incremento e essa situação que ocorreu alguma lógica de desrespeito à legislação ambiental sejam corrigidos, e a partir do momento em que se

obtem o licenciamento ambiental o empreendimento possa exercer suas atividades dentro de um funcionamento lógico que respeite as normas ambientais. Outro exemplo que temos que discutir em relação a isso está muito relacionado ao projeto de licenciamento sustentável. Há uma prática dentro do Estado, um projeto que visa eliminar o passivo de processo de licenciamento ambiental, especificamente, leia-se por passivo aqueles empreendimentos que extrapolaram seu prazo legal de análise, como é o caso deste empreendimento, que deveria ter seu pedido de objeto de licenciamento analisado, segundo a legislação em vigência, num prazo de 365 dias. Já estamos indo para quase dois anos de análise do processo de licenciamento. E é um projeto de extrema robustez jurídica e normativa. Temos um acordo de cooperação técnica com uma sociedade do terceiro setor, um acordo judicial celebrado junto ao Ministério Público para garantir as balizas e legitimidade do projeto, no qual participam o promotor natural da causa, Coordenação de Meio Ambiente do Ministério Público, Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural do Ministério Público e toda uma gama de participação que garante a legitimidade e o controle dos atos exclusivos de poder de polícia, tendo em vista que existem servidores de carreira que acompanham, de maneira muito próxima, o processo e as avaliações técnicas levadas a efeito pelo projeto de licenciamento sustentável, dentro de uma lógica de homologação desses laudos. Então esses são uns pontos que são importantes a gente trazer para que a gente entenda o que de fato estamos votando. Porque não estamos votando situações relacionadas a impactos na serra do Curral, estamos votando um projeto de licenciamento ambiental. Um projeto de licenciamento ambiental tem foco em um projeto, ele não tem foco em uma política pública, ele não tem foco numa forma abrangente de entender como o funcionamento da política referente à proteção ambiental face ao setor mineral vai ser decidida. Ao contrário, ele visa identificar um projeto específico em que identifica-se os impactos decorrentes dessa atividade, verifica-se dentro da lógica de funcionamento quais medidas podem ser adotadas para eliminar os impactos ambientais que são possíveis de serem eliminados, controlar aqueles impactos que podem ser mitigados; e, não sendo possível controlar nem eliminar, compensar esses impactos ambientais. E tudo isso foi obedecido dentro da lógica do procedimento administrativo de licenciamento ambiental, que perdurou por dois anos, e neste momento temos todos esses elementos cumpridos para a deliberação deste Conselho. Isso é muito importante para que também façamos, dentro dessa lógica, uma linha do tempo em relação ao funcionamento do empreendimento. Veja bem, trazemos aqui uma situação, e todas as narrativas são muito pontuais, para discutir diversas irregularidades que foram causadas pelo empreendimento no decorrer do seu funcionamento da atividade produtiva. E ao ouvir todas essas discussões eu fico, de uma forma muito tranquila, verificando que o órgão ambiental cumpriu seu papel ao longo desse lapso temporal. Porque, veja bem, nós temos o funcionamento do empreendimento a partir de 2018, e até 2021, em que ele de fato vem desrespeitando diversas disposições normativas previstas dentro do ordenamento jurídico. E nesse lapso temporal o órgão ambiental se encarregou de aplicar todas as penalidades ao empreendimento, impondo multas, impondo embargos, impondo todas as imposições de penalidades previstas no ordenamento jurídico para que fizesse valer o exercício do seu poder de polícia. Mas nós temos em 2022 a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta que é crucial para mudar a rota de funcionamento do empreendimento, porque ele fixa as medidas de controle e mitigação de funcionamento, exige que o empreendimento elabore um Estudo de Impacto Ambiental, com o Relatório de Impacto Ambiental, o EIA/RIMA, elenca todos os impactos ambientais decorrentes da atividade produtiva. E desde lá se tem discutido a regularização ambiental desse empreendimento. Então a partir daquele momento daquele lapso temporal o TAC cumpre sua finalidade, conduzindo o empreendimento à regularização ambiental. Isso é muito importante de ser dito porque ele cumpre sua função de ser um procedimento incidente ao licenciamento ambiental. Porque é muito importante que tenhamos em mente que nenhuma penalidade em âmbito administrativo tem caráter de perpetuidade, não podemos trazer para qualquer tipo de avaliação de descumprimento da norma uma pecha que traga para o empreendimento uma impossibilidade perpétua de exercer suas atividades produtivas. Se ocorreu irregularidades, sejam 10, 12, 15, e ele adequou todas essas irregularidades, cumpriu os requisitos normativos, trouxe as avaliações necessárias para seu funcionamento, tanto normativa quanto técnica, que é o que trazemos aqui dentro dessa avaliação, não cabe ao Estado fazer um juízo discricionário do exercício da atividade produtiva, não há discricionariedade do órgão ambiental de demonstrar a viabilidade ambiental de um empreendimento, negar uma licença ambiental a esse empreendimento. Então, veja bem, nós temos dentro dessa lógica a lavratura de autos infração decorrentes de descumprimento das normativas. Ninguém nega isso, isso, inclusive, é alvo do exercício de poder de polícia do órgão ambiental. Identificadas essas irregularidades, a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta conduzindo o empreendimento à regularização ambiental, e neste momento trabalhamos no sentido de trazer a regularidade ambiental do empreendimento porque ele cumpriu as normativas técnicas e processuais necessárias para fazer jus ao licenciamento ambiental que está pleiteando durante todo esse tempo. E é muito importante também que a gente rememore que esse TAC de 2022 teve o seu cumprimento estrito pelo empreendimento. Nós temos um anexo do Parecer Único que demonstra que apenas uma condicionante não foi cumprida pelo empreendimento, no que se refere a sua regularização de reserva legal, que está sendo objeto de ajuste dentro do processo de licenciamento ambiental, organizando suas funções, organizando e regularizando a reserva legal do empreendimento. E isso logicamente que nenhum tipo de prejuízo para impacto ambiental dentro dessa função. E também demonstra que todos os parâmetros de controle e mitigação de impactos ambientais exigidos pelo Termo de Ajustamento de Conduta foram devidamente cumpridos. Então nós trazemos essa linha do tempo para que possamos estabelecer, de uma maneira clara, que houve irregularidades, por isso

estamos trabalhando um processo de licenciamento corretivo; houve irregularidades, por isso lavramos autos de infração e exercemos nosso poder de polícia; mas por outro lado, em um determinado lapso temporal, que na minha visão está muito entrelaçado a esse Termo de Ajustamento de Conduta, o empreendimento retoma uma posição de cumprir as normativas técnicas processuais e legais e cumpre esses requisitos nesta data em que estamos deliberando o procedimento. Também é importante trazer algumas coisas que foram levantadas em relação à audiência pública. A audiência pública do projeto traz alguns pontos específicos e, especificamente, questionamento do Felipe Gomes, da 'Ah, É Lixo', e da Jeanine, da Guaicuy, Manuelzão, em relação ao não cumprimento das informações que foram prestadas ou requisitadas por eles no processo. Alguns pontos. Primeiramente em relação aos pleitos do Sr. Felipe, todos os pleitos do Sr. Felipe foram devidamente esclarecidos dentro do processo de licenciamento ambiental ao longo de um parecer de 176 páginas que relatam os impactos ambientais decorrentes da atividade produtiva. Diga-se de passagem, um parecer extremamente robusto, em que eu vou fazer algumas pontuações aqui para que a gente traga uma visão ampla em relação ao procedimento. Logicamente que alguns questionamentos feitos pelo Sr. Felipe Gomes não gozam de qualquer relação sobre a avaliação de impactos ambientais, isso o órgão ambiental não vai adentrar dentro desse mérito. Eu vou citar alguns exemplos. Existem questionamentos pontuados pelo Sr. Felipe Gomes no sentido do que significa o logo da empresa. Isso não é relevante para uma avaliação de impacto ambiental. Existem questionamentos relacionados a situações verificadas sobre destinação de doações para campanhas eleitorais. Isso não faz parte da avaliação de impacto ambiental, isso não vai ser respondido no momento por uma ausência de competência, por uma ausência de legitimidade para tratar sobre esses assuntos. Em relação à questão dos pleitos do Manuelzão, é importante que digamos que a via que a associação adentrou em relação a esses pleitos de informação não foi a via da audiência pública. A associação solicitou essas informações via Ouvidoria-Geral do Estado, e por lá ela vai ser compreendida. Então é muito importante que tenhamos isso em mente porque o exercício de algum direito pressupõe o cumprimento de algumas obrigações. Então se o meio de solicitação das informações não foi o adequado ele vai seguir o rito de resposta do meio em que foi solicitado. Então por isso não houve resposta aos questionamentos da associação Manuelzão, Guaicuy, porque ele não foi requerido no modelo adequado de entrada da audiência pública e sim via OGE, e por lá ele vai ser respondido. Eu gostaria de trazer alguns pontos aqui que muito foram debatidos durante todas as manifestações, e teve até uma fala no sentido de não remeter ao Parecer Único, mas eu não posso deixar de trazer todos os pontos que foram deliberados e expostos e devidamente motivados dentro do Parecer Único, que respondem cerca de 90 a 95% de todos os questionamentos que tivemos aqui. Então eu vou fazer questão de ler alguns tópicos que foram deliberados dentro do nosso Parecer Único para que possamos demonstrar todas as avaliações de impacto ambiental que foram levadas a efeito pelo órgão ambiental. Então no Parecer Único nós temos tópicos referentes ao contexto histórico do empreendimento, caracterização do empreendimento focando em localização, infraestrutura, processo produtivo, balanço hídrico, faixas de servidão e inovação tecnológica. Diagnósticos ambientais, especificamente, tratando sobre a área de influência, meio físico, e aí envolve geologia, cavidades, recursos hídricos, qualidade do ar; meio biótico: unidade de conservação, flora e fauna; meio socioeconômico: audiência pública e outros elementos de diagnóstico ambiental, reserva legal e Cadastro Ambiental Rural. Em relação às intervenções ambientais, tem informações referentes ao rendimento lenhoso, destinação do produto florestal, taxa florestal, reposição florestal, espécies ameaçadas de extinção. Sobre compensações incidentes ao processo, tópicos referentes a APP, Mata Atlântica, espécies protegidas, Lei do Snuc, compensação minerária, avaliação de medidas de controle, impactos decorrentes no meio físico, no meio biótico e no meio socioeconômico; avaliação dos programas e medidas de controle e mitigação; processos erosivos, emissões atmosféricas, ruídos, qualidades das águas, resíduos sólidos, Prad do empreendimento, combate a incêndio, monitoramento de fauna, programa de comunicação social, patrimônio arqueológico, contratação de mão de obra local, programa de educação ambiental, controle de tráfego. O controle processual deste Parecer Único abordou licenciamento ambiental corretivo, representação processual, propriedade, intervenção e compensações, reserva legal e APP, recursos hídricos, certidões municipais, critério locacional, incidência de limitações referentes a unidade de conservação, órgãos intervenientes, medidas mitigadoras, Termo de Ajustamento de Conduta, validade da licença, Cadastro Técnico Federal, taxa de expediente, processo de avocação do processo. Além de estabelecer 34 condicionantes para o funcionamento do empreendimento. Então nós trouxemos todos esses elementos de forma destacada por uma equipe multidisciplinar dentro da avaliação do Parecer Único do órgão ambiental, lembrando que o empreendimento é classificado como de utilidade pública e, portanto, exerce uma atividade, mesmo que impactante, uma atividade que é prevista no nosso ordenamento jurídico como atividade legal. Lógico que sujeito a licenciamento ambiental, sujeito a sanções administrativas, sujeito a sanções civis, sujeito a sanções penais. Mas ao mesmo tempo dentro de uma lógica de funcionamento em que, neste momento procedimental, ele cumpre os requisitos do seu funcionamento. Então é importante que a gente diga que não há uma proibição de funcionamento desse empreendimento no que tange a esses aspectos ambientais, conforme exposto dentro do Parecer Único. Lembrando que, em que pese a existência de diversas ações judiciais para discutir o procedimento, não existe nenhuma decisão judicial em desfavor do Estado que proíba a deliberação do processo de licenciamento ambiental. Muito pelo contrário, todas essas investigações do ponto de vista ambiental querem garantir um funcionamento regular desse empreendimento. Outro ponto, todos esses descumprimentos de normas pretéritas por parte do empreendimento causam consequências procedimentais dentro do processo de licenciamento. É muito bom que se diga

isso. Diminuição do prazo de licença, por exemplo. O empreendimento teve vários autos de infração lavrados em seu desfavor, alguns com exigência específica de quitação antes de deliberação do processo; isso foi exigido no curso do processo, como pode constar dentro do Parecer Único também. E tendo em vista que houve penalidade definitiva lavrada em desfavor do empreendimento a licença, que, em regra geral, seria deliberada num prazo de dez anos, foi reduzida para um lapso temporal de seis anos. Então o empreendimento perdeu, dentro dessa lógica de irregularidades que foram constatadas preteritamente, quatro anos do seu prazo de vigência de licença. Ou seja, o seu processo de avaliação de empenho ambiental vai ser de uma forma antecipado em quatro anos. Compensações ambientais: compensações ambientais incidiram de uma monta muito maior decorrente das intervenções corretivas. O processo de licenciamento desse empreendimento gerou uma compensação de 60 hectares no Parque Federal do Gandarela, parque de unidade de conservação. Então é importante que tenhamos essa visão dos benefícios procedimentais materiais que também decorrem disso. Pagamentos de multas, retroagindo, inclusive, no que tange à defesa, desistência de defesa. Então muitas daquelas multas questionadas como condição para a deliberação do processo foram devidamente tratadas no âmbito desse processo. Então isso são alguns pontos importantes. Não obstante, nós queríamos trazer alguns pontos específicos que achamos que merece, para o âmbito do Conselho, uma decisão mais ampla e informada referente ao empreendimento, alguns questionamentos que foram feitos por todos os participantes aqui desta reunião. Primeiro, características de APP. No empreendimento, sim, existem APPs dentro do seu empreendimento. A pilha, especificamente, não está dentro da área de APP, mas em que pese toda essa discussão lembre-se que o empreendimento é um empreendimento de utilidade pública. Então eventuais intervenções em APPs que constem dentro do empreendimento encontram lastro normativo para serem devidamente autorizadas. E aquelas intervenções em APPs que foram realizadas pelo empreendimento estão devidamente autorizadas dentro do parecer e também compensadas. Existem compensações por essas intervenções em APP. Em relação a proximidade de unidades de conservação, não existe qualquer limitação da localização do empreendimento no que tange a localização de zona de amortecimento das unidades de conservação, por isso não foram exigidas qualquer tipo de anuência dessas unidades. Declaração de conformidade dos municípios: foram apresentadas declarações de conformidade municipal dos municípios de Raposos, Nova Lima e Sabará, todas atestando a devida adequação ao parcelamento do solo urbano daqueles municípios, inclusive no que tange à questão específica da ponte mencionada por um dos participantes desta reunião. Todas decorrentes do processo de licenciamento ambiental, públicos, com Transparência Ativa. Se existir algum tipo de cidadão que esteja com algum tipo de dificuldade em acesso aos documentos, eu peço por favor que entre em contato, que nós vamos orientar e prover a necessidade de acesso a todas as informações. Mas o SLA hoje provê um sistema de acesso público às informações de Transparência Ativa. Localização do empreendimento: reforçando que ele não está localizado em nenhuma das características de delimitação de tombamento da serra do Curral, sejam delimitações já efetivadas propriamente ditas, sejam propostas de áreas de tombamento. Em relação à comunidade do Manzo, em relação ao RTID, isso é uma posição institucional de governo relativo ao momento procedimental onde vai ser exigida consulta pública às comunidades tradicionais. Discordem ou concordem, é uma posição que vai ser adotada não só para este processo, mas para todos os outros na ausência de uma legitimação. O momento que o governo, como o aplicador da norma, está entendendo como adequado de se ouvir comunidades tradicionais é quando existir o RTID devidamente homologado pelo órgão competente. Também tivemos questões relacionadas à escolha da fazenda Urubu. Isso decorre do Decreto 47.749. No item 5 do laudo é apresentada essa análise. E é importante que se diga que essa proposta decorre de uma regularização fundiária de uma unidade de conservação de proteção integral, então por isso encontra respaldo na legislação. Identificando que a fitofisionomia predominante na área de implantação da compensação florestal é caracterizado como Floresta Estacional Semidecidual num estágio médio de sucessão ecológica. Então características de vegetação do bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração. Então são pontos que temos que trazer dentro desse contexto que entendemos como extremamente pertinentes e importantes, mas que dentro da avaliação de impacto ambiental do projeto foram devidamente saneadas, foram devidamente expostas. E dentro dessa lógica de impossibilidade de imposição de uma penalidade perpétua hoje o empreendimento possui um sistema de gestão ambiental que cumpre os requisitos normativos e técnicos para o desempenho da atividade produtiva. É isso, senhores conselheiros, que eu gostaria de expor dentro do funcionamento do que gostaríamos de trazer como uma decisão informada para os senhores, com muita transparência, sempre agradecendo a participação de todas as pessoas aqui. É um ambiente que contribui para a nossa avaliação, contribui para que possamos expor toda a avaliação técnica levada a efeito dentro do processo de licenciamento ambiental, com muita tranquilidade, com muita transparência e sempre lembrando que essas avaliações são técnicas e todas têm os devidos limites de avaliação dentro do órgão ambiental. Então é isso.” Leiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada, Vitor. Só momentaneamente aqui no lugar do senhor presidente. Espero e tentar ao mínimo conduzir igual ele. Mas em breve ele já volta. Francisco, com a palavra, por favor.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Vitor, muito didática a sua resposta, parabéns. Acho que esclareceu a quase todos os pontos. Talvez eu tenha perdido, não sei se você falou, eu acho importante voltar a esse assunto, algumas pessoas questionaram a avaliação desse processo ter sido feita por uma empresa terceira. Acho importante você voltar a esse ponto, porque me parece – depois me corrija se não – com a própria anuência do Ministério Público com relação a esse assunto. Eu gostaria que você voltasse a esse assunto, por favor. Eu acho importante esclarecermos a sociedade sobre essa avaliação dos

processos, principalmente dos passivos, sendo feita por empresas parceiras.” Vitor Reis Salum Tavares/FEAM: “Francisco, eu tratei isso no começo da nossa discussão, sim, mas sempre é importante ter oportunidade de esclarecer essa situação. Como é de conhecimento de todos os conselheiros e toda a sociedade, hoje ainda o Estado de Minas Gerais possui cerca de 330, 350 processos – não vou me recordar de cabeça do dado exato –, que extrapolaram o prazo legal de análise. A gente vem adotando algumas medidas para que isso cada vez mais reduza. Isso é notório dentro de uma lógica de funcionamento de eficiência do órgão ambiental. Já chegamos a ter mais de 3.000 processos de licenciamento fora do prazo legal de análise, hoje temos em torno de 350. Lembrando que no ano de 2024 todos os processos que foram formalizados dentro de 2024 respeitaram o prazo legal de análise previsto na legislação, como uma medida de eficiência também da administração pública de analisar todos os processos dentro do prazo legal. Mas visando ter um incremento para prestação desse serviço público de forma eficiente para toda a sociedade foi idealizado o projeto de licenciamento sustentável, que conta com algumas bases de atuação para garantir a segurança jurídica do seu funcionamento. Uma premissa desse projeto está lastreada num acordo de cooperação técnica com uma entidade do terceiro setor que tem um pressuposto de atuação na melhoria de eficiência da administração pública. Esse é o objetivo institucional dessa associação do terceiro setor, que contratou uma empresa para auxiliar na elaboração dessas avaliações técnicas. Esse acordo de cooperação técnica também foi seguido de um acordo, um Termo de Compromisso celebrado entre o órgão ambiental e o Ministério Público de Minas Gerais junto com a associação, reconhecendo que as bases de funcionamento do acordo não deslegitimam qualquer tipo de exercício de poder de polícia por parte do órgão ambiental. Existem alguns ciclos de poder de polícia que são previstos em decisões de efeito vinculante no STF, no STJ, e existe uma equipe de acompanhamento específico para fazer a homologação desses laudos compostos por servidores de carreira. O que não se pode deliberar como uma informação referente à delegação do exercício do poder de polícia está previsto como imposição de penalidades, imposição de qualquer tipo de restrição de direito e a prática relativa aos atos normativos. A constatação de fatos, avaliações técnicas, isso, sim, pode ser delegado. Eu acho que um exemplo bem ilustrativo dessa discussão da possibilidade desse exercício de poder de polícia são os radares que estão expostos nas nossas rodovias. As empresas que fazem os registros são empresas privadas, e elas dão os fatos a quem detém o exercício de poder de polícia para que possa lastrear suas penalidades. É um exemplo muito comum e muito referenciado pela doutrina dentro do contexto geral. Então, sim, existe esse projeto. Cada vez mais nós vamos estar habituados a pautar processos aqui em Câmaras Técnicas decorrentes desse projeto de licenciamento sustentável como uma medida de eficiência administrativa para eliminar nosso passivo e prestar um serviço público de licenciamento ambiental mais eficiente, mais eficaz e que também garanta nossas balizas de cumprimento das medidas materiais necessárias para o funcionamento de qualquer tipo de atividade produtiva que esteja sujeito ao licenciamento ambiental. Francisco, então isso é importante.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Obrigado, Vitor, obrigado pela resposta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Vitor. Pois não, Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Muito obrigado, senhor presidente. Eu queria parabenizar as manifestações do Vitor, muito esclarecedoras, tecnicamente muito bem pautadas. E eu queria aproveitar a oportunidade, senhor presidente, para repudiar veementemente algumas das manifestações dos inscritos referentes ao nosso Ministério Público. Nosso Ministério Público é o ente que regulariza e fiscaliza o cumprimento da lei no Estado de Minas Gerais, um dos maiores defensores da sociedade mineira. Ele atua dentro do COPAM, em várias Câmaras, e eu referendo toda a sua atuação. E é uma ofensa ao Ministério Público, se ofende ao próprio povo mineiro. Então eu repudio essas manifestações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Fernando. Algum conselheiro tem algum destaque adicional? Francisco, pois não.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Senhor presidente, num determinado momento, uma participante que realmente eu esqueço o nome – mas ela é useira e vezeira de falar inverdades –, falou a respeito do meu nome, que tem uma ação criminal com meu nome. Eu vou até entrar em contato com ela porque eu não estou sabendo. Então vou entrar em contato com ela porque, de repente, ela tem uma inside information dentro da Polícia Civil, da Polícia Federal que realmente eu desconheço. Eu só queria deixar esse meu destaque com relação a esse assunto. Obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Francisco. Algum destaque adicional pela equipe? Sem destaque adicional. Destaques adicionais também pelo Conselho, não. Não havendo mais destaque, eu vou levar o processo em votação. Senhores conselheiros, não havendo mais destaque, coloco em votação o item 6.1, Fleurs Global Mineração Ltda. Como vota a Assemg? Assemg está ausente. Como vota a Sede?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “De acordo com o parecer do órgão ambiental, favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese: “Voto de acordo também com o parecer do órgão ambiental.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Codemig, como vota?” Conselheira Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro/Codemig: “Eu voto de acordo com o parecer do órgão ambiental.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Copasa, como vota?” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Copasa vota seguindo o parecer do órgão ambiental.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Segov, como vota?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sindiextra, como vota?” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “De acordo com o Parecer Único da FEAM.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta, como vota?” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta:

“Voto favorável, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “IHMBio, como vota?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Contrário, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Justifique, brevemente.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “De acordo com o meu parecer de vista.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Cícero Miranda acompanha o Parecer Único.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dom Helder Câmara, como vota? Ausente. Então processo aprovado por nove votos favoráveis à manifestação do órgão ambiental, um contrário e duas ausências no momento da votação.” **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”. 7.1) Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Pilhas de rejeito/estéril. Tapira/MG. PA/SLA/Nº 91/2024. ANMs: 930.785/1988 e 833.476/2012. Classe: 6. Apresentação: URA TM.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, agora são 4h36. Nós temos aqui os outros processos, nós temos alguns inscritos. Eu vou tentar vencer, pelo menos ver como vai ser o andamento do nosso próximo processo. Eu acho que o item 7.1 tem 54 inscritos. Esse (6.1) nós tivemos 83. No 7.1, são 54 inscritos. Mas eu vou dar início a esse processo, e, dependendo do horário, vai ultrapassar as 8 horas. Conforme previsão do Regimento Interno, ultrapassadas 8 horas de reunião, pode ser reunião em continuidade. Aí avaliamos isso posteriormente. Então item 7.1, Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Pilhas de rejeito/estéril. Tapira/MG. PA/SLA/Nº 91/2024. ANMs: 930.785/1988 e 833.476/2012. Nós não temos destaques por parte do Conselho, mas nós tínhamos inscritos de forma independente. Vamos chamar os inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sim, eu vou projetar também, senhor presidente, para registrar.” Conselheiro Francisco de Assis Lafeté Couto/Sindiextra: “Senhor presidente, só uma questão de ordem. O senhor é muito democrático ao deixar todo mundo falar, mas eu gostaria, reforçando um pouco da palavra do Heleno neste momento, já está realmente ultrapassando muito tempo, se o senhor perceber que realmente o assunto não é pertinente ao processo de pauta, eu pediria, em nome de Sindiextra, que realmente cortasse a palavra, que focasse realmente somente naqueles processos que estão sendo discutidos. Muito obrigado.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu reforço a solicitação do Francisco para que, caso o manifestante inscrito se manifeste sobre o processo ou sobre a conduta, enfim, que não se atenha ao processo em questão, que ele seja talhado da sua palavra, por favor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como eu falei com os senhores, conselheiros, eu acho que nos 5 minutos, fora a falta de decoro que os senhores estão solicitando, o poder da onisciência eu não tenho, então não sabemos o que o inscrito vai manifestar. Obviamente, se faltar decoro naquele momento em relação ao Conselho, em relação à equipe técnica, me cabe realmente cortar a fala, silenciar e até mesmo excluir a pessoa da sala, mas eu entendo que os 5 minutos temos, sim, desde que haja decoro, que permanecer com respeito à manifestação do inscrito. Então vamos lá, sem mais delongas, para os inscritos. Lembrando aos inscritos que estamos tratando do item 7.1, Mosaic Fertilizantes P & K Ltda.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Primeiro inscrito, Sr. Artur Colito. Não está na sala. Sr. Sebastião Fortunado. Está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Sebastião, pois não... Chama o próximo, Jeiza. Eu volto nele.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Nayana Marques”. Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: “Senhor presidente, demais conselheiros. Boa tarde. Meu nome é Nayana, eu sou funcionária da Mosaic e estou aqui para esclarecer alguma dúvida que surgir. Os demais da Mosaic, é o mesmo caso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Ok. Mas de qualquer forma, Sra. Nayana, nós vamos chamar todos só para registrar o nome também. Sr. Vinícius Henrique também permanece, somente se houver necessidade. Certo? Conforme informado. Pedro Leite, Carolina Favaro, Letícia Ribeiro e Vinícius Henrique. Então esses somente se houver necessidade mesmo. Certo?” Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: “Correto.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Ingrid Rodrigues. Sra. Ingrid não está na sala. Roseli Correia. Não está na sala. Sra. Camila Carvalhal. Sra. Camila está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Camila, tem intenção de se manifestar?” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Tenho sim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Obrigada. Boa tarde aos conselheiros que permanecem aqui nessa árdua tarefa que é discutirmos a implantação de empreendimentos nos territórios. A minha fala vai novamente em direção à defesa da razoabilidade e da necessidade urgente em fazermos uma discussão de todos os empreendimentos de maneira cumulativa, fazendo uma contextualização dos impactos sinérgicos que acontecem quando nós licenciamos o que é chamado desenvolvimento econômico. Então nós temos uma série de preocupações que foram apresentadas por técnicos, por ambientalistas ou por pessoas como eu, que sou uma pessoa que bebo pelo menos uns três litros de água por dia e que dependo da água para quase todas as atividades da vida cotidiana. Então a minha pergunta vai para os conselheiros que se sentirem aptos a responder. Como que essa análise, de maneira mais global, mais sinérgica, vem sendo feita? Quais são as orientações e de onde que vêm as orientações, de quais órgãos vêm essas orientações para se analisar o contexto da região metropolitana para que se possa analisar pontualmente empreendimentos de qualquer natureza? Aí não estou falando dos empreendimentos minerários. Então como que é feita, como que vem sendo feita essa análise dos impactos acumulados, cumulativos, da região metropolitana para que se dimensione, para que se possa avançar em um empreendimento ou a recuar ou a cobrar, inclusive, esperar que os ajustes, as adaptações, as ações corretivas tenham sido feitas, inclusive. Porque vejo que há uma preocupação enorme de uma série de impactos não terem sido ainda ajustados para que se possa seguir na análise dos empreendimentos que estão em pauta. Então essa

pergunta para os conselheiros. Como se dá esse ordenamento? É uma coisa que depende só da consciência, do embasamento técnico? Porque a nossa preocupação como sociedade civil é que esse aspecto não esteja sendo devidamente aprofundado o suficiente para garantir a possibilidade de vida presente e futura na região metropolitana. Então eu trago essas perguntas aos conselheiros como que de maneira sinérgica tem se dado essa análise e também em relação a esse retorno, esse acompanhamento dos processos corretivos. Eu tenho ainda quanto tempo? Que estou na sala e não consigo ver.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora tem 1 minuto ainda, Sra. Camila, mas podemos conceder tempo adicional.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Perfeito. Então eu seguiria aqui também com mais algumas observações em relação a como que nos processos de licenciamento – estou falando como moradora de Nova Lima, habitante da serra do Espinhaço –, como que se dá a análise dos processos de licenciamento de quesitos que num primeiro momento, numa análise muito rasa, não contempla a vida das pessoas no cotidiano. Porque muitas vezes quando se fala de aspectos ambientais se considera ali a água, as plantas, as árvores, o subsolo, mas eu não consegui até hoje, como moradora da região, compreender em que âmbito que...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Camila, desculpa interromper. A senhora precisa de tempo adicional?” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Gostaria, por gentileza.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Cinco minutos, em relação ao prazo adicional. Eu só solicito aos conselheiros, os que concordarem que permaneçam como estão. Os que não concordarem se manifestem. Então somente um não concordou: 5 minutos adicionais para a senhora.” Camila Carvalhal/sociedade civil: “Perfeito. Muito obrigada. Então em todos os processos que estão pautados como que se dá a análise do impacto na vida das pessoas. Porque percebe, e muitas vezes como comunidade nós somos consultados dentro dos relatórios de impacto ambiental, mas muitas vezes aquilo é colocado de maneira muito proforma e muito superficial a maneira como os impactos serão mitigados à vida das pessoas. Mas, primeiro, não há um acompanhamento fiel? Porque sabemos das fragilidades de toda a condição de funcionários da SEMAD, dos órgãos públicos para fiscalizar e acompanhar. Como que estão sendo realizados ou não esses procedimentos corretivos, mitigantes, mitigatórios do impacto social à vida das pessoas. Então a pergunta também fica: como que os conselheiros conseguem e podem acompanhar esses procedimentos dentro de tantos, de centenas e centenas de processos que são pautados cotidianamente aqui nas Câmaras Técnicas, de maneira que se garanta que esses procedimentos de reparação, de compensação e mitigação à vida das populações atingidas pelos empreendimentos estão sendo realizados, no sentido de impacto aos equipamentos de saúde, aos equipamentos de educação, a questão viária, a questão de transporte público. Porque os empreendimentos vêm, e muitas vezes a compensação aparece ali, ou a suposta vantagem, está relacionada aos cofres públicos e também à geração de empregos. Mas muitas vezes esses impactos não estão sendo dimensionados em termos de serviços públicos. Então eu gostaria saber como que os conselheiros conseguem dimensionar isso e acompanhar isso tudo à medida em que fazem os seus votos aqui favoráveis ou desfavoráveis aos empreendimentos em licenciamento. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu não vou falar pelo Conselho, mas vou pedir ao senhor um minuto para resposta um pouco à senhora. Apesar de esse empreendimento não ser na região metropolitana, ser no Triângulo Mineiro, eu vou colocar para a Sra. Camila o seguinte. Eu aqui eu represento, sou sociedade civil, represento a sociedade civil. Como ambientalista, eu gostaria que todas as normas e todos os procedimentos que existem no Estado de Minas Gerais, que é um dos mais exigentes do Brasil, quicá do mundo – as leis aqui são muito rigorosas –, pudessem ser empregados para a vida de cada cidadão, para a vida de você, Camila, da minha vida. Porque para análise de um impacto ambiental de um empreendimento, dentro da sua ótica, eu como ambientalista vejo o seguinte. Eu vejo que você mora em Nova Lima. Eu tenho que observar quantas pessoas querem morar num condomínio em Nova Lima. E esse condomínio, essa pessoa que quer construir uma casa ali em Nova Lima ela tem esse direito? Tem. Mas ela vai suprimir quantas árvores, ela vai compensar isso como? Eu queria que as mesmas leis que fossem empregadas para as empresas fossem empregadas para o cidadão comum na hora que ele compra o celular, na hora que ele compra um carro, na hora que ele faz compras no supermercado e exige que as empresas produzam. Então analisar meio ambiente como um todo nesse prisma social é muito mais complexo. E eu realmente aprecio aqueles que desenvolvem um trabalho sério, voluntário, analisando cada um desses processos e fazendo seu voto dentro da dignidade, da honestidade, principalmente, de uma visão muito maior que é a mesma que a senhora defende. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Sr. Fernando. Na mesma linha que nós fizemos, vamos escutar primeiro os inscritos, depois eu passo para o Conselho. Por favor, Jeiza.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, eu vou retornar. O primeiro inscrito é o Sr. Felipe Gomes. Ele já está na sala. Eu peço desculpas que na hora de filtrar eu filtrei errado. Então o próximo inscrito é a Sra. Kátia Benati. Não está na sala. Chamar pela ordem aqui: Solange Cirino. Não está na sala. O Sr. Felipe Gomes já retornou à sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe Gomes, tem condições de se manifestar? Caiu. Chama o próximo.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Juliana Matos. Não está na sala. Sr. Paulo Baptista. Não está na sala. Sra. Cristina Maria. Não está na sala. Sra. Isadora Muller. Não está na sala. Sra. Adriane Aparecida Rodrigues. Também não está na sala. Sra. Carolina Laboissiere. Não está na sala. Sra. Vera Inez. Não está na sala. Sr. Agnes Antunes Felipe. Não está na sala. Sr. Elgen Leonardo Moura Pereira. Não está na sala. Sra. Helena Lopes de Oliveira. Não está na sala. Sr. Geraldo de Oliveira Pereira. Não está na sala. Sra. Polyana Gandra. Não na sala. Sr. Antônio Marcos de Oliveira. Não está na sala. Sra. Taynara Estefane Ferreira. Não está na sala. Camila Cortielha. Não está

na sala. Sr. Yuri Correia Franco. Não está na sala. Sra. Doralice de Oliveira e Silva. Não está na sala. Sra. Wânia Walquíria Bragança. Não está na sala. Diorela Bruschi Kelles. Não está na sala. André Silvério Diniz. Não está na sala. Roberto Celso Dias de Carvalho. Ele está na sala, senhor presidente, o Sr. Roberto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Roberto...” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Ele não está respondendo. Podemos retornar ao Sr. Felipe Gomes, por gentileza. Ele já conseguiu conexão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, pois não, o senhor tem 5 minutos.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Olá, muito boa tarde a todas, a todos. Vamos aqui, presidente, acho que já deve ter até passado das 8 horas, bem extenuante esse tempo todo, mas faz parte. Enquanto alguns falam que é tumultuar, eu entendo isso como um exercício de cidadania ativa. Isso aqui as pessoas estão exercendo o seu direito constitucional, segundo o Art. 225 da Constituição, de defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado dentro da visão de cada um. E se as pessoas repetem as perguntas é porque elas queriam ter as respostas que infelizmente não tiveram. Sobre a Mosaic Fertilizantes, que está lá em Tapira, ao lado do Parque Nacional da Serra da Canastra, está bem perto, eu queria ver se neste, presidente, eu gostaria muito de pedir que fossem respondidas as perguntas, porque senão a gente se sente assim vilipendiado quase, porque a gente faz um monte de pergunta, responde aquilo que é considerado interessante e não se responde à grande maioria. O outro empreendimento foi um caso, deve ter tido, sei lá, mil perguntas, e foram respondidas pouquíssimas. Será que vamos ver de novo acontecendo o mesmo que aconteceu lá. Eu queria entender sobre esse empreendimento. Ele tem autos de infração? Vou voltar da mesma forma como nós conversamos na última reunião. E foi muito legal porque... A gente ver se vão ter as informações, que eu acho que são fundamentais para que os conselheiros possam tomar suas decisões. Já que, como foi muito bem dito... Mas então o seguinte: tem autos de infração esse empreendimento? Eu queria saber. E se tem autos de infração como é que estão esses autos de infração? Já estão pagos, eles foram questionados, quais os motivos? Por acaso teve um auto de infração por contar informação falsa ao órgão ambiental? Eu queria saber se teve isso. Se teve desmate, por exemplo, foi lá, desmatou sem autorização. Porque tudo isso é muito relevante, presidente, pensando como é que a empresa... Não tem nada perpétuo, não tem crime perpétuo, tanto que a gente vai para a cadeia e depois sai e tal. A gente não, graças a Deus, nunca fui, espero não ir nunca. Mas a ficha corrida nos leva a ficar muito preocupados com determinados empreendimentos. E quando a gente olha esse empreendimento, nós estamos falando de uma Licença Prévia concomitante com Licença Instalação de um complexo minerário. Aí eu queria saber o seguinte: eu não vi a palavra mudanças climáticas, nada, nenhuma vez no parecer. Não vi também nada sobre o tempo de recorrência que foi adotado nos cálculos dos sistemas de drenagem. Esses sistemas de drenagem que foram lá dimensionados, tem 65 hectares o projeto, tem pilha de estéril, tem tudo, tem sump, tem não sei o quê. Então quando a gente pensa numa grande estrutura de mineração, com todas aquelas obras de infraestrutura e obras gigantescas, pilhas, barragens, sumps e tudo mais, a gente fica muito preocupado com essas mudanças climáticas. Como bem disse o Julio Grillo, nós estamos falando enquanto estão considerando mil anos de tempo de recorrência, no caso anterior, eu queria saber quanto que consideraram aqui, porque nós estamos falando de 140.000 anos. É algo absurdo, é algo fora da curva. E se a gente usa o mesmo sistema de dimensionamento para calcular barragem, para calcular sump, para calcular pilha, nós podemos ter eventos catastróficos em Minas Gerais. E aí eu queria entender como que esse empreendimento, a Mosaic, que se eu não me engano é uma multinacional ligada à Vale e tudo mais, como que ela está nesse ponto. Ela realmente está à frente do tempo, está lá preocupada em enfrentar efetivamente as mudanças climáticas ou está cumprindo o beabá e fazendo cálculo com no máximo mil anos de tempo de recorrência e colocando a população que está no entorno em altíssimo risco? Eu queria ouvir, sabe, como que eles tratam essa questão climática que é tão importante. Também eu queria que fosse explicado um pouco mais pelo empreendedor...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, desculpa interrompê-lo. O senhor precisa de tempo adicional?” Felipe Gomes/sociedade civil: “Eu gostaria, se possível, se os conselheiros assim entenderem que eu mereço.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O Sr. Felipe solicita tempo adicional. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Tempo adicional de 5 minutos. Pois não.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Eu estou tentando aqui me ater ao empreendimento, apesar de que tem coisas que vão e voltam. Então fica difícil assim até especificamente. Mas eu queria entender também o relacionamento com a sociedade do entorno. Porque a gente vê certos empreendimentos que põem um monte de caminhão passando dentro de área residencial, não estão nem aí se tem autistas, se tem pessoas idosas, se tem uma ponte que não suporta transportar aquele material. Uma ponte pode ter, sei lá, 10 toneladas, e põem um caminhão que leva 40. Eu queria entender como é que é toda essa parte de transporte da Mosaic. Ela faz o transporte por caminhões passando dentro de núcleos urbanos, por cima de pontes que não suportam aquela quantidade ou se é de outra forma. Como que é? E se ela faz, se sempre ela está com lona. Porque a gente vê muito aí, tem empresas que extraem minério na serra do Curral e depois descem para outras mineradoras que estão ali no ‘limitezinho’ da serra do Curral sem lona, aquela terra de minério voando e tal. Inclusive, eu já notifiquei a polícia uma vez na porta de uma mineradora. Eu queria entender como que a Mosaic faz seu transporte de carga. Porque não sei para onde que ela comercializa, se é lá no Triângulo mesmo ou se ela manda para fora do Brasil. Como que é esse transporte, passa por dentro de cidades? E se passa por dentro de cidades tem alguma cidade histórica em que eles estão passando e nessa cidade histórica está tendo impacto nas casas, estão tendo rachaduras nas casas? Porque a gente muitas vezes vê isso, caminhões gigantescos passando completamente carregados em ruas que não foram dimensionadas para aquele volume de carga e acontecendo normalmente. Então eu queria entender da Mosaic como é

que é a questão do transporte de carga dela. E voltando ao auto de infração eu queria saber o seguinte, porque nós temos aqui duas coisas. Na última vez eu aprendi isso. A gente perguntava: 'Tem auto de infração?'. E fala: 'Neste processo não.' Aí eu quero entender: no CNPJ Mosaic, em empreendimentos próximos, sei lá, no raio de 50, 100 Km, que estão ali, têm alguma correlação, tem autos de infração? Primeiro eu queria entender se neste tem e se nesses outros. Entender se a Mosaic paga as multas ou se ela fica só questionando, jogando. Porque muitas vezes recebe a multa, mas não paga. Eu queria entender como é que a Mosaic lida com isso. Queria também que se explicasse um pouco mais o processo de beneficiamento mineral. Porque por mais que muitas vezes vem uma resposta 'está no Parecer Único' é engraçado, porque quando precisa explicar o Regimento no detalhe para vir e falar 'nem todo mundo aqui sabe'... Então na hora que a gente pergunta coisas da empresa: 'Não... Está lá no Parecer Único'. E nem se dá ao trabalho de explicar. Então eu gostaria de pedir ao empreendedor que explicasse, detalhadamente, como é o processo de beneficiamento, quais são os rejeitos gerados, se o empreendedor está preocupado de beneficiar esses rejeitos e gerar novos subprodutos. Se sim, quais subprodutos já foram gerados, como está o grau de redução na geração de rejeito deste empreendimento? Nos últimos anos. Aqui é uma LP, LI e LO, então é um projeto novo. Mas como é o histórico da Mosaic em termos de redução na geração de resíduos e rejeitos? Eles têm se esforçado? Pensando que mineradora gera muito dinheiro, então tem que investir, tem que estar na fronteira tecnológica, como sempre os representantes dos setores falam. Eu queria ouvir da Mosaic, que está aqui, como que é isso, essa inovação dentro da Mosaic. Vocês estão realmente reduzindo a taxa de rejeito, a taxa de perda? Aquilo que era rejeito anos atrás hoje não é mais rejeito? Eu queria que dessem exemplos práticos, claros, de coisas que aconteceram, ou não, pode ser que não tem nada disso. E aí, nobre presidente Yuri, eu queria entender: tem o Regimento Interno, Art. 21, que fala quando passa de 8 horas. Eu queria ver se tem uma previsão de tempo. Esse aqui são 54 inscritos. Não sei quantos tem nos demais. Eu tinha perguntado isso lá atrás. Se puder responder. Eu sei que o senhor falou 'vou tratar isso em cada empreendimento', mas para a gente poder se programar, porque eu estou aqui desde 8h da manhã, já estamos indo para quase 5h da tarde. Não almocei, fui ao banheiro correndo, algumas vezes. Isso é um tanto quanto muito desgastante para todo mundo. Uns falam que isso ocorre porque as pessoas usam o tempo..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Felipe, o tempo do senhor acabou." Felipe Gomes/sociedade civil: "Já acabou? Então eu agradeço. Muito obrigado. Pessoal, peço encarecidamente que respondam as minhas perguntas, não ignorem elas não." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, agradeço a manifestação. Em relação ao procedimento, tem duas possibilidades previstas no Regimento. Tanto a reunião em continuidade, quando excede 8 horas. Ainda não excedeu 8 horas, faltam uns 10 minutos para exceder as 8 horas, então eu posso fazer uma reunião em continuidade. Ou posso sobrestar. Nós já estamos discutindo esse processo aqui, nós vamos dar continuidade à discussão deste e aí verificamos em relação aos demais. Eu não olhei o número de inscritos nos demais processos, mas a gente verifica. E não havendo possibilidade, eu vou questionar também os conselheiros, embora isso seja uma prerrogativa minha, se eles querem fazer a continuidade do processo em relação aos demais processos. Mas esse nós vamos dar continuidade. Então, respondendo a sua pergunta objetivamente, há duas possibilidades: sobrestamento do processo e, quando excede 8 horas, reunião em continuidade. Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sra. Maria Teresa. Já está na sala." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Maria Teresa, pois não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "Boa tarde. Nós estamos aqui tratando de um processo que envolve pilhas de rejeito e estéril em Tapira. É um complexo minerário, e essas pilhas estão na classe 6. Olhando o Parecer Único, em relação à questão climática, só consta na página 23 um parágrafo, mas no sentido do clima em si, clima temperado, como é que é o clima regional. Não tem absolutamente nada no Parecer Único sobre alguns aspectos que são imprescindíveis em estruturas como pilhas de rejeito e estéril. Haja vista o que aconteceu lá na Vallourec. Mas claramente não informa nada sobre a questão do tempo de retorno, a questão dessas alterações climáticas, eventos extremos, chuva. Então no Parecer Único não tem informações sobre o dimensionamento dessas estruturas de pilhas de rejeito e estéril em relação a esse tempo de retorno. Os estudos atualmente ultrapassam em muito o tempo de retorno que normalmente é considerado nos estudos, que é de 100 a 500 e em alguns casos a 1.000 anos e que hoje em dia estão bem além de 1.000 anos, chegando a 10.000 anos, superior a 10.000 anos. E inserir no dimensionamento dessas pilhas o adequado tempo de retorno e dimensionamento tanto das pilhas quanto drenagens e toda essa situação, porque isso tudo causa grande erosividade e outras situações que ocasionam possibilidades de próximas tragédias. Então não foi mencionado absolutamente nada sobre essa questão em relação a essa pretensão das pilhas de rejeito e estéril nesse empreendimento em Tapira, que está pretendendo ter uma ampliação com as três licenças concomitantes. Também não localizei, novamente, e vou continuar trazendo aqui, como eu trazia quando era conselheira, a questão do risco sísmico. Eu lembro que durante os primeiros 20 anos da minha atuação e de outros a gente alertava sobre o risco de rompimento de barragem, e as narrativas técnicas das empresas era que eram absolutamente seguras. E aí tivemos a sequência de 2014 em Itabirito, 2015 em Mariana e 2019 em Brumadinho. Temos a questão do risco sísmico no Quadrilátero Ferrífero, que tem várias matérias, várias pesquisas, e isso também não é absolutamente nada considerado quando se trata de empreendimentos de grande porte, como estruturas como pilhas de rejeito, barragens, pilhas de estéril e todas essas questões. Eu cheguei a anotar aqui, eu ainda tenho um tempo: só para que os conselheiros não digam que não foram informados também, tem estudos que estão apontando claramente essa questão dos abalos e o aumento de abalos sísmicos em Minas Gerais, que preocupa especialistas. Então antes de

eu dar alguns exemplos no meu tempo eu já pediria mais 5 minutos, porque vale a pena vocês escutarem essas fontes para que não possam nunca dizer no futuro que não chegou aqui alguém a apontar uma preocupação com o risco sísmico em alguns desses empreendimentos em que não está sendo considerado isso na sua elaboração, nos seus estudos de base. É necessário, a meu ver, que sempre seja realizado um estudo completo e abrangente de risco geológico, estrutural, cárstico, no caso de regiões cársticas, e sísmico; estudos criteriosos sobre o comportamento hidrogeológico dessas questões que envolvem as descontinuidades estruturais, o solo e a dinâmica hídrica da região de qualquer empreendimento que vai interferir com o solo, que vai gerar alterações no território, como essas pilhas pretendidas pela Mosaic. Então não sei se já terminou meu tempo, deixa eu olhar aqui o YouTube, que eu desliguei.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Seu tempo está terminando. A senhora precisa de prazo adicional?” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Preciso para ler algumas fontes, porque senão não vai ficar com os conselheiros que tem fontes que estão apontando isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Prazo adicional à Sra. Maria Teresa, 5 minutos: os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Ok, 5 minutos adicionais.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Está concedido?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim, pois não.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Ok. Então eu vou passar algumas fontes. Uma matéria de 2016, ‘Aumento de abalos sísmicos em Minas Gerais preocupa especialistas’. Essa matéria foi sobre o workshop ‘Riscos naturais associados a empreendimentos de grande porte’, realizado em 11 de maio de 2016 pela Associação Profissional de Geógrafos de Minas Gerais, promovida também pelo Crea Minas. Nessa matéria sobre esse workshop, foi informado o seguinte: ‘Com o objetivo de discutir o aumento da frequência com que vêm ocorrendo desastres naturais no Brasil, especialmente em Minas Gerais...’ Aí fala da programação. Tem uma fala do vice-presidente da Aprogeo Minas Gerais da época dizendo: ‘É necessário montar uma estrutura no país para minimizar riscos’. E ele destacou na matéria que ‘quando se faz grandes projetos, além de cálculos precisos, é preciso considerar as variações climáticas, não é só o aquecimento global, até o movimento da Terra em seu eixo provoca inúmeras variações normalmente’. Tem uma outra matéria, de Thiago José Augusto Madeira, Antonino Juarez Borges e outros, de 2017, publicada na Geosudeste, sobre sismicidade intraplaca no Quadrilátero Ferrífero, que não é o caso de Tapira, mas é o caso de outros licenciamentos que vêm sendo tratados na Câmara de Atividades Minerárias. Tem uma outra matéria, de 2020, ‘Minas Gerais - Um recorte sobre os abalos sísmicos e a gestão de riscos’, e nessa matéria é colocada: ‘Em 2017, o Núcleo de Estudos Sismológicos da Unimontes realizou um levantamento no qual apurou que no ano de 2016 houve 88 tremores de terra, sendo que 36 aconteceram na região metropolitana de Belo Horizonte.’ E aí no caso eu trouxe alguns exemplos sobre essa questão sísmica. Todos esses materiais, lógico, eles afirmam que não é na escala Richter 6, 7; geralmente são abalos sísmicos entre 1 e 4. Lembrando que o rompimento da Herculano, em Itabirito, em 2014, que matou três trabalhadores, no histórico que eu acompanhei como conselheira, foi um abalo sísmico, alguns meses antes, que gerou um abatimento cárstico, que na sequência levou ao rompimento. Então no caso a minha pergunta final é: em relação a essas novas pilhas da Mosaic em Tapira, num grande complexo minerário, o empreendedor considerou os princípios de precaução e prevenção que em tempos atuais de crise climática e eventos extremos se tornam cada vez mais fundamentais? Por que não foi tratada a questão sísmica com tantos apontamentos que em Minas Gerais a questão sísmica vem num crescente? E por último: foi considerado o Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que está em fase praticamente final, no que se refere, principalmente, aos estudos de vulnerabilidade hídrica, exposição de ambiente a eventos extremos – que é o produto 2F – e aos outros estudos feitos e em construção? É essa a minha contribuição para que pelo menos, senhores conselheiros, vai ficar registrado. Porque quando a gente registrava a preocupação com barragens, e nos disseram e afirmaram que não havia risco, nós sabemos a verdade hoje sobre barragem de rejeito. E agora nós estamos informando sempre os riscos com os eventos extremos, o subdimensionamento do cálculo desses empreendimentos, estamos alertando que deveriam ser usados os princípios da precaução, deveriam ser exigidos os piores cenários de eventos extremos para ter certeza sobre qualquer estrutura colocada no evento minerário e estamos sendo absolutamente não escutados. Então pelo menos vai ficar registrado que se falou. E torcendo. Mas, acontecendo novas tragédias com perdas humanas e não humanas, pelo menos no histórico de Minas Gerais não se vai dizer ‘ah não, nunca nos disseram sobre isso.’ Está cheio de publicações sobre esse grande risco sísmico e sobre os eventos extremos, e continua não sendo visto e considerado nos licenciamentos. É isso.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada, Sra. Maria Teresa. Próximo inscrito, Sra. Daniela Vidigal Godinho. Não está na sala. Sr. Antônio Wilson. Também não está na sala. Sr. Lucas de Ávila Carvalho. Não está na sala. Sr. Cláudio Brito Silveira. Não está na sala. Helena Duarte. Não está na sala. Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Élica Murta. Não está na sala. Aparecida Ribeiro. Não está na sala. Vander Meira. Não está na sala. Lucas Monteiro. Também não está na sala. Taciana Souza. Não está na sala. Gabriel Castro Rocha. Não está na sala. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala. Ana Patrícia Barbosa de Souza. Não está na sala. Bruno Victor Moreira Ricci. Não está na sala. Elvis Eleno da Silva. Não está na sala. Gabriele Araújo. Não está na sala. Karen Suzana. Não está na sala. Ludmila Alves. Não está na sala. Edneia Aparecida. Não está na sala. Daniela Amaral. Não está na sala. Yula Fernanda. Não está na sala. Olímpia Leal de Oliveira. Não está na sala. Antônio Wilson de Oliveira Malta. Também não está na sala. Algum inscrito entrou após a chamada para manifestar que esteja na sala neste momento, neste item de pauta? Ok. Senhor presidente, então não temos mais inscritos para este item de pauta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O Conselho tem algum destaque a ser feito? Pois não, Selma.” Conselheira Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro/Codemig: “Eu queria me abster deste processo porque sou

parte interessada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Nós colocamos impedimento neste processo. Algum outro destaque por parte do Conselho? Não? Houve alguns questionamentos, eu volto à palavra aos representantes do empreendimento para manifestação. Nayana. Pois não, Nayana.” Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: “Ok, presidente Yuri. Obrigada. Foram feitas várias perguntas. Nayana, gerente de licenciamentos da Mosaic. Eu anotei aqui, espero conseguir responder todas e tem colegas também que vão conseguir complementar. Sobre a primeira pergunta, da nossa distância da serra da Canastra, estamos há 20 Km do limite da zona de amortecimento, então estamos fora da área, há 20 Km da zona de amortecimento. Sobre o processo, eu queria pedir permissão aqui para poder colocar um fluxograma na tela, para poder explicar. É possível?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É, sim, Nayana. É só você ter aí o ‘share’, aí você pode colocar.” Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: “Ok, só um minuto... Aqui é um fluxograma relativamente simples, mas só para esclarecer sobre a pergunta do Sr. Felipe. Nós temos uma mina a céu aberto, que acontece a lavra, é uma mina de fosfato. Parte do material que não tem valor econômico a gente encaminha para a pilha de estéril, e parte a gente manda, onde é o minério, para a usina de beneficiamento. É uma usina de beneficiamento a úmido, então temos a necessidade de ter as barragens para receber os rejeitos. E o produto é expedido por mineroduto, em seu grande volume. Podemos considerar 90% do volume por mineroduto. Então já respondendo também a pergunta sobre os caminhões, o trânsito de caminhão, considerando o volume expedido, é baixo, porque grande parte é toda feita por mineroduto para a unidade de Uberaba; e uma parte da expedição menor, 10%, por caminhões, que são enlonados e não passam por cidades históricas. Não tem nenhuma reclamação relacionada a essas questões trazidas pelo Sr. Felipe. Nesses casos, contextualizando a pilha de magnetita, que é o processo aqui que estamos analisando, já vem nessa linha de ser uma evolução de barragens. Esse era um rejeito que enviávamos para barragens, e conseguimos evoluir para ter a pilha. Então já é uma alternativa tecnológica para não ter esse material sendo enviado para as barragens e reduzir a necessidade de novas barragens. Ela tem os dispositivos hidráulicos – respondendo também à pergunta da Maria Teresa – todos dimensionados para decamilenar. Foram feitos estudos de condição de estabilidade, inclusive para as questões de sismos foi feito isso, e os nossos resultados são superiores ao que exige a legislação. Estão previstos 42 instrumentos para monitoramento, além da microssísmica que já fazemos para as barragens, o que acaba atendendo a toda a unidade. Temos monitoramento de microssísmica nas barragens. Então nessa questão PDM 2, ela já vem nesse sentido mesmo de trazer uma alternativa tecnológica para reduzirmos a necessidade, não em 100%, mas já parcialmente da necessidade de barragens. Ela vai ser implantada numa área interna nossa, que já está 80% antropizadas, porque é ampliação de uma área, e fica bem no meio da unidade. Então já era uma área que já tinha impactos anteriores, já não tem uma vegetação mais representativa para a região. Sobre as questões de ESG trazidas também pelo Felipe, nós temos metas de ESG da empresa como um todo. A Mosaic no Brasil tem metas de redução de água e reduções de emissões atmosféricas alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Tudo isso disponível na nossa página da internet. Inclusive, contribuindo muito porque a gente acaba tendo na nossa cadeia a produção de fertilizantes mais inovadores, no sentido de eles também trazerem qualidade para o solo, até aumentando a capacidade de absorção de carbono do solo. Então quando falamos de fertilizante ele tem um produto do minério, do fosfato, importante porque estamos falando de um solo bem cuidado, de um solo com saúde, que vai evitar a entrada em novas áreas de supressão e também apoiar, porque um solo saudável tem maior capacidade de absorção de carbono. Então pode apoiar também as ações dos agricultores que têm essa intenção de também ter resultados positivos em relação a essa temática tão importante que é a questão de emissões e também mudanças climáticas. Da minha parte, é isso. Eu acredito que respondi a maioria das perguntas. Eu vou só passar a palavra para mais uma representante, que é a Caroline, que vai responder especificamente sobre as questões com comunidades para complementar, eu acredito, que todas as respostas.” Caroline Favaro Oliveira Valera/Mosaic Fertilizantes: “Boa tarde. Posso me posicionar, senhor presidente?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pode, sim, pois não.” Caroline Favaro Oliveira Valera/Mosaic Fertilizantes: “Relacionado às comunidades do entorno, eu gostaria de esclarecer que nós temos um time dedicado ao relacionamento com as comunidades e atendimento das comunidades vizinhas. Nós não temos histórico de reclamações relacionadas ao transporte por caminhões neste empreendimento, e a movimentação, como exposto pela Nayana, é principalmente interna, até mesmo porque a maior parte do produto é movimentada pelo mineroduto. Também não temos reclamações relacionadas a rachadura de casas no entorno das operações de Tapira. Acho que foram esses os pontos relacionados à comunidade, espero ter esclarecido. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Nós temos mais um inscrito que entrou posteriormente?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Isso, senhor presidente. A Sra. Solange, ela já está na sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Solange, a senhora tem intenção de se manifestar?” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Tenho, sim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Sra. Solange... A senhora tem 5 minutos. Pois não.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Ok. Muito obrigada. Eu vou falar para você que eu estou esperando desde às 5h08. Eu não entrei posterior. Eu ouvi tudo que aconteceu, ouvi perguntando e continuei mandando mensagens. Estão todas registradas no WhatsApp. Eu queria muito, muito mesmo, perguntar para vocês quem são os sócios da Fleurs. E queria fazer uma observação sobre a minha primeira fala, mais cedo, que é o controle social. Dentro do controle social, eu acho que a sociedade tem direitos de fazer os questionamentos. E é uma coisa muito interessante que eu ouvi nas respostas anteriores às minhas falas, porque ‘não tem reclamação de caminhão’. A imprensa mostra isso. ‘Não tem reclamação de casa rachada’, a

imprensa mostra isso. Eu acho que talvez vocês podem estar sugerindo que as pessoas não estão fazendo a reclamação, as observações no canal de vocês. Aí eu acredito, porque mais escândalo do que a gente vem tendo, mais falas do que a gente vem ouvindo sobre isso é surreal. E eu queria saber também sobre quais são os principais artigos da DN do COPAM de nº 217/2017 que afetam o licenciamento da empresa. E queria muito, gente, falar com vocês, e vou repetir para o senhor, que o senhor fez uma cara de que não compreendeu o que eu disse: quais são os principais artigos da DN COPAM de nº 217/2017 que afetam o licenciamento da empresa. E eu queria falar com vocês uma coisa que eu considero muito importante: coragem. Eu acho que quando agimos com coragem a gente age com o que está no coração da gente. E peço para vocês, ajam com coragem. E vou falar de uma outra questão que me é muito cara, que é chamada de canalhice. E quando eu falo ‘canalhice’, gente, o termo ‘canalha’ não é na ofensa que as pessoas olham geralmente. Faz uma pesquisa sobre canalhice no sentido filosófico da palavra. Porque quando a gente olha no sentido filosófico da palavra eu sou designada a fazer algo, inclusive, em bem público, em ato público, interesse público; e quando eu me abstenho de fazer o que eu tenho que fazer e abro mão de fazer e decido jogar contra, eu, Solange, me considero uma canalha. Canalhice está ligada a isso. Então não levem no sentido popular da coisa. Façam uma pesquisa sobre isso para a gente ver o que acontece. Porque quando olhamos a localização da mina, as coordenadas geográficas, quando olhamos se elas estão na área rural ou urbana, a designação que é dada para isso, de um empreendimento, se ele está numa unidade de conservação, se tem cursos d’água, quais são os prejuízos que ela vai trazer para a fauna, quais são os prejuízos que ela vai trazer para a flora. Quando olhamos a forma como aquilo ali foi construído, conforme eu disse mais cedo, debaixo do cume, da ponta mais alta da serra do Curral, e a gente chega ali debaixo do pé dele e vê que com pouco tempo de chuva, poucos anos de chuva, aquilo vai desmoronar, porque está tão perto. E quando a Fleurs consegue entrar ali e fingir que ia tirar rejeito, e eles escavam mais e aproximam mais, e ano a ano passamos ali e vemos que vai arredando mais para próximo do pico, a gente entende o que está acontecendo. Então eu peço para vocês que olhem o que está acontecendo realmente, saiam do gabinete, não fiquem no gabinete, não fiquem dentro dos escritórios de vocês, calcem um tênis e vão até lá, como nós ambientalistas, nós ativistas vamos. Porque acredito eu que, se vocês estivessem lá ano a ano assistindo, o voto de vocês seria diferente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Solange.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Pois não.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Solange, a senhora está falando da Fleurs.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Exatamente, da mineração.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora está falando da Fleurs, e nós estamos no item 7.1, Mosaic Fertilizantes.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Então eu vou continuar, Mosaic Fertilizantes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só interromper a senhora, aguardei os 5 minutos. Então deixa eu só esclarecer para a senhora. Nós estamos no item 7.1, Mosaic Fertilizantes P & K. A senhora fez questionamento sobre a Fleurs. Então não cabe aqui os representantes da Mosaic nem os representantes da equipe técnica do Triângulo Mineiro estar respondendo sobre o processo da Fleurs. Em relação ao questionamento da senhora perguntando quais os artigos fala do processo de licenciamento, em relação à Deliberação Normativa 217: todos. Todos os artigos se referem ao processo de licenciamento. A senhora vai precisar de tempo adicional para falar da Mosaic Fertilizantes? Eu tenho que colocar em votação.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Ok.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em votação, 5 minutos adicionais à Sra. Solange. O Cícero está informando ‘não’, está manifestando ‘não’. Francisco também manifestou ‘não’. Duas manifestações contrárias. Dr. Thiago também está respondendo ‘não’. Alessandro também está respondendo ‘não’. Deu quantos, foram quantos conselheiros? São nove conselheiros. Cinco falaram ‘não’ à manifestação da senhora. Então, infelizmente, não posso dar o prazo adicional. Agradeço a participação. Assim encerramos com os inscritos. Eu passo a palavra à equipe técnica do Triângulo.” Representante da URA Triângulo Mineiro: “Boa tarde, presidente. A URA TM não quer se manifestar, pois a empresa já fez as respostas cabíveis às manifestações que tinham relação com o nosso processo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, não havendo destaque por parte do Conselho, eu coloco em votação: Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Como vota a Assemg? Ausente. Como vota a Sede?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a Sedese? Como vota a Codemig? A Selma está impedida. Como vota a Copasa?” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a Segov?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a Ciemg?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota o Sindiextra?” Conselheiro Francisco de Assis Lafeté Couto/Sindiextra: “De acordo com o Parecer Único da FEAM.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta está ausente. Como vota o IHMBio? Ausente. Como vota a ANM?” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Cícero, ANM, vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese: “De acordo com o parecer da FEAM também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então aprovado por sete votos favoráveis e quatro ausências no momento da votação.” **7.2) AMG Brasil S/A. Pilha de rejeito/estéril. Nazareno e São Tiago/MG. PA/SLA/Nº 2371/2022. ANM: 000.466/1943. Classe 6. Apresentação: URA SM.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, o superintendente do Sul... Eu ia fazer aqui a interrupção, mas o superintendente do Sul está solicitando que passemos ao empreendimento 7.2. Então empreendimento 7.2, AMG Brasil S/A. Não teve destaque do Conselho. Passo para os inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, o primeiro inscrito é o Sr. Felipe Gomes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe.” Felipe

Gomes/sociedade civil: “Ok. Vamos lá, só um segundo. Então nós estamos falando agora da AMG Brasil S/A, uma LAC 1, LP, LI, LO de ampliação em Nazareno, São Tiago. Mas antes, pessoal, era importante comentar que tiveram perguntas que não foram respondidas da outra. Perguntei sobre a questão dos autos de infração, ninguém tocou no assunto. Então a respeito da AMG Brasil eu já vou começar com ela, porque eu acho que é importante essa questão dos autos de infração. Gostaria de saber: essa empresa tem autos de infração com ela, tem multas, quais foram esses autos de infração, por que ela foi multada? Sim ou não, está pago, não está? Teve multa por apresentar informação falsa, por desmatar sem licença, por impedir fiscalização, por descumprir determinação de suspensão de atividade? Ela já assinou o TAC? Porque tem vezes parece que assinar TAC resolve tudo. E eu não estou falando simplesmente dessa licença específica, eu estou perguntando do empreendimento. Porque muitas vezes essa questão da ampliação você tem ali um histórico, tem uma ficha corrida, pregressa. Então eu gostaria de saber se a AMG Brasil S/A, como é esse histórico de auto de infração. Nós estamos falando do empreendimento que está em área de reserva da biosfera, então nós estamos falando de uma área extremamente sensível, que mais uma vez estamos trabalhando aqui com pilha de rejeito e estéril. Eu gostaria de trazer à questão dessa vez do questionamento sobre poluição atmosférica. Temos visto a total negligência, em muitos empreendimentos, da questão da poluição atmosférica. Congonhas é um caso clássico. O Sandoval falou com muita propriedade. E aí a gente vê essa explosão de pilhas de rejeito, pilhas de estéril. E em contrapartida também vê uma explosão da piora da qualidade do ar em diversas cidades. Eu gostaria de entender. Na hora que você olha ‘aqui vai fazer aspersão, vai instalar sistema de monitoramento’ e tal, mas a gente vê que isso não é suficiente em muitos casos. A Edneia falou muito claramente, lá no Taquaril, as casas das pessoas, varre de manhã, e de tarde já está cheio de minério. Então eu queria entender, um pouco mais profundamente, como que é o tratamento da questão das emissões atmosféricas aqui no caso da AMG. E mudanças climáticas: é impressionante a negligência dos empreendedores e do órgão ambiental com esse cenário de mudanças climáticas. Eu olhei e não achei nenhuma palavra no parecer sobre a questão climática, sobre a questão de mudanças climáticas. E aí pasmem, tempos de recorrência de 100 e 500 anos. No dispositivo de grande vazão, 500 anos. Aí eu queria questionar para o empreendedor. Não sei se ele está presente, se não está. Mas gostaria também de ouvir da parte técnica do órgão ambiental se entendem como adequado num cenário de mudanças climáticas, que estamos vendo aí chuvas nunca antes observadas. Só a gente lembrar como é que foi em Bertiooga, Petrópolis e até mesmo Belo Horizonte, numa chuva que tivemos aqui com volumes nunca registrados. E aí você pega e me coloca fazendo dimensionamento com tempo de recorrência de 500 anos? Se o órgão entende isso como adequado. O ponto mais crítico de qualquer empreendimento minerário é o sistema de drenagem de água pluvial. E aí você coloca 500 anos? Eu fico assustado, e o órgão ambiental achando isso normal. Aí eu queria ouvir do órgão ambiental: esse empreendimento foi analisado por uma equipe técnica efetiva, concursada? ou, assim como já vimos aqui ocorrer, por mais que alguns aí tendem a tratar como a maior naturalidade do mundo... Eu fico um pouco estarrecido quando eu vejo, quando a gente vê uma empresa que está no mercado prestando serviço para inúmeras mineradoras ser contratada pelo órgão ambiental para fazer análise de processo de licenciamento. Tudo bem, se vê isso como legal, mas é estranho. Será que é moral isso? Se ela quer trabalhar para mineradora, beleza, não tem problema nenhum. Mas subsidiar o órgão, o órgão achar adequado? Isso eu queria entender, se este empreendimento também está indo. Porque não sei se foi o Yuri ou o Vitor que falou ‘vocês vão ver se tornar cada vez mais comum esse tipo de análise’...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, desculpa interrompê-lo. O tempo do senhor de 5 minutos acabou. Questiono se o senhor vai precisar de tempo adicional. Eu tenho que colocar em votação.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Sim, mais 1 minuto, presidente. E conto também, gostaria de pedir aos conselheiros, já que estou me atendo ao empreendimento. Acho que está bem claro, inclusive, eu queria falar agora sobre as comunidades do entorno...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Sr. Felipe. Eu sempre estou dando 1 minuto agora ao final dos 5 minutos que acabam. Cinco minutos adicionais ao Sr. Felipe. Os conselheiros que concordarem permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. Ok. Sr. Felipe, 5 minutos adicionais. Pois não.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Eu agradeço muito pelo entendimento. Então eu fico assustado quando a gente vê isso, essa normalidade, eu não sei se isso está alinhado... Teve uma vez que um local pegou e pagou um processo de modernização da legislação ambiental. Não sei se isso tem a ver, contratar agora empresa que presta serviço para mineração com esse processo de modernização que o Estado passou. Depois podia explicar se isso tem a ver. Aí eu volto na questão da audiência pública. Eu acho um relato tão sucinto, pensar que tiveram acho que 292 pessoas, 36 inscritos e tal. E a gente vê um relato de uma página, assim muito pequenininha no relatório. É isso mesmo, todas as perguntas foram respondidas? Quantas perguntas existiram na audiência pública? É possível me informar, me reportar isso? Eu gostaria. Então só recapitulando para depois não falar que respondeu tudo. Eu perguntei sobre emissões atmosféricas, eu perguntei sobre autos de infração, eu perguntei sobre quem elaborou o parecer. Se foi a empresa que presta serviço para mineradora. Também estou perguntando sobre a audiência pública e quantos questionamentos foram apresentados, se foi dada resposta a quem apresentou as perguntas. Porque, por exemplo, eu não recebi resposta dos meus questionamentos na audiência de que participei. Então, pessoal, eu gostaria de entender. Eu gostaria de perguntar agora ao empreendedor que ele explique mais detalhadamente como que eles tratam a questão climática, essa questão de mudanças do clima. Ele tem tratado isso, ele levou em conta os seus cálculos de dimensionamento? Porque, em um dos sistemas de drenagem, 500 anos é assustador. Eu fico preocupado com o restante dos equipamentos, se foram tratados dessa mesma forma, considerando assim um tempo de recorrência extremamente baixo,

bem diferente da nova realidade que temos vivenciado. Na questão das comunidades do entorno, que nós temos ali Cajengá, Estação Nazareno, Minas Brasil, Germinal, Martins. Eu vi, inclusive, lá, se não me engano, em Cajengá, muita gente trabalha no empreendimento e tal. Mas foi feita uma pesquisa socioeconômica com esse pessoal? Tem gente que é contrária ao empreendimento? Quantos por cento é contrário, levantou questionamentos, quais são esses principais questionamentos apresentados por essa comunidade do entorno, quais são os principais problemas que foram reportados pela comunidade que estão efetivamente sendo tratados? E se pudesse o empreendedor detalhar quais foram essas ações efetivas para mitigação desses impactos reportados pela comunidade do entorno. E aí eu gostaria de entender um pouco sobre os próprios conselheiros. Por exemplo, a Copasa, nós estamos aqui, Companhia de Saneamento de Minas Gerais, nós estamos vivendo cenários de falta hídrica em várias cidades, sem um plano B para Belo Horizonte. Tem algum risco para o abastecimento hídrico esse empreendimento, ele traz algum risco, isso foi analisado? Como que a Copasa trabalha isso, trabalhou isso nesse empreendimento específico? E gostaria também de questionar a ANM se todo o processo, todas as fases do processo minerário foram respeitadas, se teve algum entrave no meio do caminho, algum descumprimento no meio do caminho que levou a alguma atuação, perda de prazo ou não; se ele cumpriu todos os prazos. Aos representantes da sociedade civil – não sei se aí ainda estão a Zeladoria do Planeta e o IHMBio –, se eles chegaram a ter algum contato com moradores do entorno, com a comunidade, se foi trazida alguma demanda a eles ou não. Então é isso, pessoal, eu trago aqui questionamentos, espero que desta vez eles sejam respondidos, em especial, autos de infração, questão de mudanças climáticas, questão de risco para abastecimento hídrico, questão relacionada a poluição atmosférica, questão relacionada a resposta dos questionamentos da audiência pública, quantas foram e tal, e 500 anos, tempo de recorrência adequado. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Por favor, próximos inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sr. Sebastião Fortunado. Não está na sala. Sra. Elisa Monteiro Marcos. A Sra. Elisa está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Elisa, pois não.” Elisa Monteiro Marcos/AMG Brasil S/A: “Boa tarde, presidente, boa tarde, conselheiros. Eu vou me manifestar no caso de haver necessidade. O empreendedor está aí, e no caso de precisar de suporte técnico eu estou aqui para auxiliar.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Artur Colito. Não está na sala. Sr. Paulo Emani. Também é do empreendedor. Creio que somente se tiver necessidade, considerando a inscrição dele. Sra. Jessica Matos. Desculpe, Sr. Paulo Emani, o senhor gostaria de se manifestar, mesmo se somente havendo necessidade de manifestação?” Paulo Emani/AMG Brasil S/A: “Não. Somente se houver necessidade.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Jessica Matos também não está na sala. Sr. Adão Mariano.” Adão Mariano/AMG Brasil S/A: “Só se tiver necessidade de manifestação. Obrigado.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Sra. Ingrid Rodrigues. Não está na sala. Sra. Roseli Correia. Não está na sala. Camila Carvalhal. Kátia Rabelo. Não está na sala. Sra. Solange Cirino Rodrigues. Está na sala?” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Estou na sala. Primeiro, só repassando para mim aqui: qual é a pauta agora? Para eu não misturar os assuntos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “7.2, AMG Brasil S/A.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “E a pauta dela é?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não estou entendendo o questionamento da senhora.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Essa empresa, recapitula para mim, por gentileza? Essa empresa...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É uma Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e Licença de Operação. 7.2, AMG Brasil S/A.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Ok. E é mineração? Certo?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Ok. Aí eu faço de novo sempre os meus questionamentos, gente. É mineração. Como é que fica essa licença que corre o risco de ser dada? Quais são as exigências que estão sendo feitas para essa mineradora? Quais são as garantias que ela está dando para vocês? Quais são as proteções que estão sendo dadas para a população? Qual é o interesse dessa população sobre isso? O que quem está contra pensa e por que está contra? Porque o que acontece sempre é mais ou menos a mesma coisa. Às vezes eu tenho uma sensação de que estou em 1500, que estamos aqui agora sendo literalmente ‘reinvadidos’. Com um detalhe: a gente já sabe o que acontece, a gente já sabe como que a banda toca. E agora ela é muito mais uma banda que toca de uma maneira muito mais agressiva. É uma banda que de uma forma muito clara. E aí eu pergunto para o responsável pelo empreendimento: qual contrapartida o povo de Minas vai ter, o povo da cidade vai ter? Porque chegar lá e dar migalha como se fosse esmola para aquela população, onde ela recebe pequenos benefícios, como reforma de hospital, escola, praça, e depois vai deixar uma cidade devastada, uma cidade sem água, uma cidade inabitável. Porque Minas Gerais é uma forte candidata a isso, vai ser cratera geral, como foi falado mais cedo e vai ser completamente destruída. Nós estamos numa situação de crise climática, eventos extremos. E as garantias? Aí eles vêm e falam para a gente assim: ‘Vai ser mineroduto.’ E como eu disse lá atrás. Eu queria saber o valor da conta de água das mineradoras, eu queria saber o valor da conta de luz das mineradoras. Porque pelo que me consta elas só recebem vantagem. Recebem vantagem, não dão contrapartida, quando dão...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Solange... Parece que teve um problema de conexão. Sra. Solange... Vamos fazer isto, depois, quando a Sra. Solange retornar, damos o prazo adicional para ela. Vamos na sequência.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próxima inscrita, Sra. Juliana Matos. Não está na sala. Paulo Baptista. Não está na sala. Isadora Muller. Não está na sala. Adriane Aparecida. Não está na sala. Sra. Vera Inez. Não está na sala.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Voltei.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Solange, a senhora tem o tempo, ainda restam 2min17.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Eu vou agradecer por poder usá-lo, gente. Muito obrigada. A internet caiu

aqui. Mas aí eu parei na fase em que a gente fica esperando por vocês, a gente espera por vocês, espera uma resposta, espera uma medida eficaz, um governo que seja realmente eficiente, um governo que olhe realmente as coisas como elas são e pare de entregar o nosso Estado. Nós vamos ficar sem água, vocês estão destruindo e deixando destruir, o que é pior, de forma legal, mas não é moral. Então pensem sobre isso, pensem de forma moral, porque quando você olha legal a lei, infelizmente, permite essas coisas, mas a moral, quando você deita na sua cama, com sua cabeça no seu travesseiro, é nisso que vocês têm que pensar. Porque eu falo para vocês, nós não vamos parar, nós não vamos parar. A serra do Curral não é para ser minerada, as nossas montanhas são reservatórios, são filtros de água, elas estão ali é para isso. E vocês estão deixando, entregando, não sei por quê, a troco de quê, as coisas dessa forma. Era isso que eu queria falar. Muito obrigada.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Próximo inscrito, Sr. Agnes Felipe. Não está na sala. Sr. Elgen Leonardo. Não está na sala. Sra. Helena Lopes de Oliveira. Também não está na sala. Geraldo de Oliveira Pereira. Não está na sala. Polyana Gandra. Não está na sala. Antônio Marcos de Oliveira. Não está na sala. Taynara Estefane Ferreira. Não está na sala. Camila Cortielha. Não está na sala. Yuri Correia. Também não está na sala. Doralice de Oliveira e Silva. Não está na sala. Wânia Walquíria Bragança. Não está na sala. Diorela Bruschi Kelles. Não está na sala. André Silvério Diniz Azevedo. Não está na sala. Roberto Celso Dias de Carvalho. Não está na sala. Maria Teresa.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Boa tarde. Em relação a esse processo de licenciamento, que também trata de pilhas de rejeito e estéril, também no âmbito de licenciamento de ampliação, com as três licenças concomitante, desta vez nos municípios de Nazareno e São Tiago, eu realmente, em relação à questão do tempo de retorno, é mencionado; é mencionado que foi calculado a questão das canaletas, escadas de descida da água, toda a parte de drenagem foi adotada; o tempo de recorrência de 500 anos. E aí eu reitero o que eu falei no item anterior, basicamente, que o dimensionamento dessas estruturas, a nosso ver, está completamente desatualizado em relação à crise climática, à atual situação dos eventos extremos, que já tão ultrapassando o tempo de retorno de 1.000 ou de 10.000 ou até superior a 10.000, como já foi mencionado em alguns casos. E isso não foi considerado, tanto é que neste caso, na página 12 do Parecer Único, está bem claro dizendo que foi considerado o tempo de retorno de 500 anos. Então se nos cálculos de dimensionamento dessas estruturas dessas pilhas foi calculado, e foi embasado esse dimensionamento para esse tempo de retorno, lógico que se por acaso tiver em cima de Nazareno e São Tiago, na localização dessa pilha, um evento extremo, lógico que essas pilhas de rejeito e estéril não vão suportar, e as consequências ambientais e humanas e não humanas já são previsíveis. Não vou reiterar aqui toda as fontes sobre o fato de que, em Minas Gerais, há um crescente aumento de sismos, mesmo que de pequena magnitude, de 1 até 4, que também é uma questão que é completamente não considerada nos empreendimentos de grande porte. Reitero essa preocupação e finalizo só deixando registrada a indagação que é: o empreendedor e as suas consultorias consideraram os princípios da precaução e prevenção ao embasar os estudos para propor esse empreendimento, consideraram as questões de segurança hídrica que, inclusive, demandam do próprio Estado brasileiro cada vez mais pensar soluções para essa segurança hídrica, inclusive, com esse Plano Mineiro de Segurança Hídrica em curso? E é isso. Continuo muito preocupada, não é de hoje, geralmente, é desde o rompimento da estrutura em Itabirito, quando eu na época olhei a fundo o processo, e lá estava claro toda a sequência que levou ao rompimento. Naquele caso específico, tinha uma relação direta com um sismo de pequena magnitude, que meses depois, associado a outras questões, como o não monitoramento devido, gerou o rompimento. E aí desde aquela época e lendo a cada momento esses novos estudos eu vivo extremamente preocupada com esses empreendimentos, essas pilhas, essas barragens, essas estruturas nos territórios, que qualquer situação desse tipo, seja evento extremo de chuva ou de seca, mas principalmente de chuva, ou seja, abalos sísmicos, está claro que nenhuma dessas estruturas foi projetada considerando. no âmbito até da engenharia, essa situação. Então nós estaríamos diante de novas tragédias. É isso. E encerro por aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado pela manifestação. Próximos inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Daniela Vidigal. Não está na sala. Antônio Wilson. Não está na sala. Sr. Lucas de Ávila Carvalho. Não está na sala. Cláudio Britto. Não está na sala. Helena Duarte. Não está na sala. Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Élide Murta. Não está na sala. Aparecida Ribeiro. Não está na sala. Vander Meira Pereira. Não está na sala. Lucas Monteiro Mourão. Não está na sala. Taciana Souza Rego. Não está na sala. Gabriel Castro Rocha. Não está na sala. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala. Ana Patrícia Barbosa de Souza. Não está na sala. Bruno Victor. Não está na sala. Elvis Eleno da Silva. Não está na sala. Gabriele Araújo. Não está na sala. Karen Suzana. Não está na sala. Ludmila Alves. Não está na sala. Edneia Aparecida. Não está na sala. Daniela Amaral. Não está na sala. Yula Fernanda. Não está na sala. Olímpia Leal de Oliveira. Não está na sala. Sr. João Augusto Dias Silva.” João Augusto Dias Silva/AMG Brasil S/A: “Boa tarde.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Boa tarde, Sr. João. O senhor vai se manifestar ou somente se necessário?” João Augusto Dias Silva/AMG Brasil S/A: “Somente se necessário.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Ok. Obrigada. Sr. Diego Koite de Brito.” Diego Koite de Brito Fugiwara/AMG Brasil S/A: “Boa tarde. Permaneço à disposição se necessário.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Sr. Robert Luiz dos Santos.” Robert Luiz Gomes dos Santos/AMG Brasil S/A: “Boa noite, pessoal. Eu vou me manifestar somente se necessário.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Sr. Paulo Augusto Bueno da Rocha.” Paulo Augusto Bueno da Rocha/AMG Brasil S/A: “Olá a todos. Eu vou me manifestar somente se necessário.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “OK, obrigada. Aos demais que estão na sala, nós chamamos, fizemos a chamada dos inscritos, alguém que não estava durante a chamada está na sala? Sem manifestação, senhor presidente. Encerramos os

inscritos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Repasso ao Conselho. Tem algum destaque, antes de passar para a equipe do Sul? Não havendo, eu passo a palavra à equipe do Sul. Sr. Anderson, pois não.” Anderson Ramiro de Siqueira/URA Sul de Minas: “Boa noite, senhor presidente. Boa noite a todos os conselheiros. Estaremos aqui trazendo as informações solicitadas por aqueles que fizeram inscrições, tanto por mim quanto pelo diretor Eridano. No que me compete, o que eu tenho a esclarecer aos conselheiros e obviamente ao inscrito que assim indagou é que o processo foi feito por equipe integrante dos quadros de servidores da FEAM. No que se refere a existência de auto de infração, o Decreto Estadual 47.383 determina que a existência da infração seja fator que reflita na validade das licenças ambientais. A exceção está na validade da licença de ampliação, as quais deverão estar adstrita ao prazo remanescente da licença principal. Este processo é um processo de uma licença de ampliação, assim não foi verificada a existência de AI nessa análise, já que não está presente no fluxo processual vigente. O coordenador Eridano vai fazer também a manifestação de alguns pontos técnicos, e eu estou à disposição se caso surgir alguma outra manifestação no sentido legal.” Eridano Valim dos Santos Maia/URA Sul de Minas: “Boa noite a todos... Boa noite, senhor presidente, boa noite, demais conselheiros e demais que acompanham a reunião. Na condição de coordenador de análise técnica da equipe do Sul de Minas, responsável pela equipe que fez a gestão e análise desse processo, vou tentar responder algumas questões que eu notei e que foram elencadas nos questionamentos. Inicialmente, sobre a audiência pública, inclusive, posso falar com conhecimento de causa porque estive na audiência pública acompanhando não só todo o planejamento, mas a execução e as tratativas posteriores à audiência. Acredito, sim, que todos os questionamentos foram respondidos. E já tem um tempo da realização dessa audiência, acredito que se houvesse alguma demanda a gente teria recebido. Não tenho hoje nenhuma demanda pendente de resposta, pelo menos da nossa parte aqui, identificada ou rastreada. Entre os principais questionamentos elencados na reunião, como já adiantado pelo próprio Felipe, foi uma reunião que contou com número expressivo de pessoas. Acho que tiveram quase 300 ou mais de 300 pessoas. Enchemos um estádio, a empresa conseguiu encher quase que um ginásio nessa audiência. Parte das pessoas que se inscreveram para fazer perguntas se se manifestaram favorável e colocaram alguns pontos positivos em relação à empresa, empregabilidade e outras questões. E no que diz respeito aos aspectos negativos ou que incomodavam a população, aqueles que não estão mencionados no item específico do parecer de audiência pública é porque foram destrinchados nos demais. Mas citaria aqui entre os principais questões socioeconômicas que dizem respeito entre a mineração e a prefeitura e que, parcialmente, extrapolam um pouco o âmbito do licenciamento ambiental, mas que ainda assim a gente tratou, trouxe a relação de projetos que a empresa executa. E até depois da reunião continuou acompanhando até certo ponto as tratativas entre prefeitura. E ao que nos é de conhecimento agora eles vêm desenvolvendo bem essa relação, vêm amadurecendo bem essa relação no que diz respeito a esses aspectos de empregabilidade, de cursos e tudo mais. De fato, o principal ponto relacionado ao impacto ambiental e de maior incômodo da empresa levantado pela população na audiência pública foi a emissão de poeira, principalmente no que diz respeito a uma estrada que dá, se eu não me engano, se não me falha a memória, com uma extensão de 6 Km aproximadamente, que dá acesso à empresa, e que pela alta trafegabilidade de caminhões trazia um prejuízo, um incômodo, não só incômodo, mas malefícios à própria saúde da população no entorno. Para resolução disso, havia uma dependência de outros órgãos, que no caso é o DER, porque era uma rodovia estadual. Esse item foi objeto de solicitação de informação complementar dentro do processo, onde nós solicitamos para a empresa que detalhasse para nós qual era o diagnóstico atual que diz respeito ao estado de conservação da estrada e da comunidade afetada, acompanhado de projeto e cronograma das ações que seriam realizadas. E a empresa apresentou um contrato que foi assinado com o DER onde ela de fato se comprometeu a dar toda a manutenção que é necessária nessa estrada que dava acesso. Esse de fato era o principal ponto. É claro, saindo um pouco da questão pontual do impacto atmosférico dos caminhões, existe o impacto difuso da qualidade do ar. Apesar de não constar no relatório, porque é um resultado muito detalhado, consta nos estudos que foram apresentados na empresa. Inclusive, um ponto que foi levantado que eu acho de fato que é importante, o EIA/RIMA da empresa continua disponível. Eu ‘dei um Google’ rápido aqui, ‘Eia/RIMA AMG’, ele continua disponível para acesso. E a empresa fez a análise de qualidade do ar, com os amostradores de grandes volumes, os conhecidos hi-vols, e todos os resultados apresentados foram satisfatórios para a equipe técnica, demonstravam eficiência e demonstravam o atendimento dos padrões que são normatizados. Então no que diz respeito à audiência pública foi isso. Já puxando o gancho da questão atmosférica, que também envolve, é claro, recobrimento da vegetação, também é uma medida importante da empresa para não deixar o solo exposto e evitar que tenha um acúmulo de material particulado. Outro item mencionado foi a questão da biosfera. De fato, é um fator de sensibilidade ambiental do empreendimento ele estar localizado em reserva da biosfera, apesar de – nos estudos que foram realizados e corroborados pela equipe técnica – chegar-se à conclusão de que ela tem uma vulnerabilidade natural baixa ou muito baixa, pelo fato de que estamos falando de uma ampliação de um complexo minerário e que ali no entorno tem outras atividades, sejam elas agrossilvipastoris ou as próprias comunidades. Então de fato a ampliação e a instalação da pilha se dão numa área já bastante perturbada e antropizadas. Mas de toda forma a questão específica da biosfera foi analisada, foi avaliada. É, inclusive, um critério locacional que implica na empresa trazer um estudo específico de avaliação de impacto na reserva da biosfera, e esse estudo foi trazido e foi avaliado. Em relação às comunidades também, temos tratado dentro dos processos ambientais como talvez o principal instrumento de avaliação o programa de educação ambiental. O programa de educação ambiental hoje foge um pouco do escopo informal da educação ambiental e

da relação com a comunidade e traz isso de uma forma um pouco mais rigorosa no aspecto normativo. Então a empresa já tem vinculada às demais licenças dela a elaboração do programa de educação ambiental, o qual já foi analisado e aprovado pela equipe e hoje encontra-se em execução. É parte da condicionante de outras licenças o acompanhamento, o envio de relatórios e formulários de acompanhamento das ações que foram propostas no programa de educação ambiental e aprovadas por nós. Eu me lembro até da discussão que gerou, inclusive, uma implicação no PEA, nesse processo em tela, que foi estender o PEA para os trabalhadores que viriam a trabalhar na empresa nesse projeto específico da pilha, principalmente durante a instalação, onde teria um número maior. Durante a operação o número, provavelmente, se não me falha a memória, se mantém. Então nós acrescentamos nesse parecer a condicionante e a determinação de que fosse incluída no PEA aquela população flutuante que viesse a trabalhar no empreendimento durante a instalação e operação dessa nova pilha. Interessantíssimo, muito importante trazer a questão das alternativas tecnológicas de reaproveitamento, de percentagem de geração de rejeito e estéril. É um questionamento que nós vimos aqui e estamos aplicando em praticamente todos os processos minerários nossos, de tentar entender um pouco melhor de qual é essa relação do que é gerado, de quais as tecnologias disponíveis, do que a empresa vem fazendo. E nesse sentido nós também aplicamos – eu não me lembro exatamente se foi como informação complementar ou informação adicional – que a empresa trouxesse a relação do que ela vem fazendo e daquilo que é possível de ser feito de tecnologias e ações para o reaproveitamento e a diminuição da geração desse estéril. No caso da AMG, estamos falando de estéril. A geração de rejeitos deles, se eu não me engano, é mínima, é muito baixa. Mas a pilha diz respeito e se resume a estéril. Acho que é só isso que eu tinha aqui anotado e que eu consegui responder de antemão. Seriam essas questões. Espero ter respondido e esclarecido aos senhores.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço, Eridano, pelos esclarecimentos. Mais alguma ponderação, Eridano, pela equipe? Não? Retorno ao Conselho. Tem algum destaque? Não havendo destaque adicional, então eu coloco em votação o item 7.2, AMG Brasil S/A. Ausente Assemg. Sede, como vota?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Codemig, como vota?” Conselheira Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro/Codemig: “Eu voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Copasa está ausente. Segov, como vota? Desculpa. Copasa.” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Segov, como vota?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sindiextra, como vota?” Conselheiro Francisco de Assis Lafeté Couto/Sindiextra: “De acordo com o Parecer Único da FEAM.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta está ausente. IHMBio, ausente. ANM, como vota?” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “ANM vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dom Helder Câmara está ausente no momento. Então processo deferido por oito votos favoráveis e quatro ausências no momento da votação.” *****Suspensão da reunião, em 26.7.2024.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, já são 18h22. Nós já excedemos o prazo exigido no Regimento Interno, que seria não exceder as 8 horas de reunião. Já ultrapassamos esse prazo. Nós temos ainda processos, seriam dois processos para deliberar. Nós temos também inscritos nos Assuntos Gerais e ainda nós temos a ata para deliberar. Então a hora avançada aqui, assim como o tempo de reunião, eu vou usar da prerrogativa da reunião em continuidade, conforme previsão do Regimento Interno, no seu Art. 21. Então a reunião em continuidade ocorrerá dia 1º, quinta-feira. Então quinta-feira, às 9h da manhã. Lembrando que as regras da reunião em continuidade estão dispostos no nosso Regimento. Isso quer dizer, apenas é uma continuidade, como o próprio nome já indica, é uma continuidade da reunião, não se trata de uma reunião nova, não há possibilidade de novas inscrições, obedece à regra daqueles que já estão inscritos nesta. E todas as outras nuances relativas à reunião em continuidade os senhores podem pegar no nosso Regimento Interno. Jeiza, você quer fazer alguma complementação? Pois não.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhores conselheiros, apenas para complementar a fala do senhor presidente, Art. 21, Regimento Interno, a reunião em continuidade não é publicada a decisão; a decisão é apenas publicada com o final da reunião em continuidade. A publicação da reunião vai ser realizada através do ‘Diário Oficial’. Os senhores vão poder a verificar a publicação desta reunião em continuidade com data e horário, conforme praxe de todas as reuniões. Não é necessário, conforme §2 do Art. 21, observar os prazos de convocações de reuniões extraordinários e ordinárias. Sr. Francisco...” Conselheiro Francisco de Assis Lafeté Couto/Sindiextra: “Eu gostaria de saber se pode haver a troca de conselheiro nesta reunião. Ou tem que ser o mesmo conselheiro?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Nesta reunião pode trocar de conselheiro, sim. Deixa eu só pegar o artigo correto para o senhor se identificar. Só um minuto, por favor. Só um minuto, por gentileza... Art. 34, §3º, na hipótese de reuniões em continuidade a que se refere o art. 21, ‘será permitida a substituição de conselheira na abertura da sessão subsequente, independente do disposto no §1º, salvo em caso de impedimento ou suspeição’. Então é necessário os senhores verificarem a questão da substituição de impedimento e suspeição e os motivos de substituição durante a reunião. Se for troca, iniciou a próxima sessão, a continuidade desta reunião, por exemplo, como o Sr. Francisco, que já substituiu o conselheiro anterior, não pode ter a troca, salvo aprovado pelo presidente e os casos excepcionais que estão no Regimento. Deu para entender, Sr. Francisco e todos os conselheiros?” Conselheiro Francisco de Assis Lafeté Couto/Sindiextra: “Obrigado.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Disponha. Mais alguma dúvida sobre

a reunião? Senhores conselheiros, nós vamos também, como já informei, dar publicidade no 'Diário Oficial'. Vai sair publicada. E aos conselheiros que participaram desta reunião, conforme foi comunicado da convocação – a convocação é a publicação no 'Diário Oficial – nós estaremos encaminhando o e-mail informando da publicação. E aos inscritos, solicitamos aos senhores, que acompanhem. Como o Yuri já informou, a reunião está marcada para o dia 1º, às 9h da manhã. E também vai estar disponibilizada na página da reunião a publicação da reunião em continuidade. Outro ponto importante para todos, os inscritos e conselheiros, porque os inscritos permanecem os que já se inscreveram nesta reunião, por se tratar de uma continuidade. Nós vamos encaminhar novamente o ID e a senha; não é o mesmo. Gera uma outra sala com outro ID e senha. Então todos vocês receberão o ID e a senha novamente para esta reunião em continuidade, incluindo os inscritos que não se manifestaram, considerando os itens de pauta ainda pendentes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois bem, agradeço os esclarecimentos. A Vânia está me alertando aqui para não dar por encerrada a reunião. Não dou por encerrada porque a reunião, de certa forma, não acabou. A reunião é em continuidade. Estamos encerrando apenas a sessão neste momento, e a continuidade será na quinta-feira, às 9h, dia 1º. Aguardo todos os senhores, todas as senhoras, os inscritos. Boa noite a todos. Agradeço a presença de todos. Que Deus os abençoe. Até quinta-feira.” *****Reabertura da reunião em continuidade, em 1º.8.204.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia, senhores conselheiros, senhoras conselheiras, servidores, aqueles que nos acompanham pelo canal do YouTube, inscritos. Nós temos aqui uma reunião em continuidade, relativa à 113ª reunião, ordinária, que teve seu início em 26 de julho de 2024. Eu vou passar a palavra à nossa assessora regimental para algumas considerações, e já vamos para os itens de pauta. Pois não, Jeiza.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Bom dia, senhor presidente, bom dia, senhores conselheiros. Apenas para registro, é uma reunião em continuidade, nós não realizamos a contagem do quórum, considerando que ela se iniciou no dia 26. Entretanto, nós já temos mais de oito conselheiros, salvo engano, nove conselheiros presentes. Automaticamente, já haveria atingido o número de quórum. Aos inscritos nos itens de pauta, como já informado anteriormente, antes da suspensão da reunião, não caberiam novas inscrições, considerando o Art. 21 do Regimento Interno. E nós encaminhamos a todos eles os dados de acesso à reunião, bem como aos conselheiros que estão aqui presentes. Então nós vamos chamar novamente pela ordem, como de praxe, e aí nós vamos aceitando na sala. E no momento de pauta nós solicitamos que os inscritos acessem a sala de reunião. Acompanhar: como de praxe, como está no manual e a orientação, solicitamos que seja acompanhada a reunião pelo YouTube, e o inscrito fique na sala de espera no item de pauta específico. Dúvidas, a gente está à disposição. Muito obrigada. Boa reunião a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço pelos esclarecimentos.” ****(Reunião em continuidade prossegue a partir do item 10.1).* **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Sandra Mineração Ltda. Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. Prudente de Moraes/MG. PA/SLA/Nº 2112/2023. ANM: 814.029/1968. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR).** Processo retirado de pauta com pedido de vista do IHMBio e vista conjunta solicitada pelo Ciemg e a Zeladoria do Planeta. Justificativas. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Só com o Parecer Único não deu para entender a fundo o processo. Eu queria entender um pouquinho mais sobre esse processo.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Avaliar as condicionantes colocadas no processo.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Para poder entender a fundo o processo.” Destaque do órgão ambiental. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu passo a palavra à DGR para os destaques.” Mariana Antunes Pimenta/FEAM: “Bom dia a todos. O destaque são pequenas alterações. Na página 6, no segundo parágrafo, onde lê-se atividade A-05-01-0, de UTM com tratamento a seco, com capacidade instalada 2.000.000 t/ano; também se colocou a atividade A-05-05-3, estrada para transporte de minério e estéril, externa aos limites de empreendimentos minerários, com extensão de 5 km. O código foi repetido duas vezes no Parecer Único, faltando o descritivo da segunda atividade. Só esse destaque, um destaque de erro material. É só um destaque de erro material. Acredito que não tem mais nada no Parecer Único para ser alterado. E aguardamos os relatos de vistas para fazer as alterações que forem necessárias, na próxima reunião. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Mariana. Depois, Mariana, pede à DGR para encaminhar para nós o parecer com essa correção, para disponibilizar no site.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 9.1) Mineração Fazenda dos Borges Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; e Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção. Pedro Leopoldo/MG. PA/Nº 00291/1991/010/2016. ANMs: 832.352/2009, 812.554/1970, 831.852/1998, 830.015/1981 e 830.876/2020. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR).** Processo retirado de pauta com pedido de vista da Zeladoria do Planeta e vista conjunta solicitada pelo Ciemg e o Sindiextra. Justificativas. Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Pedido de vista para poder analisar a fundo o processo.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Vista conjunta, também pelos mesmos motivos colocados pelo conselheiro Fernando.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “Senhor presidente, eu também

gostaria de solicitar vista conjunta para verificar a questão de condicionantes.” Destaque do órgão ambiental. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu passo a palavra à DGR para fazer o destaque.” Mariana Antunes Pimenta/FEAM: “Bom dia, de novo, senhor presidente. Bom dia, senhores conselheiros... Eu queria convidar a gestora do processo, a Fernanda, para poder fazer os destaques. Obrigada.” Fernanda Meneghin/FEAM: “Bom dia, senhor presidente, senhores conselheiros. O nosso destaque é a respeito, inicialmente, das autorizações que foram emitidas pelas Unidades de Conservação do Parque Estadual do Sumidouro e Monumento Natural Estadual da Lapa Vermelha. Elas foram concedidas na última reunião do conselho consultivo, dia 16. Porque não estavam listadas no parecer, porém já tinha aprovação, de acordo com os pareceres técnicos. E as medidas mitigadoras dessas autorizações foram incluídas como condicionantes desse processo de licença. O outro destaque é que foram apresentadas pelo empreendedor algumas contrapropostas, principalmente dos prazos das condicionantes que estabelecemos nesse parecer. E eu queria deixar registrado aqui as que foram aprovadas pela equipe. A primeira condicionante, que fala sobre a apresentação do projeto, propondo as ações do poder público, com relação ao tráfego. O empreendedor solicitou 180 dias ao invés de 90 dias, informando principalmente pelo fato de ter que se tratar de um acompanhamento junto à Prefeitura de Pedro Leopoldo, e a prefeitura está no momento de período eleitoral. Da mesma forma a segunda condicionante, ele solicita que seja semestral, porém após a aprovação do projeto junto à prefeitura. Isso também foi aprovado pela equipe. A 13ª condicionante, sobre o cercamento das áreas de influência. A condicionante estava com prazo de 120 dias, o empreendedor solicitou 180 dias, informando que para a implantação dessas placas vai depender da autorização da APA Carste, de um projeto junto a eles. As condicionantes 16 e 17, que falam sobre a análise da água da cava Norte, como análise comparativa. Também inicialmente o prazo estava de 60 dias, e o empreendedor solicitou o prazo de 180 dias, sendo a justificativa pelo próprio laboratório que faz as análises, sobre o período de análise, principalmente de isótopos, que demandariam um tempo maior. A 19ª, projeto de realocação do posto, também que estava com prazo de 60 dias, e o empreendedor solicitou o prazo de 90 dias, para poder executar o projeto e apresentar o projeto. Na 26ª, sobre a instalação do viveiro, o prazo das condicionantes estava de 60 dias, o empreendedor solicitou 120 dias, tendo em vista que para a implantação vai demandar outros atos, outras atividades, para suplementação. A 39ª condicionante, incluir no PEA ações junto às comunidades do Fidalgo e da Quinta do Sumidouro. O prazo inicial era de 60 dias, e o empreendedor solicitou 120 dias, para poder ter mais tempo de alinhar ações junto com a comunidade local. E todos esses prazos solicitados foram acatados pela equipe, entendendo que não há prejuízo com relação ao desempenho ambiental e à análise do processo. Somente esses destaques.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço, Fernanda. Por favor, encaminhar o parecer com as retificações, Fernanda, para a Secretaria disponibilizar. Francisco, pois não.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto/Sindiextra: “O meu pedido era exatamente esse, senhor presidente. Como eu pedi vistas baseado muito com relação aos condicionantes, é exatamente para atualizar o Parecer Único, para a próxima reunião já estar com o Parecer Único já normalizado. Muito obrigado.” **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos; Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento; Pilhas de rejeito / estéril; Unidade de tratamento de minerais - UTM; Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não associados à extração; Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas; Minerodutos; Correias transportadoras; Canais para drenagem; Estradas para transporte de minério/estéril; Jateamento e pintura; Subestação de energia elétrica; Tratamento de esgotos sanitários; Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas); Tratamento de água para abastecimento; Linhas de transmissão de energia elétrica. Tapira/MG. PA/Nº 00001/1988/025/2014. SEI/Nº 1370.01.0017213/2021-52. ANMs: 930.78/1988; 810.331/1968; 812.362/1968; 821.674/1969; 816.066/1970; 827.081/1972; 831.405/1997; 830.198/2009; 830.199/2009; 830.200/2009; 830.201/2009; 830.202/2009; 830.204/2009; 830.205/2009; 830.206/2009; 830.408/2011 e 833.476/2012. Classe 6. Apresentação: URA TM.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então na nossa sequência dos nossos processos, senhores conselheiros, item 10.1, Mosaic Fertilizantes P & K. Pois não, Paulo.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira/Codemig: “Bom dia, senhor presidente, bom dia, Jeiza, bom dia a todos os conselheiros. A Codemig gostaria de se declarar impedida no item de pauta da Mosaic.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Impedimento da Codemig. Ainda com o Conselho.” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Bom dia, pessoal. Alessandro, Copasa, eu atrasei um pouco, não sei se a chamada já foi feita. Se puder registrar a minha presença, por favor. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Alessandro. Esta é uma reunião em continuidade. Como a reunião é em continuidade, nós não verificamos o quórum regimental. O quórum de instalação foi na reunião de sexta-feira. Nós temos aqui então uma reunião em continuidade. Inclusive, se ficar um conselheiro só, já que o quórum exigido, o quórum é qualificado é para a instalação e não para deliberação... Para deliberação é quórum simples. Mas fica o registro do senhor.” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como a própria Jeiza falou, só questão de registro, nós já temos também quórum aqui, como se fosse o quórum qualificado, de dez conselheiros. Ainda com o Conselho. João, pois não.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Bom dia. Eu só queria registrar que na última reunião eu tive um problema sério com a internet, porque eu estava na cidade fora do Estado, e todo mundo ficou sem internet até à noite. E normalmente – pode consultar nos registros – a Assemg tem participado de todas as reuniões, estando a postos pontualmente. E

houve esse problema em uma das reuniões mais importantes. Então eu queria deixar registrado. Mande por escrito a explicação e estou registrando novamente. Muito obrigado. Bom dia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Bom dia, João, agradeço a consideração. Ainda com o Conselho. Sem manifestação adicional, eu vou passar para os inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Vou projetar, senhor presidente. Só um minuto. Primeiro inscrito, senhor presidente, é o Sr. Felipe Gomes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe Gomes está na sala?” Felipe Gomes/sociedade civil: “Olá, pessoal. Bom dia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia. O senhor tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Só um segundinho, deixa eu só entrar no carro para facilitar. Bom dia a todas, a todos conselheiros. É com muita alegria que eu participo desta reunião em continuidade e gostaria até de perguntar ao nobre presidente se esta é a primeira reunião em continuidade que já teve no COPAM, nas Câmaras Temáticas. Eu desconheço outra reunião de continuidade. Queria saber se é. E queria também, presidente, fazer uma pergunta: existe limite de tempo para uma reunião? Vamos supor que a gente inscrevesse 1.000 inscritos em todos os pontos de pauta, e todo mundo quisesse se manifestar durante os seus 5 minutos, talvez 6, talvez 11 minutos. Isso demoraria vários e vários meses, se fôssemos ter reuniões de oito em oito horas. Como é que isso se procederia, presidente, sempre se chamaria uma reunião em continuidade com uma semana e tal. Eu queria saber isso. Por que eu estou perguntando? Porque foi justamente esse o pensamento, enquanto alguns aí falaram que a gente estava fazendo, a gente não, que ‘estavam fazendo, tumultuando a reunião’, eu prefiro chamar isso de cidadania ativa, aonde que a população mobilizada tem o direito e o dever constitucional, Art. 225 da Constituição Federal, de lutar por um ambiente ecologicamente equilibrado para gerações futuras. E se entendemos que a atuação deste Conselho está indo contra isso, é de direito e dever constitucional das pessoas atuarem, e não podem ser qualificadas como baderneiros ou qualquer outra coisa que seja, porque estão aqui exercendo seu livre direito de fala, o seu livre direito de manifestação contrária. Contrária à atuação que está sendo uma concessão indiscriminada de todo tipo de licença. Quando vemos projetos que têm uma atuação bem complexa, bem ruim. Inclusive, em relação a este empreendimento em questão, gostaria de perguntar se ele tem autos de infração, se ele já teve a suspensão de atividade decretada. E se ele teve a suspensão de atividade decretada se ele desrespeitou essa suspensão de atividade e continuou operando mesmo assim, obrigando o Conselho... Oi, Fernando, tudo bem? Bom dia, boa noite, beijo para você, te amo, meu irmão. Sigamos juntos na luta socioambiental, cada um pensando da forma que pensa. E aí, presidente, gostaria de que o empreendedor deste empreendimento se manifestasse a respeito. Quais autos de infração ele tem, ele já apresentou informação falsa quando foi fazer um processo de licenciamento ambiental, ele já desmatou sem licença ambiental? Eu gostaria que o empreendedor também explicasse o processo produtivo. E gostaria de questionar se o parecer foi elaborado por um servidor ou por uma empresa que presta serviço para outras minerações. E gostaria de perguntar ao empreendedor e aos analistas – de preferência, inclusive, caso tenha sido feito por uma empresa terceira, que ela também se manifeste – o que foi tratado de questão climática nesse empreendimento. Quais os tempos de recorrência eles adotaram para os cálculos das estruturas dos sistemas de drenagem, se foi um tempo de recorrência adequado à nova realidade de eventos climáticos extremos ou foi um tempo de recorrência de 500, 1.000 anos, sabendo que isso já não é a realidade que a gente observa mais. Também gostaria de entender quais são as inovações que este empreendimento tem feito para reduzir a taxa de geração de rejeito, a taxa de geração de resíduo, se ele tem promovido reaproveitamento do rejeito e do resíduo produzido, quais produtos ele conseguiu colocar no mercado com o reaproveitamento e a reutilização desse rejeito. Como é que está o uso de água nesse empreendimento? Quantos litros por tonelada de material entregue, vendido para o cliente, ele consome de água? É circuito fechado ou é circuito aberto? Ele implementa práticas de produção mais limpa e melhoria contínua que lhe garantam um menor impacto ambiental, isso foi tratado na análise da licença, pensando práticas que melhorem toda essa questão ambiental? E em termos de cavidade tem algum risco, tem cavidades próximas, foi feito algum estudo espeleológico, foi identificada alguma cavidade de máxima relevância no entorno? Se sim, quais são as medidas para que preserve. E tudo isso eu estou perguntando ao empreendedor e à equipe técnica do órgão ambiental, que eu gostaria muito que eles se manifestassem a respeito desses temas, porque a população precisa entender e os próprios conselheiros, que eu imagino que leram o parecer e tudo mais. Mas estou pedindo aqui uma elucidação maior, porque nem todo mundo tem o conhecimento, tem a expertise de ler um parecer...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, o tempo do senhor acabou. Se o senhor precisar de tempo adicional, eu tenho que colocar em votação.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Eu gostaria de solicitar aos nobres conselheiros que me fosse deliberado mais tempo, porque eu ainda tenho um pouco mais de questões a tratar neste item.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, aqueles que concordarem com tempo adicional ao Sr. Felipe se manifestem. Os contrários permaneçam como estão. Não foi dado tempo adicional para o senhor. Em relação aos questionamentos que o senhor me dirigiu, faço as seguintes ponderações. Esta é a terceira reunião em continuidade, não é a primeira. É a terceira reunião em continuidade. Em relação ao tempo de processo, se tiver muitos inscritos, vai haver reuniões em continuidade. Em relação ao tumulto que o senhor estava falando, provavelmente o senhor está referindo a minha fala, eu vou abrir aspas aqui à orientação que foi dada em um determinado grupo. Pode ser que não seja isso mesmo, dado as fake news que têm aí, isso pode ter alterado. Mas, abre aspas: ‘Quem for fazer as perguntas do documento não se preocupe se elas já tiverem sido realizadas. Repete a pergunta e boa. É só tumultuar mesmo.’ Então a palavra ‘tumulto’ que eu utilizei é em virtude desses prints que eu recebi dessas orientações, que na minha opinião estão

equivocados e só fazem demorar a reunião. Poderia estar sendo aproveitada para outros fins, todavia foi utilizada como está no print das mensagens que eu recebi, 'é só', abre aspas, 'é só tumultuar mesmo'. A palavra 'tumultuar' foi utilizada. Se a pessoa se arrependeu e agora tem outra visão, que bom. Passo para outro inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sr. Sebastião Filho. Não está na sala. Sr. Artur Colito. Sr. Artur está na sala, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Artur." Artur Freixedas Colito/sociedade civil: "Olá, bom dia. Me ouvem?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Estamos escutando, sim, Sr. Artur. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados." Artur Freixedas Colito/sociedade civil: "Beleza. Obrigado pelo tempo. Eu queria dizer, acompanhando a reunião do COPAM, e também a última, de que novamente vocês têm uma oportunidade histórica aqui hoje, de mostrar que podem votar diferente, que estão abertos ao diálogo sobre o tema, que aqui não é uma máquina de só sabe agir de um jeito, que a participação, a opinião popular importa, que as pessoas que serão atingidas pelos empreendimentos aqui aprovados, não só ali diretamente, mas também de uma maneira estrutural, têm o direito de serem contempladas nas decisões que afetam suas vidas. Então se este é um órgão colegiado que apenas sabe emitir aprovações sem levar em consideração a fundo ali o contexto, a realidade relacionada a cada caso, qual é a função deste órgão colegiado? O povo precisa ver se a gente está num teatro ou não. Se seria o caso de atualizar as operações aqui. Então mostrem, por favor, dialogo assim abertamente com os conselheiros, sua capacidade de dúvida, sua capacidade de ação, de solicitar mais informações, de pedir mais estudos, fazer visitas presenciais, pedir vistas, mudar de opinião, como humano, representante da sociedade civil, do poder público, responsável por emitir uma posição em relação a uma causa que pode prejudicar muita gente se for tocada da forma errada. E que muitas situações têm sido, sim, tocadas de forma errada. É por isso que existe, presidente, o que você fala que é tumulto. É indignação das pessoas. A população está ficando cada dia mais revoltada e indignada com essa situação, com essa exploração e violação de direitos humanos diária, sistemática, centenária e estrutural que existe no Brasil e aqui em Minas Gerais, que deu nome a este Estado. E esse sistema pode, sim, melhorar, nada é impossível de mudar. 'Desconfiai do mais trivial na aparência singela, examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos, expressamente, não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.' Então com esse poema de Bertold Brecht eu vou encerrando minha fala, agradecendo pelo tempo. Mas por último eu queria dizer que caso algum conselheiro que esteja passando pela mesma situação da secretária de Meio Ambiente, de ser ameaçado por algum empreendedor, eu queria emitir nossa solidariedade, se for esse o caso, e pedir que denunciem. Denunciem essa violação de direitos humanos, caso ocorra, porque, além de corajoso, é também cumprir com seu papel institucional, pois nos ajuda a compreender como as coisas são na prática, na realidade, que não é o paraíso artificial que geralmente tentam emplacar de forma mentirosa num EIA/Rima. Então não é correto ser ameaçado por cumprir a legislação ambiental no nosso Estado, não podemos normalizar isso, não podemos aceitar como natural. Por isso, caso necessário, existe o programa de proteção e defesa de direitos humanos e ambientalistas, que funciona, é executado muito bem pelo Instituto de Direitos Humanos aqui no Estado, o atendimento é rápido, pode ser solicitado de forma virtual e, caso necessário, pode ser estendido aos conselheiros, se sofrerem ameaças, como aparentemente a secretária de Meio Ambiente tem sofrido pela Fleurs Global, tanto que foi aberto inquérito pelo Ministério Público. Beleza? Muito obrigado. E uma boa reunião a todos." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a participação do Sr. Artur. Lembrando aos inscritos que, após a manifestação, deve deixar a sala." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito. Sra. Ingrid Rodrigues. Não está na sala, senhor presidente. Roseli Correa. Não está na sala. Nayara Marques." Nayana Marques/Mosaic Fertilizantes: "Senhor presidente, conselheiros, bom dia. Meu nome é Nayana, eu sou gerente de licenciamentos ambientais da Mosaic. O Sr. Felipe fez várias questionamentos aqui que a gente até já respondeu na reunião passada, porque essa é a nossa segunda licença na pauta desta reunião. Então eu vou me ter aqui a responder as novas perguntas. Nós já respondemos sobre as questões climáticas, reaproveitamento de rejeito, quais são as ações de melhoria da empresa, como que é o processo. Eu até projetei aqui um fluxograma simplificado do processo para ajudar na explicação. Das perguntas novas que vieram, ele questionou sobre a questão da água. A recirculação hoje estamos no patamar de entre 95 e 98% de recirculação de água na unidade, temos essa premissa importante de reuso, reutilização da água. E sobre cavidades não temos nenhuma cavidade, de acordo com o levantamento de campo e também a base de dados do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas, o Cecav. Então nós fizemos os estudos espeleológicos para a unidade, fizemos a avaliação com essa base de dados e não identificamos nenhuma cavidade na nossa área. Finalizando, a última pergunta, sobre a estrutura, a nossa estrutura está dimensionada para PMP, que é até acima da decamilenar, que é a precipitação máxima possível. Então ela tem uma condição de bastante segurança em relação aos dimensionamentos da estrutura. Temos mais algumas perguntas, mas vou deixar para cada um dos meus colegas aqui responder na sequência, de forma a garantir que todas as perguntas tenham sido respondidas. Mas eu permaneço à disposição aqui caso tenha algum questionamento adicional." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Obrigado, Nayana." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sra. Camila Carvalhal." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Camila está na sala?" Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Não está na sala, senhor presidente. Kátia Rabelo. Não está na sala. Solange Rodrigues. Solange Rodrigues está na sala, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Solange Rodrigues." Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil:

“Bom dia a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia. A senhora tem 5 minutos. Pois não. Com a palavra.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Vamos lá, gente. Primeira coisa, eu gostaria de esclarecer uma coisa para vocês conselheiros sobre a minha fala na última reunião. Eu fiz a primeira fala, tive que me ausentar, não tinha visto o resultado da licença da Fleurs. E aí quando eu vi, quando eu tive a minha segunda fala, eu ainda não sabia dele, e aquela minha fala sobre filosofia, sobre ‘canalha’, sobre ‘canalhice’, foi totalmente sem saber o resultado. Então só esclarecer, com a minha honestidade, e que é um pensamento que eu ainda continuo com ele e peço ele para hoje: que vocês pensem no bem comum, que vocês pensem na decisão de vocês. Eu rogo por isso. Porque quando nós estamos em crise climática extrema e vemos um órgão como o de vocês, que a gente pensa que ele é para proteger o meio ambiente, que ele é para proteger a população, e a gente analisa, de novo, até pelo nome dele, quando a gente vê a palavra ‘COPAM’ e pensa que COPAM é Conselho Estadual de Política Ambiental e que ele está sendo usado como ‘conselho estadual de poder ambiental’ na mineração, é uma coisa muito triste, muito séria. E aí de novo eu vou pedir para vocês, repensem, porque abalos sísmicos que nós estamos tendo, o mundo está mudando e a sensação que eu tenho é que aqui só passa a boiada, aqui passa direto, que cria-se um órgão para que ele proteja o meio ambiente, e na realidade ele não protege, muito pelo contrário. A sensação que eu tenho que os conselheiros são eleitos é que eles são eleitos já para ser carta marcada, com raras exceções. E por isso...” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, pela ordem, senhor presidente. Eu infelizmente, senhor presidente, considero que a fala da inscrita está ofendendo o servidor público...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Fernando, por favor, Fernando. Por favor, Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Me desculpe, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu entendo... Sr. Fernando, por favor. Por favor, Sr. Fernando. A partir do momento...” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Já antecipando o pedido de desculpa, se o senhor interrompe a fala de um inscrito, o inscrito também vai entender que tem direito de interromper a fala do senhor. Então vamos seguir conforme a gente sempre deliberou: os inscritos falam, o prazo de 5 minutos é do inscrito, deixa ele se manifestar. Eu posso interromper faltando o decoro. Eu acho que chega até próximo disso. Mas vamos aguardar, depois o senhor tem toda a chance, a possibilidade de estar se manifestando. Eu peço desculpa. Peço desculpa ao senhor, Fernando, peço desculpa também à Sra. Solange pela interrupção da fala. Por favor, Felipe, os 2min30 para a inscrita.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “E aí, gente, de novo, eu vou falar para essa pessoa que entrou para ela repensar, para ela repensar na hora de dar o voto dela: pense na hora de dar o seu voto e pense ao que você foi eleito, qual a sua função. E por favor execute a sua função e execute a sua função com humanidade, aja com coração, ponha isso para fora, porque nós estamos numa situação caótica, nós estamos numa situação dramática. Vai faltar água, água vai valer ouro. E a gente está aí vendo essas mineradoras entrarem, destruindo as nossas serras, destruindo a nossa Minas Gerais, e tudo que vocês podem fazer de melhor é dar voto favorável. Os que não dão o voto, o que eles fazem, eles se absterem, eles não estão lá na hora, deixam só ali e vão fazendo um revezamento. E desculpa, gente, mas é isso que eu vejo. E vendo a recorrência das votações do COPAM a gente vai tendo sempre essa sensação mesmo. Então eu peço para vocês, olhem bem os dados técnicos e lembrem-se que papel assina tudo. Falta neste Estado fiscalização. O número de fiscais para corrigir essas coisas é muito pequeno. A demanda é muito, os operários são poucos... Então a gente tem que repensar sobre isso. Porque está aí a mineradora, já é carta marcada, eu tenho certeza que no final vai ser aprovado. Era isso que eu queria falar para vocês. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Juliana Matos.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Presidente, senhor presidente. Senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Sr. Heleno.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Eu só queria que constasse na ata a íntegra da fala dessa senhora, que é a segunda vez que a senhora vem aqui atacar a gente, sabe. Então eu queria que constasse na ata, porque a gente vai recorrer ao Poder Judiciário, já que COPAM não está dando essa garantia para a gente. Nós estamos sendo atacados aqui, covardemente. Mais um ataque, eu vou deixar esta reunião, eu não vou ficar na reunião para ouvir ataques de pessoas que eu posso dizer ‘mesquinhas’. Se elas sabem do resultado, se vai ser aprovado, se elas são uma ‘Mãe Dináh’ da vida, o que elas estão fazendo aqui então, para que vêm aqui perder o seu tempo? Porque se ela está achando, já tem certeza do voto nosso, de nós conselheiros aqui nesta Câmara, então para que ela está fazendo aqui? Vir atacar? Não. Vou recorrer ao Poder Judiciário. Então por favor conste na íntegra a fala dessa senhora, por favor. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Por solicitação do senhor conselheiro Heleno, solicitamos. Nós já solicitamos na reunião passada, senhor conselheiro. Como esta é em continuidade, a ata vai ser descrita na íntegra. Próximo inscrito.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, Fernando Benício.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Oi, Fernando, pois não.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, primeiro eu queria agradecer a todas as manifestações. Acho que são colaborativas. Queria reforçar o coro do nosso companheiro Heleno Maia com relação ao julgamento de certas falas que ofendem diretamente os conselheiros, a sua integridade moral, o seu trabalho que desenvolve aqui tão seriamente. Eu queria ressaltar, senhor presidente, a sua fala, me desculpar pessoalmente pela interrupção. A gente, além de conselheiro, de trabalhar arduamente aqui de forma gratuita, nos esmerando para poder ler os processos, acompanhar, fazer as visitas técnicas, enquanto sociedade civil, e representar a sociedade de forma competente, a gente vê pessoas aí abrindo a boca, porque falar mal não precisa de nenhuma

qualificação, infelizmente. Mas a gente compreende que a fala extrapolou um pouco a medida do bom senso. Então, senhor presidente, eu quero me desculpar pela interrupção e agradecer. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, conselheiro. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Juliana Matos. Paulo Baptista. A Sra. Juliana não está na sala. Paulo Baptista. Não está na sala. Cristina Maria de Oliveira. Não está na sala. Sra. Isadora Muller. Não está na sala. Adriane Aparecida Rodrigues. Sra. Adriane está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Adriane... Pois não.” Adriane Aparecida Rodrigues/sociedade civil: “Bom dia. Tudo bem com vocês? É o seguinte, a gente, como ambientalista – eu sou educadora ambiental também –, a gente vive um momento de muita comoção em torno das questões ambientais, sobretudo da mineração, no Estado de Minas Gerais. E nesse conjunto todo nós ambientalistas a gente é uma turma unida e muitas vezes a gente não se sente representado por ONGs, por instituições que dizem nos representar, mas na verdade não nos representam, não nos ouvem. E aí ocupam os espaços de poder, os espaços de decisão e não representam o anseio popular. Isso seja no Comam, que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, seja nas esferas do Estado, são pessoas que que entraram primeiro na fila do pão, a gente não sabe as razões, e de fato não nos representam. Elas não representam o anseio popular, não representam o que a gente espera nas tomadas de decisões, nos votos, a mineração na serra do Curral, isso se torna muito visível para nós. A luta ambiental, a questão do meio ambiente é uma luta que se dá muito pelo amor à causa, e tem pessoas, tem ONGs, instituições que não se pautam pela história, não se pautam pelo coração verde, pela alma. Ambientalista é aquele que defende a casa, a mãe Terra, com afinco. O nosso trabalho muitas vezes se dá de forma voluntária, a gente não ganha nada para isso, a gente não tem nenhum favor. A gente se dispõe, seja na serra do Curral, seja na questão da Stock Car no Mineirão também, seja no embate da mineração no Estado como um todo. Eu já estive no Serro acompanhando a audiência pública lá, audiências na Assembleia que tratam do tema também acompanho quase todas. Porque antes de mais nada a luta ambiental, ser ambientalista, se pauta também pela questão do reconhecimento da ciência. A gente não profere palavras em vão, a gente não fala à toa, a gente fala porque a gente tem conhecimento de causa, de luta, e amor, sobretudo, à nossa casa que a mãe Terra. Então muitas vezes tocados por esse sentimento, por esse amor, a gente acaba que realmente não tem como não se indignar e se sentir revoltado diante de certas atitudes, de certos votos. A gente também é atacado, muitas vezes, em virtude disso também, por sermos ambientalistas e por defendermos de forma imparcial e ética a natureza, a mãe Terra, o Art. 225 da Constituição Federal. Então a gente também sofre, e sofre bastante, não é pouco não. E é como se a gente tivesse que ficar calado, a gente tem que ser ambientalista, tem que lutar, mas calado, a gente não pode falar, sob pena de sermos julgados pelo que a gente está falando. Só que a gente não tem cadeira. Eu mesmo não ocupo cadeira em lugar nenhum. Então o que eu falo eu falo é com a minha ética, com a minha moral, com o meu pensamento, com a ciência, porque eu estudei. E eu tenho um compromisso em honrar os diplomas que eu adquiri ao longo da vida e honrar também a mãe Terra, que acolhe os meus pés, que acolhe a minha vida. Então é isso, essa mensagem que eu deixo. E peço mais uma vez coerência. E quem de fato se diz que representa a sociedade, que representa o meio ambiente, que representa a sociedade civil, que faça jus à cadeira que ocupa. Eu falo isso de maneira muito clara, muito discreta e muito respeitosa também. E que pense bem, se vai falar em nosso nome, que nos honre. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Carolina Laboissiere. Não está na sala. Sra. Vera Inez. Não está na sala. Agnes Antunes. Não está na sala. Elgen Leonardo. Não está na sala. Pedro Leite. Não está na sala. Sra. Helena Lopes. Não está na sala. Sr. Geraldo de Oliveira Pereira. Não está na sala. Sr. Ewerton Aparecido Rodrigues. Não está na sala. Sra. Polyana Gandra. Não está na sala. Sr. Antônio Marcos de Oliveira. Não está na sala. Sra. Taynara Estefane Ferreira. Não está na sala. Camila Cortielha. Não está na sala. Yuri Correia. Não está na sala. Doralice de Oliveira e Silva. Não está na sala. Wânia Valquíria Bragança. Não está na sala. Diorela Bruschi. Não está na sala. André Silvério Diniz. Não está na sala. Roberto Celso Dias. Não está na sala. Caroline Favaro. Não está na sala. Maria Teresa Corujo. Está na sala, senhor presidente.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Bom dia. Eu vou trazer aqui alguns questionamentos sobre o projeto em pauta. Que fique registrado também em ata, na íntegra, que já está combinado. Então em relação a esse projeto da Mosaic nós estamos tratando de barragem de contenção de rejeitos, canais de drenagem, pilhas de rejeito e estéril de um complexo minerário em Tapira de longa data. Estamos tratando de uma renovação automática da Licença de Operação, conforme está na página 1 do Parecer Único. Estamos tratando de uma renovação automática de uma Licença de Operação que a pretensão é que fique válida até ulterior conclusão. Ou seja, não é nem ainda uma renovação da Licença de Operação automática, é um adendo no sentido de manter a Licença de Operação até uma conclusão da análise de licença de renovação automática ulterior, ou seja, depois. Por que eu estou trazendo isso? Porque na página 4 está muito claro para todos os conselheiros que leram que está afirmado no Parecer Único que existem pessoas permanentemente na área a jusante, entre 0 a 100 pessoas, que possui impacto ambiental significativo em caso do rompimento por causa da área de interesse ambiental e áreas protegidas, que possui impacto socioambiental médio em caso de rompimento por causa das atividades que existem residenciais, agrícolas e industriais, que se enquadra na categoria de dano potencial associado alto. E que está informado, inclusive, que no site da Agência, mesmo sendo um Parecer Único de julho, que ainda não foi possível verificar se uma das estruturas que é a barragem possui declaração de condição de estabilidade geotécnica emitida em março, atestando a segurança de barragem. Então reparem, nós estamos tratando nesse processo de licenciamento de um adendo para continuar valendo uma

Licença de Operação antes mesmo de ser analisado o que seria uma licença em renovação automática. Pelo que eu entendi do Parecer Único. E aí eu me pergunto em relação à Lei 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que é a Lei Mar de Lama Nunca Mais, alguns artigos que eu separei aqui para mencionar. Porque no Parecer Único não são mencionadas essas exigências da Lei Mar de Lama. No Art. 6º diz que a construção, a instalação, o funcionamento – e aí tem ampliação, alteamento, que não é o caso – é vedado, além de emissão de licenças concomitantes, é vedada a emissão de licenças provisórias. Nós estamos falando aqui de um funcionamento que, inclusive, prevê no Parecer Único que vai haver o desassoreamento dessas estruturas. Ou seja, vai haver o funcionamento nessas estruturas de rejeito para desassorear, para retirar o rejeito, que é funcionamento. E está se cogitando conceder um adendo para manter um funcionamento com uma Licença de Operação que ainda não foi feita nem a análise da possibilidade de licenciamento provisório dessa continuidade. Temos outra questão, que é o Art. 7º, que diz que ‘no processo de licenciamento ambiental de barragens, deverão ser atendidas várias exigências’ e que nós estamos tratando aqui de um licenciamento que, mesmo com o nome de adendo, é para atividades dentro das estruturas de barragens e que para a obtenção da LO, esse Art. 7º, ele apresenta várias questões. Ok, dizem, ‘mas já tem uma LO’. Mas está se tratando de um adendo para a continuidade da operação, ou seja, do funcionamento de uma LO. E a lei já vigora, e todas essas exigências, que são quatro, não foi mencionado que isso foi apresentado pelo empreendedor. E no Art. 24 está falando que ‘as barragens em operação, em processo de desativação ou desativadas’, no caso, quando se fala ‘desassoreamento’, a pergunta é: se é para desassorear, retirar rejeito, isso é um processo de desativação ou o que é isso nesse licenciamento? Porque no caso de ser um processo de desativação, o que seja com essas estruturas, teriam que atender o Art. 24, que também apresenta uma série de exigências para essa situação. E por último dizer que no §12 desse Art. 24 também é expresso que ‘quando houver mais de uma barragem na área de influência, os estudos de cenários de rupturas deveriam ter uma análise sistêmica’. Não se sabe se nesse complexo de Tapira, que tem várias estruturas, se nessas estruturas em foco nesse processo de licenciamento está sendo considerada essa questão expressa no §12 do Art. 24. Por último...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora precisa de prazo adicional? Porque a senhora já falou 5, eu já dei mais 1. Se necessitar, tenho que colocar em votação.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Eu gostaria. Não vai tomar os 5 minutos, mas tem mais duas questões para eu fazer constar de preocupação com esse adendo à Licença de Operação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Senhores conselheiros, quem concordar com 5 minutos adicionais, se manifeste. Os contrários permaneçam como estão? Sim pela Maria Eugênia, sim pelo Paulo, sim pelo João, sim pelo Alessandro, Dr. Thiago, José... Cinco minutos adicionais.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Então continuando. Eu quero terminar lembrando o que eu vim trazendo na primeira parte da reunião, que eu quero que fique sempre constando, porque é fundamental ficar registrado o histórico. Porque quando a gente traz essas questões é porque estamos preocupados, estamos preocupados como sempre estivemos com as barragens e testemunhamos os três rompimentos: 2014, 15 e 19. E agora estamos preocupados com essas duas questões. Então eu trago de novo. No Parecer Único nada foi mencionado sobre clima, sobre o tempo de retorno em relação às chuvas, sobre a questão sísmica, o que aconteceria se essas estruturas que estão aí postas nesse item de pauta, inclusive com essa questão de uma intervenção para desassorear, o que aconteceria se houver uma chuva com tempo de retorno de 1.000 ou 10.000 ou superior a 10.000, que tem sido realmente o que tem se verificado tanto no Brasil quanto em várias partes do mundo. Não tem absolutamente nada neste processo de licenciamento, que pretende dar um adendo. Ou seja, a Licença de Operação venceu, precisa continuar, vai fazer intervenções, vai mexer com drenagem, vai desassorear, retirar material, ou seja, vai ter funcionamento nessas estruturas sem considerar essa questão grave que é o tempo do retorno das chuvas e também a questão do risco sísmico, que, embora ainda não se traz, é fundamental e tem sido apontado por vários painéis, vários artigos, vários estudos que Minas Gerais é o Estado no Brasil que tem tido maiores números de terremotos, a maioria entre 1 e 4 graus na escala Richter. Eu estou aqui como uma ambientalista, uma pessoa que vem preocupada e atuando frente à mineração não é de hoje, que testemunha desde 2001 centenas de situações gravíssimas de perdas ambientais, de perdas humanas, de perdas das futuras gerações. E que é angustiante a gente continuar testemunhando que aspectos como esses que eu estou trazendo e que muitas outras pessoas vêm trazendo continuam sendo completamente desconhecidos. E, pior, completamente não escutados. Então aqui entre nós a gente fala pelo menos a gente tem que deixar escrito na história, nas atas, nas memórias para que nunca digam no futuro que ninguém falou e por isso a gente não viu. Então em relação a esse processo de licenciamento eu apresentei questões técnicas, fiz perguntas e apresentei questões jurídicas que não são trazidas no Parecer Único e que vou aguardar ver de que forma os conselheiros vão escutar ou não escutar e vão tomar decisão, porque estarão dando a decisão em relação a estruturas que já nos trouxeram um histórico de tragédias de tamanho incomensurável que não há nenhum dinheiro do mundo que pague todo o sofrimento ambiental das pessoas e das futuras gerações. Era essa a minha manifestação, dou por encerrada a minha palavra.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Próximo inscrito.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, eu só queria dois minutinhos só para parabenizar a Sra. Maria Teresa Corujo pelas falas e mostrar que é isso que é uma fala, senhor presidente, de inscrito, uma fala assim totalmente... Então eu só queria parabenizar a Sra. Maria Teresa Corujo pela fala, com a fala assim bem complexa e também conexa com o tema que estamos discutindo. Em momento algum ela usou dessa fala para nos agredir, nos atacar. É isso que nós precisamos, pessoas que vêm aqui falar, se manifestar com falas contundentes, falas que estão dentro do tema, dentro do assunto e não para vir aqui

para atacar. A fala dela foi muito importante, parabéns pela fala. Bem esclarecedora também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Heleno, o microfone do senhor cortou aqui, por fim, para mim, novamente.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Só o final?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É, o finalzinho. Eu só ouvi o senhor agradecendo, mais um pouquinho antes não deu para ouvir.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “É só mesmo para parabenizar a Sra. Maria Teresa Corujo pela fala dela e dizer que é isso que precisamos aqui no COPAM, pessoas que vêm esclarecer alguns pontos e falar sobre o tema, sobre o assunto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço. José Antônio, pois não.” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “Eu gostaria de fazer umas poucas observações, não vou tomar muito tempo. Essas observações estarão em linha com comentários que já fiz nas reuniões anteriores. E eu acho que também alinhadas com alguns comentários dos nossos colegas do Conselho. É evidente, não consigo nem imaginar que tem alguma pessoa que esteja agindo aqui de má-fé. As reuniões, basicamente, quer dizer, toda a base das decisões que são tomadas pelo Conselho são decisões de caráter técnico. Mas o que eu observo, e também antes até de observar, reconheço, como já falei em reuniões anteriores, que os processos podem ser melhorados. Como algumas pessoas já comentaram, a gente sempre pode buscar meios através dos quais o processo de decisão e a fundamentação técnica possam ser melhorados. Uma das preocupações que tenho, já manifestei anteriormente, se refere à questão da governança e do compliance. A governança e o compliance, evidentemente, estão sustentados em princípios éticos e morais. No meu caso particular, eu acho que esse assunto ambiental vai além disso até, para mim é até uma questão – vou tomar a liberdade de fazer um comentário pessoal – de ordem espiritual, porque nós não temos outro planeta, nós não temos outra natureza, e isso precisa ser preservado. Mas a gente tem que ter uma linha mestra para poder decidir. E as decisões têm sido tomadas baseadas no Parecer Único que nos é apresentado. E esses pareceres são muito bem-feitos, podem ser melhorados. Justamente sobre isso que eu quero falar. Mas eles são muito bem-feitos, muito bem embasados. É evidente que as pessoas que produzem esses pareceres ninguém consegue ser especialista em tudo. Então às vezes é difícil, as pessoas têm que se adaptar, porque são temas às vezes muito distintos. Mas volto a essa questão ambiental em linha com os pedidos que têm sido colocados aqui, porque me parece – vocês me corrijam se eu estiver enganado – que o que tem sido questionado, principalmente, é a qualidade do Parecer Único que tem sido produzido pelas equipes. Eu pessoalmente acho que esses pareceres me parecem muito razoáveis. Então o que podemos fazer para poder melhorar? A gente ter alguma coisa a mais que nos dê sustentação além do parecer técnico que já é produzido, além evidentemente da possibilidade para que as pessoas que estão ouvindo, as pessoas do governo, os técnicos especializados, eles, com boa formação, que eles escutem e vejam se tem alguma coisa a mais que possa ser colocada nesses pareceres. Além disso, eu só queria reforçar mais uma vez que eu entendo, ainda estou pensando, não produzi nenhum ofício, agradeço a contribuição dos colegas: o que pode ser melhorado com relação a isso? Se existe alguma dúvida com relação aos pareceres técnicos, no conceito da governança e do compliance, a única sugestão que eu posso dar – e já dei, então estou reforçando o que já falei no intuito de melhorar a governança e o compliance –, em primeiro lugar, porque nós temos preocupação com a vida humana e com a natureza, em segundo lugar porque isso é uma proteção para a própria empresa que está necessitada da licença ambiental e também é uma questão de segurança para o próprio Conselho, que está tomando as decisões baseado nos pareceres técnicos. Nesse sentido, como já sugeri, vou reforçar mais uma vez, porque nem todos estavam aqui nas reuniões anteriores, que eu entendo que seria importante que as empresas buscassem um parecer de empresa ou de instituição ou de consultoria de reputação internacional. Pode ser uma empresa estrangeira, uma empresa brasileira, mas desde que tenha reputação internacional. Que a empresa possa apresentar e que dê suporte a todos esses questionamentos, além do próprio parecer do COPAM. Que dê suporte a todos esses questionamentos que estão sendo levantados aqui ao longo das últimas reuniões, principalmente nesta reunião que estamos tendo hoje, que é uma continuidade da reunião que tivemos na sexta-feira. Nesse sentido, eu sugiro – isso é para a gente poder pensar – que essas organizações, esses consultores, eles sejam indicados por organismos multilaterais com credibilidade e reputação, como o Banco Mundial, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento; as empresas teriam que contratar. Isso poderia ser uma iniciativa e uma sugestão também das entidades de classe, todos que estão aqui, de sugerir ‘olha, nós sugerimos, nós pedimos ao Banco Mundial, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento que indique’. Porque existe também uma questão correta que eu entendo, que foi levantada, se não estou enganado, pelo Sr. Felipe, que essa etapa adicional – eu não estou querendo aumentar a burocracia do processo, mas talvez seja necessário – de contratação de um parecer de uma entidade com reputação internacional não pode ser uma organização que já preste serviços para as empresas contratantes. Porque senão haverá nessa situação uma questão de conflito de interesse, o que vai contra os princípios básicos da governança e do compliance, mais uma vez. Então eu sugiro que seja, mais uma vez, vamos pensar. Eu fico muito grato se os outros conselheiros pudessem, junto comigo, pensar a esse respeito. Se estiverem de acordo, evidentemente. Já que o questionamento principal o tempo todo tem sido sobre a qualidade, da qual até nesse aspecto eu discordo, embora entenda que todos os pareceres sempre podem ser melhorados de uma forma ou de outra, e aquilo que estiver faltando tem que ser incluído. Porque esses pontos com relação a problema das chuvas, a questão climática, que no meu entendimento já é levada em consideração, mas pode ser aprimorado. Coisas que não estão na legislação, como por exemplo um vácuo da legislação, que é um problema muito sério, que é o problema do empilhamento. Se você sair da barragem e entrar para empilhamento, você sai de um problema e pode estar entrando para o outro tão igual, tão grave quanto ou

até pior. Então a minha sugestão é essa. Eu gostaria que ficasse registrado para que todos pudéssemos pensar. E acho que isso é um conforto também para todos os técnicos que produzem os pareceres, que no meu entendimento, mesmo que não sejam perfeitos, possam ser melhorados. São de boa qualidade, são de ótima qualidade. Eu gostaria de deixar isso registrado. Peço desculpa porque eu tomei muito tempo, mas é porque eu acho que essa questão é muito importante. Outra coisa também que eu gostaria, finalmente, de falar é que houve uma insinuação por parte de algumas pessoas de que os conselheiros deixariam de votar. Não é isso. Na última reunião, eu no meu caso, especificamente, fiquei aqui sete horas aguardando todas as leituras e todos os questionamentos e tive que sair por uma questão urgente relacionada a saúde e a hospital. Então por isso eu não pude manifestar o meu ponto de vista. Mas essas sete horas provavelmente não teriam sido necessárias pelos comentários que o nosso presidente, lendo algumas mensagens de que o intuito era postergar. E como o próprio presidente, na primeira parte da reunião, comentou, esta postergação na verdade prejudica, porque dá menos tempo para que todos os questionamentos possam ser respondidos e em certas circunstâncias acaba adiando uma votação, que na verdade poderia ir, inclusive, em direção dos questionamentos ou a favor dos questionamentos que foram apresentados, por exemplo, na última reunião. Senhor presidente, desculpe, acho que nunca tomei tanto tempo, mas eu acho que essas ponderações eu ficaria muito feliz se elas pudessem ser levadas em consideração. Muito obrigado a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço as considerações. Eu vou passar para o Fernando Benício, e aí eu só peço licença aos demais conselheiros, que estamos naquela sequência de ouvir os inscritos. Para a gente terminar os inscritos, aí eu volto aos senhores. Mas pois não, Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu vou pedir licença também para fazer umas explanações rapidamente. Eu queria parabenizar todos que estão participando, inscritos. Mas voltando ao tema principal que os inscritos estão colocando, que é o processo já votado, deliberado por esta Casa, relativo à serra do Curral. Ficou explícito que o empreendimento que foi votado não estava na serra do Curral, não está na área de abrangência e que não impacta diretamente o mosaico da serra do Curral, e que eu como representante da sociedade civil aqui dentro deste Conselho, eleito, me debrucei sobre o processo, que fiz visita técnica para justamente comprovar isso. Atuando então de forma a representar essa sociedade, que tanto almeja a preservação desse nosso patrimônio. Então as manifestações que fizeram aqui nesta Casa, muitas delas motivadas por interesses pessoais e políticos, tentaram desqualificar a participação representativa aqui da sociedade civil. Eu acho isso lamentável. Queria colocar também que nós estamos aqui participando de um novo momento, realmente, climático, e este novo momento exige uma renúncia de todos nós com relação ao entendimento, à sabedoria que nós temos. Então dizer que ‘eu sei que vai acontecer isso’ ou que ‘eu sei que vai acontecer aquilo’, neste momento, é impróprio e inadequado. Acredito que todos nós estamos aprendendo juntos, colaborando juntos. Então eu queria parabenizar aqueles que estão aqui para colaborar no processo de preservação e conservação da vida. Mas para isso – senhor presidente, só tomando mais um momento – é necessário que a gente entenda a cadeia, entenda a sociedade. Nós somos seres humanos que mudamos o meio natural, somos transformadores do meio natural. Nós chegamos a um lugar, desmatamos, construímos nossa casa, nossa habitação, nós vamos ao supermercado, compramos produtos, e esses produtos têm que ser produzidos por uma empresa. Isso provoca todo esse processo que nós temos de produção, consumo e modificação do meio natural. Para preservar o meio ambiente é preciso preservar a vida e a qualidade, e esse equilíbrio é fundamental. Mas tem pessoas que não entendem isso, não entendem que a sua ação pessoal, enquanto compra o celular, enquanto dirige um carro, enquanto faz essas ações, move toda essa cadeia. Então eu queria, aos inscritos aqui, fazer uma provocação para que eles também tomem a sua atitude enquanto ser humano, enquanto pessoa para preservar este planeta que nós tanto amamos, parem de consumir, reduzem o consumo. Isso ajuda bastante. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Continuando a chamar os inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próxima inscrita, Sra. Letícia Ribeiro.” Letícia Ribeiro/Mosaic Fertilizantes: “Bom dia. Eu sou representante da Mosaic e estou aqui só caso necessite de maiores esclarecimentos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Ok. Próximo inscrito, Sr. Vinícius Henrique.” Vinícius Henrique/Mosaic Fertilizantes: “Bom dia. Sou representante da Mosaic, do corpo técnico. Só respondendo alguns questionamentos. A estrutura aqui analisada tem Declaração de Condições de Estabilidade positiva. A análise também do processo, ela não é um processo de descomissionamento. E dentro da Declaração de Condições de Estabilidade que temos, positiva, são consideradas, sim, as análises sobre condições sísmicas, também são analisadas as questões das chuvas de projeto. Reforçando o que a Nayana já pontuou, a estrutura consegue laminar chuvas de projeto decamilenar, e estamos adequando para PMP, que é a precipitação máxima provável, onde é 25% acima da decamilenar. Estou à disposição para maiores esclarecimentos. Agradeço a minha fala.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Obrigada. Sr. Vinícius. Próximo inscrito, Sra. Daniela Vidigal. Não está na sala. Sr. Antônio Wilson. Não está na sala. Sr. Lucas de Ávila, senhor presidente, informou que não vai se manifestar. Sr. Cláudio Britto. Não está na sala. Sra. Helena Duarte. Não está na sala. Sra. Helena, perdão, também informou que não vai se manifestar. Sr. Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Sra. Élide Murta. Não está na sala. Aparecida Ribeiro. Não está na sala. Vander Meira Pereira. Não está na sala. Sr. Lucas Monteiro Mourão. Não está na sala. Taciana Souza. Não está na sala. Gabriel Castro Rocha. Não está na sala. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala. Ana Patrícia Barbosa de Souza. Não está na sala. Bruno Victor Moreira Ricci. Não está na sala. O Sr. Elvis Eleno informou que não vai se manifestar. Sr. Gabriele Araújo informou que não vai se manifestar. Sr. Antônio Wilson de Oliveira Malta. Não está na sala. Sra. Karen Suzana. Não

está na sala. Ludmila Alves. Não está na sala. Edneia Aparecida de Souza. Não está na sala. Daniela Amaral. Não está na sala. Marina Alves. Não está na sala. Yula Fernanda Brasil Santos. Ela esteve, mas não está no momento na sala. Olímpia Leal de Oliveira. Não está na sala. Senhor presidente, chamamos todos. Perdão, Sr. Flávio de Araújo Amorim. O Sr. Fábio está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Flávio, pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogados.” Flávio de Araújo Amorim/Mosaic Fertilizantes: “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor presidente, os senhores conselheiros. Meu nome é Flávio Amorim, eu sou também representante da Mosaic, vou fazer alguns esclarecimentos que o Sr. Felipe Gomes fez no início da reunião. Ele fez dois questionamentos que eu vou responder, sobre a existência de autos de infração e áreas embargadas. E respondendo de forma bem objetiva esclareço que não temos nenhuma autuação relacionada ao processo de licenciamento que está em pauta hoje e também não temos nenhuma área embargada. Sobre o questionamento em relação à supressão sem licença, também de uma forma bem objetiva, a Mosaic segue a legislação e, em consequência, não faz supressão de vegetação sem autorização dos órgãos competentes. Acho que a prova disso é o próprio processo que está em pauta hoje. Eu acho que os demais questionamentos já haviam sido respondidos pela Nayane e pelo Vinícius, então fico à disposição para eventuais novos esclarecimentos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação, Sr. Flávio. Encerramos os inscritos?” Leiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Encerramos os inscritos, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Retorno ao Conselho. Destaque adicional? Não havendo, eu passo para a equipe do Triângulo Mineiro. Tem alguma manifestação? Anderson, pois não.” Anderson Mendonça Sena/URA Triângulo Mineiro: “Bom dia a todos. Eu acho que do Sr. Felipe só ficou uma questão pendente, referente aos técnicos que compõem o processo. Responder que eu sou o gestor do processo, sou servidor de carreira há 15 anos. A outra servidora que acompanha o processo também já é servidora de carreira há dez anos. O Rodrigo, nosso coordenador de análise técnica, há mais de 15 anos que é servidor também. Nosso chefe hoje da URA TM é servidor de carreira. Então deixar esses esclarecimentos para o Sr. Felipe. Não tem ninguém de empresa privada ou terceirizada que compõe esse processo, principalmente. Depois eu quero só corroborar com o conselheiro José Antônio a respeito da fala dele sobre os pareceres. Como eu disse, eu tenho 15 anos que sou servidor efetivo do Estado, e o objetivo nosso enquanto técnico é realmente cada vez nossos pareceres. Eu olho parecer meu de dez ou 12 anos atrás e percebo que a qualidade realmente tem subido. Um exemplo, hoje por exemplo, da inscrita Maria Teresa, é que essa questão do tempo de recorrência e sísmica era uma coisa que realmente eu não trazia nos pareceres, e eu percebo que hoje se faz necessário trazer essas informações nos pareceres. Então a gente busca realmente evoluir a cada questionamento técnico que é feito, e a cada levantamento que é feito a gente busca evoluir nos nossos pareceres. Eu também quero corroborar com o conselheiro Heleno e parabenizar a Maria Teresa também pelos questionamentos técnicos que, por se tratar de uma Câmara Técnica, foram levantados por ela, a pessoa que a gente vê que leu o parecer. E aí eu vou responder agora os questionamentos da Maria Teresa. Com referência à renovação da Licença de Operação do empreendimento, hoje o empreendimento possui uma Licença de Operação realmente em renovação automática, dentro dos moldes da lei. E a análise técnica da renovação está praticamente concluída, está para deferimento. Só que em virtude do atendimento justamente da Lei 23.291 o processo ainda não foi pautado porque o empreendimento não tem seu PAEBM aprovado. Então ela, como conhecedora da lei, sabe que a gente não pode conceder essa renovação de licença enquanto não for aprovado o PAEBM das barragens da unidade do complexo. Esse adendo não tem objetivo de prorrogar a Licença de Operação dessa barragem de contenção de sedimentos, não é barra de contenção de rejeitos. Ela é uma barragem de contenção de sedimentos. E que o objetivo desse processo é o desassoreamento dessa barragem. Não visa o descomissionamento, é o desassoreamento, que vai promover o aumento da vida útil dessa barragem, tirando necessidade de novas barragens. Então eu vejo que é até um benefício ambiental. E acho que era isso. Obrigado a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Anderson, pelas contribuições. Fernando Benício, pois não.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu queria só parabenizar a equipe técnica. Nós tivemos a possibilidade de ler o processo, verificar que não se trata de barragem de rejeito. Queria também parabenizar a Maria Teresa, há tantos anos milita pela causa ambiental, tem a sua metodologia de trabalho, mas pelo menos lê o processo e se apresenta aqui de forma pelo menos respeitosa e tecnicamente viável, colaborando. Acho que é esse o caminho, o caminho do diálogo, do controverso. E parabenizar toda a equipe técnica. Eu queria ressaltar que realmente melhoria é uma melhoria contínua. Nós antes de entrarmos no COPAM víamos a necessidade de uma melhoria da participação do terceiro setor ambientalista aqui, se fazer mais presente, fazer as visitas técnicas, pedir vistas, visitar mesmo os empreendimentos, que é o que nós estamos fazendo. Muito obrigado. Parabéns a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Fernando. Ainda com o Conselho. Sem manifestação. Então senhores conselheiros, não havendo mais a tratar no processo, coloco em votação o item 10.1, Mosaic Fertilizantes P & K Ltda. Como vota a Assemg?” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Assemg vota favorável, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sede, como vota?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Sede vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese: “Sedese vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Paulo Eugênio colocou como impedido. Copasa, como vota?” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Segov, como vota?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues

Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sindiextra, como vota?” Conselheira Denise Bernardes Couto/Sindiextra: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta, como vota?” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Voto favorável, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “IHMBio, como vota?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Contrário, senhor presidente. Baseado na questão de existir uma barragem de mineração e existirem pessoas e comunidades a jusante, eu voto contrário.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “ANM, como vota?” Conselheiro Rubens Gilberto da Silva/ANM: “Rubens, da ANM, vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dom Helder Câmara, como vota?” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “Voto favorável, com a observação de que existe a questão do empilhamento e que isso é uma questão séria. E incentivar as empresas, mais uma vez, a buscar mais suporte com relação a essa questão do empilhamento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado. Então processo deferido por dez votos favoráveis, um contrário e um impedimento.”

11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE EXCLUSÃO / ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES DA LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO. 11.1) Agroindustrial Delta de Minas S/A. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; extração de rocha para produção de britas e unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a seco. ANMs: 812.723/1970, 809.959/1969, 833.139/1993, 830.607/1985, 831.331/2008 e 830.906/2005. Sete Lagoas/MG. PA/Nº 00348/1998/014/2015. SEI/Nº 1370.01.0000113/2021-32. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM.

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Passamos, senhores conselheiros, para o item 11.1, Agroindustrial Delta de Minas S/A. Não há destaque por parte do Conselho. Nós temos inscritos para este ponto de pauta. Chame os inscritos, por favor, Jeiza.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Primeiro inscrito, senhor presidente, é o Sr. Felipe Gomes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, está na sala?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, eu vou chamar o próximo, depois a gente retorna ao Sr. Felipe, que ele já está acessando. Próximo inscrito, Sr. Sebastião Fortunato... Não está na sala. Sr. Artur Colito. Próximo inscrito, Sra. Ingrid Rodrigues. Não está na sala a Sr. Ingrid. Roseli Correia. Não está na sala. Sra. Camila Carvalhal. Não está na sala. Sra. Kátia Rabelo. Não está na sala. O Sr. Felipe Gomes já entrou na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, pois não, com a palavra. O senhor tem 5 minutos.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Olá, pessoal. Bom dia. Eu gostaria de dizer, eu fiquei muito assustado com algumas falas aí. Não é nada fácil para que a população se manifeste, e parece que incomoda muito essa manifestação popular, quando as pessoas estão organizadas, vêm cá, começam a falar. Falam de forma não direcionada a nenhum conselheiro, mas sim a todo o processo, e alguns conselheiros parecem tomar para si aquilo que foi dito. Salvo melhor juízo, até onde eu entendi, a Solange em momento nenhum falou nada diretamente a nenhum conselheiro aqui. Ela falou o sentimento que ela tem disso tudo aqui. E não sei se lembram, teve inclusive, se eu não me engano, salvo melhor juízo também, uma investigação do TCE, do Tribunal de Contas do Estado, que provou que não existe igualdade de forças, que não é um conselho paritário, que as decisões são majoritariamente favoráveis. Teve uma investigação sobre isso. Me corrijam se eu estiver errado. Falo isso com muita tranquilidade, tanto que teve aquela renúncia coletiva das ONGs, que chegaram à conclusão de que não adiantava. Ficavam aqui... Tivemos lá o crime da Vale, com 272 vítimas enterradas vivas, e o Conselho concedeu uma licença de ampliação, se eu não me engano, um mês antes. Tem aí a Tamisa, a licença está suspensa porque não foi escutado o quilombo Manzo, e agora o Estado entende mais uma liberalidade, ‘ah não, tem que estar em um determinado nível de processo’. A Justiça Federal não entendeu assim, porque é o mesmo quilombo Manzo que não foi escutado lá no caso da Tamisa que não foi escutado no caso da Fleurs. Simples assim. E votaram. Vamos ver o que vai dar, vamos ver se a Justiça vai concordar com o Estado de Minas Gerais ou não. Espero que não, do fundo do meu coração. E eu queria chamar a população para ocupar esse espaço. Agradecer muito todo mundo que veio aqui, se manifestou, que é direito, é o direito constitucional, Art. 225, ‘defender o meio ambiente equilibrado para as gerações futuras’. Se a população entende que este Conselho não representa ou parte da população entende que este Conselho não está representando, assim como o Tribunal de Contas do Estado, se eu não me engano, salvo melhor juízo, falou, tem todo o direito. E eu fico imaginando quais serão as mudanças que virão no Regimento Interno que já começam a ventilar. Quando teve a reunião da Tamisa, fizeram também mudança no Regimento Interno. Se eu não me engano, o Yuri se puder me corrigir, não tinha reunião de continuidade naquele momento. Agora teve. Aí, Yuri, eu te faço mais uma pergunta: já teve algum processo que teve duas reuniões de continuidade, alguma reunião, ou o máximo foi uma? Porque realmente eu acho que a população deveria se manifestar e fazer reuniões em continuidade ad aeternum. Existem brechas, por exemplo, pode ir lá e dar ad referendum à licença, igual o Shelley de Souza Carneiro fazia com uma maestria. Foi a época que eu trabalhei no órgão ambiental, ele trabalhava na Superintendência de Política Ambiental. Era tanta licença ad referendum que eu ficava assustado. Eu nem entendia o motivo, depois eu vim a entender como que as peças se encaixavam. E quando a gente vê uma pessoa falando que já imagina a votação, me desculpa, Heleno, não é sendo ‘Mãe Dináh’. Veja as votações, a grande maioria. Antigamente eram dois, três votos contrários, mas só. Hoje está tendo muito você. Obrigado por estar votando contra, por ter votado contra, inclusive, à Fleurs, votou contra agora. E aí pessoal, trazendo aqui para este empreendimento, eu volto a fazer as mesmas perguntas, em especial ao empreendedor. Você tem autos de infração, você tem auto de infração por impedir fiscalização do órgão ambiental, tem auto de infração por apresentar informações falsas ao processo de licenciamento ambiental, tem autos de infração por desrespeitar o

embargo da SEMAD de suspensão de atividades mais de uma vez, tem autos de infração por desmate de Mata Atlântica? Como é que está a questão climática no seu processo? Você levou em conta ou quando vai citar de clima cita só o clima da região onde você está instalado? A questão climática fez parte dos seus cálculos do seu sistema de drenagem? Qual é o tempo de recorrência adotado no cálculo dos sistemas de drenagem deste empreendimento que está em processo de licenciamento agora? Gostaria de questionar: quem foi que fez este parecer? Foi uma empresa que presta serviço para a mineração e mesmo assim elaborou o parecer que o Estado depois foi lá referendar ou foi feito por servidores com estabilidade, que podem se posicionar contrário sem ter risco de serem movidos de local?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, o prazo de 5 minutos já foi, eu dei o prazo já de 1 minuto. O senhor tem interesse de solicitar prazo adicional?” Felipe Gomes/sociedade civil: “Solicito aos conselheiros a análise do prazo adicional.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, os conselheiros que concordarem, por favor, se manifestem. Os contrários permaneçam como estão.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, eu manifesto contrário.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Somente um foi favorável, então não tem prazo adicional ao senhor. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sr. Murilo Laurindo.” Murilo Laurindo/Agroindustrial Delta de Minas S/A: “Bom dia, meu nome é Murilo Laurindo, sou gerente de meio ambiente da Agroindustrial Delta de Minas. Quero agradecer a oportunidade ao presidente e a todos os conselheiros. Só talvez respondendo um pouco... Então eu queria reforçar aqui o agradecimento pela oportunidade. Represento a Agroindustrial Delta de Minas. Só tentando responder o questionado. O nosso empreendimento é uma mineração de calcário, mineração a seco. E essa mineração está licenciada, então segue todos os requisitos da norma. Então o processo de licenciamento nós temos, nós estamos vendo hoje é um adendo no processo de licenciamento, já é uma licença de 2019. Essa empresa produz calcário com uma fábrica de cimento e segue todas as normas, todas as leis. Não temos nenhum processo ilegal. Então foi feito um parecer muito bem-feito pela URA Central, que certamente pode depois falar sobre ele. Então estou à disposição, mas reforçando que nós seguimos todas as leis, as normas, então o parecer demonstra tudo isso. Se precisar de mais esclarecimentos, senhor presidente, conselheiros, estou à disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, agradeço, Sr. Murilo. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Solange Rodrigues. Não está na sala. Sra. Juliana Minardi. Não está na sala. Sr. Paulo Baptista. Não está na sala. Isadora Muller. Não está na sala. Adriane Aparecida Rodrigues. Não está na sala. Carolina Laboissiere. Não está na sala. Vera Inez. Não está na sala. Sra. Débora Pôssa Pereira.” Débora Pôssa Pereira/Agroindustrial Delta de Minas S/A: “Bom dia, pessoal. Eu sou representante da Agroindustrial, do jurídico. Só reforçando o que o Murilo já colocou, caso alguns conselheiros tenham tido dificuldade para escutar, o nosso processo não é para concessão de licença. Nós temos uma licença já concedida em 2019. É um processo de adendo para ajuste das condicionantes e outras questões relacionadas ao empreendimento. Sobre os questionamentos feitos, o empreendimento não tem nenhum auto de infração lavrado por impedir fiscalização, prestar informação falsa, desrespeitar suspensão de atividades ou embargo. O processo está bem instruído. O Parecer Único da URA está bem explicativo, com todas as questões que levaram a esse adendo. E havendo alguma outra dúvida eu fico à disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sr. Agnes Felipe. Não está na sala. Sr. Elgen Leonardo. Não está na sala. Helena Lopes. Não está na sala. Geraldo de Oliveira Pereira. Não está na sala. Polyana Gandra. Não está na sala. Antônio Marcos Oliveira. Não está na sala. Taynara Estefane. Não está na sala. Camila Cortielha. Não está na sala. Yuri Correia. Não está na sala. Sra. Doralice de Oliveira. Não está na sala. Wânia Walquíria. Não está na sala. Diorela Bruschi. Não está na sala. André Silvério. Não está na sala. Roberto Celso. Não está na sala. Não está na sala. Maria Teresa. Está na sala, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Maria Teresa...” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Bom dia, novamente. Em relação a esse processo de licenciamento, eu tenho só algumas dúvidas e uma pergunta. Eu li o Parecer Único, entendi que tem a ver, como está aqui claramente colocado, com a questão de alteração de condicionante de um processo de licenciamento concomitante e que tem a ver com três cavidades: B190, B205 e B211. Está claro que é um empreendimento que tem toda uma tramitação, que começou, como está na própria página 4, já a partir de uma Licença de Operação Corretiva nos idos de 98. É informado que no decorrer do tempo a produção foi ampliada, novas frentes de lavra adquiridas, resultando em diversos processos de licenciamento, que foram unificados no único processo de 2013, que recebeu um certificado. Então foi esse certificado de LO de 2014, que é informado que tinha validade até 29/4/2017, ou seja, sete anos, e que vem ainda sem uma revalidação, porque na página 4 diz ‘cuja revalidação se encontra em análise’. Tem aqui o número do processo, que deve ter sido formalizado no tempo legal para continuar valendo essa Licença de Operação, após sete anos sem um processo de renovação da Licença de Operação desse empreendimento, com todas as suas estruturas unificadas, em 2013. Aí informa – e aí vem a minha dúvida – sobre um outro processo inicial, um outro processo de 2015, falando que foram então apresentados estudos. Eu imagino que é um processo de alguma coisa nova dentro desse conjunto, desse complexo minerário, e que informa no parecer que não puderam ter sido apresentadas na sua completude para ser analisados no Parecer Único que concedeu essa licença em 2019, e que naquela época já foram indicadas complementações necessárias para que se procedesse a devida análise. Então uma primeira dúvida é: se foi concedida em 2019 uma licença LP + LI + LO nº 210/219, isso foi concedido apesar de haver necessidade de complementações necessárias para se proceder à devida análise? Isso ficou alvo de um questionamento porque esses detalhes não estão no que se refere a uma licença concedida. E aí finaliza na

página 4 dizendo: 'Ressalta-se que, como desdobramento, o presente adendo ao parecer sugere a inclusão de condicionantes nessa licença de 2019 do resgate espeleológico e de manifestação do Iphan'. Tem a ver, inclusive, com a possibilidade de supressão dessas cavidades. E coloca como condicionante precisamente o que seria o documento importante para saber se é possível haver a supressão e o resgate. Coloca como condicionante 2, na página 22, 'apresentar a manifestação do Iphan quanto à ausência de relevância histórica e cultural dessas três cavidades'. E coloca na condicionante 'antes das intervenções'. Ou seja, mais uma vez, ao longo desse tempo todo da atuação, inclusive no COPAM, estou diante de um processo licenciamento já para deliberar sobre a possibilidade de supressão de cavidades nesse adendo, mas colocando a apresentação da manifestação do Iphan a posteriori da decisão que vai ser tomada. Lógico, está colocado também que no caso a autorização para supressão da cavidade somente se realiza após a emissão da manifestação do Iphan, declarando a ausência do atributo..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Maria Teresa, a senhora precisa de prazo adicional? Porque aí eu tenho que colocar em votação." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "Na realidade, é o prazo de 1 minuto, mas seria necessário para eu terminar esse fechamento aqui." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Então prazo adicional para a Sra. Maria Teresa. Quem concordar se manifesta, quem for contra permaneça como está. Sim pelo Fernando, sim pelo Paulo, sim pela Maria Eugênia, sim pelo João, sim pelo Dr. Thiago, Fernando, pelo Rubens, Alessandro... Então 5 minutos adicionais. Sim pelo José Antônio também." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "Então como eu estava colocando nós estamos diante de algo que fere até a lógica e o rito. Então reparem. Sempre é colocado que são decisões técnicas. Este Conselho hoje vai deliberar se concede a possibilidade desse adendo, inclusive prevendo a supressão de três cavidades, com um Parecer Único que informa como condicionante que o Iphan tem que se manifestar quanto à ausência da relevância, antes das intervenções. Se o Iphan ainda não se manifestou, e vai ser feito a posteriori, como é que esse rito está correto de deliberação, falando do âmbito técnico, se ainda não tem a manifestação? Ou seja, hoje, se o COPAM decidir conceder esse adendo, está deliberando pela autorização para supressão dessas três cavidades e resgate arqueológico, ou seja, está tomando uma decisão técnica baseada num parecer que é colocado como parecer técnico do órgão ambiental do Estado, que diz que precisa de uma manifestação antes de se poder autorizar a supressão. Eu só queria deixar registrado. Não é a primeira vez. Quando eu fui conselheira da CMI, isso também aconteceu. Continuamos testemunhando isso reiteradamente. E espero que um dia as questões legais, as questões jurídicas, elas também tenham uma coerência até técnica. Porque como é que eu hoje vou deliberar como um julgador de um licenciamento que pode suprimir previamente a uma manifestação do Iphan? É isso, é só para registrar essa incoerência que eu vejo nesse processo de licenciamento. Deveria sempre se ter as manifestações antes para quando se deliberar tecnicamente e juridicamente estar deliberando a partir de questões concretas e reais no momento adequado. Encerro aqui a minha fala." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu estou vendo que a Sra. Débora levantou a mão. Sra. Débora, os inscritos falam apenas uma vez. Eu abro exceção quando há uma solicitação por parte do conselheiro, Eu vou aguardar a manifestação da equipe, qualquer coisa eu retorno à senhora. A senhora é procuradora, não é? Advogada constituída?" Débora Pôssa Pereira/Agroindustrial Delta de Minas S/A: "Isso." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então a senhora sendo advogada constituída, conforme previsão do Estatuto da OAB, eu passo a palavra à senhora. Pois não." Débora Pôssa Pereira/Agroindustrial Delta de Minas S/A: "Obrigado, senhor presidente. Só trazer alguns esclarecimentos sobre esse ponto que foi levantado pela inscrita que falou antes de mim, que pode até solucionar as dúvidas. Quando o Parecer Único fala no início, no histórico do empreendimento, que não tiveram alguns documentos apresentados na concessão da licença de 2019, na verdade, são documentos relacionados ao pedido de supressão de cavidade que agora foi apreciado neste Parecer Único. Então o empreendimento apresentou o que foi necessário. Só para reforçar que não faltaram estudos em relação à operação do empreendimento. Foram apresentados esses estudos de modo a se fazer a caracterização do grau de relevância dessas cavidades. Dentre esses estudos, conforme consta na tabela do Parecer Único na página 13, tabela 2, o empreendimento já destacou que está ausente a relevância histórica, cultural e religiosa nas cavidades. Só que para isso, seguindo o que a legislação fala, tem que ter uma manifestação do Iphan. O Iphan não se manifestou no prazo de 120 dias que prevê a legislação mineira. E, conforme previsto no Decreto 47.383/2018, o órgão ambiental está autorizado a conceder. A sistemática é: a conceder licenças, no caso, a conceder o adendo sem a manifestação quando ela não é tempestiva. O Iphan não manifestou tempestivamente, ficando o empreendimento impedido de fazer qualquer ação até que se apresente a manifestação do Iphan. Então não tem qualquer ilegalidade na continuidade do processo de licenciamento, conforme feito pela URA CM. Esse adendo só autoriza a supressão da cavidade B190, não autoriza a supressão das três cavidades. E para que essa supressão da cavidade seja feita o empreendimento vai ter que apresentar a manifestação do Iphan, que ainda não foi concluída por uma questão de prazos procedimentos da autarquia federal. Essa manifestação, se vier a ser contrária à supressão dessa cavidade, a empresa tem um comprometimento de apresentar isso para o órgão ambiental, inclusive como condicionante, e não vai fazer a supressão da cavidade. Mas, não sendo, o processo segue o trâmite normal. O que vemos aqui é uma aplicação do princípio da eficiência da administração pública. Quando o órgão já concluiu a sua análise, mas aí tem um outro órgão, que não é da competência estadual, que não conseguiu concluir, a legislação autoriza a conclusão do processo, ficando só sem efeitos. Acho que são esses os esclarecimentos que precisavam ser feitos sobre processo, acho que isso esclarece as dúvidas da senhora – perdão, esqueci o nome – que falou antes de mim. E caso algum conselheiro também tenha alguma dúvida eu fico à

disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço. Pois não.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, eu só queria aproveitar a oportunidade da nobre advogada só para que ela reforce: já existe o laudo técnico da própria empresa da relevância, estipulando os graus. Correto? Que está dentro do processo. É isso?” Débora Pôssa Pereira/Agroindustrial Delta de Minas S/A: “Isso, senhor conselheiro. Que foi validado pelo órgão. Todas as três cavidades consideradas como baixa relevância.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Perfeito. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Daniela Godinho. Não está na sala. Antônio Wilson. Não está na sala. Sr. Lucas de Ávila. Não está na sala. Sr. Cláudio Britto Silveira. Não está na sala. Helena Duarte. Não está na sala. Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Élide Murta. Não está na sala. Aparecida Ribeiro. Não está na sala. Vander Meira. Não está na sala. Lucas Monteiro Mourão. Não está na sala. Taciana Souza. Não está na sala. Gabriel de Castro Rocha informou que não vai se manifestar. Ludmila Alves Rodrigues. Não está na sala. Ana Patrícia Barbosa de Souza. Não está na sala. Bruno Victor Moreira Ricci. Não está na sala. Sr. Elvis Eleno da Silva também informou que não vai se manifestar. Sra. Gabriele Araújo também informou que não vai se manifestar. Karen Suzana Arroyo. Não está na sala. Ludmila Alves. Não está na sala. Edneia Aparecida de Souza. Não está na sala. Daniela Amaral também informou que não vai se manifestar. Yula Fernanda. Não está na sala. Olímpia Leal de Oliveira também informou que não vai se manifestar. Sr. Antônio Wilson de Oliveira Malta. Não está na sala. Senhor presidente, encerramos as listas de inscrições.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Retorno ao Conselho. Algum destaque?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “Senhor presidente, restou demonstrado claramente que essas reuniões foram convocadas para obstruir nossos trabalhos aqui nesta Câmara. Veja bem a quantidade de pessoas que não compareceram aqui para se manifestar, ou seja, não teriam interesse nenhum em se manifestar nesse processo, só fizeram inscrição para conturbar essa reunião, para atrapalhar essa reunião. Isso é crime, senhor presidente, previsto na própria Carta Magna brasileira. Então a gente poderia anotar o nome dessas pessoas, deixar anotado em ata, inclusive, constar em ata, inclusive, todas elas, para que possamos, futuramente, ver se vai haver novamente algo recorrente dessa forma. Havendo, senhor presidente, eu acho que é mais do que justo a SEMAD, o Estado, tomar uma providência contra esse tipo de pessoa. A gente não pode ver aqui numa reunião tão importante como são as reuniões do COPAM e passar por essas situações. As pessoas se inscrevem para conturbar uma reunião, para atrapalhar uma sessão de julgamento, e aí fica por isso. Não pode mais ficar por isso. Pessoas que se inscreveram e tinham realmente interesse de falar sobre os processos aqui se manifestaram. Muito obrigado, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação, Sr. Heleno. Ainda com o Conselho. Sem manifestação adicional, passo a palavra à equipe da URA Central.” Giovana Randazzo Baroni/URA Central Metropolitana: “Bom dia, presidente. Eu queria agradecer a participação dos inscritos no exercício dessa cidadania ativa aqui nesta Câmara porque, além de legítimo, isso também traz legitimidade para as decisões administrativas que estão sendo deliberadas no nosso processo de licenciamento e contribui também para melhoria do nosso serviço, inclusive com aprimoramento do nosso trabalho em prol do movimento econômico e do equilíbrio ecológico. Sobre os questionamentos que foram feitos aqui, eu queria falar que muito se falou do Art. 225 da Constituição, e temos que saber que ele tem que ser interpretado juntamente com outros artigos também da Constituição. Então temos que interpretar de forma conjunta. E um dos artigos também é o 170, que fala do desenvolvimento sustentável. Dignidade, cidadania, é também direito fundamental, igual foi falado aqui por alguns conselheiros, o direito ao trabalho, à existência digna. E tem o desenvolvimento sustentável, além do equilíbrio ecológico também. E o licenciamento ambiental é muito importante para trazer esse desenvolvimento sustentável, porque é o licenciamento que traz isso para regularização, essas atividades para regularização. Isso é importante e é um instrumento essencial da política nacional do desenvolvimento. Sobre os questionamentos se o Parecer Único foi elaborado por servidores, eu sou servidora, sou coordenadora de controle processual da Unidade Regional Central Metropolitana, sou servidora de carreira há mais de dez anos. Outros membros que também elaboraram o parecer também são servidores de carreira. Sobre os autos de infração, a empresa já falou. Sobre os questionamentos relacionados à questão climática, drenagem, tempo de recorrência, isso não se aplica porque este adendo à licença originária trata apenas de análise dos estudos de relevância, que até então, quando foram apresentados no processo originário, não tinham sido satisfatórios. Então o parecer estabeleceu certas restrições às operações da empresa relacionadas a essas três cavidades, até que fossem elaborados esses estudos de análise das relevâncias das cavidades, que agora foram apresentados e foram analisados pelo órgão ambiental competente, sendo definida a relevância dessas cavidades como de baixa relevância. Ainda assim, somente está sendo autorizada a supressão de uma delas, porque as outras duas compõem a área de influência de outras cavidades. Então a área irá permanecer protegida. Foi solicitada a inclusão de condicionantes. Uma dessas inclusões seria que fosse apresentada a manifestação do Iphan sobre esses atributos de relevância histórica, cultural e religiosa das três cavidades, antes de qualquer intervenção. Então não existe prejuízo porque não vai haver intervenção até que haja essa manifestação do Iphan. Isso foi feito em prol dos princípios da precaução e da prevenção, uma vez que a relevância já foi até definida pelo órgão ambiental. Não tem qualquer prejuízo porque nós não estamos autorizando aqui a intervenção, até a apresentação dessa manifestação pelo Iphan. As compensações, como são de baixa relevância, não são incididas no decreto. Então seria isso, presidente. Não sei a equipe técnica também quer complementar alguma coisa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Giovana. Pois não, Gabriel.” Luís Gabriel Menten Mendoza/URA

Central Metropolitana: “Bom dia, presidente, bom dia a todos que nos acompanham. Só mais um registro adicional. Foi feita, como dito, a comunicação ao Iphan, e o prazo definido foi cumprido. E o que esse adendo autoriza são impactos sobre apenas uma cavidade, a B190. As outras duas, a B205 e a B211, não foram autorizadas por pertencerem ao grupo 1 de cavidades, sem relevância definida, em que pese ser necessária a manifestação do Iphan para a conclusão da definição da relevância dessas duas cavidades. Acho que os outros itens foram contemplados, as outras perguntas foram respondidas, tanto pela advogada da empresa quanto pela coordenadora de controle processual, a Giovana. Eu creio que não precisamos de complementações adicionais por parte da equipe técnica. De todo modo, permanecemos à disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação do Gabriel e da Giovana. Retorno ao Conselho.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente... Muito obrigado, senhor presidente. Eu queria parabenizar a Giovana. Esse foi o entendimento da Zeladoria do Planeta na hora da leitura do processo. E assim que tiver o aval do Iphan com relação às demais cavidades a Zeladoria se compromete a fazer a visita técnica nesse empreendimento futuro. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Fernando. Dr. Thiago, pois não.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Bom dia a todos. Presidente, eu queria só me manifestar sobre um ponto que muito bem a Giovana colocou. E aliás parabéns pela manifestação, Giovana. A Giovana mencionou a respeito do que vem sendo falado toda hora nessas últimas reuniões, o Art. 225 da Constituição, e lido separadamente dos outros 249 artigos que a nossa Constituição da República tem. A Giovana mencionou isso muito bem, o senhor presidente, como advogado também, sabe da necessidade de interpretação da Constituição como um todo e não somente de artigos em separado. E aproveitando o que a Giovana disse eu vou ler um trecho de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que fala exatamente o que ela disse e que é extremamente necessário termos em mente aqui. É um acórdão relatado pelo ministro Luiz Fux, o acórdão do Código Florestal, que foi muito falado no Brasil nos últimos tempos. E ele diz, na página 4: ‘Deveras não se deve desprezar que a mesma Constituição protetora dos recursos ambientais do país também exorta o Estado Brasileiro a garantir a livre iniciativa (artigos 1º, IV, e 170) e o desenvolvimento nacional (art. 3º, II)...’ Artigo 170, o mesmo da ordem econômica que a Giovana muito bem citou. ‘... a erradicar a pobreza e a marginalização, a reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III; art. 170, VII), a proteger a propriedade (art. 5º, caput e XXII; art. 170, II), a buscar o pleno emprego (art. 170, VIII; art. 6º) e a defender o consumidor (art. 5º, XXXII; art. 170, V) etc.’ Então entre aspas o que disse o Supremo Tribunal Federal sobre a necessidade de interpretarmos a Constituição como um todo e não somente o Art. 225 e muito bem dito pela Giovana. Obrigado, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Dr. Thiago. Ainda com o Conselho. Sem manifestação adicional, em votação item 11.1, Agroindustrial Delta de Minas S/A. Como vota Assemg? Eu retorno ao João daqui a pouco. Sede, como vota?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Codemig, como vota?” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira/Codemig: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Copasa, como vota?” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Favorável ao parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Segov, como vota?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sindiextra, como vota?” Conselheira Denise Bernardes Couto/Sindiextra: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta, como vota?” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Voto favorável, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “IHMBio, como vota?” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: “De acordo com o parecer, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “ANM, como vota?” Conselheiro Rubens Gilberto da Silva/ANM: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dom Helder Câmara, como vota?” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “Sigo o parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Assemg, como vota?” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, processo aprovado por 12 votos favoráveis.” **5) EXAME DA ATA DA 112ª REUNIÃO, DE 28/6/2024 (INVERSÃO DE PAUTA)**. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu retorno, conselheiros, à ata da 112ª reunião, de 28/6/2024. Algum destaque por parte do Conselho?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sem destaque. Temos inscrito, senhor presidente.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Presidente, eu gostaria de fazer um destaque.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Maria Eugênia.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Em relação à minha fala na última reunião, na verdade, na reunião que se refere a essa pauta, foi falado por um manifestante que eu havia dito a palavra ‘crime ambiental’. Eu só queria enfatizar isso. Em relação ao processo da Fleurs, o que eu comentei é que foram ditas as palavras ‘multas’ e ‘infração’, não a palavra ‘crime’. Era só para deixar isso registrado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Maria Eugênia. Como a transcrição está sendo feita de forma integral, a gente deixa isso registrado.” Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “OK, obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço. Mais algum conselheiro? Temos inscritos para este ponto de pauta?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sim, senhor presidente. Temos inscritos. Vou chamar o primeiro, vou projetar também para registrar. Primeiro inscrito, Sr. Felipe Gomes. Sebastião Fortunato não está na sala. Senhores conselheiros e demais que estão nos ouvindo, não há ninguém na sala, mas, entretanto, para registrar, nós vamos chamar todos os listados que fizerem inscrição para este item de pauta. Próximos inscritos seriam Sra. Ingrid

Rodrigues, Roseli Correa, Camila Carvalhal, Kátia Benati, Solange Cirino, Juliana Minardi, Paulo Baptista, Isadora Muller, Adriane Aparecida, Vera Inez, Agnes Antunes, Elgen Leonardo, Helena Lopes, Geraldo de Oliveira, Polyana Gandra, Antônio Marcos de Oliveira, Taynara Estefane Ferreira, Camila Cortielha, Yuri Correia, Doralice de Oliveira e Silva, Wânia Walquíria Bragança, André Silvério, Roberto Celso, Maria Teresa. Maria Teresa, a senhora gostaria de se manifestar no item da ata?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Sra. Maria Teresa.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Eu estou trazendo aqui algumas preocupações, aproveitando os ‘Assuntos Gerais’, que é primeiro...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Maria Teresa, estamos no item da pauta, ‘Exame da ata da 112ª’...” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Desculpa. Como eu entrei na sala, eu pensei que era ‘Assuntos Gerais’. Já estou saindo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Maria Teresa, é que a senhora também estava inscrita neste, e nós estamos lendo os inscritos. Próximo vai ser ‘Assuntos Gerais’. Sr. João Bosco de Carvalho, Daniela Vidigal, Lucas de Ávila, Cláudio Britto, Helena Duarte, Euler de Carvalho Cruz, Élda Murta, Aparecida Ribeiro, Sandoval Filho, Vander de Meira Pereira, Taciana Souza Rego, Lucas Monteiro Mourão, Gabriel Castro Rocha, Ludmila Alves Rodrigues, Ana Patrícia Barbosa de Souza, Bruno Victor, Elvis Eleno, Gabriel Araújo, Karen Suzana, Ludmila Alves, Edneia Aparecida, Daniela Amaral, Yula Fernanda, Olímpia Leal, Sr. Antônio Wilson. E o Sr. Felipe, que também já entrou na sala, e eu vi que ele pediu manifestação, senhor presidente. Esse é o item da ata.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, o senhor tem 5 minutos. Pois não.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Olá, muito bom dia a todas, a todos. Presidente, assim como foi definido que esta reunião e a anterior serão transcritas na íntegra, gostaria de sugerir ao senhor que o fizesse o mesmo na reunião 112. Eu fiz inúmeras manifestações em todos os processos, e não consta minha manifestação em nenhum dos processos, o que consta é somente a manifestação, se eu não me engano, no ‘Assuntos Gerais’, ao final da reunião. Então eu não tenho nem como comentar se estava ok, se não estava aquela manifestação nos processos, porque lá constou somente a decisão. Então eu gostaria de fazer esse pedido. Senão a transcrição integral da reunião, se vocês acharem inadequado, como o senhor bem diz várias vezes, ‘agora é só a ata sucinta’, eu gostaria de pedir que as minhas falas fossem transcritas na integralidade, se possível, em toda reunião. E aí, sendo acatado isso, já solicito, peço que seja avaliada a inclusão na próxima reunião da CMI, novamente, o exame da ata para que a gente tenha a possibilidade de fazer os devidos ajustes que porventura possam ocorrer. Queria também perguntar, presidente, se fosse possível, quando eu pedi tempo adicional na minha última manifestação, o senhor virou e falou que apenas um conselheiro concedeu o tempo adicional: eu gostaria, se fosse possível, porque estou no celular, eu não consigo ver as manifestações, temos esse problema com o Zoom quando estamos no celular; inclusive não consigo ver o meu tempo, não sei quanto tempo já transcorreu. Mas gostaria que me fosse informado qual foi o conselheiro que me deu esse voto de confiança. Os outros, não, ok, é do jogo. Uma vez eu falei isso aqui, ficaram bravo comigo, que eu falei ‘é do jogo’. Mas é do jogo. É do jogo ter o tempo, é do jogo não ter o tempo. Na reunião inicial desta aqui, estavam brilhantemente concedendo o tempo adicional a todo mundo, só não concederam à Solange, por ela ter falado fora do ponto de pauta. Mas ela até se explicou, porque é bem complexo aqui acompanhar essa reunião e tudo mais, saber o momento de fala e tal. É muito ruim. Então presidente, para que a gente consiga trabalhar direitinho, eu gostaria muito de solicitar a vossa senhoria que avaliasse a possibilidade da transcrição, na integralidade, da ata da reunião 112, e, se isso não for acatado, a transcrição integral de todas as minhas falas; e se algum desses dois pontos for acatado que esta ata volte à deliberação na próxima reunião para que a gente possa opinar sobre a correção, sobre se tem algum ponto a ser adequado ou não. Era isso. Muito obrigado. E eu volto a falar no ‘Assuntos Gerais’. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em relação à ata, a da reunião passada é sucinta, ela já foi transcrita. Então indefiro as duas solicitações do senhor, tanto a transcrição da sua fala como qualquer alteração de mudança, a não ser aquela que foi votada na presente data ou que foi destaque na presente data. Em relação ao conselheiro que votou favorável à sua manifestação, salvo engano, foi o conselheiro Paulo Eugênio, da Codemig. Só esclarecer que não é agora que a ata é sucinta, a ata é sucinta desde 2012. Então sempre foi assim, sempre a transcrição foi de ata sucinta. Nós só repetimos neste novo Regimento. Conselheiros, não havendo mais nada em relação à ata... Paulo, pois não.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira/Codemig: “Só para esclarecer que eu comungo dos mesmos princípios que o presidente, que todos tenham chance de se manifestar, mesmo que essa manifestação não nos agrade. Então não é por preferência, não é por concordar nem discordar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Paulo. Então em votação a ata. Assemg, como vota.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Assemg favorável, presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sede, como vota?” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Sede favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sedese, como vota?” Conselheira Barbara Queiroz Abras Franco/Sedese: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Codemig, como vota?” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira/Codemig: “Codemig vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Copasa, como vota?” Conselheiro Alessandro de Oliveira Palhares/Copasa: “Copasa favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Segov, como vota?” Conselheira Elisa Borges Moreira/Segov: “Segov favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ciemg, como vota?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sindixtra, como vota?” Conselheira Denise Bernardes Couto/Sindixtra: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Zeladoria do Planeta, como vota?” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Favorável, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “IHMBio, como vota.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do

Nascimento/IHMBio: “Favorável, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “ANM, como vota.” Conselheiro Rubens Gilberto da Silva/ANM: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Dom Helder Câmara, como vota?” Conselheiro José Antônio de Sousa Neto/Dom Helder Câmara: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ata aprovada por 12 votos favoráveis.” **12) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Passo ao último ponto da nossa pauta, ‘Assuntos Gerais’.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, Fernando Benício, Zeladoria do Planeta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Fernando.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Senhor presidente, demais conselheiros, eu gostaria de falar do orgulho que eu tenho de participar desta ilibada casa, este Conselho que prima por preservar o meio ambiente, por analisar todos os processos de pauta com muita dedicação. Gostaria de relembrar que existiu realmente uma debandada do terceiro setor desta casa, recentemente, uma debandada que infelizmente não foi compactuada com os demais do terceiro setor ambientalista do Estado. Foi uma iniciativa de algumas entidades e que deixou uma lacuna gigantesca, abandonando, deixando o meio ambiente. E lembrar que o servidor público, enquanto estamos aqui, somos equiparados ao servidor público. Então é um abandono também das suas obrigações. E que a Zeladoria do Planeta e as demais entidades que temos aqui eu tenho certeza que estão representando um trabalho digno, sério, fazendo as visitas técnicas, o que tanto faltou nas gestões passadas dos antigos ocupantes desta cadeira. Eu gostaria de ressaltar também a importância da equipe técnica que nos dá suporte, desta casa. Muito obrigado. E dizer que estamos aqui, a Zeladoria do Planeta, pronta para ouvir todas as entidades, o Sr. Felipe... Estamos aqui, ele tem meu canal de comunicação. Estamos aqui enquanto representantes deles para poder ouvir as suas opiniões, estamos abertos aqui para poder trabalhar em conjunto. Muito obrigado a todos. E um ótimo resto de reunião, um ótimo dia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, conselheiro. Eu passo aos inscritos.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, primeiro inscrito, Sr. Felipe Gomes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sr. Felipe, o senhor tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Presidente, eu queria só pedir um segundinho porque eu estou no meio da estrada. Passa para os próximos, depois deixa eu voltar, porque eu não tenho nem como parar o carro onde eu estou. Pode ser?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, pode sim.” Felipe Gomes/sociedade civil: “Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sra. Glaucia Cristine. Não está na sala. Daniel Cruz. Não está na sala. Luiz Fernando Vieira Tropa. Não está na sala. Alva Rodrigues. Não na sala. Rosiane Souza. Não está na sala. Renata Cristina. Não está na sala. Gilberto Todt. Não está na sala. Antônio Pomar. Não está na sala. Tânia Rosalina. Não está na sala. Cristiane Bomtempo. Não está na sala. Bruno Cesar Araújo. Não está na sala. Isabella Gonçalves Miranda.” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Por gentileza, senhores conselheiros. Yuri, eu só justifico aqui, a deputada Isabella Gonçalves, Bella Gonçalves, se encontra em plenário, está fazendo a oposição ao regime de recuperação fiscal e neste momento não consegue se manifestar. Mas de todo modo eu também, enquanto assessoria, fiz a minha inscrição e solicito daqui a pouco, no meu momento, então, na ordem dos inscritos, a manifestação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu chamo a senhora.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Próximo inscrito, Sr. Sebastião Fortunato. Não está na sala. Artur Colito. Não está na sala. Ingrid Rodrigues. Não está na sala. Roseli Correia. Não está na sala. Sra. Camila Carvalhal. Não está na sala. Sra. Amanda Couto. Sra. Amanda, é a senhora que é assessora, não é?” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Isso mesmo. Bom dia a todos. Sou Amanda, assessora da deputada estadual Bella Gonçalves. De antemão, eu gostaria de solicitar autorização para ter o prazo estendido para a manifestação, de mais 5 minutos. Peço que os conselheiros, nobres pares, possam por gentileza aprovar, porque eu gostaria de exibir dois pequenos vídeos muito breves, mas que eventualmente excedam esses 5 minutos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores conselheiros, em votação prazo adicional a Sra. Amanda. Se os conselheiros concordarem, se manifestem. Sim pela Maria Eugênia, Dr. Thiago, pelo Alessandro, João, José Antônio. Ok, 5 minutos adicionais mais 1 minuto pela Presidência: 11 minutos. Pois não.” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Coloco aqui, portanto, vou compartilhar a tela para uma exibição, se me permitem. Não sei se conseguem ver...” *****Exibição de vídeo***** Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Eu retorno somente para informar que o quilombo de Manzo se encontra a 6,85 distante do empreendimento da Fleurs Global Mineração, cuja Licença de Operação Corretiva foi aprovada no início desta reunião.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Amanda, desculpa incomodar, mas o prazo adicional de 11 minutos já se passou.” Amanda Couto de Medeiros Cardoso/sociedade civil: “Perfeito. Com isso concluo que de fato seria fundamental, imperativo que se realizassem a consulta livre, prévia e o estudo de componente quilombola que não foi feito no âmbito desse processo de licenciamento. Imperioso...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Sra. Amanda, Desculpa, eu não posso continuar dando a palavra para a senhora, que já ultrapassou o prazo. Próximo inscrito.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Senhor presidente, Sr. Felipe. O senhor já pode se manifestar, Sr. Felipe Gomes?” Felipe Gomes/sociedade civil: “Posso, sim. Só um segundinho. Primeiro eu queria agradecer imensamente a toda a população que se mobilizou de forma muito brava e aqui esteve para tentar, dentro das nossas possibilidades, barrar esse empreendimento. Em momento nenhum, fazer pergunta eu vejo como baderna, como transtorno, como qualquer outra palavra que foi dita. É sim um direito constitucional. Então eu queria agradecer e convocar a população para a gente manter essa vigília. Quem sabe a gente não pensa uma moratória, a população tem o poder dessa moratória, usando simplesmente o seu direito de fala, nada mais do que isso. Eu queria dizer aqui, Fernando, da Zeladoria do Planeta, respeito sua posição,

mas deixo aqui de público que não me representa de forma alguma, e não tenho o menor interesse de conversar com o senhor sobre qualquer projeto que seja, tendo em vista a forma como tem atuado neste Conselho. Eu como cidadão não sou representado por vossa senhoria. Me desculpa. Não tenho o menor interesse de conversar contigo sobre qualquer coisa que seja que envolva questões ambientais. Inclusive, já tivemos problemas quando me acusou de estar querendo influenciar o seu voto, sendo que eu nem tinha conversado com o senhor nada a respeito daquilo. Dito isso, gostaria de dizer que a população é soberana e tem plenas condições de, se bem organizada, bem municiada de informações, incidir, interferir, obstruir, assim como os nobres deputados e senadores fazem na Câmara. Isso não é baderna, isso não é transtorno, isso não é tumulto, isso é nada mais do que exercer o direito constitucional de defesa da natureza, como roga o Art. 225 da Constituição Federal. Também queria dizer que o que foi feito em relação ao quilombo Manzo é um absurdo, porque já teve, inclusive, licença aqui suspensa porque não escutaram. E aí pegam e fazem a mesma coisa. Parabéns ao Matheus, à Makota. Espero que a Justiça Federal intervenha sobre este Conselho para que absurdos como esse não voltem a ocorrer, que esse seja o último. Tomara que a decisão seja nessa linha, de proibir este Conselho de votar a licença sem a consulta livre, prévia, informada, para que não tenha que agir de forma pretérita ao mal já feito. Digo ainda que a forma de participação neste Conselho deveria ser revista. Já que estão aí para rever o Regimento Interno, que façam de uma forma que permita a verdadeira participação popular. É um absurdo a forma como ocorre o impedimento de participação presencial. Qual foi a última reunião presencial? Eu gostaria de ouvir, porque tem muita gente que não tem acesso à internet, que tem dificuldade para acessar, e a reunião meramente online impede isso. Então rogo que voltem às reuniões híbridas. Em momento nenhum, nunca falei que sou contra a reunião online. Muito pelo contrário, até porque ela que permite ações de cidadania ativa como foi executada na última reunião da CMI e que espero ver ocorrer mais vezes, com mais gente, com 1.000, 2.000, 5.000, 1 milhão de pessoas inscritas para falar e ocupar, se os conselheiros permitirem, os 11 minutos. Parabéns ao conselheiro que me concedeu 1 minuto a mais. Te agradeço. Com posições tão antagônicas que temos, respeitou o direito à livre manifestação. E eu que estava, inclusive, tratando dos projetos. Então peço que sejam pensadas formas. Se querem manter meramente online, sejam pensadas formas, como por exemplo entrar em contato efetivamente com a pessoa quando chegar o momento dela de fala. As pessoas ficam igual não sei o quê esperando a rodinha rodar sem saber, totalmente perdidas se elas vão ser chamadas, se não vão ser chamadas. Então que tenha uma ação. Se querem manter somente a reunião online, que o Estado garanta, através de uma ação mais bem planejada e bem executada, como que vocês vão informar a população que chegou o momento de fala daquela pessoa. A pessoa tem que ser informada no momento, 'fulano de tal, item tal, você foi chamado, você quer se manifestar?' Manda uma mensagem. O que custa mandar esta mensagem no momento de fala? É muito desumano você achar que a pessoa é obrigada a ficar vendo aqui a reunião. E outra coisa, volto a dizer, como as reuniões são híbridas, deveria ser obrigado aos conselheiros manter as câmeras abertas durante toda a reunião. Se ele não quer estar presente, que ele saia, mas que notifique. Porque é muito simples, você fecha a câmara, você não sabe o que está ocorrendo, se o conselheiro está lá, se ele não está, se ele está trabalhando. Ele é livre, tem liberdade para fazer o que quiser, ele não é obrigado a estar aqui. É um Conselho que é de livre iniciativa a participação. A pessoa se candidata, eu não sei se ela tem obrigação de estar presente. Mas que seja obrigado a manter a câmara para o Conselho estar..." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Felipe, o prazo adicional do senhor de 1 minuto, inclusive, já acabou. Questiono se o senhor quer prazo adicional. Tenho que colocar em votação." Felipe Gomes/sociedade civil: "Adoraria." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Senhores conselheiros, prazo adicional ao Sr. Felipe. Aqueles que concordarem se manifestem. Os contrários permaneçam como estão... Não tem prazo adicional para o senhor. Próximo inscrito, por favor." Felipe Gomes/sociedade civil: "Obrigado." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sra. Kátia Rabelo. Não está na sala. Kátia Lopes. Não está na sala. Solange Rodrigues. Não está na sala. Rodolpho Mares. Não está na sala. Juliana Minardi. Não está na sala. Paulo Baptista. Não está na sala. Isadora Muller. Não está na sala. Adriane Aparecida. Não está na sala. Vera Inez, não está na sala. Agnes Antunes. Não está na sala. Elgen Leonardo. Não está na sala. Helena Lopes. Não está na sala. Geraldo Oliveira. Não está na sala. Polyana Gandra. Não está na sala. Antônio Marcos de Oliveira. Não está na sala. Taynara Estefane. Não está na sala. Camila Cortielha. Não está na sala. Yuri Correia. Não está na sala. Doralice de Oliveira e Silva. Não está na sala. Wânia Walquíria Bragança. Não está na sala. Diorela Bruschi Kelles. Não está na sala. André Silvério Diniz. Não está na sala. Roberto Celso Dias. Não está na sala. Maria Teresa." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sra. Maria Teresa..." Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: "São algumas questões. Primeiro dizer que no SLA não estão os limites dos municípios quando apresentam o mapa do empreendimento. Isso no caso da Fleurs significava que quem acessava o SLA não podia conseguir visualizar quais estruturas da área diretamente afetada estavam em Raposos, quais as que estavam em Sabará e quais as que estavam em Belo Horizonte. A única solução, além de procurar no EIA o mapa, era baixar shapes, que é uma linguagem que não é de fácil acesso; procurar converter esses shapes em kml e usar um Google Earth, que também não é algo simples para o cidadão tratar. Então isso precisa ser consertado no SLA, os limites municipais precisam ser incluídos na visualização do mapa. Segundo: permanece a não informação no SLA sobre quais os títulos minerários abrangidos em processo de licenciamento de empreendimentos minerários, informação essencial em relação a essas atividades de extração mineral. A pessoa para saber qual é o título minerário envolvido precisa fazer busca nos demais documentos do processo de licenciamento, e no Siam, em contrapartida, essa informação sempre esteve. Outra questão aqui de 'Assuntos Gerais' como sempre é afirmado, os

Pareceres Únicos e decisões sobre conceder licenças são técnicos, os conselheiros deliberam baseados nos fundamentos técnicos apresentados nos Pareceres Únicos. E esses, quando se manifestam pelo deferimento, expressam de forma clara, sempre tem esse parágrafo, que não tem qualquer responsabilidade sobre as informações técnicas apresentadas pelos empreendedores. Há divergências jurídicas sobre esse entendimento, mas não é o caso aqui de se tratar disso neste momento, mas que é fundamental então que em todos os Pareceres Únicos sejam informadas as ARTs que foram dadas, de quem e o número, nas questões técnicas que estão sendo colocadas nos Pareceres Únicos, para que essa informação seja de acesso à população. Lamento profundamente que as manifestações da sociedade de preocupação com os problemas e riscos socioambientais sejam desqualificadas por alguns conselheiros. Defender o meio ambiente é um direito constitucional. Nós testemunhamos parlamentares e gestores públicos o tempo inteiro fazendo manifestações na televisão, a gente assiste, também permeadas de indignação, algumas delas usando expressões até desrespeitosas com os opositores às suas ideias e interesses. E isso eu não vi em nenhuma das manifestações, e eu assisti à reunião completa da semana passada e hoje. E isso é considerado normal, e é uma prática considerada republicana num Estado democrático de direito. Qual a razão de o mesmo não acontecer quando as manifestações são nossas, da sociedade civil, seja como ambientalistas e cidadãos, como a Solange. A Solange falou respeitosamente sobre o que sente e observa em relação às decisões sobre a mineração. Por que é que somos ameaçados e até processados judicialmente por defender o meio ambiente? Sobre a manifestação do conselheiro Heleno, eu quero ler o que está no site da Câmara de Deputados sobre obstrução: ‘Recurso utilizado pelos parlamentares em uma casa legislativa com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo dentro de uma ação política. Os mecanismos mais utilizados são os pronunciamentos, pedidos de adiamento da discussão e da votação e saída do plenário para evitar quórum’. Então assim a prática considerada é legal, e nós sociedade civil temos o mesmo direito que os parlamentares no que envolve a defesa do meio ambiente. E por último, considerando que nenhum dos meus questionamentos sobre a Fleurs foi respondido, inclusive, o fato de as declarações das prefeituras não estarem no processo de licenciamento – e eu solicitei que fosse averiguado naquele momento, como sempre foi feito em processos de licenciamento pautados no COPAM; e que, inclusive, se fosse verificado...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sra. Maria Teresa, desculpe incomodá-la. Se a senhora precisar de prazo adicional, eu tenho que solicitar ao Conselho.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Eu preciso terminar uma frase de duas linhas. Peço então a prorrogação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Um minuto, pois não.” Maria Teresa Viana de Freitas Corujo/sociedade civil: “Então terminando essa frase: porque deveria ter sido verificado naquele momento porque, se fosse confirmado o que eu afirmei, teria que ter sido baixado em diligência. Então solicito que a minha fala e a resposta do Sr. Vitor Salum sejam transcritas na íntegra. Dou por encerrada a minha manifestação e saio da sala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Lembrando que toda a reunião vai ser transcrita de forma integral. Só ressaltando, mais uma vez, igual eu falei na sessão anterior, em momento nenhum, quando eu falei ‘tumultuar’ eu disse em relação às questões, se as questões eram relevantes ou não. Pelo contrário, eu até citei que eram perguntas relevantes. Eu falei da orientação que foi repassada e li aqui para os senhores mensagem no grupo do WhatsApp que estava escrito claramente para repetir várias vezes porque era só ‘tumultuar’. Então quando eu disse ‘tumultuar’ foi a orientação que estava sendo repassada e, na minha perspectiva, de forma equivocada. Mais algum inscrito?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Sra. Solange, ela entrou na sala agora. Solange Rodriguez.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Bom dia a todos. Posso falar?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, com a palavra. A senhora tem 5 minutos.” Solange Cirino Rodrigues/sociedade civil: “Ok. Muito obrigado. Primeira coisa que eu gostaria de falar para vocês é fazer uma observação. Eu adorei ver o rosto do conselheiro, dos conselheiros. Porque às vezes a gente entra nessas salas, e os conselheiros não aparecem. Agora eu achei muito interessante. Uma observação para eles. Quando a gente pede para eles aparecerem na hora da votação, eles se escondem atrás da câmera, mas hoje eu tive a felicidade de ver o rosto de dois deles. E falo para eles, ninguém vai cercear a minha fala. E lembrando, a minha fala é filosófica. E eu sugiro para eles que olhem, pesquisem sobre o assunto quanto à filosofia. Eu sou especializada em ética e moral. Então quando eu falo é sobre isso que eu estou falando. E falo para vocês, as minhas falas são falas que provocam para apelar para a consciência, é um pedido. Na realidade, eu rogo, eu imploro. E infelizmente a única arma que eu tenho é essa, a minha voz. Se algum dia eu tiver um problema de saúde e ficar sem voz, lascou. Porque eu não vou parar enquanto eu tiver voz e eu for ouvindo e vendo coisas absurdas acontecendo, essa vai ser a minha postura, porque eu sou cidadã. A Constituição me garante esse direito. E falo para vocês, parabéns por serem voluntários. Eu não acho que não sejam, eu sei que são. Porém, a eleição acontece de forma legítima, de forma legal, mas depois que a pessoa está no sistema a gente não sabe como a coisa acontece. Mas a gente vê o resultado. Daqui de fora assistindo às reuniões do COPAM, eu falo para vocês, a gente pode fazer uma estatística disso, uma pesquisa, assistir todas as reuniões, que elas são gravadas e estão no YouTube, e fazer uma análise técnica disso também. Porque tecnocrata, legal, mas a gente tem que ir para o empírico, e quando a gente vai para o empírico eu falo para vocês: quando vocês leem esses documentos que as mineradoras levam para vocês, vocês deviam também fazer um trabalho de campo, sair para a pesquisa e ir ver a comunidade que está insatisfeita. Por que ela está insatisfeita? Vai fazer uma visitinha em Conceição do Mato Dentro? Vai fazer uma visitinha em Congonhas, Taquaraçu de Minas, Sarzedo. Vai fazer, gente. A região metropolitana está cheia. Como eu falei para vocês em outra reunião, eu participei de 23 audiências públicas, que eram no total 34. E as cidades que têm mineração todas estão devastadas. Já tem crise

hídrica muito clara na região. Então o 'imploramento' para vocês, senhores conselheiros, é em cima disso. Porque o papel aceita tudo. Agora vamos ver a real, vamos ver como essas coisas funcionam. Então falo para vocês que eu não quero ofender ninguém, não quero ofender o trabalho de ninguém, o voluntariado de ninguém. Mas eu imploro para vocês, repensem antes de dar um sim para uma mineradora que destrói o meio ambiente, para uma mineradora que mata rio, mata peixe, mata gente. Hidrominério, hidronegócio. No curral do vale tudo, o bom negócio, onde o crime compensa. E compensa por quê, gente? Compensa porque eles conseguem tudo, quem manda em Minas Gerais é a mineração. Quem manda e quem vai destruir o Brasil, vai faltar água para o Brasil, é a mineração. Porque se nós tivermos chuva, como aconteceu no Sul, não teremos água. Se essas barragens colapsarem todas, vai ser isso, não vai ter água para a região metropolitana. A única barragem que não corre risco é a da Vargem das Flores, mas que é ameaçada pelo Rodoanel, que é presente ainda para a mineradora que matou rio, peixe e gente. Muito obrigada." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Próximo inscrito." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Sra. Daniela Vidigal. Não está na sala. Sr. Antônio Wilson. Não está na sala. Sr. Lucas Ávila. Não está na sala. Cláudio Britto não está na sala. Helena Duarte não está na sala. Euler de Carvalho Cruz. Não está na sala. Aloísio Prince. O Sr. Aloísio está na sala, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Sr. Aloísio, pois não." Aloísio de Araújo Prince/sociedade civil: "Bom dia para todos. Estão me ouvindo bem?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Estamos, sim, Sr. Aloísio. Pois não." Aloísio de Araújo Prince/sociedade civil: "Cumpra nesta oportunidade manifestar, respeitosamente, a minha indignação pela forma injusta e desrespeitosa com que fui tratado pelo representante da IHMBio, na última reunião, do dia 26, chamando-me de 'covarde, ignorante e burro', com alegação de que eu teria criticado covardemente os integrantes deste Conselho. O que não fiz, em absoluto, como pode ser visto na gravação da referida reunião, disponível no YouTube. Na verdade, o que eu fiz foi uma crítica genérica à forma de composição das entidades neste Conselho, em que os cidadãos comuns têm uma representação mínima e insuficiente. Já pelo representante da Agência Nacional de Mineração, fui citado como alguém que estava desinformando a população, ou seja, como mentiroso, por eu ter citado reportagem veiculada no Uol com a denúncia de que a Agência autorizou 870 garimpos em unidades de conservação ambiental. Isso eu fiz com base nessa denúncia, nesse artigo, que está bem fundamentada em reportagem extensa e completa do prestigiado jornal 'Folha de São Paulo', datado do dia 21 de julho, e também disponível no Google. Ou seja, simplesmente informei a existência da reportagem de um dos mais prestigiosos e respeitados órgãos da imprensa nacional. Em hipótese alguma desejei desinformar a população, como fui acusado, mas para dar oportunidade aos presentes de conhecer e depois avaliar a notícia informada. Bem sei que poderei ser novamente atacado, sem direito a defesa, na sequência desta reunião. Por isso peço a todos que estão me ouvindo que releiam a ata desta reunião e revejam a minha fala na reunião do dia 26. E que leiam a reportagem da 'Folha de São Paulo' acima citada. Na referida reunião do dia 26 de julho, alguns conselheiros afirmaram que irão propor a inclusão no Regimento de funcionamento das reuniões do COPAM um artigo para proibir manifestações desrespeitosas dos cidadãos participantes. Pergunto: por que apenas dos cidadãos? Isso deve ser exigido de todos os participantes, inclusive dos conselheiros. Mudando de assunto, eu não poderia deixar de elogiar e incentivar os muitos cidadãos e cidadãs que se manifestaram na reunião em questão e hoje também, criticando e se colocando contra ações que representam ameaça a ambientes naturais sensíveis e a aglomerações urbanas próximas, em prejuízo da qualidade de vida da mesma população e a sobrevivência de espécies vegetais e animais importantes. Faço também um apelo veemente a esses mesmos cidadãos e cidadãs e à população civil em geral para que, através de suas manifestações e mediante a ajuda da Universidade de Profissionais Independentes, não deixem de fiscalizar e denunciar ao Ministério Público do Meio Ambiente e ao Legislativo os empreendimentos que prejudicam ou ameaçam o meio ambiente e a própria vida. São estas as únicas instâncias com quem podemos contar efetivamente nos últimos tempos. Finalizando, peço que esta minha fala, em sua íntegra, conste da ata desta reunião. Muito obrigado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço a presença. Próximo." Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: "Próximo inscrito, Sra. Élide Murta. Senhor presidente, só para registro na reunião, não temos mais nenhum inscrito na sala e nem na sala de espera. Então todos os próximos que eu vou ler é só para registrar a inscrição, mas eles não estão na sala. Sra. Élide Murta, Aparecida Ribeiro, Sr. Sandoval, Sr. Vander Meira Pereira, Lucas Monteiro, Taciana Souza, Gabriel Castro, Ludmila Alves Rodrigues, Ana Patrícia Barbosa de Sousa, Bruno Victor, Elvis Eleno, Gabriele Araújo, Karen Suzana, Ludmila Alves, Edneia Aparecida, Daniela Amaral, Marina Alves, Yula Fernanda, Olímpia Leal de Oliveira e Sr. Antônio Wilson de Oliveira. Nós não identificamos essas pessoas na sala nem na sala de espera, senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço, Jeiza. Senhores conselheiros, eu quero agradecer a presença dos senhores conselheiros, das senhoras conselheiras, servidores, os inscritos, aqueles que nos acompanharam pelo canal do YouTube. Reporto que todas as pessoas, todas, sem exceção, que se inscreveram foram chamadas. Inclusive, na reunião passada, nós apresentamos a lista de ordem das inscrições para que as pessoas pudessem ter acesso, pudessem se organizar para participar. Chamamos todas, não deixamos ninguém para trás. Todas as pessoas, sem exceção. Então agradeço imensamente, mais uma vez, a presença de todos os senhores. Não havendo mais nada a tratar nesta reunião." **13) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovão, Diretor**, em 30/08/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **96212443** e o código CRC **79FC86FD**.

Referência: Processo nº 1370.01.0022986/2024-51

SEI nº 96212443